

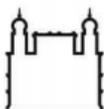
Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 21/2022
25 de outubro a 7 de novembro



Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	A apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
11	Diplomacia da saúde em um multilateralismo renovado na América Latina - <i>Paulo Buss, Santiago Alcazar e Sebastián Tobar</i>	
19	Primeiro a estratégia, depois a contabilidade - <i>José Luís Fiori</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
23	A subida do nível do mar – <i>Santiago Alcázar</i>	
28	Antes que seja tarde – <i>Santiago Alcázar</i>	
31	Os avanços da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU no âmbito dos governos locais, neurotecnologia, privacidade, juventude, idosos e a prevenção para a garantia e exigibilidade dos direitos - <i>Armando De Negri Filho</i>	
43	Crise climática e as constantes ameaças ao progresso da saúde global - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>	
52	A emergência do clima e as ameaças da guerra - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
57	Os piores países do mundo para trabalhadores e trabalhadoras: a Confederação Sindical Internacional (ITUC) divulga o ranking mundial de 2022 – <i>Renê Mendes</i>	
66	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
71	Instituições Financeiras Multilaterais - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
74	Propriedade Intelectual e Capacidades Produtivas: Informe sobre a OMC e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
79	“O Ano Mais Frio do Resto de Suas Vidas” e outras ameaças à saúde das crianças - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
91	A importância do Comitê de Segurança Alimentar no enfrentamento da atual crise dos sistemas alimentares contemporâneos - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell</i>	
96	A Cultura como Bem Público Global: a declaração final da Conferência sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, MONDIACULT 2022 - <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	

Movimentos sociais globais e saúde

- 99 Organizações da Sociedade Civil - *Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires e Luís Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 116 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 125 G20: Saúde rumo à Cúpula de Bali; G7: chanceleres reunidos; OCDE: inflação, segurança alimentar e climática - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 132 Presidente eleito priorizará relações com AL, AS e Caribe, África e BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 134 Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar, Miryam Minayo, Adriana Alfonso, Monserrat Vargas Solorzano e Juan Carlos Coronel*
- 161 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 173 Em tempos de COP, a Europa prega a redução, mas aumenta seu consumo de carvão - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 176 Em tempos de mudanças climáticas e guerra, segurança alimentar requer mudança de hábitos - *Lúcia Marques*
- 192 卢拉拉(Lúlálá) - *André Costa Lobato*
- 195 EUA, saúde global e diplomacia da saúde - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno – 199

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 202

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 203

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº: 21/2022 – 25 de outubro a 7 de novembro

Apresentação

Os dois últimos meses de 2022 estarão marcados pela *diplomacia ambiental*. No último domingo, 6 de novembro, a COP27 do clima foi inaugurada em Sharm El-Sheikh, Egito, e se estende até 18 de novembro. Entre 5 e 17 de dezembro teremos a COP15 da biodiversidade, em Montreal, Canadá. As perspectivas não são animadoras, e diversos analistas do CRIS abordam – de diferentes pontos de vista – o que pode ocorrer na COP27.

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva no Brasil, abre-se uma janela de oportunidades para a renovação do multilateralismo regional na América Latina e Caribe. Em artigo especial sobre o tema, **Buss, Alcázar e Tobar** especulam sobre uma ‘diplomacia da saúde progressista’ na região, que corresponderia a emergência de uma nova ‘onda rosa’ em muitos governos da América do Sul. **Fiori** soma-se com seu artigo à análise deste momento muito especial das relações regionais.

Uma particularmente difícil **Cúpula do G20** ocorrerá na próxima semana, em Bali, Indonésia. Será a primeira vez depois do início do conflito russo-ucraniano que os opositos se encontrarão: Estados Unidos, Rússia, China e União Europeia estarão frente-a-frente. Certamente a guerra rouba a cena, e a saúde que precisaria ser abordada seriamente fica relegada a um plano secundário, exatamente quando se observam um novo aumento de casos e mortes pela Covid-19 em inúmeros países integrantes do grupo.

A eleição de meio-caminho nos EUA, dia 8-9 de novembro, prenunciava uma enorme ‘onda vermelha’, com os republicanos tomando Câmara e Senado, impondo fragorosa derrota aos democratas, e transformando Biden em um *lame duck* até o final do seu mandato. Não foi o que ocorreu, transformando Trump, este sim, num pato-manco político, que poderá ter sua liderança no Partido Republicano contestada por lideranças pelo menos mais sensata.

A BBC informa que a Ucrânia estima em USD 5 bilhões os gastos mensais de sua defesa na guerra. Sobre os russos são há estimativas. Mas se imaginamos que sejam equivalentes, só em 2022 teriam sido consumidos USD 120 bi em armas, mortes, destruição ambiental, crise sistêmica global. Ou seja, até um pouco mais do que se estima seria necessário por ano para a mitigação dos impactos ambientais das mudanças climáticas. *Quo vadis*, insensato mundo?

Alcázar apresenta um diálogo entre dois personagens imaginários que festejam a volta do Brasil, mas veem graves obstáculos para alcançar as metas para evitar a mudança climática. Os US\$100 bilhões anuais prometidos pelos países ricos para os países em desenvolvimento continuam apenas como promessa. Por outro lado, os compromissos adotados na COP-26, em Glasgow, relativos às medidas para adaptação aos efeitos da mudança climática – incêndios, inundações, furacões, calor e frio intensos – serão sempre insuficientes se não se investir nas ações de mitigação – redução das emissões por meio do uso de energias “limpas”, freio na

produção e consumos irresponsáveis. O problema é que existem acordos, multilaterais ou bilaterais, que dificultam a adoção de políticas em consonância com as metas do Acordo de Paris sobre mudança climática. A subida do mar parece inevitável.

As partes na guerra na Ucrânia acusam-se mutuamente do mesmo crime, informa-nos **Alcázar**, em seu segundo artigo para o Caderno 21. A Rússia acusa a Ucrânia de manter forças nazistas, que ameaçariam a segurança da região. A Ucrânia e os países da OTAN, acusam a Rússia de práticas nazistas. Os russos parecem abertos para o diálogo, mas não assim os seus adversários que os acusam de divulgar mentiras com o propósito de confundir. A impossibilidade de diálogo torna a situação extremamente perigosa. Os russos denunciam tentativas de atos de sabotagem próximos a usina nuclear de Zaporizhia, que podem conduzir a um desastre ambiental. Na mesma linha, dizem ter informações sobre a intenção por parte do regime de Kiev de detonar uma bomba nuclear suja. Em ambos os casos, os russos pedem investigação. Esses pedidos não tiveram curso até o presente. Finalmente, ante a suspeita da existência de laboratórios biológicos financiados pelos EUA na Ucrânia, pedem investigação urgente, com vistas a apresentar relatório até o final deste mês.

Ainda incursionando pelo denso e volumoso produto da 51ª Sessão **do Conselho de Direitos Humanos**, encerrada em 07 de outubro de 2022, **De Negri Filho** aponta a realização do 11º Fórum sobre Negócios e Direitos Humanos que ocorrerá de 28 a 30 de novembro de 2022, com o tema: “Os sujeitos de direitos no centro de nossa atenção: fortalecimento da responsabilidade para avançar no respeito empresarial pelas pessoas e planeta na próxima década”, de alto interesse para a saúde no e do mundo. Destaca: o informe e resolução sobre “*Governos locais e direitos humanos*”, tema certamente compreensível para os que têm a experiência brasileira de municipalização de políticas públicas, embora nem sempre tão claramente orientadas pelos direitos humanos; a resolução sobre “*Neurotecnologia e direitos humanos*”, sobre as diferentes formas de incidência neurológica ou neuronal que os avanços na química e na cibernética projetam na modulação e controle das atividades neurológicas humanas, gerando novos e complexos limites no campo bioético e demandando novos aparatos legais e normativos para a vida democrática em sociedade. Articula-se com este tema o Relatório sobre “O Direito à privacidade na Era Digital”, produzido pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

O autor trabalha também com as resoluções e relatórios sobre “*Juventude e direitos humanos*” e sobre “*Implicações dos direitos humanos Covid-19 sobre os jovens*”, documentos que apontam a necessidade de uma abordagem sistêmica, desde os direitos humanos, para construir uma perspectiva de futuro desejável para as juventudes no planeta. Na resolução e informe sobre “*Direitos humanos das pessoas idosas*”, identifica as fragilidades das populações idosas e a necessidade premente de reformar políticas e instituições para enfrentar o acelerado processo de envelhecimento de nossas populações, com qualidade e expectativa de vida injustamente desiguais. A enorme lacuna de políticas públicas precisa ser preenchida. Adiciona informes sobre a situação na Finlândia e sobre a adoção de leis e políticas sobre o ‘envelhecimento’ na França em lugar de ‘políticas sobre a velhice’.

Por fim, destaca a resolução sobre “*O papel da prevenção na promoção e proteção dos direitos humanos: o Estado de Direito e a responsabilização*”, que aborda a exigibilidade imediata de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, rompendo a discriminação da

aplicação apenas dos direitos civis e políticos, postura conformada pela tradição liberal, deixando a mercê de um incremento lentíssimo os demais direitos.

Reges, Bermudez e Galvão informam que, com o início da COP27, a **OMS** pede que os países coloquem o tema de saúde no centro de suas negociações e apela para a eliminação total dos combustíveis fósseis, como uma fase justa, equitativa e rápida de transição para energia limpa, imprescindível para evitar danos à saúde das populações.

De outro lado, reconhecendo a natureza evolutiva do vírus e da pandemia de Covid-19, o **ACT-A** lançou um plano para os próximos seis meses, definindo como apoiará os países à medida que o mundo transita para o controle a longo prazo da Covid-19. Em relação às vacinas, a **Gavi** divulgou um plano de 10 pontos, desenvolvido em consulta com a União Africana e outros parceiros-chave, para destinar mais recursos para o abastecimento vacinal na África. Em apoio aos esforços liderados pelo Ministério da Saúde da Uganda, a CEPI, a Gavi e a OMS delinearão um plano para acelerar a pesquisa durante o surto de Ebola no país, garantir o acesso a doses experimentais de vacinas e facilitar o aumento e o acesso a qualquer vacina licenciada.

Por fim, destacam os preparativos para a Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana (WAAW), uma campanha global celebrada anualmente para melhorar a conscientização e a compreensão sobre o tema e incentivar as melhores práticas entre o público, as partes interessadas da *One Health* e os formuladores de políticas.

Magalhães e Galvão reportam que teve início a ([COP27](#)), num clima de poucas esperanças pela ausência dos grandes poluidores, mas de grandes expectativas pelo possível avanço no financiamento aos países em desenvolvimento. Outro tema tratado pelos autores é a possibilidade de uma guerra nuclear ecocida, que representa uma ameaça mundial a partir dos [inúmeros conflitos](#) existentes, e seus efeitos podem perdurar por décadas, causando sofrimentos e prejuízos desnecessários e injustos.

No informe sobre **migrações e refugiados**, o **grupo liderado por Ventura** destaca o apelo da Rede sobre Migração das Nações Unidas durante a COP-27 para que os Estados considerem a mobilidade humana na gestão da crise climática. Abordam também o relatório da Federação Internacional da *Cruz Vermelha* que evidencia que os trinta países mais vulneráveis aos efeitos da crise climática não recebem fundos correspondentes para mitigá-los. Sublinham ainda a enorme lacuna de financiamento apontada pelo **ACNUR** para manter sua operação em diversos pontos do planeta. Por fim, destacamos uma audiência no Congresso Nacional que reforçou a importância do visto humanitário do Brasil para refugiados afegãos.

Massari, Gomes e Carvalho discutem, no seu informe sobre **Saúde da Mulher, Criança e Adolescente**, os relatórios do **UNICEF** sobre ‘Saúde das crianças e os impactos crescentes das ondas de calor’, e sobre ‘Violência contra a criança na América Latina e Caribe; os documentos da **OMS**, ‘O que todo médico precisa saber sobre saúde ambiental infantil?’; e ‘Mudanças Climáticas, Saúde & Equidade Intergeracional’; o relatório da **OPAS**, sobre ‘Zika Sete Anos Depois’ e nota sobre o ‘Dia Mundial da Poliomielite’; e, finalmente, da **UNFPA**, ‘Investindo em três resultados transformadores e obtendo retornos poderosos’.

O grupo sobre **Segurança alimentar** analisa o papel do Comitê de Segurança Alimentar da FAO (CSA) na área da segurança alimentar e nutricional, que garante a inclusão e a base em evidências científicas independentes. **Nilson, Oliveira-e-Silva e Ell** destaca, no âmbito do CSA, o

Painel de Alto Nível de Especialistas (HPLE), que contribui substancialmente para produzir recomendações para políticas globais, na medida em que ajuda a mostrar caminhos para a transformação necessária nos sistemas alimentares, garantindo que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

No âmbito das **Instituições Financeiras Internacionais** (Banco Mundial e FMI), **Cazumbá** reporta a ampliação das discussões sobre mudanças climáticas, participando do principal evento climático do mundo, a COP 27.

Chamas reporta a reunião do Conselho de TRIPS da **Organização Mundial do Comércio (OMC)** realizada em 2/11. Na ocasião, México e Suíça apresentaram artigo sobre a *Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da 12ª Conferência Ministerial da OMC* e a possível extensão para terapias e diagnósticos no combate à Covid-19. Artigo de Paul Akiwumi, diretor para África e Países Menos Desenvolvidos, da **UNCTAD**, e Ratnakar Adhikari, Diretor Executivo da *Enhanced Integrated Framework*, publicado no site da UNCTAD, defende que é necessário posicionar as capacidades produtivas no centro das estratégias de desenvolvimento dos países menos desenvolvidos.

No âmbito da **educação e cultura**, **Rodrigues, Gaspar e Sanglard** informam que a ambiciosa declaração final da Conferência Mundial sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT 2022, aprovada por unanimidade por 150 Estados: afirma a cultura como ‘bem público global’, compromete-se em fortalecer políticas públicas no setor cultural, apela para a cultura ser incluída como o próximo objetivo do desenvolvimento sustentável (ODS 18), reafirma o combate ao tráfico ilícito, compromete-se com o retorno dos bens ao país de origem, clama por mais proteção ao patrimônio cultural diante das mudanças climáticas e riscos de desastres naturais, requer a transformação digital com regulação e monitoramento e destaca a importância da cultura e educação como promotora de paz e diálogo entre os povos. Não é pouca coisa!!!

Mudanças climáticas continua sendo o assunto mais discutido nas agendas das **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** tanto de interesse público quanto de interesse privado, certamente motivadas pela realização da COP 27, segundo **Souza e grupo de trabalho**. Também têm destaque os temas da saúde mental e da migração e deslocamento forçado. As doenças infecciosas são objetos de múltiplas manifestações que fazem referências ao novo surto do ebola na Uganda, à tuberculose na Tanzânia e na Indonésia e ao ressurgimento da cólera no Caribe, África, Oriente Médio e África do Sul. A questão da iniquidade no acesso a vacinas é outro tema destacado. Com menções menos numerosas, vários outros temas são comentados: as doenças crônico-degenerativas, a insegurança alimentar, o trabalho análogo à escravidão, a violência e a desigualdade de gênero, o uso de armas químicas e o desrespeito aos direitos dos povos originários. Merece destaque ainda uma manifestação isolada, da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública, em solidariedade ao povo iraniano que, liderados pelas mulheres, protesta nas ruas contra o autoritarismo.

A diversidade de problemas destacados pela sociedade civil nos mostra a necessidade de olhar para os desafios da saúde global desde uma perspectiva mais abrangente e não de maneira isolada. A interrelação entre a crise climática, a crise alimentar e a disseminação de doenças é um exemplo disso. Ante esse cenário, urge uma resposta coordenada dos países, além de um financiamento de recuperação adequado para enfrentar os principais agravos ambientais e à

saúde. É preciso estabelecer uma agenda global que priorize a equidade e sustentabilidade econômica e ambiental, completam os analistas em seu informe desta quinzena.

Ungerer reporta que o **G77 e China** participaram de seis reuniões dos Comitês da AGNU, destacando a urgência em eliminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância. Apesar dos avanços nos últimos 50 anos, novas injustiças persistem em todas as esferas da sociedade e isso deve ser combatido por todos os Estados Membros, assim como o combate ao discurso do ódio, diz a organização. Uma vez mais, G7 e China enfatizaram a necessidade de encerrar as sanções econômicas, comerciais e financeiras impostas pelos Estados Unidos da América contra Cuba. Ao continuar desta forma, o potencial de desenvolvimento de Cuba será injustamente prejudicado, e que nesta situação, seja impossível para o país embarcar com sucesso no caminho para o desenvolvimento sustentável previsto na Agenda 2030, que todos os Estados-Membros se comprometeram a apoiar. O **Centro Sul** publicou artigo de pesquisa sobre a decisão da OMC em relação ao acordo TRIPS sobre as vacinas contra o Covid-19.

Burger, Esteves e grupo, abordando os ‘clubes dos países ricos’, informam sobre encontro dos ministros das relações exteriores do **G7** (Münster, 3-4 de novembro), que gerou declaração conjunta, contendo onze pontos relevantes, examinados no artigo. O **G20** encontrou consenso na segunda Reunião Ministerial sobre Saúde, que tratou centralmente da resistência antimicrobiana (AMR) e da necessidade de financiamento para a resposta à tuberculose. A **OCDE** focou as discussões em sistemas agrícolas e alimentares e instrumentos para a redução da emissão de gases de efeito estufa, com a publicação de documentos relacionados. Alertou para a alta da inflação internacional em setembro, com relação ao mês anterior. Outro destaque são os posicionamentos da Organização sobre o processo da adesão brasileira ao grupo.

Em seu primeiro discurso após a vitória, o presidente recém-eleito Lula falou sobre seus planos para a política externa brasileira. Os pontos centrais estarão na América Latina, América do Sul e Caribe, nos processos de integração regional, na África e nos **BRICS**, reporta Hoirisch. Tudo indica que a imagem do Brasil na agenda ambiental internacional será restaurada, em especial nas negociações sobre o clima. Ademais, o país virá com uma agenda de reconstrução da relação com a China; poderá ajudar a solucionar as arestas que o BRICS acumula; e se lançará na mediação do conflito Ucrânia-Rússia, buscando a transição para um novo momento de paz internacional.

O informe de **Tobar e Minayo** sobre **América Latina e Caribe** destaca a eleição de Lula e o fato inédito de que as cinco maiores economias da região serão governadas por dirigentes de esquerda. Destacam no âmbito da **CEPAL** a 39ª Sessão da Comissão, e a XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. No **Mercosul** aconteceu o IX Fórum Empresarial, a XIV Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes, e a LVII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho 11 sobre Saúde. O **ORAS/CONHU** promoveu um trabalho multidisciplinar sobre a proteção da saúde ocular na região andina. O relatório também traz a complexa questão da exploração do lítio na região, o novo plano de migração dos EUA, e a situação dos venezuelanos retidos no México. Anuncia a 67ª Conferência Anual de Pesquisa em Saúde da **CARPHA/Caricom**, presencial em abril de 2023. Em artigos especiais, o informe sobre a região conta com as contribuições de **Adriana Alfonso** sobre o *World Health Summit*; de **Montserrat Vargas Solorzano** sobre “*One Health*” e a

participação de Costa Rica em iniciativas para sua implementação; e de **Juan Carlos Coronel** sobre o *Mercosul Saúde*.

Sobre a **África**, nossos analistas **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** informam que foram lançados marcos de referência para a redução de riscos de desastres e recuperação da Covid-19. O **CDC África** procura vacinas contra a Monkeypox. A **UNECA** defende modernização do sistema estatístico para facilitar a integração regional e melhorar a precisão e a eficiência da tomada de decisões; e peritos em comunicação de 13 países recebem capacitação em biotecnologia. O **BAD** e os EUA reforçam parcerias para a expansão de telesaúde na África e, com o Japão, o banco assina acordo de cooperação para criação de um fundo de impacto. **CEDEAO** realiza oficina de harmonização e melhoria de estatísticas econômica e social. A **OMS AFRO** lança alerta sobre maior crise de saúde relacionada com o clima no Corno de África. A **SADC** registra melhoria na diversificação da economia com a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização. A **COMESA** apresenta relatórios sobre redução de tempo de tramitação transfronteiriça.

A **União Europeia** chega à COP27 imbuída de promover a redução do uso de carvão como fonte energética, enquanto aumenta sua demanda, ao retroceder em sua matriz, substituindo o gás russo pelo carvão. O diretor regional da **OMS Europa**, endossa, ao trazer sua abordagem “*dual track*” para a crise energética, na qual se deve garantir o abastecimento das necessidades, enquanto se toca a transição energética. Ministros das Relações Exteriores da UE e da Celac se encontram e firmam agenda de eventos que culminará com uma Cimeira Bi Regional de Chefes de Estado. São os componentes do informe de **Freire** para o Caderno 21.

Na **Ásia Pacífico e no Oriente Médio** a quinzena foi intensa. **Marques** reporta alguns fóruns, cúpulas e reuniões que discutiram iniciativas regionais e nacionais para mudança de hábitos e resiliência climática; sobre eventos climáticos e migrações, para enfrentamento à insegurança alimentar; para prevenção de futuras pandemias e internalização da abordagem *One Health*; para diálogo cultural e interreligioso, com a presença do Papa Francisco, e o soft power da China conquistando jovens aseanos. As regiões também vivem a divisão na Liga Árabe, o crescimento do movimento antigoverno no Irã, que está cada vez mais raivoso em sua repressão, a piora nas questões palestinas com o retorno da extrema direita israelense e a ameaça de conflito na península coreana. E duas boas notícias: uma publicação da Forbes, que coloca cinco países da ASEAN no ranking dos 50 países mais bonitos do mundo e incentiva a retomada do turismo no Sudeste asiático; e a cessação permanente de hostilidades entre o governo etíope e forças regionais do Tigray, depois de dois anos de guerra sangrenta.

Segundo **Galvão**, o presidente Biden apresenta um pacote sem precedentes para enfrentar a crise climática nos **Estados Unidos** e no exterior no início da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP27). As eleições de meio termo estão em aberto, pois a contagem de votos continua.

Na **China**, reporta **Lobato**, a vitória de Lula nas eleições brasileiras recebeu muita atenção, tanto nas redes sociais, quanto na mídia tradicional. Duas notas foram publicadas na página em chinês da chancelaria e o Global Times publicou um editorial de “parabéns a Lula, ansioso por mais desenvolvimento”. O texto trata de uma possível retomada das relações de

alto nível entre os países que, apesar da manutenção dos formalismos e do avanço na pauta comercial, passaram por momentos de desarticulação nos últimos anos.

Mais um Caderno entregue aos leitores. Ainda temos dois fascículos quinzenais pela frente em 2022. O retorno que recebemos dos leitores tem sido muito gratificante. O grande grupo de mais de 60 autores em cada fascículo esmera-se em compartilhar suas análises e seu comprometimento com o avanço deste fascinante campo da saúde global e da diplomacia da saúde. Atentos aos acontecimentos, temos novo encontro marcado para daqui a 15 dias, querido leitor.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 8 de novembro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger

Coordenação do CRIS/Fiocruz

(com Érica Kastrup)

Diplomacia da saúde em um multilateralismo renovado na América Latina

Paulo Buss, Santiago Alcazar e Sebastián Tobar

Introdução

A eleição de Lula como presidente do Brasil no último domingo consolida a tendência das recentes eleições em diversos países latino-americanos, que apontam para a retomada do que analistas políticos denominam uma nova ‘onda rosa’ nos governos da região¹. A eleição de Lula, somada às eleições, também em 2022, de Gabriel Boric, no Chile, e de Gustavo Petro, na Colômbia, que se somam aos já instalados governos de AMLO no México (2018), Fernandez na Argentina (2019), Arce na Bolívia (2020), Santokhi no Suriname (2020), Ali na Guiana (2020), Castillo no Peru (2021), Xiomara em Honduras (2022), Maduro na Venezuela, Ortega na Nicarágua, e o histórico socialismo cubano, configura o que vem sendo chamado de ‘nova onda rosa latino-americana’².

Na primeira manifestação à nação, no mesmo dia da eleição, recordando fatos que se referem à política externa de seus dois mandatos (2003-2010), Lula foi categórico:

*(...) Brasil soberano, que falava de igual para igual com os países mais ricos e poderosos. E que ao mesmo tempo contribuía para o desenvolvimento dos países mais pobres. O Brasil que apoiou o desenvolvimento dos países africanos, por meio de cooperação, investimento e transferência de tecnologia. Que trabalhou pela **integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, que fortaleceu o Mercosul**, e ajudou a criar o G-20, a UnaSul, a Celac e os BRICS. Hoje nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil está de volta. Que o Brasil é grande demais para ser relegado a esse triste papel de pária do mundo.*

Neste contexto político novo, a partir de 2020, a saúde volta a ter importância crescente, infelizmente devido a um dos maiores flagelos sanitários dos últimos 100 anos, a pandemia de Covid-19 que, ademais, afetou de forma particularmente desproporcional a América Latina, expondo e amplificando as já tremendamente iníquas condições sociais, econômicas, ambientais e sanitárias vigentes desde sempre.

Diversas organizações multilaterais regionais, organizações da sociedade civil, grupos de profissionais e muitos outros atores relevantes chamam a atenção para a necessidade urgente de transformações econômicas, sociais e ambientais – além da revisão profunda de políticas e práticas sanitárias – para fazer frente a ainda inacabada pandemia de Covid-19 e a outras que se encontram, potencialmente, nos horizontes global e regional. A **cooperação internacional em saúde**, dimensão essencial da **diplomacia da saúde**, têm papel fundamental, dada a

¹ Sobre ‘onda rosa’, ver: Steve Ellner (2019). *Latin Americas Pink Tide*. Rowman & Littlefield Publishing Group Inc; Santos, LFB (2019). *Uma história da onça progressista sul-americana*. Editora Elefante; Santos Filho, JE. Os desafios da “nova Onda Rosa” na América do Sul. *Le Monde Diplomatique online*, 29/09/2022 (<https://diplomatie.org.br/os-desafios-da-nova-onda-rosa-na-america-do-sul/>)

² Salvo supresas anti-democráticas, aliás bastante comuns na história da América Latina, esta onda progressista se estenderá até pelo menos 2024, quando os mandatos presidenciais começam a ser renovados, com as eleições no México

importância que exige o enfrentamento compartilhado de enfermidades que, por suas características, não respeitam fronteiras.

Para aproveitar e consolidar a ‘janela de oportunidades’ que se abre para uma ‘**diplomacia da saúde progressista**’ na região, os governos nacionais e as institucionalidades multilaterais regionais e sub-regionais precisam buscar, de imediato, uma agenda convergente de cooperação em saúde, capaz de colaborar na formulação e implementação de políticas sociais e de saúde abrangentes, resolutivas e respaldadas pela população.

Neste artigo apontamos a potencial contribuição de um multilateralismo regional vigoroso no campo da saúde para fazer frente à crise sanitária vigente e às potenciais ameaças futuras, com base em experiências anteriores de um multilateralismo bem-sucedido e no quadro explicativo do processo saúde-doença-cuidados vigente na região. Revisamos as propostas construídas no transcorrer de 2021-2022 para a área da saúde e seus determinantes em organizações globais, como as Nações Unidas; regionais do sistema interamericano, casos da Cepal e da OPAS; regionais, como Celac; ou sub-regionais, como Mercosul, Comunidade Andina e Comisca.

Saúde no marco das estruturas centrais das Nações Unidas

Identificar a presença da saúde no marco maior do multilateralismo global – as Nações Unidas e suas estruturas centrais de governança – serve como referência e eventuais orientações de estruturas regionais e mesmo sub-regionais em seus posicionamentos.

Desde a emergência da pandemia no início de 2020, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico Social (ECOSOC), o Conselho de Direitos Humanos, a Secretaria Geral e toda a gama de agências, programas e fundos das Nações Unidas ocuparam-se da saúde com mais intensidade que nunca, tendo como tema central (mas não exclusivo) a pandemia e suas consequências sobre todas as dimensões da vida social. Evidentemente, o eixo OMS e suas estruturas regionais, como a OPAS nas Américas, tiveram o maior protagonismo.

De 2003 a 2005, a **AGNU** adotou resoluções intituladas *Fortalecendo a capacidade institucional global em saúde pública*, deixando claro a crescente importância política do tema da saúde³. A partir de 2008, a AGNU reconheceu a contribuição da Iniciativa sobre Política Exterior e Saúde Global⁴ e passou a adotar, todos os anos, resolução intitulada *Saúde Global e Política Exterior*. A ideia da resolução é simples: conferir ao tema da saúde importância política global, transcendendo assim os aspectos técnicos favorecidos pela OMS. A pandemia da Covid-19 demonstrou de maneira cabal que o tratamento da questão envolve todo o espectro político, econômico e social, ademais daqueles da competência da OMS.

O alcance de melhores condições de saúde coletiva e individual depende da plena implementação da **Agenda 2030 e seus ODS**, “sem deixar ninguém para trás”, já que a saúde é amplamente condicionada por fatores sociais, econômicos e ambientais, muitos deles presentes como ODSs na Agenda. Para lograr esta complexidade, será importante implementar políticas

³ Ver as resoluções A/RES/58/3, A/RES/59/27 e A/RES/60/35

⁴ Criada em 2006, a Iniciativa reuniu os ministros de negócios estrangeiros de África do Sul, Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia com o propósito de promover temas da saúde na AGNU.

de desenvolvimento consentâneas ao preconizado na Agenda 2030, para o que é imprescindível a cooperação internacional global e regional.

Em setembro de 2021, o **Secretário-Geral das Nações Unidas**, divulgou o relatório intitulado *Nossa Agenda Comum*, que seria, segundo se apreende, uma agenda de ação para acelerar acordos existentes, incluindo os ODS⁵.

Em 2021 e 2022, a pandemia da Covid-19 foi o principal assunto do **Foro Político de Alto Nível** (HLPF, nas siglas em inglês)⁶, instância encarregada de implementar a Agenda 2030 e seus ODS no plano global. O desafio é imenso, já se disse. Faltam muitas coisas para alcançar as metas até 2030, entre as quais a mais gritante é a absoluta falta de solidariedade. Na sessão de abertura do HLPF de 2022, Kailash Styrarhi, Prêmio Nobel da Paz de 2014, disse: *dos US\$ 12 trilhões anunciados pelo G-7 para a Agenda Global de Ação⁷, somente 0,13% foram alocados para os países de baixa renda (US\$ 15,6 bilhões). Nem sequer meio por cento. Dos US\$ 650 bilhões facilitados pelo FMI por meio de Direitos Especiais de Saque, foram destinados US\$ 2.000 por criança europeias contra US\$ 60 por criança africana*. É apenas um exemplo das consideráveis dificuldades em levar adiante o projeto *O mundo que queremos*, da Rio+20, em 2012, ou o *Transformando o nosso mundo*, que deu origem à Agenda 2030 e os ODS, em 2015.

Na **OMC**, continua o impasse relativo à flexibilização dos direitos de propriedade intelectual com respeito a vacinas contra a Covid-19, bem como o de produtos de diagnóstico e terapêuticos, sobre o que divergem países em desenvolvimento e países industrializados. Para os primeiros, o que importa é assegurar acesso equitativo a todos os produtos necessários para combater a pandemia Covid-19, que ainda não acabou. Para os segundos, é necessário apresentar evidências de que o regime de propriedade intelectual em vigência (TRIPS), com as flexibilidades nele inseridas, dificultaria o acesso àqueles produtos.

Diplomacia da saúde e cooperação regional em saúde nas instituições multilaterais da América Latina

Para entender o bosque é preciso conhecer as árvores que o compõem. Por isso, analisamos a presença da cooperação internacional regional em saúde em diversos organismos e arranjos políticos vigentes na América Latina. Bom que não são iniciativas restritas ao ‘setorial’ saúde, isto é, ao sistema de serviços de saúde, já que sabidamente a saúde coletiva e individual é condição resultante de fatores políticos, sociais, econômicos e ambientais – determinantes sociais da saúde – o que exige que a resposta social aos problemas de saúde deve incluir dimensões de sistemas de proteção social mais amplos, e elementos da economia política.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)

A *Agenda de Desenvolvimento Sustentável para as Américas 2018-2030⁸* e o *Plano*

⁵ <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/summary.shtml>

⁶ É importante conhecer os títulos adotados pelo Foro Político de Alto Nível desde 2016 para se ter uma ideia da dinâmica do debate sobre desenvolvimento sustentável. Ver <https://hlpf.un.org/vnrs>

⁷ A Agenda Global de Ação foi proposta pela Cúpula do G-7 em Carbis Bay. Ver <https://www.consilium.europa.eu/media/50361/carbis-bay-g7-summit-communicue.pdf>

⁸ Ver: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49172/CSP296-por.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

*Estratégico da OPAS 2020-2025*⁹ (*Equidade: o Coração da Saúde*), são os principais compromissos regionais acordados pelos Ministros da Saúde da região, no âmbito da OPAS. O recém eleito novo diretor da OPAS para o período 2023-2027, o médico sanitário brasileiro Jarbas Barbosa, está comprometido com a implementação das propostas contidas em ambos documentos.

A Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030 (ASSA2030) é uma moldura que reflete o planejamento estratégico e político de mais alto nível nas Américas. Define 11 objetivos, entre os quais:

- ampliar o acesso equitativo a serviços integrais, integrados e de qualidade com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças;
- fortalecer a gestão e o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;
- alcançar um financiamento adequado e sustentável para a saúde;
- assegurar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais, bem como a outras tecnologias prioritárias;
- fortalecer os sistemas de informação em saúde para apoiar políticas e tomadas de decisão baseadas em evidências;
- promover a pesquisa, inovação e uso de tecnologia em saúde;
- fortalecer a capacidade nacional e regional de preparação, prevenção, detecção, vigilância e resposta a surtos e emergências de doenças e desastres;
- reduzir a morbidade, incapacidade e mortalidade por doenças não transmissíveis, lesões, violência e distúrbios de saúde mental;
- reduzir a carga das doenças transmissíveis e eliminar as doenças negligenciadas; e
- reduzir as desigualdades e iniquidades em saúde por meio de abordagens intersetoriais, multissetoriais, regionais e sub-regionais aos determinantes sociais e ambientais da saúde.

Embora existam algumas áreas em que a Região estava fazendo bons progressos antes da pandemia (por exemplo, saúde neonatal e infantil e eliminação de doenças transmissíveis), outras exigirão esforços sustentados e acelerados para alcançar as metas estabelecidas para a região estipuladas no atual Plano Estratégico, a exemplo de AIDS, tuberculose, malária, violência, mortalidade materna e mortalidade por doenças não transmissíveis. A recuperação dos atrasos nos esquemas de vacinas para crianças e dos serviços de atenção à mulher, crianças e adolescentes ocupam o centro das prioridades continentais pós-pandemia.

Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL)

A Cepal tem tido importante atuação durante a pandemia, apontando seu impacto multidimensional: sanitário, econômico e social. De outro lado, carrega a responsabilidade de monitorar e contribuir para a implementação da Agenda 2030 e seus ODS na região, o que trará impactos decisivos sobre a saúde coletiva e individual.

⁹ Ver: <https://www.paho.org/es/documentos/plan-estrategico-organizacion-panamericana-salud-2020-2025>

Neste sentido, é imprescindível referir as decisões e recomendações emanadas dos cinco *Fóruns dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável*¹⁰ já realizados sob a coordenação da CEPAL.

A Comissão alerta para a necessidade da proteção social em saúde, sinalizando para a necessidade de novos modelos de financiamento de sistemas de saúde universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes, embasados na estratégia da atenção primária em saúde. Ademais, a Cepal tem defendido uma saúde de qualidade como condição necessária para o crescimento com alta produtividade, competitividade global e inclusão social na região, que também carece de um novo enfoque em matéria de investimentos, inovação, e estratégia industrial¹¹.

Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

O *Plano de Autossuficiência em Saúde para América Latina e Caribe*¹², desenvolvido pela Cepal, a pedido da Celac, é uma proposta concreta, que prioriza sete linhas de ação:

- fortalecer os mecanismos de compra internacional conjunta de vacinas e medicamentos essenciais;
- utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento de mercados regionais;
- criar consórcios para o desenvolvimento e produção de vacinas;
- implementar plataforma regional para ensaios clínicos;
- aproveitar as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual;
- fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório; e
- fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa

Como se verá, muitas das linhas do Plano proposto pela Cepal à Celac são convergentes com propostas que circulam em outros organismos multilaterais regionais, cobrando maior coordenação entre tais organizações. No entanto, a Celac apresenta limitações quanto a sua governança setorial na saúde, dificultando a implementação de propostas de alta envergadura como a contida no Plano referido.

Conselho de Ministros da América Central e da República Dominicana (COMISCA)

Das iniciativas de integração sub-regional, talvez a América Central seja aquela que possui um marco institucional multilateral que aborda aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e sanitários de forma mais integrada. Nesse sentido, o Comisca desenvolveu um esquema de governança com importantes planos e atividades de cooperação, superando as diferenças ideológicas e colocando a saúde como um aspecto fundamental para a cooperação e mobilização de fundos. Talvez o fato de serem países pequenos e simétricos em termos de desenvolvimento os oriente de forma mais assertiva à ações comuns e de cooperação. Da mesma forma, o fato de ter uma Secretaria Executiva permanente permite

¹⁰ Ver: <https://foroalc2030.cepal.org/2022/es/antecedentes>

¹¹ <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48298-cambio-transformacional-america-latina-caribe-un-enfoque-politica-orientada>

¹² https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47252/1/S2100557_es.pdf

aproveitar oportunidades de mobilização de recursos, muitas vezes não utilizados em iniciativas de integração em saúde com secretarias rotativas entre seus Estados membros.

O *Plano de Saúde para América Central e República Dominicana 2021-2025* define quatro eixos estratégicos:

- institucionalidade, governança e gestão dos sistemas de saúde no âmbito regional, com o ciclo de políticas públicas baseado na abordagem da determinação social;
- iniciativas regionais para uma vida saudável com promoção da saúde, população e meio ambiente, com princípios de equidade para igualdade de gênero no curso da vida e interculturalidade;
- capacidade dos sistemas de saúde baseados na APS, com abordagem centrada em inovação, equidade, eficiência, qualidade e participação social;
- capacidade de resposta regional às mudanças climáticas, emergências e desastres e processos migratórios.

A Comisca teve importante desempenho durante a pandemia, implementando atividades de cooperação em saúde¹³, a mais importante delas a negociação de melhores preços de medicamentos e insumos estratégicos de saúde.

MERCOSUL

No **Mercosul**, maior bloco econômico da região, as diferenças políticas e de interesses entre seus Estados-Membro tem se acentuado, pedindo sua modernização e chegando a questionar a continuidade do bloco. Contudo, na XLIX Reunião de Ministros do Mercosul, em novembro de 2021, foi aprovada declaração que aborda a expansão da capacidade produtiva regional de medicamentos, imunizantes e tecnologias de saúde. Os ministros concordaram em criar Comitê *ad hoc* para promover a expansão da capacidade produtiva regional, analisar e mapear as capacidades produtivas e de pesquisa e desenvolvimento e avaliar iniciativas para melhorar o acesso aos mesmos. Busca possíveis complementaridades entre os membros do Mercosul e possibilidades de cooperação, especialmente dos centros regionais de desenvolvimento e produção de vacinas de mRNA e outras tecnologias.

Outros temas chaves em discussões no Mercosul são: posicionamentos conjuntos no Órgão Intergovernamental Negociador, que elabora a proposta de Tratado Pandêmico da OMS; e saúde nas fronteiras, com o desenvolvimento de experiências pilotos de vigilância conjunta nos territórios fronteiriços, governança para a saúde fronteiriça, identificação de problemas de saúde nas fronteiras e seus determinantes.

Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue – Oras/Conhu

O Oras/Conhu, por meio de uma estratégia de gestão de conhecimento, busca subsidiar a tomada de decisões e políticas com um conjunto importante de webinários¹⁴. A estrutura

¹³ Solís Martínez, AJ; Miranda Gómez, JE; Lopez, MG; Rodriguez-Araujo, DS; Lopez, PA; Santos Herrera, RG (2021). Respuesta de Centroamérica y República Dominicana a la Pandemia Covid-1. In: Buss & Tobar (org) (2021) *Salud Global y Diplomacia de la Salud: Una visión desde América Latina y el Caribe*. Ediciones ALASAG, pp. 235-255. Acesso: <http://alasag.org/wp-content/uploads/2021/09/diplomacia-salud-ALC.pdf>

¹⁴ Ver: Calle Dávila de Saavedra, MC *et al.* Respuesta del Organismo Andino de Salud a la Pandemia de Covid-19. In: Buss & Tobar (org) (2021) *Salud Global y Diplomacia de la salud: Una visión desde América*

institucional do organismo tem permitido a mobilização de fundos da cooperação em projetos de vigilância genômica, e em temáticas com sinergias com outras iniciativas de integração, como em saúde indígena e saúde nas fronteiras com a Organização do Tratado da Cooperação Amazônica (OTCA) e com o Mercosul, por exemplo.

Em síntese, Tobar (2021)¹⁵, analisando o multilateralismo regional sul-americano em saúde, conclui que: *“Mesmo quando têm um caráter que os remete a territórios ou regiões comuns, as medidas promovidas não conversam entre si, duplicam-se (enfraquecem-se) e isso corresponde, em certa medida, às grandes diferenças ideológicas entre os Chefes de Estado e de Governo dos países da região”*. Acrescentamos: a grande nota dissonante era o governo brasileiro; o novo governo já anuncia mudanças profundas e aproximação ao multilateralismo regional logo após a posse, em janeiro de 2023.

Uma agenda e uma nova institucionalidade para a diplomacia da saúde na América Latina

A emergência de um elenco de novos governos progressistas na América Latina abre uma janela de oportunidades pelos próximos 2 a 3 anos para a construção de programas de cooperação para o desenvolvimento em torno da Agenda 2030 e da saúde, em particular. As orientações, prioridades e acordos já estabelecidos nas instituições e arranjos políticos regionais e sub-regionais revisados acima indicam diversos pontos de convergência a serem explorados para garantir a maior efetividade possível para todos e cada um.

Uma agenda tentativa

Em resumo, a proposta é que a agenda da cooperação internacional em saúde na região inclua os seguintes temas:

- Articular o setor saúde com sistemas de proteção social, orientados pelo compromisso de implementação da Agenda 2030 e seus ODS
- Implementação de sistemas públicos de saúde universais, integrais, equitativos e de qualidade, assentados sobre sólidas bases de atenção primária de saúde
- Impactos dos riscos ambientais sobre a saúde coletiva e individual: mudanças climáticas, biodiversidade, desastres ‘naturais’
- Vigilância em saúde: epidemiológica, sanitária e ambiental
- Preparação para epidemias e pandemias, no marco das orientações da OMS e da OPAS
- Saúde nas fronteiras
- Incorporação de tecnologias (medicamentos, vacinas, recursos diagnósticos, equipamento médico-cirúrgico, sangue e hemoderivados, procedimentos em geral etc.) baseada em evidências e responsivas ao quadro sócio-sanitário vigente
- Força de trabalho em saúde
- Financiamento da saúde
- Saúde ‘suplementar’ e relações com o setor privado

Latina y el Caribe. Ediciones ALASAG, 2021, pp. 257-291. Acesso: <http://alasag.org/wp-content/uploads/2021/09/diplomacia-salud-ALC.pdf>

¹⁵ Tobar, S (2021). *Gobernanza Regional, Diplomacia y Cooperación en Salud en América Latina frente a la Pandemia de la Covid-19*. Tesis de Doctorado presentada a la Escuela Nacional de Salud Pública Sergio Arouca. Acesso: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51971>

- Coordenação das políticas de saúde emanadas dos organismos sub-regionais

Uma **pauta imediata** deveria incluir:

- Preparo e resposta às emergências sanitárias
- Produção regional e local de insumos para a saúde e soluções coletivas para aquisição dos mesmos
- Saúde nas fronteiras
- Rever a institucionalidade e governança nacionais da diplomacia da saúde nos ministérios da saúde e das relações internacionais
- Estabelecer uma institucionalidade regional para a diplomacia e cooperação em saúde coordenada pela OPAS e CEPAL
- Participação articulada nos fóruns globais de 2023

Institucionalidade da governança

Para alcançar a maior efetividade possível é necessário construir uma institucionalidade que dê conta da envergadura da cooperação pretendida, inclusive em saúde, evidentemente aproveitando as estruturas e arranjos já existentes.

Reconhecendo-se a importância e experiência de organismos regionais do sistema interamericano – a *CEPAL* na esfera econômico-social e do desenvolvimento, e a *OPAS* na esfera da saúde – é lógico que elas sejam os *locus* políticos e técnicos a ancorar os processos de negociação e implementação da cooperação sócio-sanitária.

A harmonização de agendas de cooperação em saúde entre os diversos entes multilaterais subregionais – Celac, Mercosul, ORAS-Cohnu, Comisca, uma Unasul talvez recriada – seria extremamente benéfica para alcançar objetivos relevantes na cooperação para o desenvolvimento e a saúde. A realização de uma ampla reunião de consulta entre estas entidades, governos nacionais e sociedade civil, ancorada pela Cepal e OPAS, poderia ser um começo promissor.

Primeiro a estratégia, depois a contabilidade

José Luís Fiori

Não há como uma economia nacional se expandir simplesmente por meio do jogo das trocas, nem há como uma economia capitalista se desenvolver de forma ampliada e acelerada sem que ela esteja associada com seu próprio Estado e com seu projeto de acumulação do poder e de transformação ou modificação da ordem internacional estabelecida.

Fiori, J. L. *História, Estratégia e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 28

A visita do presidente argentino, Alberto Fernández, imediatamente depois da eleição do novo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, tem várias conotações simbólicas ligadas às suas relações pessoais, e associadas às relações históricas entre os dois países. Ao mesmo tempo, a rapidez da visita chama atenção para a urgência do desafio e para a gravidade da ameaça que paira sobre a sociedade argentina, e a brasileira, divididas neste momento, e polarizadas por uma luta sem quartel entre dois projetos de futuro absolutamente antagônicos, para si, para o Cone Sul e, de certa forma, para toda a América do Sul.

Brasil e Argentina competiram pela hegemonia sul-americana durante quase um século, desde a Guerra do Paraguai, mas ao mesmo tempo foram o território privilegiado de dois grandes ciclos de crescimento econômico, que tiveram duração quase idêntica: na Argentina, entre 1870 e 1930; e no Brasil, entre 1930 e 1980. Entre 1870 e 1930, a economia argentina cresceu a uma taxa média anual de cerca de 6%; e já no início do século XX, havia se transformado no país mais rico do continente sul-americano, e na sexta ou sétima economia mais rica do mundo, com uma renda *per capita* quatro vezes maior do que a dos brasileiros no mesmo período.¹⁶ No entanto, depois de 1940, a Argentina entrou num longo processo entrópico de divisão social e crise política crônica, por não conseguir definir e consensualizar uma nova estratégia nacional de desenvolvimento adequada ao contexto geopolítico e econômico do pós-Segunda Guerra Mundial. Foi quase no mesmo momento da desaceleração argentina que começou o *take-off* da aceleração econômica brasileira, na década de 1930, estendendo-se até a década de 1980, quando a economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 7%, ultrapassando a Argentina e transformando-se na principal economia da América do Sul já nos anos 1950. Completou-se, assim, um longo período de quase 110 anos de crescimento contínuo, no Cone Sul do continente sul-americano, onde se deve incluir também o caso simultâneo do sucesso econômico uruguaio, pelo menos até a década de 1950. Um desempenho econômico notável, mesmo se tomarmos em conta a história mundial do desenvolvimento capitalista.

Também no caso brasileiro, esse desempenho econômico foi interrompido nos anos 80 e entrou em crise terminal depois do fim da Guerra Fria, quando a economia brasileira experimentou e fracassou na sua experiência neoliberal; depois experimentou um novo projeto progressista de crescimento econômico, com a montagem de um Estado de bem estar social,

¹⁶ Fiori, J. L. *História, Estratégia e Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 271.

que foi derrubado por um golpe de Estado e por um governo de extrema-direita instaurado e liderado por militares, que contaram uma vez mais com o apoio externo norte-americano. Por isso se pode dizer que o Brasil também foi acometido, nos últimos trinta anos, pela mesma “enfermidade” que atingiu a Argentina em meados do século passado, e que mantém o país vizinho em estado crônico de letargia econômica e empobrecimento social progressivo.

Assim se pode afirmar, com toda a certeza, que o encontro do presidente Fernández com o presidente Lula, do último dia 31 de outubro, pode passar para a história como o momento em que os dois países decidiram enfrentar em conjunto esse desafio comum através de uma aliança estratégica que aprofunde os laços econômicos entre ambos, e sustente em bloco seus interesses nacionais e regionais dentro de um sistema internacional que é extremamente fechado e hierarquizado. Um sistema internacional que sempre foi controlado por um número muito pequeno de “grandes potências” que acumularam, através do tempo, uma quantidade de poder econômico, financeiro e militar desproporcional com relação a suas dimensões territoriais. E exercem o “poder estrutural” de que dispõem – de forma implacável – para defender sua posição monopólica dentro do sistema, bloqueando a ascensão dos países concorrentes através de uma competição predatória que desrespeita sistematicamente as “leis do mercado”.

Neste momento, entretanto, esse sistema está atravessando uma crise e transformação de enorme complexidade, que devem durar por muito tempo, provocadas em grande medida pela ascensão asiática e o fim da hegemonia civilizatória eurocêntrica, e ainda pelo declínio do poder militar global dos “povos de língua inglesa”. Mas atenção, porque é exatamente nesses momentos – e quase só nesses momentos – que se abrem brechas e oportunidades para a ascensão de novos países dentro da hierarquia de poder e riqueza do sistema internacional. São momentos raros, verdadeiras bifurcações históricas, que podem ser aproveitadas pelos países situados fora do núcleo do poder global, mas que também podem se transformar numa grande oportunidade perdida de escalar posições na hierarquia do poder e da riqueza internacionais.

A história ensina que nas horas de grandes crises e transformações, como a que estamos vivendo, existem três grandes alternativas estratégicas que podem ser seguidas pelos países situados fora do “núcleo central” do sistema:

- i) A primeira, imposta pela guerra ou pela livre escolha de alguns países, é uma estratégia de subordinação, integração ou vassalagem consciente com relação às grandes potências, que em troca oferecem acesso privilegiado a seus mercados e sistemas de crédito e financiamento. Muitos falam num tipo de “desenvolvimento a convite” ou “desenvolvimento associado”, como foi o caso dos “domínios” ingleses, ou também dos países que foram derrotados na Segunda Guerra Mundial e depois transformados em protetorados militares norte-americanos, como Alemanha, Japão ou Taiwan, por exemplo. Estes países seguem quase sempre a cartilha ortodoxa da política econômica recomendada ou imposta pelo poder das potências vencedoras ou “protetoras”.
- ii) A segunda estratégia foi seguida quase invariavelmente através da história por todos os países que quiseram ou se propuseram a mudar sua posição relativa dentro do sistema internacional, desafiando seu *status quo* político e econômico e enfrentando as sanções de seus “grandes controladores”. Muitos chamam de estratégia de *catch-up*, mas também

poderia se falar de um “modelo insurgente”. Em geral, esses países adotam políticas econômicas mais protecionistas ou mercantilistas, e seus Estados costumam promover ativamente o desenvolvimento tecnológico e a expansão internacional de seus capitais privados, enfrentando a competição predatória das grandes potências. Esses países podem ser bloqueados ou mesmo destruídos pelas potências que controlam o sistema, como foi o caso de Alemanha, Japão e União Soviética, no século XX; mas eles também podem vencer e seguir em frente, como foi o caso dos Estados Unidos, no século XIX, e da China, no século XXI.

iii) Por fim, não se pode falar exatamente de uma estratégia quando se refere aos países situados no “andar de baixo” ou na “periferia” do sistema de poder mundial e que não têm vontade política nem dispõem de instrumentos de poder para desafiar a ordem estabelecida. Neste caso, se poderia falar talvez de uma “vassalagem gozosa”, tratando-se de países que aceitam, até com algum entusiasmo, sua condição de fornecedores de bens primários, ou de alguns insumos industriais especializados, das potências dominantes. São economias que vivem em condições de quase permanente restrição externa, e de submissão completa às determinações, flutuações e ajustes da política economia das grandes potências.

O sucesso econômico da Argentina, no século XIX, se deu à sombra da afirmação vitoriosa da Inglaterra como potência naval, econômica e financeira, e pode ser considerado como um caso pioneiro da estratégia de “desenvolvimento a convite” da Inglaterra, diferentemente de seus domínios de “fala inglesa”. Da mesma forma, o “milagre econômico” brasileiro do século XX pode ser classificado como um caso de “sucesso a convite”, ou de “desenvolvimento associado”. Mas houve pelo menos dois momentos, nos últimos 80 anos, em que o Brasil tentou transitar para um modelo ou estratégia “insurgente” ou de *catch-up*, com algumas tomadas de posição que desafiaram a ordem internacional estabelecida. Uma primeira vez, já no final de uma ditadura militar que foi extremamente subserviente e reacionária, com exceção talvez da política externa do governo do General Geisel; e uma segunda, já no início do século XXI, entre 2003 e 2015, com a política externa dos governos de Lula e Dilma Rousseff, interrompida justamente por mais um golpe que contou com o apoio americano e a participação decisiva dos militares e das forças civis de extrema-direita, como já havia acontecido no golpe de Estado de 1964.

Mas neste momento, depois do rotundo fracasso da coalizão golpista e do seu projeto econômico ultraliberal, o Brasil optou democraticamente por um caminho diferente a ser construído pela aliança eleitoral que saiu vitoriosa das eleições de 30 de outubro. Apesar da destruição que o Estado e a sociedade brasileira viveram nos últimos seis anos, o Brasil já adquiriu uma dimensão e um peso internacional que devem resistir e podem ser restaurados depois da derrota eleitoral do projeto conservador e ultraliberal da extrema-direita. Assim mesmo, para levantar-se sobre suas próprias pernas e sair do pântano a que foi levado pelo caos provocado pelo último governo paramilitar, de extrema-direita e ultraliberal, o novo governo brasileiro terá que fazer escolhas e tomar algumas decisões estratégicas fundamentais para viabilizar a construção e sustentação interna e externa do novo modelo de sociedade e de soberania nacional que está se propondo construir. Terá, sobretudo e antes que nada, de construir um bloco de poder nacional e um sistema flexível de alianças internacionais capazes de sustentar seu novo projeto de futuro. E deverá ter claro, de antemão, que ao escolher este

caminho enfrentará ataques de todo tipo e que virão de todos os lados, de dentro e de fora do país.

Neste ponto, não há como enganar-se: ao propor ascender dentro do sistema internacional, terá que questionar inevitavelmente o *status quo* e os grandes acordos geopolíticos em que se sustenta a atual ordem ou desordem internacional. Como disse Norbert Elias, dentro deste sistema interestatal, “quem não sobe cai”,¹⁷ mas ao mesmo tempo há que ter claro e estar preparado, porque “quem sobe” deverá ser bloqueado e submetido a todo tipo de sanções por não se submeter à vontade dos donos do poder global.

Por isso mesmo, a importância fundamental – nesse momento - de uma aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina, para formar um bloco de poder regional capaz de enfrentar as ameaças internas que virão da extrema-direita dos dois países, e para resistir às pressões externas que virão de dentro e de fora da América.

¹⁷ Elias, N. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, vol. 2, p. 134.

A subida do nível do mar

Santiago Alcázar

Fazia muito que M e T não se viam. O café da esquina que habitualmente frequentavam para as conversas que iam do paleolítico ao conceitual sofrera inundação, que M categoricamente atribuía à subida do nível do mar por conta do derretimento das camadas polares. Pela proximidade com a praia era de fato uma possibilidade, mas infelizmente não explicava como os prédios vizinhos pareciam a salvo dessa calamidade. T, por outro lado, argumentava, com espírito prático, que talvez as velhas tubulações, que ele estimava serem da época da Primeira República, cansadas, feridas e f tidas, tivessem resolvido explodir em protesto, inundando o local. Em todo caso, impossibilitados de voltar ao café da esquina, resolveram ir para o bar dos afogados, assim chamado porque   porta haviam pendurado uma boia salva vida que,  s vezes, algum cliente usara para atravessar a rua com passos trôpegos.

Era o início da noite quando M e T entraram no bar. Havia poucas pessoas e puderam escolher uma mesa com vista para a rua. O garçom se aproximou solícito e eles, sem demora, como se fossem frequentadores assíduos, pediram chope preto e bolinhos de bacalhau. Em seguida, como se estivessem com pressa, falaram dos últimos acontecimentos.

M –   impressionante como a imprensa internacional deu destaque   vitória do Lula.

T – Sim, de fato. Muitos disseram que o Brasil está de volta.

M – Pois  . Como se o país tivesse sumido por um tempo em uma dimensão desconhecida. Desapareceu de cena. Muitos sentiam saudades de sua capacidade de lideranç  nas questões de meio ambiente.

T – E nas questões de saúde, não vamos esquecer o papel crucial que teve na adoção da declaração de Doha sobre o Acordo de TRIPS e a Saúde Pública.

M – Ou na Convenção-Quadro para o controle do Tabaco.

T – Na inclusão do tema “Saúde global e política exterior” na agenda da AGNU.

M – E a defesa intransigente, na AMS, da histórica resolução sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual, com o seu anexo Estratégia Global e Plano de Ação sobre o mesmo tema.

T – Que abriu a porta para a consideração do tema de PI na OMS e AMS, fora daquele ambiente lúgubre e críptico da OMC.

M – Uma vitória para os que querem conferir um rosto humano   economia e ao comércio.

T – Sem d vida. Ainda que essas conquistas tenham sofrido diversos atropelos.

M – Coisa do trânsito maluco de nossas ruas.

T – Ou da desumanização de nossas relações.

M – Cr s que o rosto humano que queriam botar na economia era bonito? Talvez, não tendo um   mão que fosse adequado e satisfatório, usaram um que era máscara, meio assustador.

T – Mas já era assustador antes. Por que colocariam uma máscara encima de outra?

M – Talvez não tenha sido uma máscara. Talvez fosse assim mesmo. Pura realidade. Feia para muitos, bonita para alguns poucos.

T – Pode ser. Anyway, convidaram o Lula para participar da COP-27.

M – O Brasil está de volta.

T – Sim, mas a volta não vai ser um passeio no parque.

M – Claro que não. Ademais da pandemia da Covid-19 que bagunçou todo o coreto e pôs de cabeça para baixo a Agenda 2030 e os ODS, que não estavam lá essas coisas antes, veio a guerra na Ucrânia, que poderá levar os ODS e a Agenda 2030 para o paleolítico.

T – Não é um pouco exagerado? Paleolítico? Sério?

M – Não creio que seja exagero. A ciência diz que uma temperatura média acima de 1,5º C, acima da média pré-industrial, ameaça a vida tal como a conhecemos. Civilização? Bye, bye. Será uma doce lembrança na mente dos poucos que consigam atravessar essa terrível exposição à intempérie mais selvagem de que se tem notícia.

T – Não tens fé no que possa sair de Sharm El-sheikh?

M – Por que teria? Em dezembro de 2009, realizou-se a COP-15. Naquela ocasião os países ricos se comprometeram a financiar as medidas que viessem a ser adotadas pelos países em desenvolvimento para ações voltadas para a mitigação e adaptação dos efeitos da mudança climática. A promessa era que esses países pagariam aos países desenvolvidos US\$ 100 bilhões, todo ano, a partir de 2020.

T – Por que a partir de 2020? Poderiam ter começado em 2010.

M – Poderiam, mas em se tratando de pagamentos, mais vale tarde que agora. Veio 2020 e nada da promessa.

T – E ficou por isso mesmo?

M – Isto não é uma peça de teatro em que cada personagem assume um papel. O bom é bom e o mau é mau. Isto é a realidade. As coisas são complexas. Olha, na COP passada, a 26, que se realizou em Glasgow, os rapazes adotaram um programa de trabalho sobre a meta global de adaptação estabelecida no Acordo de Paris.

T – Tradução, por favor.

M – O acordo de Paris sobre mudança climática foi concluído em 2015. É o mais importante instrumento multilateral sobre a questão do aquecimento global. O acordo estabelece medidas de mitigação e de adaptação. Mitigar significa reduzir as emissões de gás estufa, que são as que aquecem o Planeta. Adaptar, por outro lado, significa preparar-se para os efeitos desse aquecimento: incêndios e inundações de dimensões bíblicas. Secas, dias muito quentes ou dias muito frios e a subida do nível do mar. Mas adianta se adaptar se não se mitiga? São funções interdependentes. Não podem ser separadas.

T – Entendi. O que aconteceu depois de Glasgow?

M – A guerra na Ucrânia, o boicote ao gás natural proveniente da Rússia, a crise de energia nos países europeus dependentes daquele gás, a subida dos preços, a inflação generalizada com impacto severo no preço dos alimentos.

T – Parece uma maldição divina.

M – Parece, mas é apenas produto de uma estupidez desmesurada. Vamos por partes, como diria o nosso querido Frankenstein. O Acordo de Paris, com todas as suas cláusulas para reverter o aquecimento parece razoável, não?

T – Parece.

M – E é. O diabo é que o Acordo fere um outro anterior, criando assim dificuldades enormes. Em meados dos anos 1990, deu a louca nos europeus. Assinaram o famoso Tratado da Carta de Energia. De que se trata? A ideia era ter um instrumento que regulamentasse a cooperação em termos de energia entre os países europeus ocidentais e aqueles situados do outro lado da cortina de ferro. Havia à época todo tipo de obstáculos. Como num passe de mágica, o Tratado da Carta de Energia desfaz todos os empecilhos, mas reclama que os investidores, os conglomerados de energia, fossem protegidos contra acesso discriminatório, expropriação, nacionalização, rompimento de contrato e coisas do gênero que frustrassem expectativas de lucros. Parecia razoável, uma vez que ninguém mais era comunista.

T – Como Don Barzini no Grande Chefão.

M – Exatamente.

T – As empresas de energia são como Don Barzini? É isso?

M – O Tratado põe Estado e Corporações no mesmo patamar. São partes iguais. Se estas se sentirem lesadas podem processar o Estado. Se a expectativa de lucro for frustrada, podem processar o Estado.

T – Não há uma cláusula de solução de controvérsias?

M – Claro que há e aí está todo o problema. Cada parte escolhe um juiz, mas como é preciso um terceiro em caso de empate, esse é escolhido de maneira aleatória de um pool de advogados, a maioria dos quais trabalhou para essas empresas. Tudo em família, portanto. Tutti buona gente. As empresas nunca perdem e quem acaba pagando a conta é, como sempre, o cidadão.

T – Nós fazemos parte desse Tratado?

M – Felizmente, não. E muito se deve a nossa diplomacia e ao nosso Congresso. O Tratado faz parte da geração de acordos surgidos na década dos anos 1990, na crista do movimento neoliberal. São conhecidos como BITs – bilateral investment treaties, ou tratados bilaterais de investimentos. Todos têm o mesmo DNA, as mesmas cláusulas de solução de controvérsias e as mesmas penalidades. O Brasil assinou alguns, mas nunca os ratificou.

T – Me fala mais sobre o Tratado de energia.

M – Como te disse, as empresas que operam campos de petróleo, gasodutos ou centrais de carvão podem processar estados que aprovelem leis que frustrem expectativas de ganho. Em 2021, a Holanda foi processada por duas empresas de energia alemãs que reclamavam compensação pelo fechamento de centrais de carvão. Em 2016, a Itália denunciou o Tratado, mas ainda está obrigada a pagar quase US\$ 200 bilhões, mais juros, a título de compensação por adotar medida que proíbe a exploração de petróleo dentro das 12 milhas territoriais ao longo da Costa Adriática. Há três semanas, a França anunciou a saída do Tratado. Não será uma saída à francesa, isso posso te garantir. Nesse contexto, como achas que vai ser em Sharm El-sheikh?

T – Parole, parole, parole.

M – Os europeus estão amarrados a essas complicações jurídicas e agora que se desfizeram como loucos do gás russo, vão ter que voltar a operar as centrais de carvão. É irônico, pois um dos principais objetivos da COP-27 é justamente a mitigação dos gases de efeito estufa. E a queima do carvão é medalha de ouro nesse quesito.

T – Que beleza. Tudo como o diabo mais gosta. O que se pode fazer numa circunstância assim? Há saída?

M – Sempre há, mas é preciso sacrificar o bezerro de ouro alçado à categoria de divindade.

T – Ou seja?

M – É preciso abrir mão da cobiça.

T – Mas como, se a cobiça está inscrita no DNA?

M – A única coisa inscrita no DNA é o impulso da sobrevivência. Olha para trás. Toda nossa história. Tudo se resume à sobrevivência.

T – Tá bom, mas como saímos desta?

M – Diálogo, diálogo, diálogo. Diálogo entre as partes na guerra na Ucrânia para acabar com essa loucura. Diálogo com as empresas de energias, que não podem ganhar esse jogo. Diálogo com a sociedade, que espera muito mais do que recebe.

T – Isso não tem um pouco da pegada *alonsanfan*, com a Marselhesa tocando no fundo?

M – É o que há. Os problemas que nos afligem hoje são de natureza global. Não existem mais problemas que afetem a um e não ao outro. Todos os problemas afetam a todos e a solução, se houver, terá que ser construída por todos sob o signo da solidariedade e a efetivação da cooperação. Não há outra possibilidade. Seria ilusório pensar que haveria.

T – Não dizíamos no início que o Brasil está de volta?

M – Sim.

T – Pois eu creio que se o Brasil está de volta tudo pode mudar.

M – De que maneira?

T – Sempre lembro daquele inspirado parágrafo 52 da Agenda 2030 que diz: *Nós, os povos, são as celebradas primeiras palavras da Carta das Nações Unidas. Somos nós, os povos que hoje embarcamos no caminho para 2030. Nossa jornada incluirá governos, congressos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições, autoridades locais, povos autóctones, sociedade civil, empresas e o setor privado, comunidade científica – e todas as pessoas. Milhões estão engajados com esta Agenda, que lhes pertence. É uma Agenda dos povos, pelos povos e para os povos – e isto, cremos, deverá assegurar o seu êxito.*

M – Palavras importantes e muito apropriadas.

T – Sem dúvida e trago aqui palavras de Lula por ocasião de seu discurso após a vitória na eleição: *Os brasileiros mostraram hoje que querem mais que o sagrado direito de escolher quem os governará. Os brasileiros querem participar ativamente nas decisões de governo.*

T – O desafio que temos pela frente é dar vida à democracia, fazer que ela seja o canal para a manifestação dos anseios do povo. É preciso participar ativamente da vida política. *Nós, o povo*, é a realidade inescapável, que falta na equação para superar os desafios. Não basta dizer que os representantes têm a responsabilidade para agir. Quem decidiu que não haverá suficiente comida no prato, que o acesso universal à saúde e à educação de qualidade para todos não é possível?

M – E isso se consegue como?

T – Diálogo, diálogo, diálogo. Não creio que existe outra forma.

M – Ou seja diálogo para ativar a solidariedade e operacionalizar a cooperação?

T – Síntese perfeita. Paga a conta e vamos. É tarde e aquele sujeito está levando a boia salva vida.

M – Está tão mal assim?

T – Não, está entrando água por todos os lados.

M – Deve ser a subida do mar.

T – Ou esses canos vetustos que rebentaram.

Antes que seja tarde

Santiago Alcázar

Em 4 de novembro, a terceira comissão da AGNU, aquela encarregada dos temas sociais, humanitários e culturais, considerou projeto de resolução, de iniciativa da Federação Russa, intitulado *Combatendo a glorificação do nazismo, neonazismo e outras práticas que contribuem para fomentar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância*¹⁸. Ao apresentar o projeto, a Delegação da Rússia fez notar a crescente retórica racista e xenofóbica, as chamadas para a deportação de imigrantes e refugiados e a glorificação do nazismo e de movimentos neonazistas.

Em tempos normais, o projeto de resolução passaria batido, sem drama. Afinal de contas, a Organização das Nações Unidas deve a sua existência à guerra mundial livrada contra o nazismo e o fascismo. Ademais, desde 2005, a AGNU adota resolução sobre o tema, sem oposição. O problema é que não estamos vivendo tempos normais.

Segundo o serviço de imprensa das Nações Unidas, seguiu-se intenso debate após a apresentação do projeto de resolução por parte da Federação Russa. É preciso esclarecer que ao apresentar o projeto, a Delegação solicitou incluir novo parágrafo oral que leria, em grandes linhas, da seguinte maneira:

Em 1945, os Estados Membros da coalizão anti-Hitler obtiveram uma grande vitória sobre o nazismo. Graças a essa vitória, foram criadas a Organização das Nações Unidas e o sistema de promoção de direitos humanos. A decisão do Tribunal de Nuremberg consagrou essa vitória contra o nazismo. Pontos sublinhados naquela decisão foram piorando com a retórica racista e xenofóbica, chamadas para a deportação de imigrantes e refugiados, islamofobia, afrofobia e antisemitismo. Preocupa as vozes que se levantam contra a memória daqueles que combateram no coração da Europa o nazismo e o fascismo, bem como as manifestações neonazistas que honram os colaboracionistas.

É evidente que a sugestão da Delegação da Federação Russa tinha nome e endereço. Desde o início da guerra, os russos preferiam designar a intervenção militar na Ucrânia como uma Operação Militar Especial destinada a livrar aquele país das forças militares neonazistas ameaçadoras para a paz em toda a região. É sabido que essas mesmas forças nazistas, que usam sem pudor uniformes com insígnias da SS Waffen e glorificam a memória de Stepan Bandera, guerreiam barbaramente, desde 2014, contra minorias russas imemorialmente instaladas na Ucrânia. Inicialmente essas comunidades pediam autonomia, não independência, para conduzir os seus negócios. É também sabido, que os países da OTAN negam essa realidade, como se pode negar a mudança climática, a pandemia ou a existência da girafa. É curioso como o uso das tecnologias modernas permite ver o que antes seria impensável. As imagens de satélite, por exemplo permitem ver placas de automóveis. Aparentemente, no entanto, a capacidade resolutive desses instrumentos não é suficiente para identificar insígnias da SS Waffen.

¹⁸ A/C.3/77/L.5

A Delegação dos EUA identificou na apresentação do projeto de resolução e na sugestão de incorporar novo parágrafo uma tentativa cínica por parte de Moscou, orientada para justificar a guerra na Ucrânia. Outras delegações seguiram o mesmo raciocínio. O texto foi submetido a escrutínio, sendo aprovado por 105 votos a favor, 52 contrários e 15 abstenções.

Ante o que seria uma derrota para os países que levantam o dedo acusatório contra a Rússia, algumas delegações recordaram que o projeto de resolução utilizaria apenas parte da linguagem do informe do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos. A Delegação da Austrália, por exemplo, disse que a intenção do projeto de resolução é combater a glorificação do nazismo, neonazismo, racismo e discriminação racial e xenofobia, mas que a Federação Russa estaria fazendo exatamente o oposto.

A situação é curiosa e um pouco absurda. Cada uma das partes acusa a outra do mesmo crime.

Proposta de emenda ao projeto de resolução foi submetido à consideração da terceira comissão. A proposta, segundo os autores, recuperaria as palavras do Relator Especial. A redação sugerida seria a seguinte:

(a terceira comissão) Nota com preocupação que a Federação Russa tentou justificar a sua agressão territorial contra a Ucrânia com base na eliminação do neonazismo e sublinha que o pretexto de usar o neonazismo para justificar a agressão territorial mina os esforços para combater o neonazismo.

A redação retorcida não ajuda para esclarecer a questão. Ainda assim, recebeu 63 votos a favor, 23 contrários e 65 abstenções, o que mostra claramente que não é somente a *Donna* de Verdi que é *mobile*.

Em todo caso, caso essa seja de fato a linguagem do Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos, há somente duas possibilidades: 1) os russos são de fato criminosos nazistas; 2) submetido a pressão desconhecida, a coluna vertebral do Relator Especial dobrou-se. A primeira possibilidade tem, ademais, a faculdade de conferir grau angelical às forças militares que usam uniformes com insígnias da SS Waffen. A segunda possibilidade, por outro lado, apenas confirma como conseguir o que se quer quando se usa a força do poder. Em todo caso é quase irônico que a terceira comissão adotou sem discussão projeto de resolução apresentado pela Bolívia, intitulado *Direitos dos povos autóctones*¹⁹, que ressalta o direito à autodeterminação dos povos, fator indispensável na compreensão da guerra de Kiev contra as províncias que reclamam desde 2014 autonomia.

Assuntos que também merecem atenção são duas cartas do Representante Permanente da Federação Russa junto às Nações Unidas, endereçadas ao Secretário-Geral e ao Presidente do Conselho de Segurança e um projeto de resolução encaminhado ao Conselho de Segurança sobre a Convenção de Armas biológicas.

Na primeira carta, datada de 28 de outubro, o Embaixador Vassily Nebenzia pede atenção aos continuados atos de sabotagem perpetrados pelas forças ucranianas na vizinhança

¹⁹ A/C.3/77/L.20/Rev.1

da usina nuclear de Zaporizhia, que podem resultar em catástrofe ambiental de consequências desconhecidas²⁰.

A segunda carta, também com data de 28 de outubro, fornece detalhes sob a alegada intenção do regime de Kiev de detonar bomba nuclear suja²¹.

Com respeito, ao projeto de resolução²², apresentado em 2 de novembro, cabe destacar o parágrafo resolutivo, que diz:

Decide estabelecer uma comissão integrada por todos os membros do Conselho de Segurança com vistas a examinar as alegações contra os EUA e a Ucrânia contidas na queixa da Federação Russa com respeito à observância das obrigações sob a Convenção no contexto de atividades de laboratórios biológicos no território da Ucrânia, bem como apresentar ao Conselho (de Segurança) relatório sobre a questão, contendo recomendações até 30 de novembro de 2022 e informar os resultados da investigação aos Estados Partes da Convenção por ocasião da IX Conferência de Revisão, que deverá realizar de 28 de dezembro a 16 de dezembro de 2022.

Tanto as duas cartas endereçadas ao Secretário-Geral e ao Presidente do Conselho, como a proposta inserida no projeto de resolução acima estão a merecer o máximo de atenção por conta das seríssimas ameaças envolvidas. Meio ambiente e a saúde global estão em jogo. No momento em que se realiza a COP-27 em Sharm El-sheikh é urgente que se levante a questão, tendo em conta os prazos exíguos apresentados no projeto de resolução. Não seria descabido imaginar que esses prazos tenham uma razão de ser que vai além daquela determinada pelo calendário de reuniões internacionais.

O Brasil, como um dos membros do atual Conselho de Segurança, poderia levantar a questão e pedir as mais urgentes medidas para apoiar a proposta de investigação exaustiva e imediata antes que seja tarde.

²⁰ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/664/97/PDF/N2266497.pdf?OpenElement>

²¹ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/665/05/PDF/N2266505.pdf?OpenElement>

²² <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N22/671/72/PDF/N2267172.pdf?OpenElement>

Avanços da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU no âmbito dos governos locais, neurotecnologia, privacidade, juventude, idosos e a prevenção para a garantia e exigibilidade dos direitos

Armando De Negri Filho

Ainda incursionando pelo denso e volumoso produto da 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, encerrada em 07 de outubro de 2022, não podemos deixar de destacar a próxima realização do 11º Fórum sobre Negócios e Direitos Humanos, que ocorrerá de 28 - 30 de novembro de 2022, na forma de evento híbrido – presencial no Palácio das Nações, Genebra (Suíça). Tema: “Os Sujeitos de direitos no centro de nossa atenção: fortalecimento da responsabilidade para avançar no respeito empresarial pelas pessoas e planeta na próxima década.” Temário de alto interesse para a saúde no e do mundo. Maiores informações e documentação em <https://www.ohchr.org/um/events/forums/2022/11th-um-forum-business-and-human-rights>

Retornando aos documentos produzidos pela 51ª Sessão, destacamos Relatórios e Resoluções de interesse para a Saúde dos Povos e das Pessoas.

1. Começamos pelo informe e resolução relacionados com os **“Governos locais e direitos humanos”**, tema certamente compreensível para os que têm a experiência brasileira de municipalização de políticas públicas, embora nem sempre tão claramente orientadas pelos direitos humanos. A Resolução <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/524/14/PDF/G2252414.pdf?OpenElement>, adotada com base no Relatório apresentado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/412/02/PDF/G2241202.pdf?OpenElement>, destaca a proximidade com a cidadania como fator potencial para a materialização e politização na luta pelos direitos e o exercício integral e integrado dos direitos no espaço dos governos locais, ainda que frequentemente limitados materialmente pelos recursos econômicos controlados por governos regionais ou nacionais. Uma releitura a partir dos direitos humanos para o exercício dos governos locais pode ser uma boa aplicação deste informe e relatório aprovados no CDH.

Extrato do Informe:

“Governo local e direitos humanos. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Resumo. No presente relatório, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos concentra-se no papel do governo local e nas oportunidades e desafios que enfrenta na promoção e proteção dos direitos humanos, inclusive no que diz relação ao direito à igualdade e à não discriminação e à proteção das pessoas em situações vulneráveis e marginalizadas. O relatório destaca as práticas promissoras e os desafios enfrentados pelos governos locais na promoção e proteção dos direitos humanos e na garantia de que ninguém seja deixado para trás, e apresenta recomendações para as autoridades centrais e locais a esse respeito. Também identifica possíveis elementos de princípios que norteiam os governos locais e nacionais na proteção e promoção dos direitos humanos.”

2.O segundo conjunto de documentos se refere `a Resolucao aprovada sobre **“Neurotecnologia e direitos humanos”** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/525/01/PDF/G2252501.pdf?OpenElement> , onde se destaca

um campo vasto e pouco normado sobre as diferenças formas de incidência neurológica ou neuronal que os avanços na química e na cibernética projetam na modulação e controle das atividades neurológicas humanas, tanto para a recuperação ou potenciação da capacidade humana bem como para o controle e manipulação, em todos casos gerando novos e complexos limites no campo bioético e demandando novos aparatos legais e normativos inscritos na vida democrática em sociedade.

Se articula com este tema o Relatório sobre “ O Direito à privacidade na Era Digital”. Relatório do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/442/29/PDF/G2244229.pdf?OpenElement>

“Resumo. O presente relatório, apresentado nos termos da resolução 48/4 do Conselho de Direitos Humanos, discute tendências e desafios recentes relativos ao direito à privacidade. O relatório foca, em particular, em: (a) o abuso de ferramentas de hackers intrusivas; b O papel fundamental da criptografia na garantia do gozo do direito à privacidade e outros direitos; e (c) monitoramento generalizado de espaços públicos. Destaca o risco de criar sistemas de vigilância e controle generalizados que possam minar o desenvolvimento de sociedades vibrantes e de respeito aos direitos.”

Este Relatório abre uma reiterada preocupação do CDH e do Alto Comissariado sobre as fragilidades existentes no marco normativo internacional e nos países para coibir o uso invasivo e repressivo das tecnologias que controlam as chamadas redes sociais e os mecanismos de controle dos espaços públicos e privados, inclusive aqueles no âmbito da saúde pública e atenção clínica, cada vez mais penetráveis em suas salvaguardas de sigilo e confidencialidade. Questão urgente a considerar em tempos de telemedicina e nuvens digitais.

3. Destacamos ainda a Resolução e o Relatório aprovados sobre **Juventude e direitos humanos**. Resolução aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos em 6 de outubro de 2022, 51/17. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/521/22/PDF/G2252122.pdf?OpenElement> e **Implicações dos direitos humanos da doença coronavírus (COVID-19) pandemia sobre os jovens**. Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/406/62/PDF/G2240662.pdf?OpenElement> São documentos abrangentes que apontam a necessidade de uma abordagem sistêmica desde os direitos humanos para construir uma perspectiva de futuro desejável para as juventudes no planeta.

“Resumo. O presente estudo foi elaborado de acordo com a resolução 48/12 do Conselho de Direitos Humanos, na qual o Conselho solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos para realizar um estudo detalhado sobre formas de mitigar o impacto da pandemia global sobre os direitos humanos dos jovens para apresentação ao Conselho em sua 50ª sessão. O estudo destaca as barreiras sistêmicas aos direitos humanos dos jovens, particularmente no que diz respeito à educação, emprego, seguridade social, saúde e participação diante da pandemia da doença coronavírus (COVID-19). Contém recomendações de que os Estados adotem uma abordagem centrada na juventude, baseada em direitos humanos, para a recuperação da COVID-19 e as implementem em parceria com os jovens, e que os Estados e as entidades das Nações Unidas promovam e apoiem os direitos da juventude para que os jovens possam desfrutar plenamente de seus direitos.”...

"VII. Conclusões. A pandemia de COVID-19 é uma crise sem precedentes que expôs causas sistêmicas e estruturais de desigualdade, exclusão e discriminação globalmente e demonstrou que muitos países – desenvolvidos e em desenvolvimento – precisam estabelecer e fortalecer os marcos dos direitos humanos e sua implementação. 89. Destacou-se ainda a inter-relação e a interdependência dos direitos dos jovens. Os efeitos das respostas pandêmicas sobre os direitos sociais, culturais, econômicos e civis e políticos dos 1,8 bilhões de jovens em todo o mundo – a maior população jovem de todos os tempos – são de longo alcance e múltiplos. Os desafios contínuos, renovados e novos aos direitos humanos dos jovens relacionados à pandemia têm causado maior discriminação e desigualdades, inclusive entre os jovens.

O severo impacto da pandemia sobre os direitos dos jovens aumentou os sentimentos de exclusão juvenil, e tem ameaçado sua capacidade de desenvolver todo o seu potencial e suas perspectivas de longo prazo. Em suma, criou uma crise para os jovens e seus futuros. Os jovens são menos bem equipados e enfrentam maiores barreiras durante sua transição para a independência do que antes da pandemia, e precisarão de apoio específico e direcionado para serem reconhecidos como detentores de direitos, para acessar seus direitos humanos e realizar seu potencial. À medida que o mundo entra na próxima fase da resposta e recuperação da pandemia, a multiplicidade de desafios dos direitos humanos enfrentados pela juventude, que foram exacerbadas pela pandemia COVID-19, não deve ser esquecida e deve continuar a ser uma prioridade para os Estados e a comunidade internacional nos esforços para se recuperar melhor da COVID-19 em parceria com a juventude.

VIII. Recomendações 109. Reconhecendo que a proteção dos direitos humanos e o trabalho para garantir a inclusão são elementos cruciais da abordagem baseada em direitos humanos para a recuperação da pandemia COVID-19, o Alto Comissariado convida os Estados-Membros a:

(a) Adotar uma abordagem baseada em direitos humanos para a recuperação pandêmica que está focada na construção de um futuro sustentável e equitativo para todos, fundamentado em um novo contrato social. Essa abordagem deve ser fundamentada na solidariedade que dá lugar adequado aos direitos humanos da juventude e é projetada e implementada em parceria com a juventude. Todas as respostas de recuperação do COVID-19 devem ser guiadas por uma abordagem interseccional aos direitos humanos dos jovens;

(b) Abordar as desigualdades e a discriminação por meio da adoção e implementação de medidas direcionadas em planos de recuperação que integrem uma abordagem interseccional e enfoquem na juventude; mitigar os impactos de curto, médio e longo prazo da pandemia sobre eles; e abordar as barreiras sistêmicas e estruturais que enfrentam. Essas medidas devem responder aos contextos e desafios específicos dos jovens. Deve-se dar um foco especial para mitigar o impacto desproporcional sobre os jovens em situações vulneráveis, incluindo o desenvolvimento de uma resposta sensível ao gênero;

O Plano de Direito à Educação (c) Para futuras crises e garantir que as instituições de ensino e os serviços educacionais, de saúde e sociais que prestam permaneçam abertos o tempo todo, sempre que possível. Quando as instituições devem fechar, forneça métodos alternativos de aprendizagem para todos os alunos e monitore a participação para garantir sua eficácia e que ninguém seja excluído da educação. Isso inclui garantir a expansão da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação e o acesso e o aumento da alfabetização digital para

que os alunos sem conectividade digital possam ser conectados e acomodações razoáveis sejam fornecidas;

d) Apoiar jovens com perda de aprendizagem ao acesso e completa alta qualidade, educação inclusiva e transição com sucesso para o emprego;

(e) Proporcionar uma educação de qualidade a todos os jovens, incluindo a educação cívica e de direitos humanos, para equipá-los com os conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável e promover os direitos humanos; Direito ao emprego e proteção social

(f) Reconhecer o direito ao trabalho decente para os jovens com vistas a regular formas de trabalho não padronizadas e precárias e acabar com estágios não remunerados;

(g) Investir na criação de empregos e upskilling e requalificação juvenil para que possam desfrutar do direito ao trabalho decente;

(h) Garantir disposições legais e recursos adequados para jovens em sistemas de proteção social para que todos os jovens se beneficiem da seguridade social;

Direito à saúde (i) Investir em serviços universais, gratuitos e acessíveis de saúde física e mental para jovens, incluindo saúde mental, serviços de saúde sexual e reprodutiva e serviços para jovens com deficiência; e garantir que esses serviços sejam com base em direitos humanos, sempre disponíveis, especialmente durante crises, e com recursos plenos. Os esforços de recuperação devem ser focados em respostas comunitárias, sempre que possível;

(j) Garantir o acesso a espaços seguros, serviços de proteção, abrigos e apoio à violência doméstica em todos os momentos, inclusive durante crises; Direito à participação

(k) Engajar os jovens significativamente na concepção, implementação e avaliação de legislação, políticas, programas e estratégias que os afetam, inclusive em respostas pandêmicas;

(l) Reconhecer a juventude como parceiros-chave e líderes na defesa dos direitos humanos e na mudança social e trabalhar com eles para construir confiança. Isso inclui ouvi-los e suas experiências, visões e soluções vividas, fornecer capacitação direcionada para jovens, estabelecer estruturas de participação de jovens bem-aproveitadas e permanentes e fornecer apoio financeiro e outros para garantir que as organizações jovens possam construir estruturas sustentáveis;

(m) Garantir que os jovens possam exercer seus direitos de participação, liberdade de reunião pacífica e associação, e expressão, com segurança e sem intimidação, podendo acessar a justiça e remediar quando ocorrem violações;

(n) Considere alinhar a idade mínima de votação e a idade mínima de elegibilidade para concorrer às eleições, para incentivar a participação política dos jovens.

110. Reconhecendo a importância da integração dos direitos dos jovens nos níveis nacional, regional e internacional no enfrentamento das questões de direitos humanos que afetam os jovens, incluindo as questões emergindo da pandemia COVID-19, o Alto Comissariado também incentiva os Estados-Membros a adotar e implementar legislações, políticas, programas ou estratégias para garantir que os direitos humanos dos jovens sejam respeitados,

protegidos e cumpridos a nível nacional, ao mesmo tempo em que envolvem organizações juvenis ou A/HRC/51/19 18 estruturas lideradas por jovens no desenvolvimento, implementação, monitoramento e avaliação dessas medidas.

111. Construir de volta melhor para um mundo mais forte, mais sustentável e respeitador de direitos para todos, engajar e capacitar a juventude e garantir que eles tenham um lugar adequado dentro de programas e políticas é crucial. Para que isso aconteça, são essenciais:

(a) Os Estados-Membros, as organizações internacionais e regionais e a sociedade civil precisam mudar fundamentalmente a forma como veem a juventude, suas experiências e suas opiniões, a fim de incentivar ainda mais o ativismo juvenil. Essas mudanças são essenciais para que os jovens acreditem que seus direitos, necessidades e futuro são prioridade. É necessário que eles possam ver essas mudanças replicadas em todos os níveis e para que os recursos sejam investidos para esse fim;

(b) O fortalecimento da solidariedade e o compromisso renovado com a juventude e seus direitos humanos são elementos fundamentais no incentivo ao seu papel na resposta e recuperação da pandemia. A participação é fundamental para restaurar e criar confiança entre a juventude e o governo, um componente essencial do novo contrato social necessário para garantir o futuro dos jovens, bem como o da sociedade mais ampla e do planeta;

(c) Os portadores de direitos devem responder às realidades vividas e contextos específicos da juventude e trabalhar com eles como parceiros para incentivar ainda mais a liderança juvenil. Investir na criação de comunidades fortes e resilientes centradas na juventude é essencial. Confiança, inclusão, proteção, participação e foco em questões prioritárias para os jovens são cruciais

(d) A educação dos direitos humanos para os jovens lhes capacitará a defender os direitos humanos e a participar em assuntos públicos e processos democráticos de tomada de decisão. Financiamento sustentável, treinamento, materiais e apoio em espécie são igualmente importantes na construção de comunidades de jovens resilientes e engajamento social.

112. Lembrando as recomendações feitas em relatórios anteriores do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos,⁹⁰ o Alto Comissariado convida o Conselho de Direitos Humanos a considerar e avaliar a extensão das barreiras e a discriminação enfrentadas pelos jovens com o objetivo de considerar quais medidas avançariam mais efetivamente os direitos dos jovens, como o seguinte: (a) Integrar os direitos humanos da juventude por meio de mecanismos, políticas e programas existentes; (b) Criação de um mandato de procedimento especial nos auspícios do Conselho; (c) Considerando a possibilidade de um instrumento internacional; (d) A introdução de um mecanismo que garantiria a participação permanente e estruturada dos jovens no trabalho do Conselho, como um fórum anual da juventude como um componente contínuo do Conselho.”

4. Sobre os direitos humanos das pessoas idosas, encontramos na forma de resolução e de Informe da Relatora Especial um painel abrangente sobre as fragilidades das populações idosas e a necessidade premente de reformarmos nossas políticas e instituições para enfrentar o acelerado processo de envelhecimento de nossas populações como decorrência de uma longevidade com qualidades e expectativas de vidas injustamente desiguais. A enorme lacuna

de políticas públicas precisa ser enfrentada e buscar suas materialidades. O Informe aprovado, versando sobre as condições de pessoas idosas privadas de liberdade, abre um debate profundo sobre como tratamos nossos idosos e sobre como queremos ser tratados. Adicionamos também o link e breve nota sobre o Informe da Relatora Especial em sua visita à Finlândia, onde ainda existem muitos desafios, e finalmente a referência da Professora de Ciência Política, a francesa Helene Thomas, a qual analisa a adoção de leis e políticas sobre o envelhecimento na França em lugar de políticas sobre a velhice, abrindo uma interessante linha de análise e reflexão sobre as diversidades de necessidades das pessoas idosas em um contexto de progressivas perdas de capacidades e as formas em que as políticas públicas são desafiadas a acompanhar estas mudanças nos indivíduos e na vida social.

As pessoas idosas e os direitos humanos. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/522/19/PDF/G2252219.pdf?OpenElement> Resolução adotada pelo CDH.

Pessoas mais velhas privadas de liberdade. Relatório da Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas, Claudia Mahler. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/447/00/PDF/G2244700.pdf?OpenElement>

“Resumo. No presente relatório, apresentado nos termos da resolução 42/12 do Conselho de Direitos Humanos, a Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos pelos idosos, Claudia Mahler, fornece uma visão geral de suas atividades durante o período de notificação e uma análise temática da situação das pessoas idosas privadas de sua liberdade em diferentes contextos. O relatório examina o que significa a privação de liberdade na perspectiva das pessoas idosas e como ela afeta o pleno gozo de seus direitos humanos; analisa algumas das causas subjacentes da privação de liberdade das pessoas idosas; destaca os desafios e riscos dos direitos humanos em três contextos específicos (justiça criminal; detenção relacionada à imigração; e ambientes assistenciais); e sugere maneiras de proteger os direitos humanos das pessoas idosas privadas de sua liberdade. O relatório conclui com um conjunto de recomendações aos Estados e a outras partes interessadas.”...

"III. Conclusões e recomendações

83. A privação da liberdade, que é uma preocupação significativa em todo o mundo, tem um impacto generalizado sobre as pessoas mais velhas. O ageísmo, combinado com a privação de liberdade, tem efeitos agravados sobre o gozo dos direitos humanos pelas pessoas mais velhas. Seja qual for o contexto em que são privados de liberdade, as pessoas idosas são mais propensas a sofrer graves violações dos direitos humanos, bem como violência, abuso, maus tratos e até tortura.

84. Devido à falta de pesquisa e dados, os direitos humanos das pessoas idosas privadas de liberdade permanecem em grande parte invisíveis e não endereçados. Independentemente das razões que justificam sua detenção e da restrição de sua liberdade pessoal, as pessoas idosas geralmente se encontram em situações prejudiciais aos seus direitos humanos e que não proporcionam segurança e proteção adequadas.

85. O atual marco legal carece de obrigações abrangentes e específicas para proteger efetivamente os direitos humanos das pessoas idosas, inclusive em situações de privação de liberdade. O ageísmo permanece generalizado e em grande parte não reconhecido, mesmo

quando os Estados adotam e implementam leis, políticas, estratégias e práticas relacionadas à limitação da liberdade das pessoas idosas, especialmente aquelas em necessidade aparente ou percebida de cuidado.

86. Com o objetivo de dismantelar progressivamente o ageísmo dentro de nossas sociedades atuais, a Especialista Independente fornece as seguintes recomendações para a consideração dos Estados e de outras partes interessadas relevantes.

87. A Especialista Independente faz as seguintes recomendações gerais:

(a) Os Estados devem reconhecer e codificar o direito à liberdade pessoal e à segurança das pessoas idosas, conforme estabelecido no direito internacional dos direitos humanos, e por meio do apoio a um instrumento internacional abrangente e legalmente vinculativo sobre os direitos humanos das pessoas idosas;

(b) Os Estados devem adotar leis que proíbam práticas tradicionais, culturais, sociais e religiosas prejudiciais que levem, entre outras coisas, à privação de liberdade de grupos específicos de idosos, incluindo mulheres mais velhas, lésbicas mais velhas, gays, bissexuais, transexuais e pessoas com deficiência;

(c) Os Estados e outras partes interessadas devem considerar não apenas a idade cronológica, mas também a idade psicológica e socialmente construída ao determinar quem é uma pessoa mais velha no contexto da privação de liberdade;

(d) Deve-se estabelecer um sistema de coleta sistemática de dados com desagregação baseada na idade em nível nacional, envolvendo todos os ministérios relevantes e outros órgãos estaduais, para informar com eficiência leis, políticas e práticas relativas à situação das pessoas idosas em todos os locais de detenção; os dados devem ser desagregados por gênero, etnia, deficiência, condições e necessidades de saúde e devem ser amplamente disponibilizados para informar o público sobre as realidades enfrentadas pelos idosos privados de liberdade;

(e) As pessoas idosas e seus representantes devem ser ativamente envolvidos e consultados em todos os processos decisórios relativos às reformas legais e políticas relacionadas à sua privação de liberdade;

(f) Os Estados devem estabelecer suas próprias entidades, procedimentos ou órgãos independentes e imparciais, possivelmente dentro dos órgãos independentes existentes, com mandatos para examinar as queixas relativas aos idosos e monitorar o tratamento e as condições em todos os locais onde as pessoas idosas são privadas de sua liberdade; tais mecanismos preventivos nacionais independentes devem ser concedidos os poderes e recursos necessários para a execução de seus mandatos;

(g) Os órgãos independentes de monitoramento, juntamente com as salvaguardas legais, devem estar em vigor para garantir o acesso à justiça e os recursos eficazes para as pessoas idosas em risco ou que tenham a privação de liberdade contra sua vontade e que tenham sofrido irregularidades, incluindo discriminação, violência, abuso e negligência; medidas devem ser tomadas urgentemente para restaurar a liberdade dessas pessoas idosas;

(h) Os órgãos independentes de monitoramento devem realizar visitas não anunciadas em todos os locais de detenção onde as pessoas mais velhas possam ser privadas de liberdade;

durante essas visitas, os órgãos independentes de monitoramento devem, entre outros, solicitar dados sobre o número de indivíduos considerados "mais velhos" no estabelecimento; perguntar se há uma política dedicada para pessoas idosas; destacar os desafios e riscos enfrentados pelas pessoas idosas, especialmente no que diz respeito à sua saúde complexa e necessidades específicas; perguntar sobre o registro e notificação de óbitos em privação de liberdade, incluindo óbitos por causas naturais, bem como todos os incidentes de violência, negligência e maus tratos; monitorar acomodações, instalações e condições de vida dos idosos para determinar se são apropriadas para a idade; visitas e relatórios por órgãos de monitoramento independentes facilitarão o desenvolvimento de recomendações de resposta à idade para garantir os direitos humanos das pessoas idosas;

(i) Os mecanismos internacionais e regionais de direitos humanos encarregados de avaliar situações de maus tratos, tortura e privação de liberdade devem ser fornecidos com os meios e capacidades de examinar detalhadamente a situação das pessoas idosas, dentro de suas fases de investigação e notificação; tais avaliações proporcionam transparência quanto às experiências de idosos privados de liberdade e auxiliam os mecanismos de direitos humanos na formulação de recomendações personalizadas aos Estados e outras partes interessadas.

88. No contexto da detenção penal, a Perita Independente faz as seguintes recomendações:

(a) Os Estados devem adotar políticas e estratégias sensíveis à idade no contexto da justiça criminal para garantir o respeito e a proteção dos direitos humanos das pessoas idosas, em consonância com as normas internacionais e regionais de direitos humanos que regulam a privação de liberdade;

(b) Os ambientes de detenção favoráveis à idade, incluindo infraestrutura, acomodações e condições de vida adequadas, e treinamento sensível à idade para a equipe de custódia para promover a comunicação respeitosa e a tomada de decisões informadas devem ser assegurados; as pessoas idosas devem ter acesso a serviços e atividades adequadas à idade, incluindo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e formação profissional;

(c) Devem ser prestados serviços de saúde adequados para idosos para atender às suas necessidades individuais, de acordo com o princípio da igualdade na assistência à saúde; triagem mediante admissão, transição e durante todo o período de detenção deve estar em vigor para identificar os riscos e necessidades específicas dos detentos mais velhos;

(d) Os Estados devem assegurar que, quando libertados, as pessoas idosas tenham se beneficiado de programas de pré-liberação individualizados projetados para suas necessidades e desejos específicos, incluindo o acesso a cuidados médicos e de saúde mental para condições de saúde de longa data, subtratadas, soluções habitacionais, acesso a pensões e apoio financeiro;

(e) Devem ser considerados fatores interseccionais em todas as etapas do processo de justiça criminal, especialmente quando as pessoas idosas possuem outras bases interseccionais para discriminação, como gênero, deficiência, identidades indígenas ou étnicas; planos de cuidado individuais devem ser criados para garantir que pessoas idosas com maior risco de violência, maus tratos e perseguição sejam fornecidas com segurança na detenção, incluindo

mulheres mais velhas, lésbicas mais velhas, gays, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexuais e idosos pertencentes a grupos étnicos, religiosos ou indígenas;

(f) Os Estados, por meio de seus sistemas judiciais, devem considerar a necessidade e a proporcionalidade de deter idosos com condições complexas de saúde e necessitando de cuidados paliativos; Os Estados também devem examinar a possibilidade de alternativas de não-custódia em todas as fases da detenção, incluindo o cumprimento de penas em instalações onde as necessidades das pessoas idosas seriam tratadas ou beneficiadas pela libertação humanitária ou compassiva.

89. No contexto da detenção relacionada à imigração, o Especialista Independente recomenda que:

(a) Os Estados devem progressivamente acabar com todas as formas de privação de liberdade no contexto da imigração para idosos e suas famílias;

(b) Se forem detidas, devem ser priorizadas medidas alternativas de processamento de imigração não-custodiada para idosos; Os Estados devem tomar as medidas adequadas para garantir o respeito aos direitos humanos dos migrantes mais velhos e solicitantes de asilo, garantindo que as condições de detenção sejam adequadas à idade e que as pessoas idosas sejam atendidas com cuidados de saúde e apoio profissional qualificado, conforme necessário; os direitos dos migrantes mais velhos e requerentes de asilo à dignidade e a serem tratados de forma justa quando na detenção relacionada à imigração devem ser respeitados, em consonância com as normas legais internacionais e regionais;

(c) A coleta de dados relacionada a migrantes e solicitantes de asilo deve ser sistematicamente desagregada por idade e outros fatores interseccionais relevantes para melhor informar as políticas de imigração;

(d) Os Estados devem assegurar que os migrantes mais velhos e os requerentes de asilo tenham acesso a recursos legais e assistência jurídica durante a detenção e que sejam devidamente informados das razões de sua detenção e sobre os processos legais em uma língua que entendem.

90. O Especialista Independente faz as seguintes recomendações no contexto do cuidado: (a) Todas as leis e regulamentos que justifiquem a privação da liberdade pessoal das pessoas idosas com base em sua idade ou em necessidades percebidas ou reais de cuidado e permitindo a "tomada de decisão substituída" devem ser revogadas, incluindo a chamada "legislação de saúde mental";

(b) Os arranjos de cuidados adequados relacionados à idade devem ser desenvolvidos e devidamente financiados pelos Estados para garantir que as pessoas idosas possam viver de forma independente em suas comunidades, com dignidade, em consonância com sua vontade e preferências, de acordo com o conceito de "envelhecimento em vigor" e com o objetivo de acabar com a institucionalização das pessoas idosas;

(c) Os prestadores de serviços privados devem adotar uma abordagem baseada em direitos para o cuidado e os arranjos de vida das pessoas idosas; tais arranjos e atividades devem

ser regulados e monitorados pelos Estados em consonância com suas obrigações previstas no direito internacional dos direitos humanos;

(d) A gestão de pessoal e de estabelecimentos assistenciais deve ser fornecida com treinamento adequado sobre as necessidades das pessoas idosas, a fim de prevenir sua privação de liberdade e qualquer ato ou prática que equivale a maus tratos, violência ou negligência;

(e) Os Estados devem abster-se de destinar recursos a serviços que permitam a privação de liberdade de idosos com base na idade avançada ou na percepção ou real A/HRC/51/27 21 incapacidade ou necessidade de cuidado; o financiamento deve ser cada vez mais alocado para financiar pesquisas e assistência técnica para acabar com todas as formas de privação de liberdade no contexto do cuidado;

(f) Os Estados devem defender os princípios da autonomia, da capacidade independente e legal, incluindo o consentimento informado, dos idosos na legislação nacional, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Visita à Finlândia. Relatório da Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas, Claudia Mahler, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/468/73/PDF/G2246873.pdf?OpenElement>

“Resumo. O Secretariado tem a honra de transmitir ao Conselho de Direitos Humanos o relatório da Especialista Independente sobre o gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas, Claudia Mahler, em sua visita ao país na Finlândia de 26 de outubro a 4 de novembro de 2021. O objetivo da visita foi identificar boas práticas e lacunas na implementação de leis e políticas existentes relacionadas à promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas idosas. Com base nas informações coletadas antes, durante e após a visita, a Perito Independente analisa os desafios enfrentados na realização de todos os direitos humanos por idosos, prestando especial atenção às pessoas marginalizadas e grupos em situação de vulnerabilidade. Em seu relatório, a Especialista Independente avalia, na medida do possível, a implementação de instrumentos, leis e políticas internacionais existentes relativas ao gozo de todos os direitos humanos por pessoas idosas na Finlândia.”...

“91. A Especialista Independente saúda o compromisso com a desinstitucionalização e o desenvolvimento de serviços comunitários para pessoas idosas. Ela recomenda que acomodações familiares alternativas ou moradias apoiadas pela comunidade sejam parte das soluções para incluir pessoas idosas na comunidade para uma vida mais independente. Tais modelos alternativos poderiam continuar a ser parcialmente pagos pelas próprias pessoas idosas, se houver proteção legal adequada. 92. Para apoiar melhor as escolhas das pessoas idosas com recursos financeiros limitados, a Especialista Independente recomenda que serviços sociais como serviços de cuidados domiciliares sejam regulados e alocados dentro de um quadro e institucionalizados nos orçamentos governamentais. Aproveitando a atual reforma da assistência à saúde e dos serviços sociais, a Especialista Independente também recomenda que sejam alocados recursos suficientes para permitir que os municípios aumentem os serviços sociais e comunitários para permitir que os idosos vivam de forma independente na comunidade.”

Envelhecer, um bom negócio! As novas políticas francesas sobre adaptação ao envelhecimento. Thomas Héléne in "Uma nova política social sobre o envelhecimento:

história e potencialidade de um desafio" editado por Dominique Viriot-Barrial. https://www.academia.edu/29474395/VIEILLIR_LA_BELLE_AFFAIRE_LES_NOUVELLES_POLITIQUE_UEES_FRAN%C3%87AISES_DE_LADAPTATION_AU_VIEILLISSEMENT_in_Une_nouvelle_politique_sociale_du_vieillissement_histoire_et_prospective_d_un_d%C3%A9fi_sous_la_direction_de_Dominique_Viriot_Barrial?email_work_card=abstract-read-more

“A lei de 2015 sobre a adaptação da sociedade francesa ao envelhecimento visa trazer uma mudança na forma como olhamos para a velhice. A lei propõe primeiro uma redefinição da população-alvo: dos idosos ao envelhecimento. Não é mais velhice, uma fração das faixas etárias mais velhas, empobrecidas, feminizadas, mal abrigadas, em má saúde, dessocializadas e com cidadania paliativa que se trata de cuidar economicamente, social e medicamente e acompanhar até a morte com dignidade por políticas específicas.

Agora, o governo da velhice diz respeito a todos os setores da ação pública e toda a população. O setor voluntário sem fins lucrativos e empresas que comercializam produtos de biotecnologia são convidados a desenvolver novos serviços e produtos comercializáveis para idosos. O novo marco visa atender aos idosos de hoje e especialmente aos de amanhã. Não é tanto uma faixa etária como uma coleção de indivíduos assexuados sem condições socioeconômicas-culturais definidas, o que visa e’ apresentar as pessoas com cursos de vida diferenciados, preservando suas particularidades e identidades.

A nova política sobre a velhice exige que eles adaptem seu comportamento, os de sua comitiva, sua moradia, à sua condição de minorias inerentes à idade e preparem-se para o fim da vida, acompanhando-os nesse processo. O novo sistema pretende mudar o sistema de referência das políticas sócio-emocionais para combater a perda de autonomia/dependência para ampliar os benefícios do modelo biomédicos-técnicos economicamente prometendo o "envelhecer bem" que vem sendo gradualmente estabelecido desde o final da década de 1990. Trata-se agora de uma questão não só de compensar melhor as deficiências, mas sobretudo de adiar o momento de sua aparição.”...

..."Da velhice ao envelhecimento: de um grupo sócio-demográfico a uma série de caminhos individualizados A população alvo dos novos esquemas não é uma faixa etária determinada por um limiar de entrada - mais de 60 ou 65 anos ou mais de 80 ou 85 anos - mas um grupo previsto como composto por idosos que atingem vários pontos do ciclo de vida. São levados em conta diferentes períodos de vida individual e relações intergeracionais em diferentes épocas da vida dos grupos familiares (três ou até quatro gerações vivendo ao mesmo tempo). O primeiro começaria com o fim da atividade profissional, a transição para o trabalho não remunerado de mãos dadas com o desenvolvimento de atividades voluntárias e transferências e serviços para filhos e netos. A segunda seria marcada pela redução da mobilidade e doenças crônicas; o terceiro pelos acidentes de saúde mais graves e incapacitantes que marcam o fim da vida e da morte."...

5.Finalmente cabe destacar a Resolução aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos em 6 de outubro de 2022 51/14 sobre **“O papel da prevenção na promoção e proteção dos direitos humanos: o Estado de Direito e a responsabilização.”** <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/520/49/PDF/G2252049.pdf?OpenElement>

Fundamental incursionar na exigibilidade imediata dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, rompendo a discriminação da aplicação imediata apenas dos direitos civis e políticos, postura muito conformada pela tradição liberal, deixando a mercê de uma progressividade ou de um incrementalismo lentíssimo os demais direitos que compõem os DESCAs. A mudança requerida, projetando exigibilidade, justiciabilidade e reparação na forma de justiça transicional para os DESCAs deveria ser de alto interesse para a Saúde Global e a Diplomacia em Saúde, primeiro para evitar a regressividade dos direitos representada pelas políticas de austeridade e seu desfinanciamento de políticas sociais e logo pelo incrementalismo lento e seletivo que fracassa os direitos ignorando e violando sua interdependência e seu caráter sistêmico.

Extrato da Resolução aprovada:

"Observando que, em sua resolução 45/31 de 7 de outubro de 2020, o Conselho de Direitos Humanos instou todos os seus mecanismos a integrar a prevenção em seu trabalho e, quando for o caso, em seus relatórios, de acordo com seus respectivos mandatos, reconhecendo que a prevenção pode abranger medidas que, entre outros, abordam causas básicas, focam em uma resposta rápida aos primeiros indicadores, visam minimizar os danos uma vez que a situação dos direitos humanos das Nações Unidas tenha aumentado, concentrar-se na minimização de ameaças futuras e visar prevenir violações e abusos de direitos humanos a longo prazo, reafirmando que os direitos humanos, o Estado de direito e a democracia estão interligados e mutuamente reforçados, e que pertencem aos valores e princípios fundamentais universais e indivisíveis das Nações Unidas,

Reconhecer que a prevenção efetiva requer o respeito ao Estado de Direito como princípio de governança no qual todas as pessoas, instituições e entidades, públicas e privadas, incluindo o próprio Estado, são responsáveis por leis que são promulgadas publicamente, igualmente aplicadas e independentemente julgadas, e são consistentes com o direito internacional dos direitos humanos, reconhecendo também que a responsabilização por violações e abusos dos direitos humanos é crucial para a manutenção do Estado de Direito, e que a impunidade facilita a recorrência de tais violações e abusos, reafirmando que a impunidade para o crime de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade incentiva sua ocorrência, e que a responsabilização por tais crimes é um fator importante em sua prevenção, 1. Afirma a importância de medidas preventivas eficazes como parte de estratégias globais de promoção e proteção de todos os direitos humanos;

2. Reconhece que os Estados têm a principal responsabilidade pela promoção e proteção de todos os direitos humanos..."

Crise climática e as constantes ameaças ao progresso da saúde global

Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão

OMS e a COP27

No último domingo, 6 de novembro, durante a abertura da COP 27, mais um apelo foi lançado à Conferência pela Organização Mundial da Saúde: a negociação de um tratado para eliminar completamente os combustíveis fósseis.

A OMS emitiu um aviso sombrio de que a crise climática está aumentando as doenças e as mortes em um ritmo crescente – com centenas de milhões de pessoas já afetadas e trilhões de dólares em perdas econômicas diretas e indiretas. [No comunicado oficial lançado pela OMS](#), clamou-se para que a saúde esteja no centro dessas negociações críticas – ainda que o tema saúde não esteja formalmente representado entre as temáticas da conferência COP27, ou suas negociações formais.

Em fala do diretor-geral da OMS, Dr Tedros Adhanom, houve o reforço de que as mudanças climáticas deixam milhões de pessoas doentes ou mais vulneráveis a doenças em todo o mundo e a crescente destrutividade de eventos climáticos extremos afeta desproporcionalmente comunidades pobres e marginalizadas. É crucial que líderes e tomadores de decisão se reúnam na COP27 para colocar a saúde no centro das negociações. A invasão cada vez maior dos habitats dos animais está aumentando as oportunidades para vírus prejudiciais aos humanos fazerem a transição de seu hospedeiro animal.

Entre 2030 e 2050, espera-se que as mudanças climáticas causem aproximadamente 250.000 mortes adicionais por ano por desnutrição, malária, diarreia e estresse por calor. O aumento da temperatura global que já ocorreu está levando a eventos climáticos extremos que trazem intensas ondas de calor e secas, inundações devastadoras e furacões e tempestades tropicais cada vez mais poderosos. A combinação desses fatores significa que o impacto na saúde humana está aumentando e provavelmente se acelerará.

De acordo com estimativas da OMS, os custos de danos diretos à saúde até 2030 (ou seja, excluindo os custos em setores determinantes da saúde, como agricultura e água e saneamento), são estimados entre US\$ 2-4 bilhões por ano.

Recommendations on climate change and health:

1

Commit to a healthy recovery.

Commit to a healthy, green, and just recovery from COVID-19.

2

Our health is not negotiable.

Place health and social justice at the heart of the UN climate talks.

3

Harness the health benefits of climate action.

Prioritise those climate interventions with the largest health-, social- and economic gains.

4

Build health resilience to climate risks.

Build climate-resilient and environmentally sustainable health systems and facilities, and support health adaptation and resilience across sectors.

5

Create energy systems that protect and improve climate and health.

Guide a just and inclusive transition to renewable energy to save lives from air pollution, particularly from coal combustion. End energy poverty in households and health care facilities.

6

Reimagine urban environments, transport, and mobility.

Promote sustainable, healthy urban design and transport systems, with improved land-use, access to green and blue public space, and priority for walking, cycling and public transport.

7

Protect and restore nature as the foundation of our health.

Protect and restore natural systems, the foundations for healthy lives, sustainable food systems and livelihoods.

8

Promote healthy, sustainable, and resilient food systems.

Promote sustainable and resilient food production and more affordable, nutritious diets that deliver on both climate and health outcomes.

9

Finance a healthier, fairer, and greener future to save lives.

Transition towards a wellbeing economy.

10

Listen to the health community and prescribe urgent climate action.

Mobilise and support the health community on climate action.

WHO's COP26 Climate Change and Health Recommendations

Fonte: COP26 [special report](#) on climate change and health: the health argument for climate action

A OMS está pedindo aos governos que liderem uma fase justa, equitativa e rápida de transição dos combustíveis fósseis para um futuro de energia limpa. Também houve progresso encorajador nos compromissos com a descarbonização; pede-se a criação de um tratado de não proliferação de combustíveis fósseis que eliminaria o carvão e outros combustíveis fósseis prejudiciais à atmosfera de maneira justa e equitativa. Isso representaria uma das contribuições mais significativas para a mitigação das mudanças climáticas.

Trinta e um milhões de pessoas no Grande Chifre da África estão enfrentando fome aguda e 11 milhões de crianças estão enfrentando desnutrição aguda, pois a região enfrenta uma das piores secas das últimas décadas. A mudança climática já tem impacto na segurança alimentar e, se as tendências atuais persistirem, só piorará. As inundações no Paquistão são resultado das mudanças climáticas e devastaram vastas áreas do país. O impacto será sentido nos próximos anos. Mais de 33 milhões de pessoas foram afetadas e quase 1.500 centros de saúde foram danificados.

Além das negociações formais, a OMS convocou atuações em todos os níveis, com a sociedade civil a repensar o desenvolvimento das cidades e áreas rurais de forma mais sustentável.

A melhoria da saúde humana deve ser vista como algo para o qual todos os cidadãos podem contribuir, seja através da promoção de mais espaços verdes urbanos, que facilitam a mitigação e adaptação ao clima, diminuindo a exposição à poluição do ar, ou fazendo campanhas para restrições ao tráfego local e melhoria do transporte local sistemas.

O envolvimento e a participação da comunidade nas mudanças climáticas são essenciais para aumentar a resiliência e fortalecer os sistemas alimentares e de saúde, e isso é particularmente importante para comunidades vulneráveis e pequenos estados insulares em desenvolvimento, que sofrem o impacto de eventos climáticos extremos.”

A política climática deve agora colocar a saúde no centro e promover medidas de mitigação das mudanças climáticas que tragam benefícios à saúde simultaneamente. Tal política focada na saúde ajudaria a criar um planeta com ar mais limpo, água doce e alimentos mais abundantes e seguros, sistemas de saúde e proteção social mais eficazes e justos e, como resultado, pessoas mais saudáveis.

Na COP27, um Pavilhão de Saúde da OMS oferecerá um programa de eventos de 2 semanas, apresentando evidências, iniciativas e soluções para maximizar os benefícios para a saúde do combate às mudanças climáticas em regiões, setores e comunidades. Aqui segue o [link](#) com a programação e opções online.

ACT-Accelerator e o lançamento de plano de seis meses para controle da Covid-19 a longo prazo

O Acelerador de Acesso às Ferramentas COVID-19 (ACT) lançou seu [plano](#) para os próximos seis meses, definindo como, como uma parceria de agências globais de saúde trabalhando ao lado do governo, sociedade civil e outros parceiros, apoiará os países à medida que o mundo transita para o controle a longo prazo do COVID-19.

Reconhecendo a natureza evolutiva do vírus e da pandemia COVID-19, o plano descreve mudanças na configuração e nas formas de trabalho do ACT-A, para garantir que os países continuem a ter acesso às ferramentas COVID-19 a longo prazo, mantendo o prontidão para ajudar a lidar com futuros surtos de doenças.

Desenvolvido por meio de um processo consultivo com agências do ACT-A, doadores, parceiros do setor, organizações da sociedade civil (OSC) e membros do Conselho de Facilitação, o plano resume as áreas prioritárias de foco para os pilares da parceria, mecanismos de coordenação e outras funções essenciais e destaca o trabalho para ser mantido, transferido, desativado ou mantido em espera. O plano de transição apoia o trabalho das agências do ACT-A à medida que evoluem o financiamento, a implementação e a integração de seus esforços para a COVID-19.

As próximas fases de trabalho:

- Concentrar atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e modelagem de mercado para garantir um pipeline para ferramentas COVID-19 novas e aprimoradas;
- Garantir arranjos institucionais para acesso sustentado de todos os países às vacinas, testes e tratamentos da COVID-19, incluindo oxigênio;
- Concentrar o trabalho in-country na introdução de novos produtos (por exemplo, novos antivirais orais para aqueles com maior risco) e proteção de populações prioritárias (vacinação completa de profissionais de saúde e populações mais velhas), em apoio a metas nacionais e internacionais.

Gavi na estratégia de apoio à produção vacinal África

A Gavi divulgou um [plano](#) de 10 pontos, desenvolvido em consulta com a União Africana e outros parceiros-chave, para destinar maior valor aos benefícios da diversificação para a segurança do abastecimento, com foco na África.

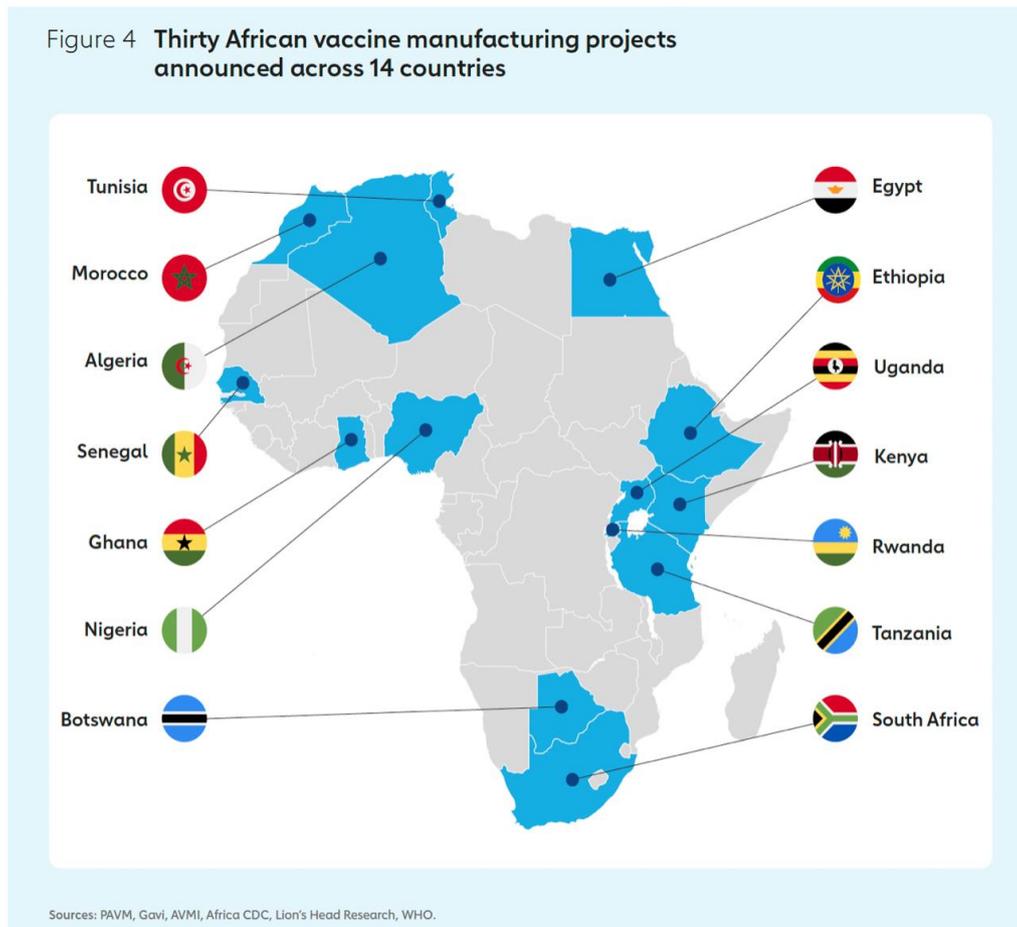
Atribui-se responsabilidades a outros atores-chave – Ministros do Desenvolvimento do G7, países africanos, parceiros internacionais, incluindo instituições financeiras de desenvolvimento e o setor privado – para apoiar a produção sustentável africana capacidade. No entanto, a Gavi conduzirá e coordenará o plano, dada sua enorme influência como maior comprador mundial de vacinas.

A pandemia de COVID-19 expôs a vulnerabilidade da África quando todo o continente ficou meses sem conseguir vacinas, pois os países ricos compraram todas as doses feitas pela Pfizer e Moderna e a Índia interrompeu a exportação de vacinas genéricas feitas pelo Serum Institute of India destinadas ao continente.

Embora a África consuma vacinas avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão todos os anos, o custo de grande parte disso é suportado pela Gavi, UNICEF e doadores. Atualmente, a Gavi escolhe os fornecedores de vacinas pelo preço e não permite sistematicamente a acomodação de preços mais altos em nome da diversidade geográfica e da segurança do abastecimento. Novas adaptações na maneira como a Gavi avalia os produtos em relação à segurança do fornecimento como um novo objetivo de saúde do mercado podem ter um impacto substancial.

O risco de apoiar vacinas africanas mais caras poderia ser mitigado por países que se comprometessem antecipadamente com vacinas que permitiriam volumes de compras agrupados previsíveis. Os próprios países africanos também precisam enviar sinais claros de demanda ao mercado sobre a disposição de selecionar e adquirir fornecedores africanos.

De acordo com a Gavi, somente nos últimos 18 meses, mais de 30 novos projetos de fabricação africanos foram anunciados e as estimativas indicam que o mercado africano de vacinas em todos os novos produtos existentes e projetados possa variar entre US\$ 2,8 bilhões e US\$ 5,6 bilhões até 2040, demonstrando a potencial para o surgimento de uma próspera indústria regional.



Fonte: <https://www.gavi.org/sites/default/files/document/2022/Gavi-Expanding-Sustainable-Vaccine-Manufacturing-in-Africa-2022.pdf>

No entanto, o relatório também reconhece que uma expansão desordenada corre o risco de uma concorrência insalubre, potencialmente minando o impacto de iniciativas de modelagem de mercado que entregaram preços baixos de vacinas a nações de baixa renda, ao mesmo tempo em que não conseguem realizar as aspirações de manufatura da África. Há o apelo para a construção de um modelo de negócios que possa cumprir os objetivos de reforço mútuo da saúde contínua do mercado global e um setor manufatureiro regional sustentável.

Outro contraponto é o de que o preço da instalação de novas instalações de fabricação na África pode significar que seus produtos são muito caros para serem viáveis. Assim, as modelagens indicam que os diferenciais de preço para novos participantes podem exceder os níveis que poderiam ser acomodados durante as licitações competitivas padrão da Gavi/UNICEF, e não causar impacto na cobertura do programa.

Devem ser encontradas formas de apoiar os novos entrantes e, ao mesmo tempo, evitar uma situação em que os fabricantes estabelecidos aumentem os preços das vacinas devido à perda de volumes. Isso traz um risco potencial de aumentar os custos da imunização em todo o mundo.

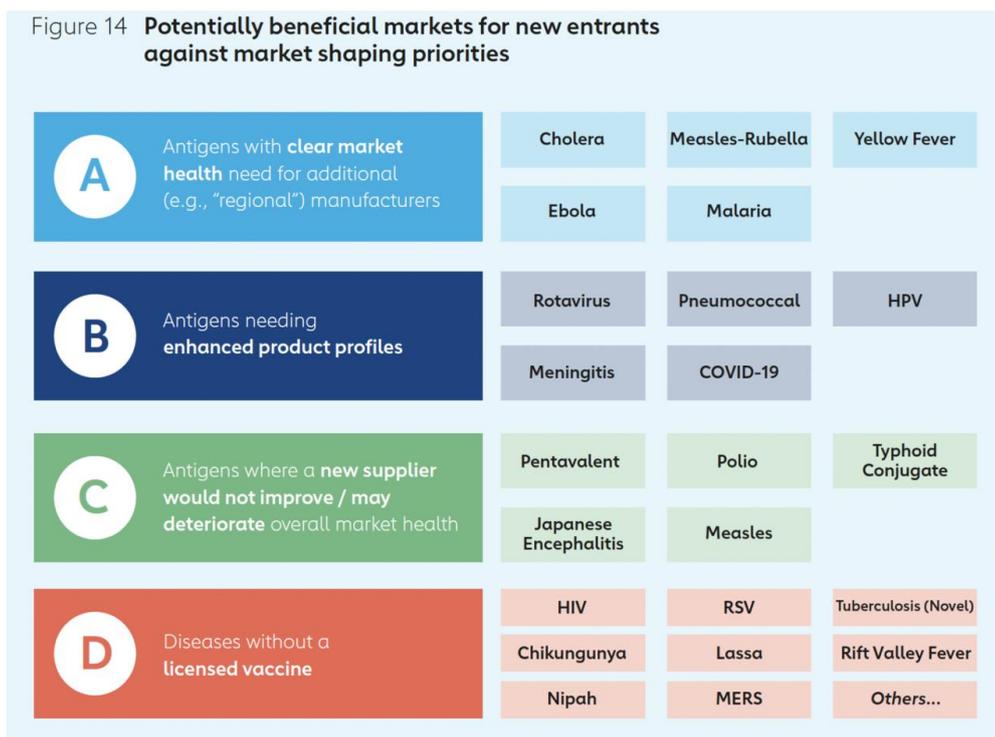


Image Credits: **Gavi/Karel Prinsloo 2017.**

Fonte: <https://www.gavi.org/sites/default/files/document/2022/Gavi-Expanding-Sustainable-Vaccine-Manufacturing-in-Africa-2022.pdf>

Para lidar com o alto custo para novos participantes, o plano propõe um instrumento financeiro com prazo limitado que pode ajudar a mitigar o alto custo de produção de vacinas na entrada no mercado. Também defende que este instrumento financeiro apoie os fabricantes africanos a produzir as vacinas baseadas em antígenos mais comercialmente viáveis – começando com a cólera e o Ebola.

Por sua vez, os países africanos têm a tarefa de acelerar o investimento no ambiente propício, incluindo autoridades reguladoras fortes, cadeias de abastecimento robustas, capital humano qualificado, barreiras comerciais reduzidas e coordenação regional capacitada.

Agências globais de saúde traçam plano para apoiar a resposta liderada pelo governo de Uganda ao surto da doença do vírus ebola

Após a declaração de um surto de Ebola em Uganda em 20 de setembro de 2022, a doença se espalhou para sete outros distritos. A resposta liderada pelo governo local ativou o Sistema de Gerenciamento de Incidentes para controlar o surto. Em apoio aos esforços liderados pelo Ministério da Saúde, a [CEPI, a Gavi e a OMS](#) delinearão um plano para acelerar a pesquisa durante o surto, garantir o acesso a doses experimentais e facilitar o aumento e o acesso a qualquer vacina licenciada subsequente.

A vacinação é uma das intervenções de resposta, no entanto, atualmente não existem vacinas licenciadas (ou terapêuticas) para a doença Ebola causada pelo vírus ebola do Sudão (SUDV), embora existam várias vacinas candidatas que parecem ser adequadas para avaliação em um ensaio clínico durante este surto. Ao incorporar a pesquisa no centro da resposta ao surto atual, pode-se atingir dois objetivos: avaliar vacinas candidatas potencialmente eficazes e contribuir potencialmente para acabar com esse surto e proteger as populações em risco no futuro.

A OMS, CEPI e Gavi estão fornecendo apoio para garantir que doses suficientes de vacinas candidatas estejam disponíveis para o teste e além. Se doses suficientes puderem ser disponibilizadas, o objetivo do teste da vacina seria estabelecer a eficácia das vacinas candidatas em diversas populações. Os desenvolvedores e financiadores de vacinas que disponibilizarão as vacinas candidatas incluem a Universidade de Oxford e o Serum Institute of India, o Sabin Vaccine Institute e as instituições governamentais dos EUA - Biomedical Advanced Research and Development Authority (BARDA) e National Institutes of Health (NIH). , bem como a Iniciativa Internacional de Vacinas Contra a AIDS (IAVI) e MSD.

Os seguintes objetivos foram identificados para os esforços das organizações; estes provavelmente evoluirão em resposta ao surto:

- *Curto prazo*: apoiar os esforços de resposta ao surto do Ministério da Saúde de Uganda conforme necessário para controlar o SUDV e, sob sua liderança, apoiar um ensaio clínico randomizado para avaliar uma ou mais vacinas candidatas como parte da resposta ao surto.

- *Médio prazo*: alocar recursos para planejar e reservar capacidade de fabricação suficiente para aumentar a produção de vacinas candidatas (mesmo antes de serem licenciadas), potencialmente estabelecendo um mecanismo de compartilhamento de riscos. Isso também pode envolver a fabricação de vacinas adicionais em risco durante o estudo para garantir que as doses de uma vacina eficaz possam ser disponibilizadas para encerrar o surto o mais rápido possível.

- *Longo prazo*: explorar caminhos para garantir que as vacinas licenciadas do SUDV estejam disponíveis através do estoque de Ebola, que é habilitado e financiado pela Gavi e gerenciado pelo UNICEF em nome do mecanismo do Grupo de Coordenação Internacional (ICG) de Vacinas coordenado pela OMS. Além disso, compromete-se a desenvolver um mecanismo para garantir acesso e financiamento equitativo para pesquisa de vacinas SUDV, resposta a surtos e vacinação preventiva. E fornecer suporte para o desenvolvimento e avaliação de vacinas de próxima geração.

As ações tomadas pelo Ministério da Saúde em Uganda e seus parceiros baseiam-se em colaboração e experiências anteriores em resposta a surtos de ebolavírus Zaire (outra espécie de vírus Ebola), nas lições aprendidas da COVAX e no trabalho em outros mecanismos de estoque de vacinas.

A OMS faz um chamado no Dia Mundial das Cidades 2022

No Dia Mundial das Cidades 2022 a OMS alertou o mundo que até 2050, cerca de 7 em cada 10 pessoas em todo o mundo viverão em cidades e outros ambientes urbanos. Embora morar nas cidades traga muitas vantagens, a urbanização rápida e não planejada gerou impactos negativos na saúde e no ambiente. Para enfrentar esses impactos a OMS e a ONU Habitat produziram o [*“Guia global para a resposta à malária em áreas urbanas”*](#) que orienta os funcionários municipais, profissionais de saúde e urbanistas para uma resposta abrangente da malária especificamente nas áreas urbanas, onde a dinâmica de transmissão e carga de doenças transmitidas por vetores pode ser diferente da das áreas rurais. Ele também servirá para a luta global contra outras doenças transmitidas por vetores que requerem uma forte ação dos governos locais em saúde, habitação e infraestrutura.

Também no Dia Mundial das Cidades 2022, a OMS lançou a [*“agenda de pesquisa em saúde urbana,”*](#) que é uma estratégia abrangente para ajudar as cidades a construir melhores evidências em torno do que funciona para enfrentar os desafios da saúde urbana avaliando os impactos ambientais, econômicos e sociais das políticas de saúde urbana e promovendo uma abordagem coordenada dos diferentes setores responsáveis pelos determinantes ambientais e sociais da saúde urbana como a qualidade do ar, o abastecimento seguro de água e melhoria do saneamento, o planejamento urbano saudável, os ambientes livres de fumo, a segurança rodoviária, a prevenção de violência e lesões, o manejo ambiental de doenças transmitidas por vetores e preparação para a saúde e emergências humanitárias, incluindo as necessidades de grupos populacionais específicos, como crianças e idosos e migrantes.

World Antimicrobial Awareness Week 2022

A resistência antimicrobiana (Antimicrobial Resistance - AMR) ocorre quando bactérias, vírus, fungos e parasitas mudam ao longo do tempo e não respondem mais aos medicamentos, tornando as infecções mais difíceis de tratar e aumentando o risco de propagação da doença, sobretudo em formas graves e morte. Como resultado da resistência aos medicamentos, os antibióticos e outros medicamentos antimicrobianos tornam-se ineficazes e as infecções tornam-se cada vez mais difíceis ou impossíveis de tratar. Os pesquisadores estimaram que a AMR em bactérias causou cerca de 1,27 milhão de mortes em 2019.

Um plano de ação global para enfrentar o crescente problema da resistência a antibióticos e outros medicamentos antimicrobianos foi aprovado na 68ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2015. Um dos principais objetivos do plano é melhorar a conscientização e a compreensão da AMR por meio de uma comunicação eficaz, educação e treinamento.

A [Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana](#) (WAAW) é uma campanha global que é celebrada anualmente para melhorar a conscientização e a compreensão sobre o tema e incentivar as melhores práticas entre o público, as partes interessadas da One Health e os formuladores de políticas, que desempenham um papel crítico na redução do surgimento e disseminação de doenças. A semana focal será de 18 a 24 de novembro.

Este ano, o tema é “Juntos, prevenindo a resistência antimicrobiana”. Apelamos a todos os setores para que incentivem o uso prudente de antimicrobianos e fortaleçam as medidas preventivas contra a AMR trabalhando em conjunto de forma colaborativa por meio de uma abordagem One Health. A campanha anual é compartilhada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH) (coletivamente conhecidos como Quadripartite).

Os materiais podem ser acessados na plataforma da OMS, em todas as línguas oficiais: [WHO Campaigns](#)

A OMS faz um chamado no Dia Mundial das Cidades 2022

No Dia Mundial das Cidades 2022 a OMS alertou o mundo que até 2050, cerca de 7 em cada 10 pessoas em todo o mundo viverão em cidades e outros ambientes urbanos. Embora morar nas cidades traga muitas vantagens, a urbanização rápida e não planejada gerou impactos negativos na saúde e no ambiente. Para enfrentar esses impactos a OMS e a ONU Habitat produziram o [“Guia global para a resposta à malária em áreas urbanas”](#) que orienta os funcionários municipais, profissionais de saúde e urbanistas para uma resposta abrangente da malária especificamente nas áreas urbanas, onde a dinâmica de transmissão e carga de doenças transmitidas por vetores pode ser diferente da das áreas rurais. Ele também servirá para a luta global contra outras doenças transmitidas por vetores que requerem uma forte ação dos governos locais em saúde, habitação e infraestrutura.

Também no Dia Mundial das Cidades 2022, a OMS lançou a [“agenda de pesquisa em saúde urbana,”](#) que é uma estratégia abrangente para ajudar as cidades a construir melhores evidências em torno do que funciona para enfrentar os desafios da saúde urbana avaliando os impactos ambientais, econômicos e sociais das políticas de saúde urbana e promovendo uma abordagem coordenada dos diferentes setores responsáveis pelos determinantes ambientais e sociais da saúde urbana como a qualidade do ar, o abastecimento seguro de água e melhoria do saneamento, o planejamento urbano saudável, os ambientes livres de fumo, a segurança rodoviária, a prevenção de violência e lesões, o manejo ambiental de doenças transmitidas por vetores e preparação para a saúde e emergências humanitárias, incluindo as necessidades de grupos populacionais específicos, como crianças e idosos e migrantes.

A emergência do clima e as ameaças da guerra

Guto Galvão e Danielly Magalhães

COP27

A 27ª Conferência das Partes ([COP27](#)) do [Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas \(UNFCCC\)](#) iniciou em 6 de Novembro de 2022 em Sharm el-Sheikh, no Egito, terminando no dia 18. Em sua [nota geral sobre o evento](#), a ONU chama a atenção para a fato de estarmos vivendo as consequências da destruição planetária através de eventos climáticos extremos, uma crise de energia impulsionada pela guerra na Ucrânia e [dados exaltados pelo presidente do IPCC](#) – mostrando mais uma vez que o mundo não está fazendo o suficiente para combater as emissões de carbono e proteger o futuro do planeta.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, em seu [discurso na abertura da COP27](#) conclamou para que a COP27 alcance resultados à altura da escala do problema. O limitado espaço reservado à sociedade civil ao lado de ostensivos estandes oficiais tem desencorajado a participação de lideranças como a jovem líder sueca [Greta Thunberg](#) e também de parte dos seus seguidores da [Marcha Mundial por Justiça Climática, Sustentabilidade e contra o aquecimento Global](#).

Apesar de cada vez mais desacreditadas, as COPs são as conferências anuais que permitem um diálogo da oficialia sobre o clima do planeta desde 1992 quando foi estabelecida a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) na ECO-92, no Rio de Janeiro. Foi nesta convenção que os estado-membros acordaram “estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para evitar interferências perigosas da atividade humana no sistema climático”.

Nessas reuniões se negociam textos para estabelecer limites juridicamente como o Protocolo de Kyoto em 1997 e o Acordo de Paris adotado em 2015, no qual todos os países do mundo concordaram em intensificar os esforços para tentar limitar o aquecimento global a 1,5°C, o que já se sabe que não será possível.

A COP27 deve tratar de questões sobre o financiamento de “perdas e danos” e de “adaptação”. Isso inclui dispor fundos para que os países possam enfrentar as consequências das mudanças climáticas que superaram o limite da adaptação, além dos fundos prometidos pelas nações desenvolvidas de US\$ 100 bilhões anuais para apoiar a adaptação dos países de baixa renda.

Também serão negociados os termos da COP28 que fará um Balanço Global do progresso coletivo global na mitigação, adaptação e meios de implementação do Acordo de Paris.

A proposta de “perdas e danos” prevê um orçamento separado para que os países ricos e industrializados possam compensar os danos injustos e já ocorrentes em países em desenvolvimento, como fenômenos climáticos extremos, secas, enchentes, ciclones tropicais, desertificação e elevação do nível do mar exacerbados pelas mudanças climáticas. Apesar de limitado, a Dinamarca deu um passo nesse sentido e durante a UNGA anunciou a doação de US\$ 13 milhões aos países em desenvolvimento que sofreram danos devido às mudanças climáticas.

A COP27 terá uma intensa [agenda de atividades](#) das quais devem participar mais de 30 mil inscritos representando governos, empresas, ONGs e grupos da sociedade civil, além de observadores como as agências das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, ONGs e a imprensa.

A OMS preparou uma série de eventos e um suntuoso pavilhão para chamar a atenção do tema da saúde. Existem mais detalhes no informe sobre a OMS desse caderno e no [site da própria OMS](#).

Um participante muito esperado por suas contribuições memoráveis durante as COPs em que tomou parte em representação do Brasil e posteriormente através do [Instituto Lula](#) é o [Presidente Eleito Luiz Inácio Lula da Silva](#).

Armas nucleares são ameaça em qualquer escala e devem desaparecer

Uma guerra nuclear é ecocida, seus efeitos podem perdurar por décadas causando sofrimentos e prejuízos desnecessários e injustos. Muito se escuta hoje sobre a necessidade de evitar a todo o custo uma guerra nuclear. Apesar de ser um tema tratado extensivamente no âmbito diplomático, acompanhamos diariamente ameaças do uso de armas nucleares. O tema é tratado apenas como um tema a mais da extensa agenda internacional da burocracia diplomática, deixando ver que não existe um entendimento coletivo sobre os impactos das armas nucleares. Essas armas em qualquer extensão, sejam bombas atômicas ou as chamadas bombas²³sujas representam perigos e ameaças que vão além da guerra tradicional. Qualquer uso de armas nucleares de qualquer espécie e em qualquer dimensão terá consequências sanitárias, humanitárias e ambientais devastadoras.

A liberação de radiação é um fenômeno exclusivo das explosões nucleares. Existem vários tipos de radiação emitida; esses tipos incluem radiação gama, nêutrons e ionizante, e são emitidos não apenas no momento da detonação (radiação inicial), mas também por longos períodos de tempo depois (radiação residual). A radiação mata as células, inibe a mitose, causa mutação no DNA, aumenta a instabilidade genética e aberrações em cromossomas ([Little, 2003](#)). Médicos e profissionais de saúde alertam que não existe nenhuma resposta de saúde pública significativa ao uso de armas nucleares em qualquer escala. **Não existe como se preparar para uma guerra nuclear, é preciso impedi-la.** Um ataque nuclear a qualquer cidade destruiria hospitais e clínicas, mataria a grande maioria dos profissionais de saúde, destruiria suprimentos médicos e paralisaria sistemas de comunicação e transporte.

Em vista disso, as federações internacionais de saúde, incluindo a Associação Médica Mundial, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, o Conselho Internacional de Enfermeiros, a Federação Internacional de Associações de Estudantes Médicos e a Federação Mundial de

²³ Uma bomba suja é uma mistura de explosivos, como dinamite, com pó radioativo ou pellets. Quando a dinamite ou outros explosivos são detonados, a explosão transporta material radioativo para a área circundante. A diferença entre a bomba suja e a bomba nuclear é que a bomba atômica, como aquelas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, envolve a divisão de átomos e uma enorme liberação de energia que produz a nuvem atômica em forma de cogumelo; já a bomba suja funciona de maneira completamente diferente e não pode criar uma explosão atômica. Em vez disso, uma bomba suja usa dinamite ou outros explosivos para espalhar poeira radioativa, fumaça ou outro material para causar contaminação radioativa.

Associações de Saúde Pública, aprovaram oficialmente o [Tratado de Proibição de Armas Nucleares](#) com base em que uma resposta médica significativa a qualquer uso de armas nucleares seria impossível.

A organização [Médicos pela Responsabilidade Social](#) (Physicians for Social Responsibility - PSR) que promove, entre outros temas a abolição das armas nucleares como única medida capaz de evitar as atrocidades da guerra nuclear em qualquer escala. O relatório [Fome Nuclear](#), produzido pela organização [Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear](#) (International Physicians for the Prevention of Nuclear War – IPPNW), demonstra que uma guerra nuclear, mesmo limitada a uma dimensão regional teria impactos planetários no clima, na agricultura e na saúde global.

O relatório sinaliza que mesmo na menor escala dos cenários de guerra nuclear - envolvendo apenas uma pequena porcentagem dos arsenais mundiais - diminuiria o consumo calórico global em 7%, em média. Se os Estados Unidos e a Rússia tivessem uma guerra nuclear, os impactos climáticos na agricultura e em outros alimentos seriam tão severos que o consumo calórico cairia 90%, em média, em todo o planeta. Estima-se que cinco bilhões de pessoas pereçam de fome neste cenário.

[Dennis Normile](#) publicou um artigo de revisão na revista [Science](#) que ressalta a importância dos estudos sobre os efeitos na saúde e o sofrimento dos sobreviventes da bomba atômica para a compreensão dos efeitos da radiação na saúde do ignóbil evento de Hiroshima (1945) que vitimou 120.000 pessoas inocentes, algumas morreram de imediato, outros mais tarde por câncer e muitos tiveram uma vida de sofrimentos que perdura até hoje, incluindo a dúvida sobre qual será o efeito na sua prole e nas gerações futuras expostas à contaminação ambiental.

A iniciativa de cooperação entre os EUA e o Japão, Fundação REFF ([Radiation Effects Research Foundation RERF](#)) que faz o seguimento das vítimas de Hiroshima estuda, registra e divulga os resultados das pesquisas que são responsáveis pela maior parte do que se sabe hoje sobre os efeitos a longo prazo da radiação, um legado coletivo dos sobreviventes que ajudaram milhares de outras pessoas inclusive pelo estabelecimento dos limites de exposição ocupacional e médica à radiação.

Os estudos começaram no final da década de 1950 e registram a miséria e longa prevalência dos efeitos da guerra atômica, um tipo de ofensiva que deixa marcas não superáveis por nenhuma forma de reconstrução. Cerca de 70% dos 120.000 participantes no Estudo de Vida Tempo (LSS) da RERF morreram e os remanescentes têm entre 80 e 90 anos.

Os resultados dos estudos da RERF elucidaram até agora que:

- Os cânceres de órgãos específicos aumentaram entre os sobreviventes da bomba Atômica.
- Doenças não cancerígenas (catarata, tumor benigno da tireoide, doença cardíaca, acidente vascular cerebral, etc.) também aumentaram entre os sobreviventes expostos a altas doses de radiação.
- Sobreviventes expostos a altas doses de radiação tendem a mostrar deterioração do sistema imunológico semelhante à observada com o envelhecimento.

- Muitos sobreviventes expostos a altas doses de radiação apresentam pequenas reações inflamatórias.
- A pesquisa até agora não indicou nenhum efeito genético nos filhos dos sobreviventes da bomba Atômica.
- Observações feitas até o momento não confirmaram aumento da mortalidade ou incidência de câncer entre os filhos de sobreviventes das bombas Atômicas.
- Além das mortes por leucemia, as mortes por câncer de tireoide, mama, pulmão, cólon e estômago aumentaram. Por outro lado, porém, alguns cânceres, como útero, pâncreas, próstata e outros, não aumentaram.

Tabela 1 - Cânceres com aumento da incidência entre sobreviventes de bombas atômicas. O Risco médio relativo para sobreviventes expostos aos 30 anos, ambos os sexos combinados. Risco de leucemia com base em dados coletados entre 1950 e 1990. As pessoas são expostas à radiação natural de 2-3 mSv. Um sievert (Sv) corresponde a 1.000 milisieverts (mSv).

Tipo de câncer	Risco relativo
Leucemia	5.6
Todos os cânceres (excluindo leucemia)	1.5
Câncer no esôfago	2.2
Cancro do estômago	1.4
Câncer de cólon	1.5
Cancro do pulmão	1.8
Câncer de mama	1.8
Câncer de bexiga urinária	2.2

Fonte: https://www.rerf.or.jp/en/programs/roadmap_e/

Assuntos a serem elucidados nos próximos 10-20 anos

- Aqueles que foram expostos à radiação de bombas atômicas quando jovens são mais sensíveis aos efeitos da radiação do que aqueles expostos quando mais velhos?
- Existirá um aumento diferenciado sobre cânceres entre sobreviventes expostos quando jovens e expostos quando mais velhos?

- Os cânceres que não aumentaram entre os sobreviventes da bomba atômica até agora são improváveis de aumentar no futuro?
- Os sobreviventes expostos à radiação de bombas atômicas quando jovens são mais propensos a desenvolver doenças não cancerígenas, incluindo catarata, doenças cardíacas e derrame, do que aqueles expostos quando mais velhos?
- Além da radiação, quais os efeitos que outros fatores como o tabagismo e a dieta têm no desenvolvimento do câncer?
- Como o câncer e outras doenças se desenvolvem após a exposição à radiação?
- Os distúrbios imunológicos e inflamações estão associados ao desenvolvimento de doenças induzidas pela radiação?
- Quais fatores genéticos estão envolvidos na variação individual da suscetibilidade à doença e aos efeitos da radiação na saúde?
- As mutações genéticas aumentaram entre os filhos de sobreviventes expostos a altas doses de radiação?
- As doenças orientadas ao estilo de vida aumentaram entre os filhos de sobreviventes de bombas A (agora se tornando de meia-idade e idosos)?

Assuntos que podem levar mais de 20 anos

- Por que o desenvolvimento do câncer induzido por radiação varia de órgão para órgão?
- Os cânceres induzidos pela radiação são diferentes daqueles induzidos por outras causas?
- Como as doenças não cancerígenas aumentam entre os sobreviventes da bomba atômica?
- Espera-se que as doenças orientadas ao estilo de vida aumentem entre os filhos dos sobreviventes da bomba atômica? Se sim, por quê?

Além dos cânceres os sobreviventes sofreram toda a vida com as cicatrizes incapacitantes de queimaduras e outros danos causados pela radiação que os levaram a inúmeras intervenções e a incerteza de quando haverá outra manifestação já que muitos efeitos podem levar anos ou décadas para se manifestarem. Uma guerra por si já causa impactos humanos e ambientais injustificáveis e persistentes. Nos dias de hoje, diante dos danos e mazelas que o mundo já apresenta, a guerra é um ato injustificável, irresponsável e egoísta. Somadas ao uso de bombas radioativas, constitui uma ação imoral e completamente hedionda.

Os piores países do mundo para trabalhadores e trabalhadoras: a Confederação Sindical Internacional (ITUC) divulga o ranking mundial de 2022

Renê Mendes

Introdução

Apesar de já estarmos vivendo na 3ª década do século XXI, é espantoso e preocupante notar como os direitos básicos da classe trabalhadora (“a classe que vive do trabalho”, no dizer da Sociologia do Trabalho), aqueles que caracterizam o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) preconiza, há muitas décadas, como essenciais para que o trabalho possa ser considerado “decente” (ou “digno”), ainda são, atualmente, atacados, desrespeitados e vilipendiados, em grande parte dos países do mundo, e, para vergonha nossa, também no Brasil e em alguns outros países do continente americano.

Do monitoramento, vigilância e denúncia das violações de normas internacionais do trabalho e de preceitos constitucionais de alguns países – como o Brasil, por exemplo – cuidam muitas agências, como a OIT, desde sua fundação em 1919, como também outras organizações da sociedade e, em especial, da classe trabalhadora. Este é o caso da Confederação Sindical Internacional (ITUC), que desenvolveu seu “Índice Global de Direitos”. O Índice Global de Direitos da ITUC mostra os piores países do mundo para as pessoas que trabalham, classificando os países em uma escala de 1 a 5+ no grau de respeito aos direitos dos trabalhadores. As violações são registradas todos os anos, de abril a março.

O Índice Global de Direitos de 2022 anual, com dados rastreáveis, foi recentemente divulgado, e pode ser encontrado no site <https://www.globalrightsindex.org/en/2022>. As informações sobre violações dos direitos dos trabalhadores nos países são publicadas ao longo do ano na Pesquisa CSI, que pode ser encontrada no endereço <https://survey.ituc-csi.org/?lang=es>. O Índice de Direitos Globais acompanha os principais elementos da democracia nos locais de trabalho, incluindo o direito de estabelecer e aderir a um sindicato; o direito à negociação coletiva e o direito à greve; bem como o direito à liberdade de expressão e reunião, que simboliza uma democracia saudável, segundo preconiza a Confederação Sindical Internacional (CSI).

Critérios utilizados pela CSI para o ranqueamento do “Índice Global de Direitos”:

Classificação 1: Violações esporádicas de direitos

Os direitos trabalhistas coletivos são geralmente garantidos. Os trabalhadores podem livremente se associar e defender seus direitos coletivamente com o governo e/ou empresas e podem melhorar suas condições de trabalho por meio da negociação coletiva. As violações contra os trabalhadores não estão ausentes, mas não ocorrem em bases consideradas regulares.

Classificação 2: Violações repetidas de direitos

Países com classificação 2 têm direitos trabalhistas coletivos ligeiramente mais fracos do que aqueles com classificação 1. Certos direitos têm sofrido repetidos ataques de governos e/ou empresas e minaram a luta por melhores condições de trabalho.

Classificação 3: Violações regulares de direitos

Governos e/ou empresas interferem regularmente nos direitos trabalhistas coletivos ou não garantem integralmente aspectos importantes desses direitos. Existem deficiências nas leis e/ou certas práticas que tornam possíveis violações frequentes.

Classificação 4: Violações sistemáticas de direitos

Trabalhadores em países com a classificação 4 relataram violações sistemáticas. O governo e/ou empresas estão engajados em sérios esforços para esmagar a voz coletiva dos trabalhadores, colocando em risco direitos fundamentais.

Classificação 5: Sem garantia de direitos

Os países com a classificação 5 são os piores países do mundo para se trabalhar. Embora a legislação possa definir certos direitos, os trabalhadores não têm efetivamente acesso a esses direitos e, portanto, estão expostos a regimes autocráticos e práticas trabalhistas injustas.

Classificação 5+: Nenhuma garantia de direitos devido à quebra do estado de direito

Trabalhadores em países com classificação 5+ têm direitos igualmente limitados como países com classificação 5. No entanto, em países com classificação 5+, isso está ligado a instituições disfuncionais como resultado de conflito interno e/ou ocupação militar. Nesses casos, o país recebe a classificação de 5+ por padrão.

É importante destacar que a elaboração do “Índice Global de Direitos”, realizada de forma contínua e permanente, própria de um “sistema de vigilância”, permite não apenas o registro numérico, mas também investigações ampliadas e documentadas, que levam à construção de “dossiês” por país e região, por tipo de violação, e o registro (e divulgação) do nome das empresas que cometem tais violações, o que constitui uma “lista suja” dos violadores e abusadores, além dos desdobramentos judiciais e políticos, onde e quando possível. Com efeito, todas as denúncias recebidas estão documentadas e são disponíveis para as partes interessadas, obviamente como parte de uma permanente “advocacy” da classe trabalhadores e de seus direitos.

As violações de direitos de trabalhadores e trabalhadoras, mais frequentemente observadas, segundo CSI e os indicadores do “Índice Global de Direitos”, têm sido assim tipificadas:

- Crescente criminalização do direito de greve
- Erosão da negociação coletiva
- Impedimento e exclusão da proteção trabalhista
- Restrições ao acesso à justiça
- Cancelamento do registro de sindicatos
- Ataques à liberdade de expressão e de reunião
- Prisões arbitrárias, detenção e prisão
- Ataques violentos a trabalhadores
- Casos de assassinato de trabalhadores e de sindicalistas

Principais achados do Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI²⁴

Como já mencionado, o Relatório de “**2022 ITUC Global Rights Index - The world’s worst countries for workers Executive Summary**”, recentemente divulgado, traz indicadores extremamente preocupantes, dentre os quais, foram destacados e sumarizados alguns, a partir dos **tipos de violações de direitos cometidas**, globalmente, a saber:

- **Direito de greve**

O número de países onde o direito à greve é violado aumentou, de 63% em 2014 para 87% dos países em 2022. Observa-se **a crescente criminalização do direito de greve**. Em 2022, as greves foram gravemente restringidas ou até proibidas em 129 dos 148 países. Em muitos desses países, a greve foi brutalmente reprimida pelas autoridades e os trabalhadores muitas vezes enfrentam processos criminais e demissão sumária por simplesmente exercerem seu direito à greve. As violações ao direito de greve foram agrupadas em duas categorias: processos contra dirigentes sindicais por participação em greves e casos de demissão por participação em greves.

- **Direito à negociação coletiva**

Os países onde o direito à negociação coletiva é violado aumentaram, de 63% em 2014 para 79% dos países em 2022. O Relatório de 2022 destaca aquilo que foi rotulado como “**erosão da negociação coletiva**”. Em 2022, foram registradas graves restrições à negociação coletiva em 117 países. A ausência de boa-fé nas negociações por parte dos empregadores ilustra a quebra do contrato social. O ‘Global Rights Index’ registrou em suas nove edições (até o momento) um **ataque sustentado à negociação coletiva**, direito fundamental de todos os trabalhadores. Restrições foram registradas em todas as regiões do mundo, tanto no setor público quanto no privado, refletindo uma tentativa conjunta dos empregadores, às vezes em conjunto com os governos, de restringir os direitos de mulheres e homens trabalhadores.

- **Direito de constituir e filiar-se a um sindicato**

Os países que excluem trabalhadores da proteção trabalhista aumentaram de 58% dos países em 2014 para 77% dos países em 2022. Saliente-se que, com base nas normas internacionais do trabalho, todos os trabalhadores e trabalhadoras, indistintamente, têm direito à liberdade de associação. Em 2022, 115 dos 148 países excluem certas categorias de trabalhadores desse direito, muitas vezes com base em seu status de emprego. Porém, como é sabido, os trabalhadores migrantes, domésticos, temporários, os que trabalham na economia informal e em plataformas, geralmente ficam fora do âmbito de abrangência da legislação laboral, e a certas categorias de funcionários públicos ou trabalhadores em zonas econômicas especiais continua a ser negado o seu **direito à liberdade de livre associação**, isto é, de liberdade para livre filiação sindical.

- **Direito à justiça**

As violações são tipificadas pela colocação de **barreiras de acesso dos trabalhadores à justiça**. Os países onde os trabalhadores não têm acesso à justiça aumentaram, de 52% em 2015

²⁴ <https://files.mutualcdn.com/ituc/files/2022-ITUC-Rights-Index-Exec-Summ-EN.pdf>

para 66% dos países em 2022. O acesso à justiça e as garantias processuais são princípios básicos do Estado de Direito. Na sua ausência, as pessoas não poderão fazer ouvir suas vozes ou reivindicar seus direitos. Em 97 dos 148 países, os trabalhadores têm acesso limitado ou nenhum à justiça, e são negados o devido processo legal e justiça. Os líderes sindicais foram frequentemente presos e julgados por acusações forjadas, e seus julgamentos muitas vezes foram conduzidos em desrespeito ao julgamento justo e à falta de justiça.

- **Direito de exercer atividades sindicais**

O número de países que negaram ou reprimiram a liberdade de expressão aumentou, de 59% em 2014 para 74% dos países em 2022. O reconhecimento oficial de um sindicato, por meio de registro legal, constitui uma faceta essencial do direito sindical, pois é o primeiro passo que as organizações sindicais devem dar para funcionar de forma efetiva e adequada para representar seus membros. Entre abril de 2021 e março de 2022, as autoridades impediram o registro, o retiraram ou dissolveram arbitrariamente os sindicatos em 110 dos 148 países.

- **Liberdades civis**

As violações a estes direitos são tipificadas na forma de **prisões arbitrárias, detenções e prisão**. Os países onde os trabalhadores foram presos e detidos aumentaram de 25% em 2014 para 47% dos países em 2022. Os trabalhadores foram presos e detidos em 69 dos 148 países em 2022. Vários governos aumentaram a pressão contra os

trabalhadores que exigem seus direitos e os sindicatos que os apoiam, visando especificamente líderes sindicais proeminentes. Líderes sindicais foram presos na Argélia, Camboja, Chile, Colômbia, Egito, Irã, Quirguistão, Hong Kong, Mianmar, República do Congo, Sri Lanka e Coreia do Sul, em uma tentativa de enfraquecer o poder institucional dos sindicatos.

- **Ataques violentos contra trabalhadores**

Os países onde os trabalhadores estão expostos a ataques violentos aumentaram de 29% em 2014 para 34% dos países em 2022. Em 2022, os trabalhadores foram expostos a atos de violência em quase um terço de todos os países incluídos no Índice de Direitos. Em muitos países, greves e protestos sociais foram reprimidos pelas forças armadas e pela polícia lançando mão do uso desproporcional da força. A violência endêmica nas Américas continuou a afetar os trabalhadores e seus representantes e, na África, os líderes sindicais foram submetidos a ataques físicos e ameaças direcionadas a trabalhadores e trabalhadoras.

- **Assassinatos**

Sindicalistas estão sendo assassinados por representarem os trabalhadores e seus direitos coletivos. Muitas vezes não há justiça para os trabalhadores e suas famílias, pois o governo e os empregadores agem com impunidade. Em 2022, sindicalistas foram mortos em 13 países: Bangladesh, Colômbia, Equador, Eswatini², Filipinas, Guatemala, Haiti, Iraque, Índia, Itália, Lesoto, Mianmar e África do Sul. A Colômbia foi o país onde mais dirigentes sindicais foram assassinados em 2022.

- **Direito à liberdade de expressão e reunião**

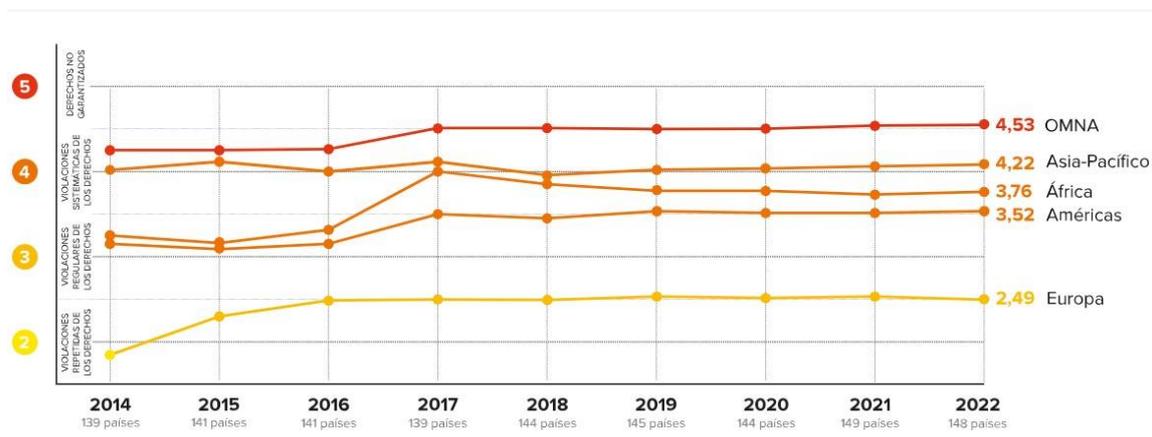
O número de países onde a liberdade de expressão e reunião é negada ou restringida aumentou de 26% em 2014 para 41% dos países em 2022. O escopo das restrições à liberdade

de expressão e reunião foi estendido a todos os aspectos da vida, desde reuniões públicas até publicação digital. O retrocesso nos direitos desde que o Talibã assumiu o poder no Afeganistão silenciou uma geração inteira, enquanto na Tunísia os comícios de oposição à ditadura e comemorando o 10º aniversário da Primavera Árabe foram recebidos com violência e prisões. A ascensão do autoritarismo e dos golpes militares restringiram a liberdade de expressão e reunião na Bielorrússia, Burkina Faso, Mianmar e Sudão.

Uma breve panorâmica segundo as regiões do mundo

O Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI organiza vários ângulos de análise comparativa, entre os quais a **análise regional**, no contexto mundial, de onde é extraída a intrigante questão: **quais são as piores regiões do mundo para as pessoas que trabalham?** Para a CSI, e adotados os critérios e metodologias já descritos, a pior região do mundo, para as pessoas que trabalham (às vezes, enunciado como “a pior região do mundo para se trabalhar”) é o Oriente Médio/Norte da África, reunidos num grupo por eles rotulado como OMNA (Oriente Médio e Norte da África), na versão em espanhol e português

O GRÁFICO a seguir, extraído do Relatório de 2022, mostra uma série histórica iniciada em 2014, e as tendências, servindo para comparar os escores alcançados em cada região, ao longo de nove anos.



A partir da análise regional, aprofundada no Relatório de 2022, aprofundamos um pouco mais a análise da região das Américas²⁵.

Segundo a Confederação Sindical Internacional (CSI), “a situação dos trabalhadores nas Américas piorou em 2022, com um aumento da classificação negativa, de 3,48 para 3,52, correspondente à posição entre ‘violações regulares de direitos’ e ‘violações sistemáticas de direitos’. Em muitos países, incluindo Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala e Honduras, sindicalistas e trabalhadores sofreram ataques violentos.”⁴

Os seguintes indicadores apontam para a situação na região das Américas:

²⁵ <https://www.globalrightsindex.org/es/2022/regions/americas>

- 92% dos países violaram o direito de greve (em comparação com 88% em 2021);
- 88% dos países impediram o registro de sindicatos (nenhuma mudança a partir de 2021);
- 77% dos países trabalhadores nas Américas negaram aos trabalhadores o acesso à justiça (em comparação com 76% em 2021);
- 76% dos países violaram o direito à negociação coletiva (comparado com 72% em 2021);
- 76% dos países excluíram os trabalhadores do direito de estabelecer e aderir a um sindicato (comparado com 72% em 2021);
- 52% dos países prenderam e detiveram trabalhadores (comparado com 56% em 2021);
- Os trabalhadores sofreram ataques violentos em 36% dos países das Américas (em comparação com 40% em 2021);
- 24% dos países das Américas restringiram a liberdade de expressão e reunião (em comparação com 20% em 2021);
- Trabalhadores foram assassinados na Colômbia, Equador, Guatemala e Haiti.

Os 10 piores países para os trabalhadores e as trabalhadoras

A cada ano, os países são classificados de acordo com o cumprimento dos direitos trabalhistas coletivos e as violações de direitos reconhecidos internacionalmente, por parte de governos e empregadores. Estes são os dez piores países para os trabalhadores e trabalhadoras, em ordem alfabética:

- **Bangladesh** (Classificação 5²⁶)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado por **leis regressivas, obstáculos à formação sindical** e pela **repressão brutal de greves**. Os direitos dos trabalhadores em Bangladesh continuaram a ser gravemente restringidos. No setor de vestuário, a maior indústria do país, que emprega mais de 4,5 milhões de trabalhadores, as tentativas de formação de sindicatos foram implacavelmente obstruídas, enquanto as greves foram recebidas com extrema brutalidade pela polícia, que disparou munição real e usou cassetetes e gás lacrimogêneo para dispersar os trabalhadores. Pelo menos seis trabalhadores foram baleados e mortos pela polícia durante as greves, enquanto muitos outros ficaram gravemente feridos. Trabalhadores em Bangladesh também foram expostos a demissões em massa e processos criminais por exercerem seu direito de protesto pacífico. As autoridades também frustraram o estabelecimento de sindicatos ao impor um processo de registro extremamente oneroso.

- **Bielorrússia** (Classificação 5)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado por **leis criminais repressivas, prisões em massa de dirigentes sindicais e dissolução forçada de sindicatos**. Desde que Alexander Lukashenko reivindicou a vitória nas

²⁶ **Classificação 5: “Sem garantia de direitos:** Os países com a classificação 5 são os piores países do mundo para se trabalhar. Embora a legislação possa definir certos direitos, os trabalhadores não têm efetivamente acesso a esses direitos e, portanto, estão expostos a regimes autocráticos e práticas trabalhistas injustas.”

eleições presidenciais fraudadas de agosto de 2020 e a forte repressão aos protestos democráticos, o governo bielorrusso aumentou consistentemente a pressão sobre os sindicatos independentes, realizando batidas em escritórios dos sindicatos e casas dos sindicalistas e prendendo líderes sindicais e membros. Os sindicatos e outras associações foram dissolvidos à força a pedido das autoridades. Nova legislação foi introduzida para punir manifestações não autorizadas com prisão de até três anos, fechando ainda mais o espaço democrático no país. Além disso, as autoridades continuaram a negar o registro de sindicatos independentes.

- **Brasil** (classificação 5²⁷)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado por **medidas discriminatórias anti-sindicais, violação de acordos coletivos**, entre outras violações eventualmente não mencionadas no Relatório de 2022, e que devem se denunciadas. Em 2022, a situação dos trabalhadores no Brasil continuou a piorar à medida em que seus direitos coletivos básicos eram regularmente violados por empregadores e autoridades. Desde a adoção da Lei nº 13.467 em 2017 (“Reforma Trabalhista”), todo o sistema de negociação coletiva entrou em colapso no Brasil, com uma queda drástica de 45% no número de acordos coletivos celebrados. O Relatório acrescenta: “os trabalhadores, especialmente do setor de saúde e da indústria de carnes, enfrentaram as terríveis consequências da terrível gestão da pandemia de coronavírus pelo presidente Bolsonaro, com deterioração das condições de trabalho e enfraquecimento das medidas de saúde e segurança”.

- **Colômbia** (Classificação 5)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado por **assassinatos e impunidade, ataques aos sindicatos e demissões massivas**. Para a Confederação Sindical Internacional, “**a Colômbia continuou sendo o país mais letal para trabalhadores e sindicalistas**, com treze assassinatos em 2021- 2022. Outras seis tentativas de assassinato e 99 ameaças de morte foram registradas. Oito sindicalistas foram presos arbitrariamente. A maioria desses crimes permaneceu sem solução, pois o governo não investigou os casos. Sem qualquer proteção adequada, os sindicalistas e suas famílias permaneceram sob constante ameaça às suas vidas. Os sindicatos também foram prejudicados em suas atividades, pois os empregadores violavam regularmente o direito dos trabalhadores de formar sindicatos e se livravam dos representantes dos trabalhadores por meio de demissões direcionadas e não renovação de contratos.

- **Egito** (Classificação 5)

O Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI afirma que o país tem sido caracterizado por **leis repressivas; abertura de processos judiciais contra grevistas; destruição de sindicatos e demissões**. “Os trabalhadores no Egito continuaram privados de seus direitos e liberdades básicos no trabalho, enquanto muitos sindicatos independentes ainda buscavam o recadastramento após sua dissolução arbitrária em 2018. As greves foram sistematicamente reprimidas, com trabalhadores presos e detidos pelas forças policiais e grevistas posteriormente demitidos por seus empregadores.” Novas leis foram introduzidas em 2021 para restringir ainda

²⁷ <https://www.globalrightsindex.org/es/2022/countries/bra>

mais a liberdade de expressão e reunião. Em 1º de agosto de 2021, o presidente Al-Sisi aprovou uma legislação que permite que as administrações públicas demitam qualquer funcionário público suspeito de pertencer a grupos classificados como “terroristas” no Egito, bem como aqueles que “prejudiquem os serviços públicos ou os interesses econômicos do Estado”. Em 23 de novembro de 2021, Al-Sisi ratificou emendas que codificam e consolidam um estado de emergência permanente no Egito, permitindo que mais civis sejam encaminhados a tribunais militares e erodindo mais garantias de um julgamento justo.

- **Eswatini**²⁸ (Classificação 5)

O Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI aponta que o país tem sido caracterizado por **violação grave da liberdade de reunião e violência policial**, entre outras violações. Eswatini mergulhou em uma espiral de violência e repressão quando os protestos pró-democracia de 2021 foram recebidos com extrema brutalidade policial. Pelo menos 72 manifestantes foram mortos pela polícia e forças governamentais; outras centenas ficaram feridas e outras detidas, enquanto algumas continuavam desaparecidas. Alguns ativistas se esconderam e outros fugiram para o exílio. A liberdade de expressão e reunião foi fortemente restringida, pois no final do ano, outras marchas e greves foram violentamente reprimidas pela polícia, que usou munição real, balas de borracha, gás lacrimogêneo e cassetetes para dispersar os manifestantes. Pelo menos três trabalhadores foram mortos a tiros, enquanto muitos outros ficaram gravemente feridos.

- **Filipinas** (Classificação 5)

O Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI aponta que o país tem sido caracterizado por **prisões durante greves e repressão estatal**, entre outras graves violações de direitos. Os trabalhadores e seus representantes nas Filipinas permaneceram particularmente vulneráveis a **ataques violentos, intimidações e prisões arbitrárias**. Os sindicalistas, maldosamente rotulados de ‘vermelhos’ pelo presidente Duterte, permaneceram sob ameaça imediata da polícia e do exército, que realizaram ataques direcionados contra eles. Mais de 50 sindicalistas foram mortos desde que o presidente Duterte chegou ao poder em 2016.

- **Guatemala** (Classificação 5)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado pelo **clima de medo e impunidade**, e por **demissões anti-sindicais**. Segundo a Confederação Sindical Internacional, a Guatemala há muito é atormentada pela violência endêmica contra os trabalhadores. O envolvimento em atividades sindicais permaneceu extremamente perigoso e muitas vezes resultou em ameaças de morte e assassinato. A impunidade prevaleceu porque o governo não forneceu proteção oportuna e adequada aos sindicalistas que receberam ameaças de morte e não investigou e processou crimes anti-sindicais. Além disso, os empregadores usaram amplamente práticas de repressão sindical, como demissões sumárias, para contornar a representação dos trabalhadores e a negociação coletiva.

²⁸ País da África Austral, anteriormente conhecido como Suazilândia.

- **Mianmar** (Classificação 5+)²⁹

O Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI aponta que o país tem sido caracterizado por **repressão brutal de greves e protestos, prisões arbitrárias e assassinatos**. Desde o golpe militar de 1º de fevereiro de 2021 e a repressão brutal dos subsequentes protestos pró-democracia, os abusos generalizados e sistemáticos dos direitos humanos continuaram fortes e graves no país. Em 2 de março de 2021, o Tatmadaw, o exército birmanês, declarou ilegais 16 organizações trabalhistas. Trabalhadores e sindicalistas foram brutalmente mortos e presos por participarem de protestos e greves, e suas casas foram invadidas e seus pertences confiscados. Em março de 2022, pelo menos 1.600 pessoas foram mortas pelas forças de segurança e suas afiliadas e mais de 12.500 pessoas foram detidas. Todas as zonas industriais em Yangon foram colocadas sob lei marcial, tornando muito difícil para os trabalhadores se organizarem. Os mecanismos de resolução de conflitos trabalhistas e de proteção salarial foram desmantelados e os acordos coletivos de trabalho não foram observados.

- **Turquia** (Classificação 5)

Segundo o Relatório de 2022 do “Índice Global de Direitos” da CSI, o país tem sido caracterizado por **prisões de sindicalistas e ataques contra sindicatos e sindicalização**, entre outras graves violações de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Em 2022, as liberdades e direitos dos trabalhadores continuaram a ser implacavelmente negados com a repressão policial aos protestos. Líderes sindicais foram presos arbitrariamente e suas casas invadidas. No dia 1º de maio de 2021, 212 manifestantes foram detidos em Istambul por tentar realizar um protesto em desafio às rígidas regras de bloqueio de coronavírus do governo. Além disso, os empregadores continuaram a se engajar nos movimentos de combate aos sindicatos, demitindo, sistematicamente, os trabalhadores que tentavam se organizar.

Conclusão

Com estas súmulas aqui apresentadas, foi possível obter uma visão panorâmica da situação dos direitos trabalhistas e outros direitos fundamentais – essenciais para o “trabalho decente” (ou “digno”) no mundo atual, diagnóstico este, por certo, não animador e extremamente preocupante. Contudo, há sinais recentes de algum alento em países específicos, sobretudo após a eleição de governantes comprometidos com a classe trabalhadora, como é o caso da Colômbia e do Brasil – aqui citados entre ‘os dez piores países para trabalhar’ – e, também, afortunadamente, em outros países latino- americanos, como a Argentina, Bolívia, Chile e Peru.

As fontes bibliográficas fornecidas (links em notas de rodapé) permitem o aprofundamento de qualquer uma das dimensões temáticas e/ou geográficas analisadas.

²⁹ **Classificação 5+:** “Nenhuma garantia de direitos devido à quebra do estado de direito: Trabalhadores em países com classificação 5+ têm direitos igualmente limitados como países com classificação 5. No entanto, em países com classificação 5+, isso está ligado a instituições disfuncionais como resultado de conflito interno e/ou ocupação militar. Nesses casos, o país recebe a classificação de 5+ por padrão

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta,
Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes,
Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura.*

OMS: Ação agora - Inclusão de migrantes em ações climáticas é uma obrigação, não uma opção

Durante a COP 27, a grande conferência internacional da ONU sobre clima, a Rede sobre Migração das Nações Unidas³⁰, da qual a OMS faz parte, chamou atenção dos Estados-membros para que investiguem e reconheçam oportunidades de trabalhar pela migração sustentável e baseada em direitos, e busquem adaptações às mudanças climáticas que considerem a mobilidade humana alinhadas às recomendações da Força-Tarefa da UNFCCC para deslocamento.

Os efeitos adversos das mudanças climáticas e da degradação ambiental são fortes motivadores para deslocamentos humanos no mundo. Embora as mudanças climáticas afetem todas as pessoas em todas as regiões do mundo, são aqueles em situações mais vulneráveis, devido a questões geográficas, de renda, gênero e deficiências, que sofrem os maiores impactos dessas mudanças. Assim, é reconhecida a necessidade de proteger os direitos humanos e buscar garantir condições dignas de vida e saúde para os mais afetados pelas mudanças ambientais, inclusive migrantes e refugiados.

Dessa forma, a Rede sobre Migração das Nações Unidas reforça a importância de os Estados desenvolverem políticas inclusivas para migração e mudanças climáticas, de acordo com os compromissos estabelecidos no Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular e sua renovação em maio deste ano. Os Estados devem incluir caminhos seguros para a migração regular dentro de suas estratégias de mitigação das mudanças climáticas, o que deve envolver condições decentes de trabalho, direitos humanos e admissão humanitária, reunificação familiar, educação, saúde e isenção de vistos. Para que esses objetivos sejam alcançados de maneira eficiente, os Estados devem reconhecer que o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, o Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres, a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e os Pactos Globais sobre Migração e Refúgio estão conectados e devem ser implementados conjuntamente.

Como principais pontos de ação apontados pela Rede aos Estados, junto a outros atores relevantes, são: (i) fortalecer o apoio a países e pessoas afetadas mobilizando financiamento adequado para ações climáticas; (ii) facilitar uma transição justa para economias e sociedades sustentáveis e verdes, incluindo a construção de sistemas de saúde resilientes às mudanças climáticas; (iii) aprimorar e diversificar a disponibilidade de processos para migração regular sensíveis às questões climáticas de forma a evitar situações de vulnerabilidade; (iv) aprimorar a cooperação regional e internacional para endereçar migrações climáticas; (v) fomentar decisões baseadas em evidências para ações climáticas.

³⁰<https://www.who.int/news/item/03-11-2022-act-now--migrant-inclusion-in-climate-action-is-an-obligation--not-an-option>

A OMS destaca que o futuro da humanidade depende do reconhecimento do direito humano a um ambiente saudável e sustentável para todos, e da ação imediata da comunidade internacional considerando as conexões entre as mudanças climáticas, direitos humanos e migrações.

COP 27 e Refugiados Climáticos: países mais vulneráveis cada vez mais vulneráveis³¹

Conforme relatório da Federação Internacional da Cruz Vermelha, os 30 países mais vulneráveis aos efeitos da crise climática não estão entre os 30 que recebem mais do fundo de adaptação (*per capita*), ou seja, as comunidades mais afetadas não estão recebendo ajuda suficiente. Com isso, além de ser urgente frear abruptamente a poluição e a destruição do meio ambiente, é preciso também dar a ajuda necessária às comunidades que dela precisam.

86% dos desastres dos últimos 10 anos foram causados por mudanças climáticas, matando 410 mil pessoas diretamente e afetando outro 1,7 bilhão de pessoas. Além disso, o IPCC demonstrou que mais de 3,3 bilhões de pessoas estão vivendo num contexto de vulnerabilidade climática.

Segundo a diretora de Desastres, Clima e Crises da Cruz Vermelha, Caroline Holt, o fundo é importantíssimo para que os países consigam alocar recursos para a prevenção e a resposta aos desastres climáticos e crises humanitárias cada vez mais frequentes. No entanto, o dinheiro não tem chegado para os países que mais necessitam: a média para os países que mais necessitam é de menos de um franco suíço por pessoa. A Somália, classificada como o país mais vulnerável aos desastres climáticos, devido à seca e à fome, é apenas o 64º país na classificação por recebimento de recursos do fundo, com menos de 1 dólar por pessoa. A República Centro-Africana, também um dos países mais afetados do mundo, recebe apenas 2 centavos de dólar *per capita*.

Vários países, como Kiribati, Palau e diversas outras ilhas do Pacífico e Caribe correm risco de existência com a crescente velocidade da crise climática global. Outros países, como a República Democrática do Congo e o Paquistão sofrem cada vez mais com desastres naturais que resultam em crises humanitárias de proporções inimagináveis. Esses desastres, cada vez mais recorrentes, devem estar no centro da preocupação da pauta migratória - já que inúmeras pessoas nos próximos anos poderão ser classificadas como “refugiados climáticos”, já que devem fugir de desastres climáticos ou até da própria desaparecimento de seu país natal em meio ao aumento do nível da água do mar. Essa crise humanitária sem precedentes está num horizonte bem próximo e deve ser uma das prioridades na discussão da COP, do IPCC e da pauta migratória e climática como um todo. O *Think Tank* IEP chegou a calcular que 1,8 bilhão de pessoas ficarão deslocadas devido à emergência climática em 2050.³²

Assim, o presidente da IFRC reitera: “Para salvar vidas é preciso ação política e mudanças concretas, priorizando as comunidades que estão mais em risco e ajudando-as a se tornarem

³¹ <https://www.ifrc.org/press-release/cop27-world-cannot-afford-another-set-vague-promises-warns-ifrc>

³² <https://www.zurich.com/en/media/magazine/2022/there-could-be-1-2-billion-climate-refugees-by-2050-here-s-what-you-need-to-know#:~:text=These%20numbers%20are%20expected%20to,climate%20change%20and%20natural%20disasters.>

mais resilientes. A emergência climática está aqui e agora, e precisamos proteger aqueles mais afetados”.

Falta de financiamento de US\$700 milhões do ACNUR pode resultar em catástrofe para milhões³³

Nos últimos meses, os déficits de financiamento forçaram o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, a fazer cortes em várias de suas operações em todo o mundo para ajudar refugiados e outras pessoas deslocadas à força. Com uma lacuna de pelo menos US\$700 milhões antes do final do ano, o ACNUR teme que a evolução dos cortes na assistência seja catastrófica para as pessoas necessitadas.

Em Uganda, por exemplo, o ACNUR não consegue adquirir sabonetes e kits de higiene suficientes para ajudar a combater o surto de Ebola. No Chade, o abastecimento de água nos campos foi cortado devido à falta de combustível. No Líbano, 70 mil famílias de refugiados extremamente vulneráveis não recebem mais a ajuda da rede de segurança do ACNUR.

Dominique Hyde, diretor da Divisão de Relações Externas do ACNUR, diz que as necessidades estão aumentando devido a guerras e violência, bem como conflitos econômicos e geopolíticos. “Embora os doadores tenham sido mais uma vez generosos, novas guerras - especialmente na Ucrânia - e crises não resolvidas significam que o financiamento não está atendendo às necessidades de milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo.”

Além disso, o perigo é maior no momento em que novos cortes levam as famílias a fazer escolhas irreversíveis, como contrair dívidas incontroláveis, ou mandar os filhos para trabalhar em vez da escola, ou até oferecer uma filha para casamento precoce para reduzir o número de pessoas para alimentar em casa.

Embora os doadores, especialmente empresas privadas, fundações e indivíduos, tenham contribuído com níveis recordes de financiamento - após a agência anunciar pelo menos 12 operações subfinanciadas e receber US\$ 400 milhões adicionais -, o ACNUR pronunciou que os efeitos em cascata da crise na Ucrânia estão afetando sua capacidade de atuar de forma equitativa em todo o mundo.

O ACNUR está especialmente preocupado com as lacunas de financiamento no Oriente Médio à medida que o inverno se aproxima. Novos cortes na assistência em dinheiro afetarão 1,7 milhão de pessoas no Líbano, Jordânia e Iêmen, com milhares de famílias incapazes de cobrir o custo de aquecimento ou roupas quentes.

Além disso, as necessidades de financiamento não atendidas também resultarão em cortes nos serviços para sobreviventes de estupro e cuidados para mães e bebês na Etiópia, ou abrigo para pessoas deslocadas na República Democrática do Congo. A situação também é grave em países como Bangladesh e Colômbia.

³³<https://www.unhcr.org/news/press/2022/10/6356921e4/unhcrs-unprecedented-us700m-funding-gap-spells-catastrophe-millions.html>

Audiência no Congresso reforça importância de visto humanitário do Brasil para proteção de pessoas refugiadas do Afeganistão

No dia 3 de novembro de 2022, durante a audiência pública virtual da Comissão Mista sobre Migrações e Refugiados (CMMIR) do Congresso Nacional em Brasília, a importância do visto humanitário do Brasil voltado para as pessoas prejudicadas pela atual crise no Afeganistão foi reconhecida. A continuidade desta medida, regulamentada pela Portaria Interministerial 24/2021 de setembro do ano passado e que já autorizou a chegada de aproximadamente 3 mil refugiados afegãos no país, foi devidamente apoiada por vários participantes da audiência. Parlamentares, representantes do Poder Público, da sociedade civil e do ACNUR defenderam a manutenção da medida.³⁴

A juíza afegã Gulandam Totakhail afirmou que o visto é essencial para os refugiados que decidem sair do seu país e dá uma certa segurança para os que decidem vir ao Brasil. No Brasil, ela sente que está segura e solicita ao governo brasileiro que permaneça emitindo os vistos. A juíza chegou ao Brasil juntamente com outras juízas e familiares, apoiada pela Associação de Magistrados do Brasil.³⁵

O Coordenador Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), Bernardo Tannuri Laferté, disse que a Portaria Interministerial 24/2021 consegue garantir a proteção de pessoas refugiadas do Afeganistão. Além disso, ele se referiu à importância de ter um planejamento de boa qualidade para ampliar o sistema de recepção, acolhimento e abrigamento emergencial de pessoas portadoras do visto. De acordo com Maria Beatriz Nogueira, chefe do escritório da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) em São Paulo, a portaria do governo representa uma contribuição extremamente relevante do Brasil, com relação à resposta global de uma crise humanitária que gerou cerca de 2,6 milhões de refugiados (a grande maioria no Irã e no Paquistão) e outras 3,5 milhões de deslocados internos.³⁶

A partir da publicação da portaria interministerial, o governo brasileiro já realizou a emissão de 6,3 mil vistos humanitários – dos quais 2,8 mil entradas foram registradas pelas autoridades migratórias entre janeiro e setembro de 2022. Cerca de mil foram atendidos por entidades da sociedade civil parceiras do ACNUR, que vêm oferecendo abrigamento emergencial, doação de itens de primeira necessidade, auxílio financeiro, apoio para

³⁴[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

³⁵[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

³⁶[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

documentação e assistência jurídica, além de encaminhamento apropriado para os serviços de saúde, educação e para possíveis oportunidades de geração de renda.³⁷

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência, 499 cidadãos afegãos já estão trabalhando dentro do mercado formal de serviços no Brasil, em áreas variadas, como mídia, serviços, agricultura, construção civil e indústria. Porém, os serviços de acolhimento (tanto do Poder Público como da sociedade civil) estão operando no limite de sua capacidade e muitas das pessoas que chegam ao país pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos, não possuem alternativa rápida de abrigo. No momento, aproximadamente 100 pessoas estão vivendo no saguão do aeroporto.³⁸

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é relatora da Comissão, informou que a CMMIR realizará uma visita técnica ao Aeroporto de Guarulhos para atender aos afegãos que estão no local e visitar lugares de acolhimento no próprio município e na cidade de São Paulo. Ela ainda acrescentou que são necessários recursos federais para os municípios e entidades da sociedade civil que têm a função de acolher esta população. Por fim, Niuzarete Lima, Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, sinalizou que o governo federal já fez repasses para a cidade de Guarulhos, que deverão ser utilizados com a finalidade de abrir um novo abrigo voltado para a população afegã – de acordo com o que foi informado pelo secretário de Assistência Social do município, Fábio Cavalcanti.³⁹

³⁷[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

³⁸[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

³⁹[https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,\(CMMI\)%20do%20Congresso%20Nacional](https://www.acnur.org/portugues/2022/11/03/audiencia-no-congresso-reforca-importancia-de-visto-humanitario-do-brasil-para-protacao-de-pessoas-refugiadas-do-afeganistao/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2003%20de%20novembro%20de,(CMMI)%20do%20Congresso%20Nacional)

Instituições Financeiras Multilaterais

Isis Pillar Cazumbá



No Egito, a **27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27)** começou no dia 6 e vai até o dia 18 de novembro. O principal evento climático do mundo está reunindo chefes de Estado, ministros, prefeitos, negociadores, sociedade civil e representantes do setor privado para rever os progressos feitos desde a COP26, em Glasgow. A Conferência analisará medidas ainda a serem tomadas

para alcançar os objetivos do Acordo de Paris.

A reunião deste ano vem em um momento crítico para a ação climática: desde a COP26, múltiplas crises ameaçaram a transição resiliente e de baixo carbono. A guerra na Ucrânia, a inflação crescente, os orçamentos tensos e a escassez de energia intensificaram a insegurança alimentar e a crise do combustível.

As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) nos últimos anos vem impulsionado a importância de dar atenção as metas climáticas diante da crescente urgência de enfrentar a crise com ações, seja produzindo relatórios ou elaborando projetos para o setor.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BID Invest – parceiro privado da instituição financeira – estarão presentes na conferência com uma delegação técnica. O BID planejou cinco eventos para compartilhar seus progressos e oportunidades para continuar ajudando os países a alcançar suas metas climáticas e lançará várias publicações durante a COP27, incluindo "Planejamento de Adaptação de Longo Prazo na América Latina e no Caribe" e "Adaptação de Financiamento do Setor Privado".

A saber, o BID participa da COP27 como principal parceiro estratégico da região na canalização do investimento privado e público para a ação climática e na mobilização do capital privado na América Latina e no Caribe. Além disso, por meio do BID Lab, o Banco promove há anos soluções climáticas únicas no ambiente de startups da América Latina e Caribe.

O Banco Mundial (BM) já começou a sua participação na Conferência, no último dia 7. No "Espaço de Ação Climática" foram analisadas as principais prioridades para a redução das emissões, incluindo apoiar a transição justa e impulsionar ações sobre o metano, financiamento inovador que possa fornecer recursos em escala e como os países podem lidar com suas necessidades climáticas e de desenvolvimento em conjunto. A programação do Banco será extensa, com participação em quase todos os dias da Conferência.

O BM é um centro global central para a ação das mudanças climáticas, permitindo ao setor privado e ao financiamento de bens públicos globais, a serviço da missão de acabar com a pobreza e impulsionar a prosperidade compartilhada. O Banco possui atualmente a maior fonte única de financiamento para a ação climática nos países em desenvolvimento (US\$ 31,7 bilhões em FY22); canal de fundos da comunidade global - tanto do setor público quanto privado - por meio de fundos fiduciários; e mantém uma das maiores estruturas de conhecimento climático.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) possui compromissos agendados na Conferência. O FMI acredita no papel que tem a desempenhar para ajudar seus membros a enfrentar os desafios das mudanças climáticas para os quais as políticas fiscais e macroeconômicas são um importante componente da resposta política apropriada.

Kristalina Georgieva, do Fundo Monetário Internacional (FMI) disse em campanha de vídeo de financiamento climático antes da COP27:

“O impacto devastador do aquecimento global já está sendo sentido em todo o mundo, por isso é vital que intensifiquemos os esforços para cortar emissões e aumentar a resiliência em países vulneráveis. Nós só podemos ter sucesso na luta contra a mudança climática através da global cooperação, e as instituições financeiras internacionais possuem um papel vital a desempenhar”.

Em seu mais recente artigo proposto, Kristalina afirma que as maiores prioridades para o evento COP 27 são: Zero líquido até 2050; Urgência em se adaptar; e Inovação em finanças climáticas.

O FMI é atuante em ajudar a combater as mudanças climáticas. O clima faz parte do trabalho da instituição, desde a vigilância econômica e financeira – país, regional e global – até a capacitação para ajudar pequenos estados insulares com estratégias fiscais a construírem a sua resiliência.

Ações como Programas de Avaliação da Estabilidade Fiscal (FSAPs, em inglês) já começaram a examinar os riscos físicos e de transição por meio de avaliações de risco climático. Foram concluídos testes de estresse climático em dois FSAPs – Noruega e Filipinas – e o trabalho está progredindo em três FSAPs adicionais (Colômbia, África do Sul e Reino Unido). A avaliação dos quadros de supervisão começará a considerar o risco climático no futuro.

Referências sobre as mudanças climáticas constam nos relatórios *Perspectiva Econômica Mundial*, *Estabilidade Financeira Global*, *Monitor Fiscal*, *Perspectiva Econômica Regional* e *Notas Climáticas dos Funcionários*. Estes se concentraram em uma ampla variedade de questões, incluindo (i) *como ampliar as finanças climáticas privadas em economias emergentes*; (ii) *a urgência da transição verde, maior o custo*; (iii) *apresentar um caso para testes de estresse aos riscos climáticos e promover divulgações relacionadas ao clima*; (iv) *destacar o impacto econômico das mudanças climáticas e suas implicações políticas nos países de baixa renda e na África subsaariana em particular*; e (v) *elaborar uma estratégia de como proporcionar reduções globais de emissões, minimizando o custo econômico e social durante a transição*; (vi) *Desenvolver uma estrutura conceitual e quantitativa para a precificação do carbono*.

O FMI é corresponsável pelo Secretariado da Coalizão de Ministros das Finanças para a Ação Climática juntamente com a Organização das Nações Unidas (ONU), o BM, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e a Rede de Greening do Sistema Financeiro (NGFS, em inglês) e outras organizações internacionais.

Em 2021, o FMI lançou junto com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o BM, a ONU e a Comissão Europeia (CE) um novo Painel de Indicadores de Mudanças Climáticas.

Fontes: <https://www.iadb.org/en/news/latin-america-and-caribbean-showcase-their-climate-action-cop27>

<https://www.worldbank.org/en/news/immersive-story/2022/11/04/acting-now-for-a-safer-future#section-Introduction-9c2fKXHLdU>

<https://www.worldbank.org/en/topic/climatechange/brief/world-bank-priorities-at-cop27>

<https://www.worldbank.org/en/programs/the-world-bank-group-at-cop/pavilion-program>

<https://www.worldbank.org/en/publication/country-climate-development-reports>

<https://www.imf.org/en/Topics/climate-change/COP27#S2>

<https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/11/02/pr22369-ifis-partners-launch-climate-finance-video-campaign-ahead-of-cop27>

<https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/2021/09/infographic-series-net-zero-2050-IEA-report>

Nota: Uma Reunião Especial do Conselho de Governadores para a eleição do presidente do **BID** será realizada em duas datas separadas, 13 de novembro e 20 de novembro de 2022.

Os governadores, que geralmente são ministros das finanças ou outras autoridades econômicas dos 48 países membros do BID, têm até 11 de novembro de 2022 para nomear candidatos.

Na sessão plenária virtual de 13 de novembro, os governadores que nomearam candidatos apresentarão seu candidato. Cada candidato fará então uma apresentação aos Governadores, que terão a oportunidade de fazer perguntas.

A segunda e terceira sessões plenárias, que ocorrerão em 20 de novembro, serão realizadas na sede do Banco em Washington, D.C. Governadores e suas delegações poderão participar pessoalmente ou virtualmente. Estas sessões incluirão o processo de votação confidencial para o Presidente.

Para ser eleito, o candidato deve obter a maioria do poder dos países membros do Banco, incluindo a maioria absoluta dos Governadores dos Membros Regionais.

Quando a eleição estiver concluída, o Presidente eleito será convidado a se dirigir ao Conselho de Governadores.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-board-governors-hold-special-meeting-presidential-election-process>

Suspensão de Direitos de Propriedade Intelectual em Diagnósticos e Medicamentos

No dia 2 de novembro, houve reunião do Conselho para os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (em inglês, Council for Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights), na [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC). Na ocasião, México e Suíça apresentaram [artigo](#) a respeito da Decisão Ministerial sobre o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio ([WT/MIN\(22\)/W/15/Rev.2](#)) da 12ª Conferência Ministerial da OMC (MC12) e a possível extensão para terapias e diagnósticos no combate à COVID-19.

Seguem os principais pontos do artigo:

1. Não existe escassez de terapêutica. Grande parte da capacidade de produção dos inovadores permanece ociosa devido à falta de demanda. Segundo Airfinity, que preparou dados para a IFPMA, a Pfizer seria capaz de produzir 120 milhões de doses de Paxlovid em 2022. O fornecimento contratado em agosto de 2022 era de 41,5 milhões de doses, correspondendo a 35% da capacidade de produção. No caso do Molnupiravir da MSD, a demanda atingiu 45% da capacidade de produção da empresa. Governos e ONGs compraram 35 milhões de tratamentos COVID-19 para LMIC para 2022, mas só conseguiram administrar 10 milhões em setembro deste ano.

2. A demanda global por testes diminuiu e não há evidências que sugiram que a oferta será restrita em relação à demanda real.³ As empresas de diagnóstico que trabalham em estreita colaboração com a OMS e fornecem kits de coleta de amostras relataram que há um alto nível de excedente de produtos para pedidos. Isso envolve questões de logística e distribuição, que não são relacionadas à propriedade intelectual, mas que precisam ser abordadas.

3. Em 11 de outubro de 2022, 138 acordos de licenciamento voluntário bilaterais ou baseados em Pools de Patentes, abrangendo alguns dos tratamentos mais procurados, foram assinados entre inovadores e empresas. Esses acordos cobrem mais de 127 países.

4. As licenças do Medicines Patent Pool (MPP) são isentas de royalties, correspondendo a 191 locais de produção para a medicamentos de combate à COVID-19 em todo o mundo.

5. O acordo da MSD com o MPP para o Molnupiravir permite acordos de sublicenciamento para fornecimento a 106 países de baixa e média renda.

6. O acordo da Pfizer com o MPP abrange 95 países. O MPP assinou acordos de sublicenciamento para a versão genérica Paxlovid com 38 fabricantes em 13 países.

7. A empresa japonesa Shionogi acaba de concordar em licenciar voluntariamente seu produto via MPP.

8. No caso do MSD, 31 acordos de licença voluntária em 10 países de LMIC fornecem disponibilidade de Molnupiravir em 106 LMICs. 38 empresas produzem versões genéricas do Paxlovid da Pfizer para 95 LMICs.

9. Empresa inovadoras usam sistema de preços escalonados em diferentes mercados, com preços significativamente mais baixos nos LMIC do que nos países desenvolvidos. Em muitos casos, os produtos são oferecidos sem fins lucrativos.

10. Na conclusão, ressaltam: “Se um problema sistêmico relacionado ao acesso à terapêutica e diagnóstico para COVID-19 for demonstrado de forma conclusiva e essa falta de acesso for causada pelo atual sistema de propriedade intelectual, medidas devem ser tomadas para melhorar a situação para garantir acesso desimpedido. No entanto, com base nas informações apresentadas acima, não enfrentamos uma situação em que tenhamos falta de acesso induzida por propriedade intelectual ou falta de capacidade de fabricação. Como consequência, nenhum ajuste no sistema de propriedade intelectual parece ser necessário. Se a decisão fosse prorrogada, ainda assim, teria um efeito prejudicial e nos deixaria mal equipados para combater efetivamente a pandemia de COVID-19 e possíveis pandemias futuras. Isso ocorre porque os inventores não teriam incentivo para arcar com os riscos e custos associados à P&D de tais produtos. Isso também prejudicaria o desenvolvimento e a produção de muitas das mais de 1.800 terapias contra a COVID-19 que estão atualmente em diferentes estágios do pipeline de P&D.”

No fim, o artigo apresenta as seguintes questões:

1. Diante da disponibilidade demonstrada de medicamentos como Molnupiravir e Paxlovid, especialmente no que diz respeito à capacidade de produção ociosa, qual seria o benefício adicional de uma extensão da decisão de TRIPS da MC12?

2. Dado que já foram assinados 138 acordos de licenciamento voluntário bilaterais ou baseados em MPP, muitos com LMICs, não parece existir nenhum obstáculo sistêmico que impeça outras empresas de também assinarem acordos de licenciamento voluntário. Por que os proponentes de uma extensão consideram necessário facilitar a emissão de licenças compulsórias que não contêm transferências de tecnologia, treinamento e outros benefícios que vêm com a maioria dos acordos de licença voluntária?

3. Dado que já existem muitos produtores de medicamentos e suas versões genéricas e que esses produtores enfrentam uma demanda decrescente por seus produtos, por que os proponentes consideram necessário facilitar a emissão de licenças compulsórias para que outros produtores possam produzir para mercados saturados e em contração?

4. Como o mercado de medicamentos já está saturado e atendido por muitas empresas, incluindo produtores de versões genéricas de medicamentos, as margens de lucro são pequenas. Qual a probabilidade de os proponentes considerarem que uma empresa que recebeu uma licença compulsória estaria disposta a fazer grandes investimentos iniciais apenas para ter retornos muito modestos sobre o investimento e um ponto de equilíbrio em um futuro muito distante?

5. Por muitos meses, discutimos uma possível suspensão e se tal suspensão é necessária para melhorar o acesso às vacinas contra a COVID-19. No entanto, desde a adoção da Decisão de TRIPS da MC12, nenhum país fez uso das possibilidades previstas pela Decisão para conceder licença compulsória para a exportação de vacinas contra a COVID-19. Neste contexto e tendo em conta que a oferta de medicamentos excede a sua procura, como justificam os proponentes da extensão a necessidade de tal extensão?”

Nota da OMC relata que a diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, se reuniu em 3 de novembro com CEOs de empresas envolvidas na produção de medicamentos para a COVID-19. O objetivo da reunião foi revisar os desafios atuais para expandir e diversificar a produção

de medicamentos e explorar o papel da política comercial à luz das discussões em andamento sobre a Decisão de TRIPS e possível extensão para diagnóstico e medicamentos. A conversa foi informal e off the record (OMC, 2022).

UNCTAD: Capacidade Produtiva e Desenvolvimento

Artigo de [Paul Akiwumi](#), Diretor para África e Países menos Desenvolvidos, da UNCTAD e [Ratnakar Adhikari](#), Diretor Executivo da Enhanced Integrated Framework⁴⁰, publicado no site da UNCTAD, defende que é necessário posicionar as capacidades produtivas no centro de toda estratégia de desenvolvimento (Akiwumi e Adhikari, 2022). Os autores argumentam que:

(1) Nas últimas duas décadas, os 46 países menos desenvolvidos registraram crescimento econômico relativamente robusto, com uma taxa média anual de 5,7% de 2001 a 2019. Porém, não se identificou impacto significativo para a população: a pobreza, a insegurança alimentar e a desigualdade são elementos persistentes nessas economias.

(2) Ao longo da pandemia de COVID-19, observou-se o pior desempenho socioeconômico desde a década de 1980, em face da capacidade insuficiente para reagir a choques exógenos. A diversificação econômica limitada, o desenvolvimento do capital humano e sistemas de produção fracos caracterizam sistemas pouco resilientes.

(3) Capacidades produtivas escassas ajudam a explicar esse quadro. Recursos produtivos, capacidades empresariais e vínculos de produção determinam a capacidade de um país de produzir bens e serviços e assim evoluir. A figura 1 demonstra a correlação positiva entre o Índice de Capacidade Produtiva e o produto interno bruto per capita, a partir de dados produzidos pela UNCTAD.

(4) A Figura demonstra que os LDCs têm as capacidades produtivas mais fracas do mundo, com uma pontuação média do índice de capacidade produtiva (PCI) de 23,6, em comparação com 32,4 para outros países em desenvolvimento.

(5) A produtividade do trabalho nesses países desacelerou na última década. Esse fenômeno foi particularmente marcante na República Centro-Africana, na Gâmbia, no Iêmen e no Timor-Leste, que “enfrentaram conflitos, desastres naturais e níveis extremos de dependência do petróleo”. A recessão provocada pela pandemia agravou o quadro, pois “muitos trabalhadores urbanos perderam seus empregos nos setores de manufatura e serviços”. Para mulheres e jovens houve perda de renda, devido à redução de oportunidades para “trabalhadores autônomos ou informais, principalmente no comércio, turismo e serviços domésticos e pessoais”. A guerra na Ucrânia, mudanças climáticas e outros choques trouxeram novas preocupações, causando dificuldades para cumprir o prazo da Agenda 2030.

(6) Os autores defendem que “a transformação estrutural impulsionada pelas capacidades produtivas é a única solução de longo prazo para as vulnerabilidades” dos países mais pobres. O aumento da produtividade permitirá o crescimento de longo prazo, “gerando empregos e aumentando a renda – todos fatores necessários para o desenvolvimento sustentável”.

(7) Os países asiáticos mais pobres, como a República Democrática Popular do Laos e o Camboja, investiram em “transformação estrutural nos últimos vinte anos, concentrando-se em

⁴⁰ A parceria da EIF de 51 países, 24 doadores e oito agências parceiras trabalha em estreita colaboração com governos, organizações de desenvolvimento e sociedade civil para ajudar os países menos desenvolvidos (PMD) a utilizar o comércio como motor para o desenvolvimento e redução da pobreza.

atividades intensivas em conhecimento de alta produtividade nos serviços e no setor manufatureiro”.

(8) O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 9 sobre infraestrutura resiliente e industrialização sustentável destaca a necessidade de transição de economias baseadas em agricultura de baixa produtividade e recursos naturais para estruturas baseadas em manufatura de alta produtividade. “Em 2019, 55% da força de trabalho dos países menos desenvolvidos ainda estava empregada na agricultura”.

(9) O artigo recomenda agregar valor ao setor agrícola por meio do agroprocessamento. Quando são vendidos crus, os produtos agrícolas valem menos nos mercados global e regional. A adição de capacidade produtiva, como secar mangas ou fazer manteiga de karité, adiciona valor e riqueza. Burkina Faso, por exemplo, observou aumento de 50% em suas receitas de exportação de manga seca quando melhoraram suas capacidades de secagem, melhorando a participação no mercado europeu em 25%.

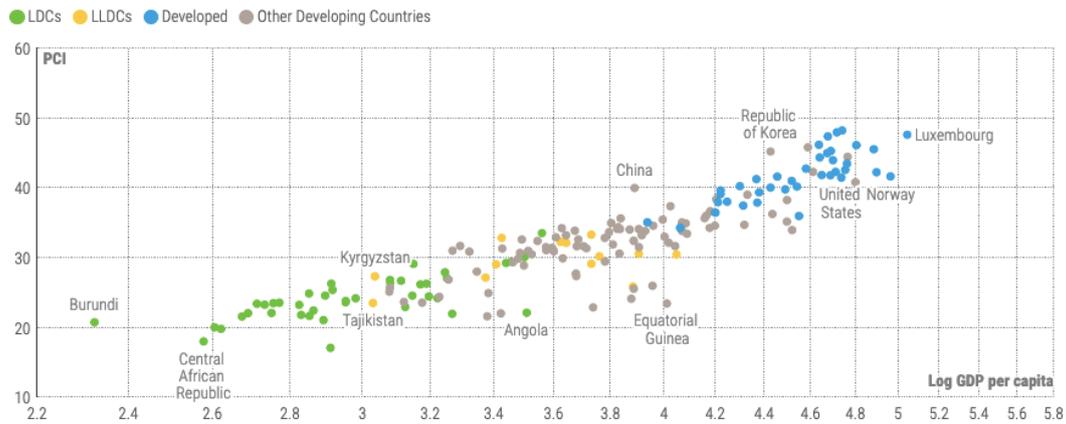
(10) Na década atual, os esforços de recuperação e as perspectivas de crescimento são pautadas por incertezas. O aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos leva “populações marginalizadas à pobreza crônica”. A construção de estratégias para fortalecimento da resiliência é essencial para resistir a choques externos e garantir crescimento de longo prazo. A implementação de novas políticas exige suporte. Investimentos em infraestrutura e capital humano podem apoiar a transformação estrutural induzida pelas capacidades produtivas, reduzindo a vulnerabilidade. O contexto político, socioeconômico e institucional de cada país deve ser respeitado e determinará como capacidades produtivas podem ser melhor exploradas.

(11) A criação de polos de manufatura, a expansão do setor de serviços e o empreendedorismo servem de base para e acelerar o desenvolvimento industrial servem de base para o desenvolvimento de atividades produtivas em outros setores, como infraestrutura e tecnologia. No Malawi, o Governo criou zonas económicas especiais para acelerar a industrialização, incluindo uma Zona Económica Especial de Agroprocessamento. Em Burkina Faso, os produtores de karité estão subindo na cadeia de valor, atualizando seus equipamentos e atualizando a rotulagem e a embalagem de seus produtos, aumentando as exportações para países europeus.

(12) O progresso sustentável depende de passos incrementais em direção à industrialização por meio do aumento das capacidades produtivas.

Correlation between the Productive Capacities Index (PCI) and GDP per capita

($p=0.91$)



Referências

OMC. Director-General meets with CEOs to discuss improved access to COVID-19 therapeutics. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news22_e/dgno_03nov22_e.htm Acesso em: 7 de novembro de 2022.

Akiwumi, P. e R. Adhikari [It's time to put productive capacities at the heart of every development strategy](#). UNCTAD, 2022. Disponível em: <https://unctad.org/news/blog-its-time-put-productive-capacities-heart-every-development-strategy> Acesso em: 7 de novembro de 2022.

“O Ano Mais Frio do Resto de Suas Vidas” e outras ameaças à saúde das crianças

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho*

UNICEF - Saúde das crianças e os impactos crescentes das ondas de calor

A crise climática está se acelerando rapidamente e, com ela, as ondas de calor estão se tornando mais longas, mais fortes, mais difundidas e mais frequentes. Cerca de 559 milhões de crianças já estão expostas a alta frequência de ondas de calor e cerca de 624 milhões de crianças estão expostas a uma das três outras medidas de alto calor - alta duração das ondas de calor, alta gravidade das ondas de calor ou temperaturas extremamente altas.



O relatório publicado pela Lancet fornece ainda mais evidências de que as crianças estão na linha de frente da crise climática. Até 2050, praticamente todas as crianças na Terra – mais de 2 bilhões de crianças – deverão enfrentar ondas de calor mais frequentes, independentemente de o mundo atingir um cenário de baixa emissão de gases de efeito estufa com um aquecimento estimado de 1,7 graus em 2050 ou um 'cenário muito alto' cenário de emissão de gases de efeito estufa com um aquecimento estimado de 2,4 graus em 2050.

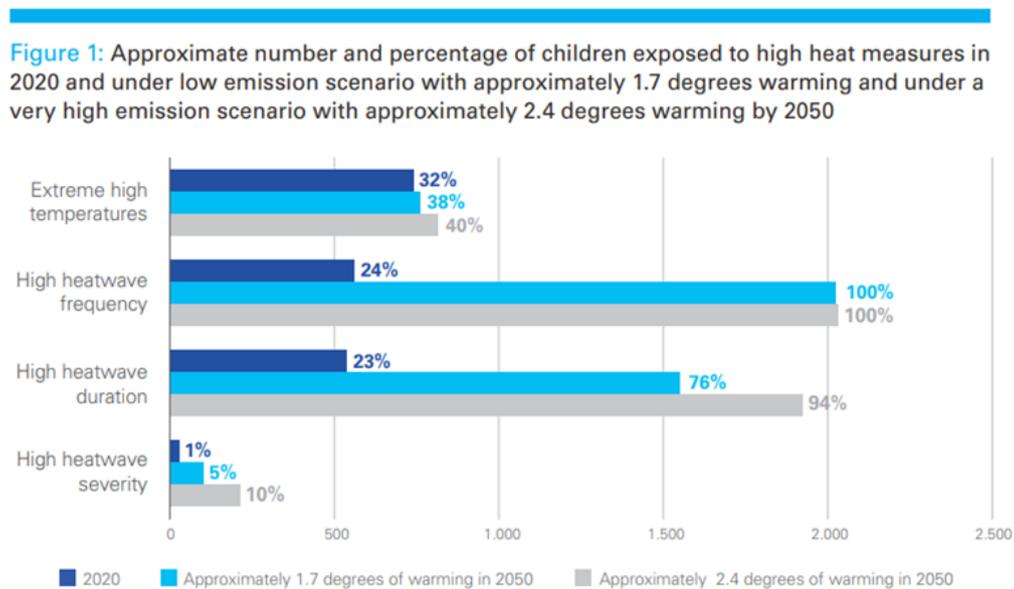
Essas descobertas ressaltam a necessidade urgente de adaptar os serviços dos quais as crianças dependem à medida que os impactos inevitáveis do aquecimento global se desenrolam. Também defende uma redução mais substancial das emissões, para evitar os piores impactos das outras medidas de calor extremo. Milhões de crianças a mais serão expostas à alta gravidade das ondas de calor e temperaturas muito altas, dependendo do grau de aquecimento global alcançado. As crianças nas regiões do norte enfrentarão os aumentos mais dramáticos na alta gravidade das ondas de calor, enquanto até 2050, quase metade de todas as crianças na África e na Ásia enfrentarão exposição sustentada a temperaturas extremamente altas.

O calor é especialmente prejudicial para a saúde das crianças e afeta sua educação e meios de subsistência futuros. Os países devem agir agora:

1. Proteger as crianças da devastação climática adaptando os serviços sociais;
2. Preparar as crianças para viver em um mundo de mudanças climáticas;
3. Priorizar crianças e jovens no financiamento de recursos climáticos;
4. Prevenir uma catástrofe climática reduzindo drasticamente as emissões de gases de efeito estufa e mantendo o objetivo do Acordo de Paris em aumentar o limite de 1,5°C.

Quase todos os países estão passando por aumento das ondas de calor. O que cada governo fizer agora determinará a sobrevivência das crianças e jovens.

Número aproximado e porcentagem de crianças expostas a medidas de alto calor em 2020 e sob cenário de baixas emissões com aproximadamente 1,7 graus de aquecimento e sob um cenário de emissões muito altas com aproximadamente 2,4 graus de aquecimento até 2050



Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde lança documento: O que todo médico precisa saber sobre saúde ambiental infantil?

A preocupação com a saúde de bebês, crianças e adolescentes é crescente, especialmente com o aumento da prevalência de doenças não transmissíveis, como obesidade, doenças do neurodesenvolvimento e alergias. Na sociedade moderna, os seres humanos estão expostos a uma ampla variedade de contaminantes ambientais ao longo da vida, começando antes da concepção e estendendo-se pelo desenvolvimento fetal, infância e adolescência até a vida adulta.

Os estágios iniciais do desenvolvimento humano são particularmente sensíveis aos impactos dos poluentes, que podem interagir com o processo de plasticidade do desenvolvimento. A exposição tóxica pode induzir doenças mais tarde na vida. No entanto, os efeitos sobre a saúde de fetos e crianças decorrentes da exposição ambiental a poluentes não são bem reconhecidos na sociedade médica.

É necessário aumentar a conscientização entre os profissionais de saúde, por meio de informações personalizadas. O documento foi organizado a partir de uma série de reuniões de especialistas que a OMS ao longo de 2015-2018 sobre poluição e saúde ambiental infantil.

Fatos importantes:

- A exposição ao ambiente no início da vida afeta a saúde ao longo da vida e o risco de doenças - As ameaças ambientais durante a pré-concepção, pré-natal e a primeira infância podem ter consequências imediatas e consequências futuras para a saúde.
- Ambientes insalubres causam mortes - Em 2016, o meio ambiente foi responsável por cerca de 13,7 milhões (ou 24%) mortes em todo o mundo, incluindo 1 em cada 4 mortes de crianças com menos de 5 anos de idade e 23% de toda a carga de doenças.
- A prevenção funciona - Diminuir a exposição à poluição do ar, produtos químicos e resíduos perigosos, ao mesmo tempo em que garante o acesso a água, higiene e saneamento adequados, reduz as doenças.
- Ação para reduzir a exposição precoce pode proteger a saúde - Reduzir e eliminar a exposição de crianças a ameaças ambientais nos primeiros anos de vida, mesmo antes da concepção, pode proteger sua saúde e a das gerações futuras.

Risks to physical health include:



Fonte: Unicef, 2022

O papel dos médicos/profissionais de saúde pode ser comparado ao de sentinelas dos sinais de alerta precoce. Ter contato em primeira mão com mulheres grávidas e suas famílias, bem como bebês e crianças, são oportunidades importantes para um acompanhamento sentinela sobre o impacto dos contaminantes ambientais na saúde das pessoas. Essa é uma oportunidade de aumentar a conscientização e comunicar informações cruciais sobre a exposição a perigos, seus efeitos na saúde e o que pode ser feito para proteger as crianças. Ações específicas que podem ser desenvolvidas nesse sentido são:

- identificar ligações entre resultados de saúde e fontes ambientais e ocupacionais de exposição em crianças;

- disseminar conhecimento e educar famílias e comunidades sobre os mais comuns riscos ambientais e medidas para preveni-los;
- realizar ações de vigilância sanitária, defendendo medidas de proteção contra riscos ambientais e relatar casos de doenças ambientais;
- identificar riscos ambientais e levantar preocupações de saúde relacionadas para influenciar os tomadores de decisão a implementar ações para proteger as pessoas da poluição, produtos químicos perigosos e resíduos;
- manter-se a par das pesquisas e preocupações ambientais emergentes.

O documento foca ainda os temas de: poluição do ar; produtos químicos (metais pesados, poluentes orgânicos persistentes, pesticidas e químicos desreguladores endócrinos); água, saneamento e higiene. Para acessar o documento completo, [clique aqui](#). Materiais de apoio e treinamento para profissionais de saúde podem ser acessados [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#).

Resumo de Política da OMS - Mudanças Climáticas, Saúde & Equidade Intergeracional

Há 16 indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados à saúde de crianças, adolescentes e jovens que são impactados negativamente pelas mudanças climáticas. A OMS reconhece que a maioria dos 2,2 bilhões de crianças são desproporcionalmente afetadas por mudanças em seu ambiente, também no longo prazo, e reconhece a importância da estabilização e redução das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa para a saúde e o desenvolvimento de crianças e jovens, como ponto de equidade intergeracional.

Os estados têm obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, incluindo os direitos à saúde e a um ambiente limpo, saudável e sustentável ao tomar medidas climáticas. O Preâmbulo do [Acordo de Paris](#) sobre as Mudanças Climáticas reconhece claramente essas obrigações e a necessidade de igualdade de gênero e equidade intergeracional. É necessário dar maior ênfase na equidade intergeracional e na saúde e bem-estar de crianças e adolescentes na implementação e avaliação do Acordo de Paris.

Resumo da exposição e vulnerabilidade das crianças a riscos ambientais, choques e estressores

Children who...	
Live in areas where air pollution PM _{2.5} exceeds 10 µg/m ³ **	2 billion (~90%)
Are highly exposed to water scarcity	920 million
Are highly exposed to heatwaves	820 million
Are highly exposed to vector-borne diseases, such as malaria and dengue, among others	600 million
Are highly exposed to riverine and coastal flooding	570 million

Fonte: OMS, 2022

A OMS é guardiã de 32 indicadores dos ODS, que são relacionados à saúde, 17 dos quais são negativamente impactados pelas mudanças climáticas ou seus *drivers*, e destes, 16 estão também ligados à saúde das crianças e adolescentes.

Mapeamento dos efeitos adversos das mudanças climáticas aos ODS associados à saúde e bem-estar das crianças e adolescentes

Evidence projects negative impacts	Evidence suggests negative impacts
<p>2.2.1 Stunting under 5 years</p> <p>2.2.2 Malnutrition under 5 years (wasting and overweight)</p> <p>2.2.3 Anaemia in women, 15-49 years</p> <p>3.3.3 Malaria incidence</p> <p>3.3.5 Interventions needed for neglected tropical diseases</p> <p>3.4.1 Mortality from cardiovascular disease, cancer, diabetes or chronic respiratory disease</p> <p>6.1.1 Use of safely managed drinking water services</p> <p>6.2.1 Use of safely managed sanitation</p>	<p>3.8.1 Coverage of essential health services</p> <p>3.8.2 Household health expenditures</p> <p>3.9.2 Mortality from unsafe WASH</p> <p>5.2.1 Ever-partnered women and girls 15+ years subject to physical, sexual, or psychological violence by a partner</p> <p>5.2.2 Women and girls 15+ years subject to sexual violence by other than an intimate partner</p> <p>6.3.1 Domestic and industrial wastewater flows safely treated</p>
<p>Evidence suggests negative impacts of the processes that drive climate change</p>	<p>3.9.1 Mortality from indoor and outdoor air pollution</p> <p>11.6.2 Mean levels of fine particulate matter in cities (e.g. PM2.5)</p>

Fonte: OMS, 2022

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#)

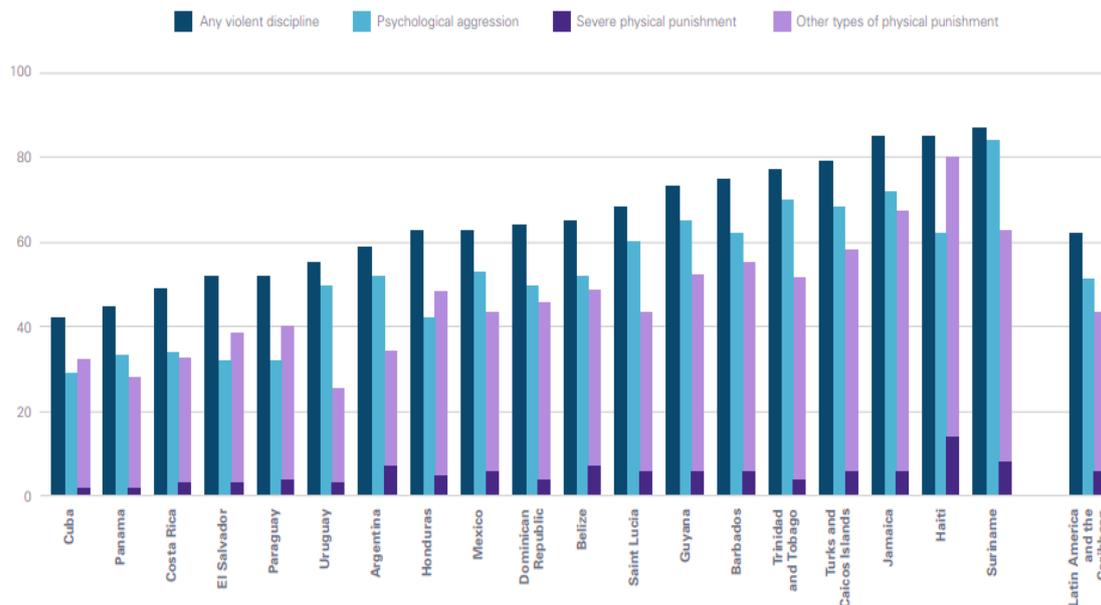
UNICEF - Relatório sobre violência contra a criança na América Latina e Caribe

A partir de um ano de idade, as crianças da América Latina e do Caribe correm risco de sofrer violência em casa, na escola e na rua. Um perfil estatístico da violência contra crianças mostra que 2 em cada 3 crianças de 1 a 14 anos na região sofrem disciplina violenta em casa.

Junto com o castigo físico e a agressão psicológica na primeira infância, o abuso sexual e o homicídio perseguem milhões de crianças e adolescentes na América Latina e no Caribe. A taxa regional de homicídios de crianças e adolescentes (12,6 por 100.000) é quatro vezes maior que a média global (3 por 100.000). E o homicídio é a principal causa de morte entre meninos adolescentes de 10 a 19 anos.

A maioria das crianças na América Latina e no Caribe são expostas à violência quase desde o nascimento e, muitas vezes, pelas pessoas em quem mais confiam: seus pais, cuidadores, colegas e vizinhos. Em muitas comunidades da região, a disciplina violenta é socialmente aceita e as crianças replicam esse padrão com seus próprios filhos quando adultos, perpetuando o ciclo de violência.

Porcentagem de crianças de 1 a 14 anos que sofreram disciplina violenta no último mês, por tipo



A violência afeta meninos e meninas na região de forma diferente. O relatório descobriu que os meninos são sete vezes mais propensos a morrer por homicídio do que as meninas. Enquanto isso, as meninas são particularmente vulneráveis à violência sexual após os 10 anos.

Na América Latina e no Caribe, a violência contra crianças é motivada não apenas por normas sociais negativas e baseadas em gênero, mas também por outros fatores, como desigualdades, insegurança, migração e crises humanitárias. Na região, 2 em cada 5 crianças também vivem em países sem proteção legal contra castigos corporais em casa, na escola e em locais de atendimento do Estado.

Os adultos recorrem à violência contra as crianças porque é o que eles conheceram e vivenciaram. Para quebrar esse ciclo, é preciso agir cedo promovendo alternativas. Com o compromisso de pais, cuidadores, professores, comunidades e governos, é possível criar filhos sem violência e construir sociedades mais seguras e prósperas para o benefício de todos.

Para acabar com todas as formas de violência contra crianças, o UNICEF insta os governos a:

1. Adotar leis que proíbam totalmente o castigo corporal em todos os ambientes;
2. Investir em programas para prevenir a violência, incluindo programas de parentalidade positiva que forneçam aos cuidadores o apoio e os recursos de que precisam.
3. Implementar intervenções de mudança social e de comportamento para abordar a normalização da violência contra crianças.
4. Fortalecer a capacidade da força de trabalho do serviço social para prevenir, reconhecer e responder à violência contra crianças.
5. Melhorar a coleta de dados sobre violência contra crianças, usando medidas padrão, para preencher lacunas de dados sobre diferentes questões, como violência sexual na infância.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#). Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

OPAS - Zika Sete Anos Depois

A comunidade científica ainda está aprendendo sobre o Zika e atualmente não há medicamento ou vacina específica para prevenir uma infecção pelo vírus. Embora existam algumas vacinas promissoras em andamento, a melhor prevenção ainda é evitar picadas de mosquito.

Em 2022, a OPAS relatou quase [30.000 casos](#) de zika nas Américas e quatro mortes. Até o momento, o Brasil é o país com maior incidência acumulada.

Embora o vírus esteja circulando em níveis baixos em toda a região, o surto de 2016 teve um impacto duradouro: os bebês nascidos com microcefalia durante o surto de 2015-2016 estão completando 6 e 7 anos. Seus desafios de desenvolvimento continuam à medida que pais e autoridades de saúde lidam com sua condição. É importante não baixar a guarda e manter os esforços de vigilância para garantir respostas rápidas e eficazes quando o vírus é detectado.

Devido à pandemia, recursos destinados a combater doenças arbovirais como o Zika foram redirecionados para lidar com a grande demanda por atendimento médico trazida pela Covid-19, atrasando o relógio do desenvolvimento de pesquisas sobre o Zika.

Como o Zika ainda é um desafio de saúde pública, é necessário permanecer atento. A pesquisa contínua é vital – à medida que surgem mais estudos sobre o entendimento de como o vírus da Zika funciona e afeta as células, ficamos mais próximos de encontrar uma vacina ou tratamento.

Retrospecto - Zika: a epidemia desconhecida

Em 2015 e 2016, a palavra Zika evocou medo em gestantes que moravam ou viajavam para áreas tropicais das Américas. Em países onde a doença transmitida por mosquitos se espalhou, bebês de algumas mães infectadas estavam nascendo com microcefalia, marcada por cabeças anormalmente pequenas, danos cerebrais e um futuro de problemas de desenvolvimento.

A infecção pelo vírus Zika é causada pela picada de um mosquito *Aedes aegypti* infectado, geralmente causando erupção cutânea, febre leve, conjuntivite e dores musculares. Uma em cada quatro pessoas infectadas desenvolve sintomas e, entre as que apresentam, a doença costuma ser leve e pode durar de 2 a 7 dias. Mas um novo quadro surgiu no estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil, em setembro de 2015, quando epidemiologistas suspeitaram que o Zika poderia estar por trás de uma onda de bebês nascidos com microcefalia.

O vírus foi isolado pela primeira vez em 1947 na floresta Zika de Uganda, dando-lhe o nome. Por décadas, permaneceu principalmente na África, com pequenos e esporádicos surtos na Ásia. Em 2007, uma grande epidemia foi relatada na ilha de Yap, na Micronésia, onde quase 75% da população foi infectada, e daí surgiu na América Latina, de forma aparentemente mais virulenta e prejudicial.

Assim que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos (GOARN) alertaram as autoridades brasileiras sobre uma associação

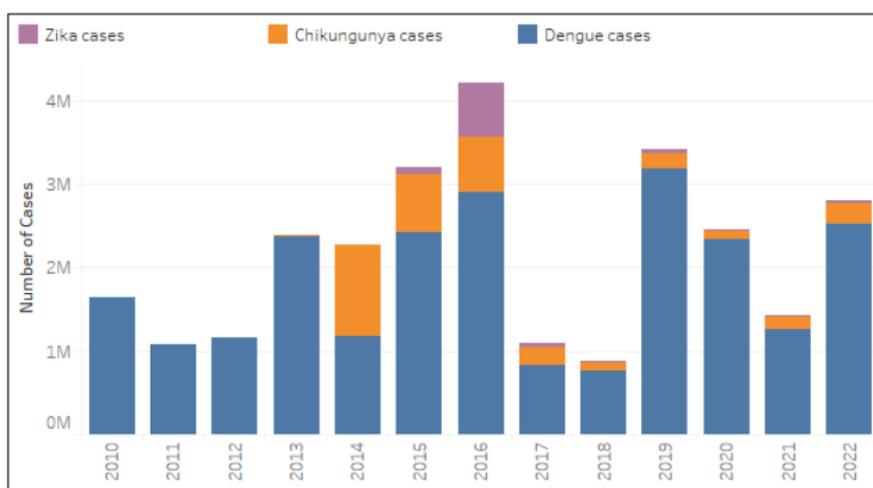
altamente provável de Zika e microcefalia, a OPAS declarou emergência em 5 de dezembro de 2015. Posteriormente, a Organização Mundial da Saúde declarou o Zika uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em 1º de fevereiro de 2016, que duraria até novembro de 2016.

O desafio que o vírus trouxe para a região é imenso: até o final de 2016, 48 países e territórios nas Américas haviam relatado mais de 532.000 infecções suspeitas, incluindo 175.063 casos confirmados. Além disso, 22 países e territórios relataram 2.439 casos de síndrome congênita associada ao Zika, principalmente no Brasil.

A situação era especialmente preocupante devido ao grande número de populações vulneráveis. Em todos os estados membros da OPAS, mais de 500 milhões de pessoas vivem em áreas de risco de Zika, dengue ou Chikungunya, devido à presença do mosquito *Aedes aegypti*.

Distribuição dos casos notificados de dengue, chikungunya e Zika por ano. Região das Américas. 2010-2022

Figure 1. Distribution of reported cases of dengue, chikungunya, and Zika by year. Region of The Americas. 2010-2022



Source: Data entered into the Health Information Platform for The Americas (PLISA, PAHO / WHO) by the Ministries and Institutes of Health of the countries and territories of the Region. Available at: <https://www.paho.org/plisa>

O artigo ainda lembra que outro elemento importante no combate ao Zika foi a emissão de recomendações a todos os países das Américas sobre cuidados pré-natais e pós-natais e orientações para crianças afetadas por microcefalia, desde a estimulação precoce até o tipo de exames e acompanhamento que devem ser seguidos. Além disso, a OPAS reconhece que a cooperação com parceiros, como os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e a Agência de Saúde Pública do Canadá (PHAC), o Instituto de Medicina Tropical Pablo Kouri (IPK), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e a Rede Internacional do Instituto Pasteur e ministérios da saúde, foram fundamentais ao lidar com a doença.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#). Para outras informações sobre Zika em Crianças, [clique aqui](#).

OPAS - Dia Mundial da Poliomielite

Em 1994, a Região das Américas foi a primeira do mundo a ser certificada como livre da pólio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um marco alcançado após um esforço conjunto dos países com apoio da OPAS. Mas as taxas de vacinação em crianças com as três doses da vacina contra a poliomielite ficaram em 79% em 2021, colocando a região em risco de reintrodução da doença.

Recentemente, um homem de 20 anos não vacinado nos Estados Unidos, que apresentava paralisia, foi diagnosticado com poliovírus derivado da vacina (VDPV), uma cepa relacionada ao poliovírus enfraquecido contido na vacina oral contra a poliomielite (OPV). Em raras ocasiões, ao se replicar no trato gastrointestinal, a cepa pode se espalhar em comunidades que não estão totalmente vacinadas contra a poliomielite.

O dia 24 de outubro é considerado o Dia Mundial de combate a Poliomielite. A data foi estabelecida para celebrar o nascimento de Jonas Salk, líder da primeira equipe que desenvolveu uma vacina contra a Polio.

A fim de colocar foco sobre o tema, a OPAS divulgou um documento com perguntas e respostas sobre as implicações da Polio nesse momento. Segue alguns trechos do documento.

A região das Américas foi declarada livre da pólio em 1994 – por que estamos vendo novos casos?

Embora nossa região tenha sido certificada como livre da pólio em 1994, a terminologia mais correta é que eliminamos a transmissão do poliovírus selvagem nas Américas. A doença persiste em alguns países, principalmente no Afeganistão e Paquistão, onde há transmissão ativa do poliovírus selvagem tipo 1. Este é o tipo selvagem, que é o vírus em sua forma natural.

Houve um novo caso de poliomielite nas Américas recentemente devido a uma cepa de mutação derivada da vacina oral contra a poliomielite, que pode recuperar sua força para ganhar a capacidade de circular no meio ambiente, mais comumente em águas residuais. Isso é o que chamamos de “vírus da poliomielite derivado da vacina” (VDPV), o que é muito incomum. Esta foi a causa da paralisia no recente caso de poliomielite nas Américas, que foi relatado no início deste ano no Estado de Nova York, nos Estados Unidos. O caso ilustra por que precisamos fortalecer a capacidade dos países de detectar todos os casos prováveis em tempo hábil. É importante identificar e impedir que o vírus se espalhe para que não tenhamos um surto de poliomielite. A única proteção contra a poliomielite é a vacinação.

1. O restante da Região das Américas deveria estar preocupado?

Sim, o risco de reintrodução da pólio é real. É preciso se preocupar porque milhões de crianças não são vacinadas e outros milhões são sub vacinadas, e isso abre uma oportunidade para o vírus. Esse “bolsão” de crianças não vacinadas vem crescendo nos últimos anos, e principalmente durante a pandemia, quando a cobertura da vacinação contra a poliomielite diminuiu ainda mais. Agora a cobertura regional de poliomielite nas Américas é de 79%, quando deverá ser 95% ou mais para evitar surtos. Isso significa que há muitas crianças suscetíveis e que podem estar infectadas com a poliomielite. Ao mesmo tempo, os sistemas de vigilância têm diminuído de qualidade, o que prejudica a detecção atempada dos casos. Como se sabe, a

poliomielite causa paralisia muscular permanente, é irreversível, mas com um calendário completo de vacinação, é possível preveni-la.

2. Como a cepa da poliomielite encontrada nas águas residuais era um poliovírus derivado de uma vacina (VDPV), isso significa que as vacinas não são seguras?

Não, as vacinas são muito seguras e eficazes. Esta foi uma transmissão muito rara. O caso ocorrido no estado de Nova York no início deste ano envolveu um indivíduo não vacinado que pegou poliomielite de VDVP circulando em águas residuais. Isso é muito raro, e o indivíduo estava vulnerável porque não foi vacinado.

3. Qual é a diferença entre vacinas orais e injetáveis contra a poliomielite?

A vacina oral inclui uma versão do vírus muito fraca, que geralmente não causa a doença nas pessoas em que é aplicada. Confere uma proteção ao intestino, o que significa que, se essa criança for exposta, o vírus não vai progredir ou se multiplicar no sistema gastrointestinal. Apenas um caso em 7,6 milhões de doses administradas com esse tipo de vacina pode evoluir para poliomielite. Mas isso é muito improvável e não significa que seja transmissível. Do ponto de vista da saúde pública, a vacina oral aumenta a imunidade do rebanho.

A vacina injetada gera uma boa resposta de anticorpos, mas não produz proteção gastrointestinal. Então, se há comunidades com bolsões de crianças não vacinadas e o poliovírus infectou uma criança que foi vacinada com a vacina injetada, a criança estará protegida contra paralisia, mas o vírus ainda pode se replicar em seu sistema gastrointestinal e potencialmente se espalhar por fezes e águas residuais e, dessa forma, infectar outras pessoas.

4. O que a OPAS está fazendo após o recente ressurgimento da pólio?

A OPAS está trabalhando para fortalecer os programas de imunização nas Américas, e não apenas para a poliomielite, para aumentar a cobertura e atingir a meta de 95%. Estabeleceu-se um sistema de priorização, com alguns países com alto risco de ressurgimento ou surtos de poliomielite. Além disso, tem sido enfatizado o fortalecimento das capacidades de vigilância e o aumento da cobertura vacinal.

É importante ressaltar que alguns dos financiamentos para programas de imunização diminuíram durante a pandemia de COVID-19 e os estados-membro devem ter ações para aumentar o financiamento público para vacinação, porque a saúde das crianças é responsabilidade de todos.

5. Uma pessoa com poliomielite pode ser curada?

Não há cura para a poliomielite. Uma vez com paralisia, não há como regenerar os nervos que permitem que a pessoa ande ou recupere a função motora. A poliomielite é uma doença irreversível, mas é possível preveni-la certificando-se de que estão todos vacinados.

6. Qual é o tratamento para a poliomielite?

É possível oferecer fisioterapia para recuperar algumas das funções do músculo afetado, mas não é possível ter uma reversão completa. Em alguns casos, a paralisia é tão agressiva que pode paralisar os músculos respiratórios e a pessoa pode morrer por não conseguir respirar.

Então, não é apenas a possibilidade de estar em uma cadeira de rodas que se está tentando evitar – algumas pessoas morrem de poliomielite devido a dificuldades respiratórias.

7. Qual é a idade limite para receber a vacina?

Em geral, a prioridade é vacinar crianças menores de 6 anos, porém, se houver crianças que não receberam o calendário vacinal completo, o programa pode estender a vacinação até os 10 ou 15 anos de idade. Também depende dos recursos disponíveis em diferentes países.

Para acessar a notícia, [clique aqui](#). Para acessar outras informações sobre Poliomielite no Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz, [clique aqui](#).

UNFPA - Investindo em três resultados transformadores e obtendo retornos poderosos

A UNFPA publicou uma pesquisa que aponta os retornos econômicos de investimentos em três eixos principais de ação da agência.

1) Acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar e acabar com as mortes maternas evitáveis

De 2022 a 2030, estima-se que os países precisarão gastar US\$ 79 bilhões adicionais para acabar com a necessidade não atendida de planejamento familiar e prevenção de mortes maternas. Isso implica ampliar a cobertura de intervenções de saúde para 95% em 2030.



BENEFIT-COST RATIO



2) Acabar com a mutilação genital feminina

O impacto da programação é baseado na projeção número de casos de MGF evitados devido à implementação de intervenções para prevenir a mutilação genital feminina em 31 países com alta incidência. As estimativas foram convertidas em custos de saúde evitados, anos saudáveis de vida ganhos e custos econômicos associados, bem como benefícios sociais.

De 2022 a 2030, estima-se que esses países precisarão gastar US\$ 2,751 bilhões adicionais para acabar com a MGF.

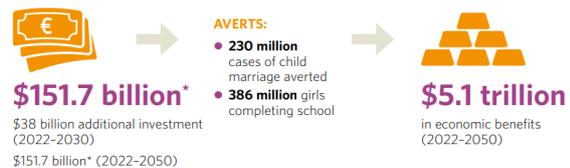


BENEFIT-COST RATIO



3) Acabar com o casamento infantil

Estima-se que os países precisarão gastar US\$ 38 bilhões adicionais de 2022 a 2030, com investimentos contínuos nessa área. No total, um adicional de US\$ 151,7 bilhões necessários de 2022 a 2050 para acabar com o casamento infantil até 2030, e para educar as crianças nesse sentido.



BENEFIT-COST RATIO



Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

A importância do Comitê de Segurança Alimentar no enfrentamento da atual crise dos sistemas alimentares contemporâneos

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Erica Ell

O Comitê de Segurança Alimentar da FAO (CSA) representa e consolida-se como um dos mais importantes espaços de discussão e participação social na segurança alimentar e nutricional global e seus produtos e recomendações têm sido essenciais para reforçar e, quando necessário, criticar e buscar redirecionar posições, prioridades e ações das agências nessa temática. Isso é devidamente traduzido em seu lema: “Fazendo a Diferença na Segurança Alimentar e Nutricional” (*“Making a Difference in Food Security and Nutrition”*).

O CSA foi estabelecido pela FAO em 1974 e reestruturado em 2009 como a plataforma internacional e intergovernamental mais inclusiva para atores no campo da segurança alimentar e nutricional global, e tem como integrantes as agências das Nações Unidas, organizações da sociedade civil, organizações internacionais de pesquisa em agricultura, instituições financeiras internacionais e regionais, associações do setor privado e fundações filantrópicas. 41

O Comitê se reúne anualmente em Roma, e hospeda o Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional (HPLE), que produz relatórios e outros materiais baseados em evidências científicas para subsidiar o CSA. Além disso, o CSA conta com a cooperação técnica de seu Grupo Assessor, da FAO, do IFAD e do PMA. Com base nesses subsídios e usando essa plataforma multilateral, o CSA desenvolve e promove recomendações políticas e orientações em uma gama de temas na segurança alimentar e nutricional global e tem frequentemente enfatizado a necessidade de fortalecer e aplicar salvaguardas contra potenciais conflitos de interesses nas agências, inclusive em relação a financiamento.

É importante destacar o papel do Painel de Alto Nível de Especialistas, porque constitui a principal interface entre política e ciência no âmbito do CSA e é composto com especialistas reconhecidos internacionalmente em diferentes campos da segurança alimentar e nutricional e seus produtos técnico-científicos independentes, abrangentes e baseados em evidências objetivam facilitar os debates políticos e informar a formulação de políticas e identificar o CSA sobre questões críticas e emergentes. 42.

Nos informes anteriores produzidos no decorrer de 2022, referenciamos muitos dos materiais do HPLE, frequentemente como contraponto a iniciativas da FAO, no sentido de reforçar a necessidade de transformação dos sistemas alimentares, garantir inclusão de atores que estão na base desses sistemas e adotar abordagens baseadas em direitos humanos em todas as iniciativas das agências ligadas à segurança alimentar e nutricional. Por exemplo, entre os importantes relatórios produzidos pelo Painel, foram trabalhados nos últimos anos temas relevantes e atuais como *Nutrição e Sistemas Alimentares (2017)*, *Parcerias entre Múltiplos Atores para Financiar e Aprimorar a Estrutura de Segurança Alimentar e Nutricional até 2030 (2018)*, *Abordagens Agroecológicas e outras Inovações para a Agricultura Sustentável e Sistemas Alimentares que Melhoram a Segurança Alimentar e Nutricional (2019)*, *Segurança Alimentar e*

⁴¹ <https://www.fao.org/cfs/en/>

⁴² <https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/en/>

Nutricional: Construção de uma Narrativa Global para 2030 (2020) e Promoção da Participação da Juventude e Empregos na Agricultura e Sistemas Alimentares (2021).

Vale a pena destacar a publicação mais recente do HPLE, o relatório de Ferramentas para Coleta e Análise de Dados na Segurança Alimentar e Nutricional: Rumo a Aumentar Tomadas de Decisão Efetivas, Inclusivas e Informadas por Evidências (2022), que busca trazer a importância e instrumentos para mensurar a segurança alimentar e nutricional desde o nível local até o global, garantindo a produção e análise em tempo oportuno das informações para desenhar, monitorar e avaliar as políticas, em linha com os desenhos dos ciclos clássicos de planejamento de políticas. Assim, podem fortalecer as decisões, recomendações e políticas informadas por evidências e melhor ajustá-las aos contextos locais e diferentes grupos populacionais, quando necessário. Nesse mesmo sentido, as informações são essenciais para a transformação dos sistemas alimentares a partir da criação de oportunidades políticas, da sensibilização, da conscientização das populações e da responsabilização de governos nacionais e agências internacionais, inclusive em relação ao monitoramento dos compromissos assumidos.

Além disso, o relatório reporta a necessidade de valorizar a produção e a qualificação dos dados produzidos e de aumentar a capacidade de análise, principalmente em países com menos recursos, por exemplo por meio da cooperação com agências e entre países, aumento da infraestrutura e investimento em capital humano. Além disso, são levantadas questões éticas relacionadas à coleta e disseminação de informações digitais, problemas de crescente dependência da inteligência artificial, *machine learning* e outras formas automatizadas ou semiautomatizadas de tomada de decisão que estão cada vez mais comuns e usadas indiscriminadamente. Outro ponto destacado é da governança de dados no contexto dos atores públicos e privados, que necessita de coordenação, inclusão das pessoas estudadas e gerenciamento de conflitos de interesses, de modo que se sugere que os dados em segurança alimentar e nutricional sejam considerados bens públicos, e, assim, sejam amparados por um marco legal internacional que preserve os direitos das pessoas às quais os dados pertencem.

Assim como nos sistemas financeiros e alimentares, no tocante à gestão das informações sobre a segurança alimentar e nutricional, os mecanismos baseados no mercado são excludentes e concentradores, além de frequentemente monetizados, enquanto é fundamental criar outra governança de dados abertos ao mesmo tempo em que preservam a privacidade dos indivíduos. Com isso, à oportunidade e necessidade de produção, análise e uso dos dados, no relatório são agregados alertas em relação a pontos que colocam podem fragilizar ou distorcer a utilidade desses dados nas políticas.

Essa preocupação com a aquisição, processamento, uso e posse das informações é corroborado por outros estudos recentes, que apontam o papel do agronegócio e suas corporações oligopolizadas na questão dos dados, principalmente de *big data*, na agricultura e segurança alimentar. Como o acesso às tecnologias, ciência e aos dados é desigual, as assimetrias de poder se acentuam em relação às consequências da concentração de poder e, com elas, as preocupações em relação à justiça em relação às informações e à sustentabilidade

dos sistemas alimentares, incluindo questões relacionadas à soberania, dependência, produtividade, mecanização e automação. 43

Na 50ª sessão do CSA, o grande tema de discussão foram as respostas necessárias à crise alimentar global trazida último relatório de Estado da Segurança Alimentar e Nutricional (*The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*). 44 Nesse sentido, tem havido um aumento gradual na prevalência de famílias em insegurança alimentar e nutricional no mundo desde 2018 e, conforme relatado em informes anteriores, se projeta que aproximadamente 670 milhões de pessoas estarão passando fome no mundo em 2030, o que representa o mesmo número de pessoas nessa situação em 2015, quando a agenda 2030 foi lançada. Além disso, o relatório estimou que 3,1 bilhões de pessoas no mundo não tinham recursos financeiros para terem uma dieta saudável em 2020 (112 milhões de pessoas a mais que no ano anterior).

Vale destacar que os impactos da insegurança alimentar e nutricional são desproporcionais nas populações, na medida em que os maiores impactos acontecem entre os mais pobres, pessoas com deficiências, pequenos agricultores, mulheres, jovens, idosos e crianças, bem como populações em situação de vulnerabilidade. Essas condições são agravadas pelo cenário mundial de volatilidade dos preços de alimentos, interrupção de cadeias de abastecimento, aumento nos preços de energia e combustíveis, crises econômicas e fiscais e outros fatores que afetam a produtividade agrícola e acesso a alimentos, junto com as mudanças climáticas e efeitos da pandemia.

Como resposta a esse quadro, no primeiro segmento da reunião, com ampla participação dos representantes dos governos nacionais, foram apresentadas e discutidas as respostas à crise alimentar global e sua coordenação.

Em seguida, foi discutido o texto das Diretrizes Voluntárias para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres e Meninas no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, reconhecendo avanços nesse tema são críticos para enfrentar a atual crise alimentar e contribuir para a eliminação da fome no mundo, além de promover a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada. Assim, a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas é também fundamental para o alcance dos compromissos dos ODS, mediante a garantia de sistemas alimentares econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Contudo, ainda não houve acordo final entre os países em relação ao texto preliminar dessas diretrizes, portanto foi reiterada a necessidade de buscar a construção de consensos para que se possa estabelecer os compromissos necessários para avanços nessa agenda.

O tema seguinte foi a apresentação do tema do próximo relatório do HPLE, que abordará Questões Críticas, Emergentes e Continuadas na Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista o contexto de continuidade do aumento da insegurança alimentar e nutricional no mundo e as dificuldades no avanço em relação aos ODS. Foi destacado que essas questões são interligadas entre si e precisam adotar uma abordagem de sistemas alimentares, considerando os contextos nacionais, assim como seus contextos e capacidades. Além disso, foi solicitado ao

⁴³ Kelly Bronson. *The Immaculate Conception of Data: Agribusiness, Activists, and Their Shared Politics of the Future*. McGill-Queen's University Press. 224p (2022)

⁴⁴ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

HPLE realizar um estudo específico sobre o fortalecimento dos sistemas alimentares urbanos e periurbanos no contexto da urbanização e da transformação rural, que foi objeto de análise por nosso grupo também no Informe 20 dos Cadernos CRIS Fiocruz. 45

Os membros do CSA dedicaram-se depois a apresentar e discutir o último relatório do HPLE, sobre as ferramentas de coleta e análise de dados em segurança alimentar e nutricional, enfatizando a importância dessas ferramentas, além de apontar prioridades em sua implementação, tais como a resolução de lacunas de informações em todas as dimensões dos indicadores de segurança alimentar e nutricional, a garantia de dados de alta qualidade, acessíveis, oportunos, confiáveis e desagregados para monitorar os ODS (principalmente o ODS 2) e outros compromissos, a importância de garantir a correta governança dos dados, o alcance de consensos entre os atores e a construção e sinergias entre os esforços e iniciativas e a necessidade de mobilização de recursos para fortalecer as iniciativas nacionais, principalmente onde há mais lacunas de informações.

Novamente, os temas do CSA replicam temas abordados no Informe 12 dos Cadernos CRIS 46, agora com o empoderamento da juventude nos sistemas alimentares e seu papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional, aprovando as recomendações políticas do Comitê para engajamento da juventude nos sistemas alimentares e incentivando a divulgação e incorporação dessas recomendações nas políticas, leis, programas, investimentos e iniciativas regionais e nacionais. Resgatando parte da discussão desse informe, é fundamental a inclusão, em todos os níveis, dos atores das mudanças nos sistemas alimentares, incluindo a juventude, que deve ter garantida participação ativa na transformação dos sistemas alimentares, considerando conceitos e princípios básicos como a saúde humana, animal e planetária e o direito humano à alimentação.

Como último tema da sessão, foram discutidos os princípios para investimentos responsáveis na agricultura e sistemas alimentares sustentáveis, destacando que essa sustentabilidade se alinha com o preconizado no ODS e com o ECOSOC e pode contribuir para a transformação dos atuais modos de produção e dos sistemas alimentares vinculados a eles. Esses investimentos devem igualmente ser baseados em uma abordagem de direitos humanos e assim melhorar a qualidade de vida das populações e reduzir e mitigar os riscos de insegurança alimentar e nutricional.

Dessa forma, a 50ª sessão do CSA reforçou mais uma vez pontos de grande relevância na atual agenda de segurança alimentar global, como planejamento e monitoramento, financiamento responsável e participação de mulheres e da juventude, e trouxe evidências, instrumentos e recomendações para o enfrentamento da crise alimentar e suas causas, dando clareza à necessidade de promover transformações nos sistemas alimentares contemporâneos. Nesse sentido, os sistemas alimentares hegemônicos têm relação direta com as crises atuais e torna-se imperativo às agências que atuam na segurança alimentar e nutricional reconhecer a urgência de promover as transformações necessárias e apoiar sistemas alimentares sustentáveis, inclusivos e resilientes para garantir a realização dos direitos humanos e a saúde humana e planetária.

⁴⁵ <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-20-2022>

⁴⁶ <https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-12-2022>

A governança da segurança alimentar e nutricional, seja em espaços nacionais, regionais ou globais, enfrenta grandes riscos de influência e captura pelo setor privado, devido às assimetrias de poder e a falta de mecanismos de controle dos conflitos de interesses nas agendas. Nesse contexto, o exemplo do CSA é central para garantir recomendações e prioridades de forma inclusiva e independente na agenda de segurança alimentar e nutricional, orientadas por direitos e buscando o bem comum.

No conjunto dos espaços globais na área da segurança alimentar e nutricional, o CSA desempenha um papel fundamental como fórum de participação popular e de produção de recomendações baseadas em uma governança inclusiva e em evidências científicas independentes que deveria ser replicado em outras instâncias e temáticas. É importante à FAO e às demais agências relacionadas à segurança alimentar e nutricional apoiar o CSA e garantir sua sustentabilidade e independência, além de reconhecer e implementar suas recomendações como prioritárias na orientação das políticas globais, na medida em que ajuda a mostrar caminhos para a transformação necessária nos sistemas alimentares, garantindo que sejam efetivamente saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

A Cultura como Bem Público Global: a declaração final da Conferência sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, MONDIACULT 2022

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

A ambiciosa declaração final⁴⁷⁴⁸ da [Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável - MONDIACULT 2022](#), aprovada por unanimidade por 150 Estados, afirma a cultura como um “bem público global” e o compromisso em fortalecer políticas públicas no setor cultural. A conferência ocorrida na Cidade do México, de 28 a 30 de setembro, reuniu quase 2.600 participantes, 135 Ministros da Cultura, 83 organizações não-governamentais e nove agências especializadas da ONU.

Nas palavras da Diretora- Geral da Unesco, Audrey Azoulay:

“A cultura desempenha um papel fundamental nas nossas sociedades. Por meio dele, todos podem descobrir sua humanidade comum e se tornar um cidadão livre e esclarecido. É a espinha dorsal da nossa sociedade. E mesmo assim, apesar dos avanços, ainda não ocupa o lugar que merece nas políticas públicas e na cooperação internacional. MONDIACULT 2022 é um sinal poderoso para mudar essa situação. A Declaração adotada hoje é um compromisso com a ação”.

Na declaração, que inclui 22 pontos, os participantes reafirmaram seu compromisso em “proteger e promover a diversidade cultural, como fundamento da identidade dos povos e princípio fundador de todas as convenções, recomendações e declarações da UNESCO”. Além disso, comprometeram-se “a promover um ambiente propício ao respeito e exercício de todos os direitos humanos, em particular os direitos culturais individuais e coletivos, em todas as áreas da cultura, do patrimônio cultural aos setores culturais e criativos, incluídos no ambiente digital” para construir um mundo mais justo e equitativo e reduzir as desigualdades, especificamente no que diz respeito a mulheres, jovens, crianças, povos indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis.

Segundo dados da UNESCO, o setor cultural e criativo é um dos mais poderosos motores de desenvolvimento do mundo pois é responsável por mais de 48 milhões de empregos em todo o planeta, sendo quase metade dos quais são ocupados por mulheres, o que representa 6,2% de todos os empregos existentes e 3,1% do PIB global. É também o setor que emprega e dá oportunidades ao maior número de jovens com menos de 30 anos. Para o setor cultural aumentar sua capacidade produtiva, a UNESCO afirma a necessidade de maior integração da cultura nas políticas públicas para que diversos setores da sociedade tenham seu potencial plenamente realizado, possuindo todos os recursos à sua disposição para que floresça sua capacidade criativa para atuar na sociedade, economia e meio ambiente. De acordo com a declaração, para que isso aconteça, os países devem desenvolver políticas públicas por meio de marcos de desenvolvimento nos níveis internacional, regional e nacional, bem como dentro das políticas de outros fundos e programas das Nações Unidas.

Em 1982, ano em que foi realizada a Primeira Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, o mundo estava vivendo um contexto bi polarizado, dificultando naquela época a

⁴⁷[Versão original em Inglês da Declaração final da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável, Mondiacult 2022](#)

⁴⁸[Versão em espanhol da Declaração final do Mondiacult 2022](#)

utilização da cultura como instrumento de manutenção da paz e estímulo à convivência pacífica entre as nações. Atualmente, existem inúmeros conflitos armados, entre os quais entre a Rússia e Ucrânia, os Ministros da Cultura de forma unânime se comprometeram a fortalecer o multilateralismo que reconheça a cultura como um “bem público global” para facilitar e promover o desenvolvimento sustentável que não admite exclusões e que deve fortalecer as políticas públicas nesse âmbito. Por isso, os Estados solicitaram a integração da cultura “como um objetivo específico por direito próprio” como o 18º objetivo do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas a ser incorporado na Agenda 2030.

Outra conquista do MONDIACULT inclui a criação, a partir de 2025, do Fórum Mundial de Políticas Culturais, a ser organizado pela UNESCO a cada quatro anos. Os debates serão norteados a partir do Relatório Mundial de Políticas Culturais, elaborado pela Organização com o objetivo de abordar áreas prioritárias para a cultura, buscando manter diálogo construtivo e inclusivo de todos os agentes envolvidos, a fim de fortalecer a ação multilateral, a colaboração e a solidariedade entre os países e contribuir com as linhas estratégicas de trabalho da UNESCO no âmbito de seus órgãos de governo. Devido ao impacto multidimensional da cultura, o relatório quadrienal será fundamental para coordenar, fortalecer e desenvolver instrumentos e mecanismos para a análise integrada, monitoramento e medição da cultura e seu impacto no desenvolvimento sustentável, além da produção de estudos conceituais sobre o impacto da cultura em todas as suas dimensões, juntamente com dados relevantes.

No ponto 14 da declaração, destaca-se a responsabilidade dos países para fortalecer as ações contra o crime organizado e o financiamento do terrorismo, encontrando respaldo técnico e financeiro por meio de acordos internacionais, além da proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, bem como das expressões culturais diante dos eventos climáticos extremos e riscos naturais.

Um ponto de destaque na Declaração é quanto a intensificação do combate ao tráfico ilícito de bens culturais, com maior cooperação internacional neste campo. Da mesma forma, pedem aos operadores do mercado de arte que não coloquem à venda objetos cuja proveniência não seja comprovada. A UNESCO promoverá a implementação efetiva dos marcos legais ou políticas existentes para a devolução de bens culturais aos seus países de origem ou sua restituição em caso de apropriação ilícita, auxiliar os países na conservação e gestão de bens culturais no local, por meio da capacitação e promoção de abordagens educacionais e culturalmente sensíveis, especialmente em museus e instituições culturais. A Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay anunciou a criação pela UNESCO e INTERPOL de um museu virtual de bens culturais roubados. Será uma ferramenta educacional e pedagógica, para que os cidadãos possam conhecer a história dessas obras, e ao mesmo tempo uma ferramenta de pesquisa para pessoas que tenham dúvidas sobre a origem de um elemento. O lançamento acontecerá até 2025.

Outro ponto de destaque é sobre potencializar sinergias entre cultura e educação com vistas a ampliar os resultados de aprendizagem e melhorar a qualidade da educação com a valorização da diversidade cultural, a educação alfabetização artística e digital, em particular nos currículos educacionais e na aprendizagem ao longo da vida. Algumas medidas foram propostas para que a educação seja promotora de cultura: estimular uma integração da cultura na educação formal, informal e não formal, em particular enfatizando a contribuição de todos os

segmentos da sociedade para a transmissão de conhecimento; apoiar a educação e formação técnico-profissional no setor cultural por meio de investimentos estruturais em políticas públicas, a fim de promover o empreendedorismo; investir no papel educacional e social dos museus, centros criativos, bibliotecas, arquivos e instituições culturais.

Ao longo desses 40 anos, após o primeiro MONDIACULT, a criatividade passou a ter papel essencial na economia, sendo elementos indispensáveis na produção de mercadorias, bens e serviços com alto valor agregado. O setor criativo está em ampla expansão e tornou-se importante formador de inovação econômica e social, com grande potencial para a criação de novos empregos, empresas, produtos e serviços, pautados na criatividade e no talento de seus executores. Para estimular o desenvolvimento deste setor em expansão, os Estados-Membros por meio da implementação efetiva da Convenção da UNESCO de 2005 e da Recomendação da UNESCO de 1980, se comprometem a garantir os direitos sociais e econômicos de artistas e profissionais da cultura, facilitando a mobilidade e regulando melhor plataformas digitais e envolvê-las em um diálogo participativo.

A Transformação Digital foi um dos temas abordados na Conferência, ressaltando a capacidade de expansão do acesso à cultura para todos, melhorando o conhecimento, a documentação, a conservação, a salvaguarda, promoção e gestão do patrimônio e estímulo à criatividade e à inovação. A transformação digital, por meio de compromisso de ação da UNESCO será feita através de medidas como: facilitar o acesso equitativo aos mercados culturais; formular, desenvolver e implementar políticas regulamentares, bem como planos de ação para a produção, divulgação e consumo de bens e serviços culturais em ambiente digital, promovendo um diálogo estruturado entre todos os envolvidos, como o setor privado, organizações não governamentais e intergovernamentais relevantes; desenvolver capacidades para aproveitar as tecnologias digitais para o emprego cultural, bem como para melhorar a salvaguarda, promoção, digitalização e inventariação do patrimônio cultural; e fomento à cooperação Sul-Sul e Norte-Sul.

Organizações da Sociedade Civil e saúde global

***Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Jesus Enrique Patiño, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis Carpio,
Renan Amaral Oliveira e Luis Escarcina,
Lara Daibert, Laurenice Pires Eugênio de Souza***

Introdução

A temática das mudanças climáticas continua sendo o assunto mais discutido nas agendas das organizações da sociedade civil (OSC) tanto de interesse público quanto de interesse privado. As organizações destacam o impacto da crise ambiental na saúde de populações mais vulnerabilizadas da África, Ásia e América Latina, e como a exposição a recorrentes eventos extremos como ciclones, enchentes, deslizamento e todo tipo de tempestades destrói a infraestrutura, já precarizada, de hospitais, escolas, moradias, vias terrestres de acesso, saneamento básico, entre outros. Ainda no tema das mudanças climáticas, a reunião da COP27 teve grande repercussão nas agendas das OSC, que instaram os participantes a elaborarem um plano de financiamento para as perdas e danos ocasionados pela crise climática, prestando maior atenção aos grupos vulnerabilizados.

A saúde mental também continua recebendo especial atenção. As organizações reiteram a importância da promoção de saúde para evitar distúrbios mais comuns como a depressão, a ansiedade e a psicose, propondo maior investimento em pesquisas na área e o uso de inteligência artificial para detectar e tratar a esquizofrenia.

Além disso, organizações de interesse público denunciam o aumento de preço da vacina para a COVID-19 por parte da Pfizer, o que prejudica a vacinação nos países subdesenvolvidos. Organizações de interesse privado reforçam a necessidade de priorizar a vacinação de crianças para a prevenção da Pólio nos países mais pobres. Também divulgaram resultados de pesquisas sobre os efeitos de receber a vacina da COVID-19 e da gripe ao mesmo tempo.

As doenças infecciosas ocupam espaço importante nesta quinzena, com o novo surto do ebola na Uganda, a tuberculose na Tanzânia e na Indonésia e o ressurgimento da cólera no Caribe, África, Oriente Médio e África do Sul. As organizações destacam a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento de forma que priorizem a saúde pública e garantam acesso universal às medidas de prevenção e tratamento.

Outras temáticas, caracterizadas pela diversidade e complexidade, foram levantadas nas agendas da sociedade civil, mostrando o grande desafio que é a Saúde Global hoje, tendo sido objetos de manifestações: as doenças crônico-degenerativas, a migração e o deslocamento forçado, o trabalho análogo à escravidão, a violência e a desigualdade de gênero, o uso de armas químicas, o desrespeito aos direitos dos povos originários, iniquidade no acesso a vacinas, as condições de trabalho dos assistentes sociais, a atenção primária à saúde, entre outros.

Organizações de interesse público

Crise climática e a COP27

A *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública*⁴⁹(WFPHA) repercutiu o lançamento do [relatório 2022](#) de The Lancet Countdown on Health and Climate Change, destacando que "com o mundo em turbulência, colocar a saúde humana no centro de uma resposta alinhada a essas crises simultâneas pode representar a última esperança de garantir um futuro mais saudável e seguro para todos".

A *CARE International*⁵⁰ analisa alguns eventos associados ao clima, que ocorreram desde a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas no ano passado em Glasgow. [Eventos climáticos extremos](#), desde ondas de calor históricas na Europa até secas no Chifre da África e outra temporada de furacões nos Estados Unidos, mostraram que as comunidades que menos contribuem para as causas profundas da crise continuam a suportar o peso dos seus impactos. A CARE chama à atenção para a COP27, a ser realizada na próxima semana em Sharm El-Sheikh, no Egito, em virtude do alerta dos especialistas em clima para a necessidade de medidas urgentes de enfrentamento desta crise, diante do risco de atingir um ponto sem retorno.

A *International Federation of Medical Students' Associations*⁵¹(IFMSA) anunciou a realização de uma sessão sobre "Grupos vulneráveis no contexto das mudanças climáticas e da saúde", durante a [17ª Conferência da Juventude sobre Mudança Climática da ONU](#) (COY17), realizada nos dias 2 a 4 de novembro no Egito. Essa conferência, que antecede a COP27, busca ressaltar a necessidade de focar nos grupos vulneráveis, envolvendo-os na ação climática.

A *Action Aid*⁵² alega que a mudança climática tem aumentado a frequência e a intensidade de tempestades tropicais. Segundo a organização, a [tempestade tropical Nalgae que atingiu as Filipinas](#) no fim do mês de outubro é mais uma consequência da mudança climática, deixando mortes e destruindo infraestruturas. Destaca também que esta é a 16ª tempestade enfrentada pelas Filipinas apenas nesta temporada.

Em outra manifestação, a organização destaca que a [crise climática já mostra sua "ferocidade" em Bangladesh](#), chamando atenção para o ciclone Sitrang, que ameaça trazer consigo enchentes e deslizamentos de terra. Segundo a organização, que atua para coordenar a resposta ao ciclone, é preciso haver fundos disponíveis para arcar com os prejuízos causados por eventos naturais consequências da mudança climática.

Em 31 de outubro, a mesma organização publicou um relatório sobre o impacto da crise climática e sobre a necessidade de um [fundo para custear perdas e danos causados](#). O documento defende que sem um mecanismo de financiamento para ajudar países mais vulneráveis a se recuperarem e reconstruírem após desastres climáticos, estes estarão cada vez mais aprofundados em dívidas, e sob ameaça de falta de acesso a serviços públicos essenciais,

⁴⁹ <https://www.wfpha.org/>

⁵⁰ <https://www.care.org/>

⁵¹ <https://ifmsa.org/>

⁵² <https://actionaid.org/>

como educação e saúde. Ainda, fala sobre o impacto desproporcional em mulheres e meninas, que são mais afetadas pela fome, o deslocamento forçado, dívidas e violência.

Referente à COP27, a *Action Aid* pede para que os governos se comprometam com a criação de tal mecanismo durante a reunião, e lançou uma petição pedindo para que EUA, Reino Unido, União Europeia e Austrália chegassem a um acordo para o estabelecimento de um [mecanismo de financiamento](#).

A organização publicou também um artigo com [cinco parâmetros de justiça climática](#) que consideram essenciais para o sucesso da COP27. Entre eles, o acordo para estabelecer o mecanismo de financiamento para perdas e danos causados pela mudança climática; uma nova e mais ambiciosa meta de financiamento do clima que seja capaz de dar conta da crise atual; uma mudança nas práticas de agricultura para a agroecologia; evitar que as negociações do artigo 6, que fala sobre zero emissões levem a brechas que permitam desvios do que se objetiva; e a destinação e fundos para a adaptação de comunidades vulneráveis expostas à mudança climática, especialmente direcionada a mulheres e meninas.

A *Oxfam*⁵³ faz alerta para as armadilhas de dívida que os países mais pobres estão tomando em nome dos [financiamentos climáticos](#). Segundo estudos da Oxfam, empréstimos fazem parte de mais de 70% das provisões oferecidas a países em desenvolvimento para projetos de enfrentamento ao aquecimento global. Esse esquema de financiar ações para o bem-estar planetário endividando ainda mais países vulneráveis revela uma injustiça dos países desenvolvidos que causaram historicamente a aceleração do aquecimento global.

O *Greenpeace Brasil*⁵⁴ se contrapõe à narrativa que o encarecimento dos preços nos mercados brasileiros tenham maioritariamente a ver com a guerra na Ucrânia ou fatores externos. A ONG avalia que o [desmatamento](#) provocou sistemáticos períodos de seca prejudiciais aos mananciais de água assim como às produções de alimento e energia.

A *International Federation of Social Workers*⁵⁵ (IFSW) publicou uma [declaração sobre a ação climática](#) em que chama a atenção para o impacto das iniquidades causadas pela mudança climática e as populações marginalizadas, e faz quatro apelos para Estados e governos.

A *NCD Alliance*⁵⁶ publicou uma notícia sobre o [impacto da mudança climática na mortalidade](#). Segundo o *Lancet Countdown*, está aumentando o impacto da mudança climática na saúde das pessoas em todo o mundo, assim como o aumento do fator dos riscos para Doenças Crônicas Não Transmissíveis.

*Médicos Sem Fronteiras*⁵⁷ (MSF) publicou em colaboração um artigo para o relatório 2022 [Lancet Countdown on Health and Climate Change](#), onde fornece testemunhas dos impactos das mudanças climáticas na saúde de algumas das comunidades em que trabalham e fornece recomendações.

⁵³ <https://www.oxfam.org/>

⁵⁴ <https://www.greenpeace.org/international/>

⁵⁵ <https://www.ifsw.org/>

⁵⁶ <https://ncdalliance.org/>

⁵⁷ <https://www.msf.org/>

O *Consortium of Universities for Global Health*⁵⁸ (CUGH) por meio de um artigo salienta a necessidade de abordar os [riscos ambientais](#), especialmente para o bem estar das crianças.

Igualdade de gênero e liberdade no Irã

A *World Federation of Public Health Associations* (WFPHA) fez um apelo às Nações Unidas e a todos os governos para que ajam para impedir a contínua [repressão à população iraniana](#), bem como às empresas para que parem de financiar o regime autoritário do Irã, que tem reprimido as manifestações das mulheres por liberdade.

Doenças infecciosas e Covid-19

Para marcar a passagem do Dia Mundial da Pneumonia, celebrado em 12 de novembro, a *Federação Internacional sobre Envelhecimento*⁵⁹ (IFA) publicou uma declaração em que afirma que [os adultos com 70 anos ou mais têm a maior incidência de pneumonia](#) em todo o mundo. Enquanto a maioria das pesquisas e intervenções de prevenção e tratamento da pneumonia em crianças menores de cinco anos levou a uma diminuição das infecções e mortes nesse grupo, os mesmos avanços não ocorreram em relação aos idosos.

O *Consortium of Universities for Global Health* (CUGH) relatou através de um artigo no jornal *The New York Times*, o [ressurgimento da cólera com um inimigo letal](#), no Caribe, África, Oriente Médio e África do Sul colocando a saúde de milhões em risco e onerando ainda mais o frágil sistema de saúde.

A *People's Vaccine Movement*⁶⁰ publicou nas suas redes o cálculo baseado em dados do WHO's ACT que indicam que a cada [teste de COVID-19](#) administrado em países pobres, 50 são administrados em países ricos. Reforçando a mensagem que o acesso a dispositivos médicos deveria ser igual para todos para assim aceder a tratamento precoce e proteger os seres queridos e a si mesmo.

Um novo estudo disponibilizado pela Federação Internacional de Hospitais relata a [atuação das Associações Nacionais de Hospitais](#), antes e durante a pandemia de Covid - 19.

Equidade e acesso a vacinas

A consultora de *People's Vaccine Movement*⁶¹, Julia Kosgei, se manifestou respondendo às notícias de que a [Pfizer aumentará os preços da sua vacina de COVID-19](#) para 110-130 dólares, sendo que estimativas feitas por especialistas indicam que o custo de produção é em torno de 1,18 dólares, o que significa uma margem de lucro de dez mil por cento. Essa situação vai além das vacinas, atualmente as pessoas estão morrendo em países em desenvolvimento sem acesso ao Paxlovid, tratamento antiviral para COVID-19 pelo qual a Pfizer está cobrando centenas de dólares. A OMC fez uma proposta para que países em desenvolvimento possam produzir doses genéricas do medicamento.

⁵⁸ <https://www.cugh.org/>

⁵⁹ <https://ifa.ngo/>

⁶⁰ <https://peoplesvaccine.org/>

⁶¹ <https://peoplesvaccine.org/>

Doenças crônico-degenerativas

A IFMSA participou do encontro regional da OMS/Pacífico Ocidental, destacando a discussão sobre o [câncer do colo do útero](#), responsável por um quarto da carga global de doenças com desigualdades significativas no acesso aos cuidados, e lembrando que acomete desproporcionalmente mulheres jovens, que formam o grupo alvo da prevenção com a vacinação contra o HPV.

O *Consortium of Universities for Global Health* por meio de um documentário ressalta que ainda este ano o [câncer do colo do útero](#) será responsável pelo óbito de 1.500 mulheres de Gana, na África. O tratamento com exame preventivo não está amplamente disponível para essas mulheres. Estatísticas da Organização Mundial de Saúde mostram que 90 % das mortes por câncer do colo do útero ocorrem em países de baixa ou média renda, como Gana.

Saúde mental global

A *World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians*⁶² (WONCA) juntou-se às comemorações do [Dia Mundial da Saúde Mental 2022](#) no dia 10 de outubro. Sob o tema “tornar a saúde mental e o bem-estar para todos uma prioridade global”, a campanha deste ano representa uma oportunidade para pessoas com problemas de saúde mental, governos, empregadores, funcionários e outras partes interessadas se unirem para reconhecer o progresso neste campo e falar sobre o que precisa ser feito para garantir que a saúde mental e o bem-estar se tornem uma prioridade global para todos.

A *Mental Health Foundation*⁶³ em conjunto a outras organizações não governamentais redigiu uma [carta aberta ao Chanceler do Tesouro do Reino Unido](#), pedindo se mantenha um investimento básico ao Serviço Nacional de Saúde do Reino Unido, a previsibilidade de recursos e finalização do Plano Governamental de 10 Anos para Saúde Mental e o aumento dos investimentos em saúde ajustados regularmente à inflação.

A *Federação Internacional sobre Envelhecimento* (IFA) está realizando um inquérito sobre as maneiras de manter o cérebro saudável. Ressalta que, à medida que envelhecemos, manter nosso cérebro saudável se torna ainda mais crítico. A Pesquisa sobre a Saúde do Cérebro pode ser acessada [aqui](#).

Atenção Primária à Saúde

A organização que representa os médicos de família (WONCA) fez uma manifestação para marcar o 4º aniversário da [Declaração de Astana](#), aprovada na Conferência Global sobre Cuidados de Saúde Primários em Astana, Cazaquistão, em outubro de 2018. A WONCA pretende promover o reconhecimento e a conscientização sobre esta declaração internacional e os compromissos com o fortalecimento da atenção primária à saúde, refletindo sobre os avanços e as dificuldades em diferentes países e compartilhando as perspectivas dos Movimentos de Jovens Médicos.

⁶² <https://www.globalfamilydoctor.com/>

⁶³ <https://www.mentalhealth.org.uk/>

Convenção Quadro de Saúde Global

A *Framework Convention on Global Health*⁶⁴ publicou em seu blog notícia sobre a importância da [criação de uma Convenção-Quadro sobre Saúde Global](#), justificando duas razões para fazê-lo: Primeiro a saúde deve ser assegurada para todos, pois sem saúde não há liberdade. Segundo, porque sem uma regulamentação é possível a distorção do conceito de saúde pelos Estados, alterando-o de proteção de direitos para seu uso como meio de governança social.

Condições de trabalho de assistentes sociais

A *International Federation of Social Workers*⁶⁵ em parceria com a Bath Spa University The Psychology Center for Health and Cognition publicou [estudo global](#) que mostra que “as condições de trabalho dos assistentes sociais estão entre as mais difíceis de todas as profissões equivalentes”. Segundo o presidente do grupo de orientação da pesquisa, os resultados são alarmantes.

Insegurança alimentar e saúde

A *NCD Alliance* publicou em seu blog notícia sobre a [conferência da Casa Branca sobre Fome, Nutrição e Saúde](#). A dieta não saudável é um dos principais fatores de risco para as DCNT. “Mulheres e homens negros não hispânicos têm maior prevalência de DCV do que qualquer outro grupo racial e étnico, com 58,8% e 60,1% respectivamente, com a pandemia da COVID-19 apenas exacerbando essas disparidades”, diz a matéria.

A *CARE International* descreve a [situação de famílias do Líbano](#) que lutam por sobrevivência. A convergência de crises no país, decorrentes do colapso financeiro, da Covid-19 e uma explosão devastadora ampliou o cenário de insegurança alimentar. A organização está respondendo à crise global da fome, desde a resposta de emergência e tratamento da desnutrição até a abordagem da desigualdade de gênero na agricultura e nos sistemas alimentares, para que todos possam acessar os alimentos de que precisam quando precisam.

Migração e deslocamento forçado

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global* (CUGH) disponibilizou um artigo onde sinaliza a preocupação com milhões de [armas enviadas para América Central e América do Sul](#) provenientes dos Estados Unidos. Muitas dessas armas caem em mãos de grupos paramilitares, redes criminosas organizadas e gangues. Segundo o artigo, este seria um fator significativo da alta taxa de homicídios na região, ocasionando a fuga para outras localidades, face à própria sobrevivência.

A Oxfam denuncia a [discriminação que ciganos ucranianos sofrem](#) ao realizar o processo de fuga da guerra. Os relatos coletados revelam precariedade em seus alojamentos, mal atendimento por parte das entidades governamentais, intolerância com sua língua e cultura, além de dificuldade no acesso à saúde. Uma preocupação recorrente nos acampamentos é em referência a chegada do inverno pois suas habitações atualmente não têm acesso a

⁶⁴ <https://fcghalliance.org/>

⁶⁵ <https://www.ifsw.org/>

aquecimento nos cômodos e sequer cozinhas internas. Essas populações relatam até mesmo estar sem acesso a roupas de inverno.

*Médicos Sem Fronteiras*⁶⁶ (MSF) aderiu ao *Essentials*, uma iniciativa plural liderada por migrantes e apoiada por várias organizações sociais com o objetivo de obter assinaturas para solicitar no Congresso dos Deputados o regulamento administrativo de 500.000 migrantes na Espanha. No âmbito da política migratória, esta [regularização extraordinária](#) permitirá visibilizar toda a população migrante residente na Espanha, compensar as desigualdades que apresentam como ponto de partida e, ao mesmo tempo, garantir direitos laborais em igualdade de condições, reduzindo situações de abuso e exploração - e permitindo o pleno acesso aos cuidados de saúde.

Trabalho análogo à escravidão

Oxfam Brasil divulga que a rede de mercados Carrefour descumpriu promessa feita à organização. A transnacional Carrefour tinha anunciado que daria transparência a quem são os seus fornecedores de frutas em território brasileiro até o fim do ano de 2022. No entanto, o Carrefour recuou e disse que apresentará esses dados apenas no primeiro trimestre de 2023. Essa é uma luta da Oxfam Brasil pois argumentam que essas cadeias produtivas não são reveladas porque advém de [redes de trabalhos indignos e em situação de escravização](#).

Direitos dos povos originários

O *Greenpeace Brasil* relata a Audiência da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos sobre as [violações de direitos dos povos originários brasileiros](#). No dia 26 de outubro houve uma sessão para recolhimento de depoimentos e denúncias frente ao cenário atual brasileiro, segundo o qual, o ano de 2021 foi o mais violento para os indígenas em 9 anos, contendo registros de 355 casos de violência contra os indígenas, entre assassinatos, abuso de poder, racismo e outros. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), de sede em Washington, tem reconhecimento de jurisdição obrigatória e vinculante por parte do Estado Brasileiro desde 1998, e, portanto, há um anseio jurídico da repercussão de seu julgamento.

Seguro universal de saúde

O *Public Citizen*⁶⁷ informou que mais três cidades nos Estados Unidos aprovaram a legislação “Medicare para todos”, somando-se a mais de 100 localidades que o endossaram em uma crescente demonstração do apoio a um [programa nacional de saúde universal](#) que envia um forte sinal ao Congresso de que seus eleitores se importam sobre o fim da assistência médica com fins lucrativos.

Uso de armas químicas

A *World Medical Association*⁶⁸ se manifestou contra a prisão da presidenta da Associação Médica da Turquia, a [Dra. Şebnem Korur Fincancı](#), detida após supostos comentários sobre o [uso de gás venenoso](#) contra os membros do Kurdistan Workers' Party no Iraque. A WMA

⁶⁶ <https://www.msf.org/>

⁶⁷ <https://www.citizen.org/>

⁶⁸ <https://www.wma.net/>

se soma às solicitações de uma investigação independente sobre o uso desses gases por parte das autoridades turcas.

Outros assuntos

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH)* no artigo [“Empatia entre culturas](#), um tamanho não serve para tudo” descreve a empatia entre culturas, como um fator decisivo e uma qualidade exemplar a ser cultivada nos ambientes interculturais.

A Federação Internacional de Hospitais disponibilizou um importante artigo que nos mostra a lacuna de lideranças em saúde e como as organizações e governo podem fomentar a [liderança de mulheres](#) nesse setor.

A *Progressive International*⁶⁹ está promovendo pelo terceiro ano a campanha [“Faça a Amazon Pagar”](#) em coalizão de mais de 80 organizações estão previstas greves e protestos em cerca de 30 países, o dia de ofertas conhecido como Black Friday que este ano se celebra em 25 de novembro. A campanha acusa a Amazon de “espremer até a última gota que puder de trabalhadores, comunidades e do planeta” diante do custo de vida, a crise global de dívidas e a emergência climática.

Na série de podcasts da *World Association for Disaster and Emergency Medicine*⁷⁰ (WADEM) sobre doenças infecciosas organizada pelo Dr. Rajeev Fernando discutiu as [tendências atuais](#) em todo o mundo, incluindo o aumento dos casos do VSR (Vírus sincicial respiratório), o estado atual da COVID-19 e a próxima temporada de gripe no Hemisfério Norte. Também são destacados os recentes eventos climáticos no Paquistão e na Flórida e os sucessos contra a propagação da varíola dos macacos.

Organizações de Interesse Privado

Saúde mental

A *Fundação Wellcome Trust*⁷¹ destacou a importância da disponibilidade de dados para [métricas sobre as diversas condições de saúde mental](#). Também destacou que segundo o próprio [planejamento](#), se expressou a preocupação por criar um mundo onde ninguém seja atingido por problemas de saúde mental. Outro ponto relevante é o esforço por entender melhor como a ansiedade, a depressão e a psicose afetam as pessoas, e desenvolver intervenções precoces para ajudar a resolver essas condições. Por outro lado, destacou que algumas empresas de tecnologia estão explorando as possibilidades de prever problemas de [esquizofrenia e depressão](#) utilizando a Inteligência Artificial (IA), destacando-se que um novo tratamento desenvolvido pelo [Karuna Pharma](#), com alvo na dopamina teve o objetivo de tratar a esquizofrenia com menos efeitos colaterais graves e melhor efeito do que os tratamentos tradicionais.

A *Fundação Wellcome Trust* promoveu também a participação de [especialistas](#) para discutir sobre as ligações entre sono e saúde mental envolvendo pessoas com experiências vividas. Teve ênfase também a preocupação pelo cuidado da qualidade do [sono](#) para muitos

⁶⁹ <https://progressive.international/>

⁷⁰ <https://wadem.org/>

⁷¹ <https://wellcome.org/>

aspectos de nossas vidas, desde o desenvolvimento do cérebro até a imunidade e o metabolismo, embora os mecanismos não estejam totalmente claros, colocou-se o exemplo das festas de Halloween em ambientes sonoros que podem impactar a [saúde mental](#).

Desigualdade social e racismo

Outra preocupação da *Fundação Wellcome Trust* foi o racismo, destacando uma importante série de publicações da revista [Nature](#), onde se examinou como a ciência pode mudar e ajudar a superar o racismo sistêmico apoiando grupos historicamente marginalizados do empreendimento científico. A Fundação Wellcome Trust destacou também o papel crítico a desempenhar tanto como financiador quanto como empregador e ter a capacidade para reconhecer e destacar à comunidade de pesquisa que visa encontrar maneiras de acabar com as práticas discriminatórias e o racismo sistêmico.

Crise climática global e a COP27

A *Fundação Rockefeller*⁷² questionou o agir de líderes mundiais para lidar com as mudanças climáticas de maneira que beneficiam nossa saúde, em consideração do vínculo da crise climática e da crise de saúde destacada na [Lancet Countdown](#). Chamou a atenção também sobre a tratativa de questões como as mudanças climáticas e o retrocesso democrático pode impedir o desenvolvimento internacional. Nesse sentido, destacou que algumas organizações estão impulsionando uma estratégia de [voto quadrático](#), no qual os eleitores têm “[créditos](#)” para votar em candidatos ou em proposta outorgando um valor relativo ao apoio às propostas, tal método incentiva o eleitor a manifestar seus interesses ou valores, pois cada voto adicional significa mais créditos.

A *Fundação Rockefeller* também destacou as alterações no clima em [Quênia](#), onde as chuvas estão destruindo casas e meios de subsistência, e por outro lado, existem comunidades que estão sendo atingidas pela seca. Nesse sentido ressaltaram a necessidade de assistência imediata e investimento em soluções para a adaptação a eventos climáticos extremos, que também aconteceram na [Nigéria](#), afetando as terras agrícolas, motivando o bloqueio de caminhões de transporte de alimentos e afetando o abastecimento de alimentos.

Fundação Rockefeller ressaltou a fala da professora Dame Jenny Harries, CEO da Agência de Segurança da Saúde do Reino Unido sobre a [crise climática e o perigo para a segurança alimentar](#), inundações e doenças transmitidas por mosquitos no Reino Unido, onde aconteceu também [ondas de calor](#) que atingiram temperaturas muito elevadas, este calor extremo pode afetar cerca de 14% da população da Terra à medida que o mundo se aquece em 1,5°C, colocando em risco a saúde de muitas pessoas, estes [eventos extremos](#) são o resultado de mudanças de longo prazo nas temperaturas e nos padrões climáticos causados pelas mudanças climáticas, que afetam a saúde das pessoas. Nesse contexto, a Fundação Rockefeller também destacou que conjuntamente com o SDG7 Pavilion, Sustainable Energy for All e Energy Alliance estão construindo propostas em todos os setores e reconhecendo a interseção de energia, clima e desenvolvimento.

⁷² <https://www.rockefellerfoundation.org/>

A *Fundação Wellcome Trust* destacou que o seu [planejamento](#) estabelece a importância de ajudar a evitar um colapso climático catastrófico, assim como coletar e compartilhar dados sobre efeitos do clima na saúde, e, poder gerar soluções que podem ser implementadas.

A fundação mencionou o livro [The Climate Book](#), criado por Greta Thunberg, onde escreveram um capítulo sobre como as mudanças climáticas podem afetar as doenças transmitidas por vetores, destacando que estão tornando o mundo mais vulnerável à dengue e à malária. O livro destacou que, segundo dados de Felipe Colon, 80% da população global vive em uma área de risco de doenças transmitidas por vetores como malária e dengue, resultado do aquecimento global e devido às mudanças climáticas. O livro enfatiza que tais doenças podem ser agravadas também por outros fatores como a condição socioeconômica, níveis de urbanização, acesso a medidas preventivas e intervenções de controle do mosquito, sendo importante planejar riscos futuros de doenças, considerando os contextos ambientais e demográficos.

A *Wellcome Trust* destacou também que com motivo da COP27, é importante ter dados e maiores análises para saber sobre como a [crise climática](#) está impactando a saúde em todo o mundo. Também se destacou a importância do financiamento para enfrentar a mudança climática, pelo que com outros financiadores filantrópicos pediram ao presidente da [COP27](#), garantir que os sistemas alimentares obtenham o financiamento que precisa.

Sobre o cuidado ao meio ambiente, a organização reforçou o seu apoio às pequenas aldeias para se converterem em energia limpa com painéis solares, destacando iniciativas locais pioneiras projetadas para reduzir emissões, melhorar a saúde e aumentar a resiliência às mudanças climáticas, com motivo do “[World Cities Day](#)”.

A *Global Fund* salientou de igual forma o apoio à iniciativa de energia solar para instituições de saúde a partir da Solar for Health na [Zâmbia](#) do United Nations Development Programme para garantir o acesso à eletricidade e mitigar o impacto das mudanças climáticas.

Doenças infecciosas

A *Wellcome Trust* destacou que os casos da [varíola dos macacos](#) estão diminuindo na Europa e nos Estados Unidos, porém não se pode estabelecer se poderá diminuir completamente com o tempo ou se tornará endêmica fora da África. A doença, nos países ocidentais, foi responsável por 10 mortes, em quanto nos países africanos foi de 130 pessoas, porém os casos e o número de mortos nesta região podem ser maiores do que as estatísticas oficiais mostram. Por outro lado, sobre o novo surto de ébola que a [Uganda](#), a *Fundação Wellcome Trust* destacou a declaratória de um bloqueio de 21 dias na tentativa de impedir a propagação, porém, apesar do esforço, pelo menos 25 pessoas morreram, incluindo cinco profissionais de saúde, sendo crítica a carência de vacinas.

Sobre a Tuberculose (TB), a *Fundação Wellcome Trust* destacou a necessidade de maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento de forma que priorize a saúde pública e garanta acessibilidade, disponibilidade e acessibilidade para todos. Atualmente há um déficit anual de US\$ 1,1 bilhão para pesquisa de tuberculose.

Também se destacou a necessidade de [investir](#) em pesquisas sobre a relação entre humanos e animais, que podem ajudar o mundo a se preparar e prevenir futuras pandemias

considerando os impactos da Covid-19 e da Long Covid. Nesse sentido, a Fundação elaborou um conjunto de principais recomendações para evitar que [surtos](#) ocorram e destacou quatro [prioridades](#) para prevenir futuros surtos de doenças, como engajamento e educação da comunidade, vigilância e monitoramento generalizado de doenças, preencher as lacunas da pesquisa, estratégias de vacinação orientadas para a prevenção.

A *Fundação Rockefeller* ainda destacou a iniciativa da criação de uma [plataforma de dados](#) de código aberto para uma melhor resposta à pandemia e impulsionar uma resposta mais eficaz a surtos de doenças infecciosas, em parceria com a OMS, Google, Universidade de Oxford entre outros.

Nesse sentido, a *Global Fund* destacou seu apoio a [programas](#) para acabar com a tuberculose na Indonésia, incluindo as populações mais marginalizadas. Mencionou também a inovação que está transformando o tratamento da TB-DR na [Geórgia](#) a través do aplicativo de tratamento por vídeo *AdhereTB* que permite tomar medicamentos em casa.

A *Global Fund* destacou o trabalho de agentes comunitários de saúde na [Tanzânia](#) que lideram a luta contra doenças infecciosas na comunidade como o apoio a [programas comunitários](#) com ajuda financeira, aconselhamento e apoio a famílias atingidas pela TB resistente. Assim como o apoio a [brigadas móveis](#) em Djibuti, levam testes de HIV e serviços de prevenção às comunidades por meio de clínicas móveis, conjuntamente com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS.

Insegurança alimentar

A *Fundação Rockefeller* destacou-se pela produção em relação à crise alimentar, nesse sentido destacou a participação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento e do Departamento de Agricultura por tomarem medidas para construir sistemas alimentares mais resilientes e sustentáveis.

Também destacou o [relatório](#) do *Global Alliance for the Future of Food*, segundo o qual os Sistemas Alimentares respondem por mais do 30% das emissões de efeito estufa, mas recebem apenas 3% do financiamento público. Nesse sentido destacou a importância de repensar o financiamento do sistema alimentar priorizando a biodiversidade, a saúde, a segurança alimentar e o clima. Destacou também a parceria com a Acumen Academy em busca de sistemas alimentares equitativos, nutritivos e regenerativos, apoiando uma comunidade global de líderes em Sistemas Alimentares para impulsionar mudanças; e destaca o lançamento da seguinte [convocatória](#).

A *Fundação Rockefeller* mencionou o [documentário](#) sobre sustentabilidade alimentar na Nigéria, situação de extrema preocupação, considerando as estimativas de que para 2050, se tornará o terceiro país mais populoso da Terra. Também destacou a importância de priorizar sistemas alimentares nutritivos, equitativos e regenerativos para combater as mudanças climáticas, considerando que todas as cidades estão expostas, e os riscos só podem aumentar se não agirmos. Por isso foi reiterada a importância de construir um [sistema alimentar](#) sustentável a um custo aceitável para o meio ambiente, situação que será discutida no contexto da COP27. Também se destacou que a mudança nos sistemas alimentares deve estar na vanguarda das discussões sobre a crise climática, nesse sentido, a [CGIAR](#) e a [FAO](#) sediarão o

primeiro [Pavilhão de Agricultura e Alimentação](#) oficial na COP27, espaço importante para o diálogo entre líderes.

A *Fundação Rockefeller* reiterou também a parceria com a *Center for good food* para levar melhores alimentos às escolas dos EUA e com a empresa Smart Logistics Solutions no Quênia, que cria produtos à base de feijão embalados com ferro e zinco para expandir o acesso a alimentos nutritivos e acessíveis, apoiando a iniciativa *Good Food 4 All*. Outras propostas [inovadoras](#) destacadas envolvem maneiras como cultivamos, distribuímos e comemos alimentos que visam salvar nosso planeta mudando nossa produção e consumo de alimentos.

Outro destaque foi a publicação de uma [tabela periódica de alimentos](#) elaborada conjuntamente com a *Foundation for Food and Agriculture Research* e a *Fundação Cerave*. Também destacou o investimento de US\$ 50 milhões da [Growing Justice Fund](#) visando investir para tornar a boa comida mais equitativa, contando com a participação de população vulnerável e agricultores imigrantes no processo de aquisição de alimentos.

Iniciativas de financiamento

No contexto de promover maior equidade, a *Fundação Rockefeller* reiterou o apoio com créditos no contexto da [Coalizão de Oportunidades Econômicas](#), uma iniciativa que trabalha para diminuir a diferença de riqueza racial orientada a famílias trabalhadoras, por meio de parcerias público-privadas. Foram destacadas outras [iniciativas](#) para melhorar os ingressos de famílias negras e latinas também, assim como oportunidades de [financiamento](#) para projetos em cuidado do clima e saúde. Sobre o apoio ao combate de doenças infecciosas, a Fundação destacou o financiamento para a *Pandemic Free Future*, organização que tem ajudado a promover a vigilância de doenças, criar novas ferramentas e conectar parceiros entre setores e em todo o mundo.

Entre as iniciativas de financiamento de pesquisas, a *Fundação Wellcome Trust* apontou o [planejamento](#) para financiar pesquisas que podem ajudar a resolver os desafios da saúde, em diferentes campos e fazer grandes e novas descobertas para impactar um ecossistema de pesquisa mais amplo. Também foi destacada a importância do [financiamento](#) de £ 16 bilhões para avançar nas descobertas e enfrentar os problemas de saúde mais urgentes do mundo. Assim como o [financiamento](#) de uma grande iniciativa de análise de dados populacionais na África, garantindo diversidade de dados, que é fundamental para melhorar a saúde e o bem-estar globalmente.

Equidade no acesso a vacinas

A *Fundação Rockefeller* destacou a parceria com a Amref Health Africa visando aumentar a aceitação de vacinas na África Subsaariana. Foram destacadas as 9 ONGs africanas que estão ampliando soluções locais e fortalecendo os sistemas de saúde como parte de nossa Rede de Ação de Vacinação. Também a Fundação destacou a iniciativa [Coronavirus Vaccines Roadmap](#), que busca incentivar as manifestações públicas e apoiar a pesquisa e desenvolvimento de vacinas contra o coronavírus para proteger contra as próximas variantes do SARS-CoV-2 e novas ameaças de pandemia de coronavírus.

Já a *Fundação Wellcome Trust* destacou a importância de melhor acesso às vacinas e maior investimento global, para imunizar todas as crianças e terminar com a [Polio](#). A GAVI

*Alliance*⁷³ disponibilizou um [artigo](#) onde ressalta, que apesar das inundações devastadoras o sistema de saúde do Paquistão se mantém resiliente e continua as campanhas de vacinação da poliomielite.

A organização também declarou que agências globais de saúde traçam planos para apoiar a resposta liderada pelo governo de Uganda ao surto da [doença do vírus Ebola](#). Os objetivos seriam acelerar a pesquisa, garantir o acesso para doses de imunização, facilitando e ampliando o acesso ao licenciamento da vacina.

A *GAVI Alliance* relata a preocupação sobre os efeitos colaterais depois de tomar a [vacina para Covid - 19](#). A organização disponibiliza um [artigo](#) que nos esclarece sobre a indicação ou não, de receber um reforço da covid 19 e vacina contra a gripe ao mesmo tempo. Um [novo estudo](#) da mesma organização afirma que pode ter encontrado uma maneira de explicar a relação entre a Covid -19 e o risco de desenvolver certos distúrbios neurológicos. Por fim, definem um caminho para apoiar a fabricação sustentável de vacinas na África, com [novo plano de ação](#) em apoio à visão 2040 da União Africana.

A *Fundação Rockefeller* destacou a importância de garantir a [equidade vacinal](#), econômica ou de saúde para as comunidades atendidas por muitos parceiros e doadores ao redor do mundo. Também destacou o apoio à *Black in AI* e *DAIR Institute* que constroem propostas equitativas em busca de novas [tecnologias de IA](#) que não prejudiquem grupos vulneráveis com acesso limitado às tecnologias.

Doenças infecciosas

*Bill and Melinda Gates Foundation*⁷⁴ faz um alerta para a necessária [erradicação da Pólio](#). Ressaltam que a contaminação ocorrida no presente ano em áreas em que a Pólio já havia sido erradicada, como em Nova York, é prova de como essa doença é um perigo global e deve ser tratada como tal. Para isso propõem através do Dia Mundial da Pólio que se tenha um empenho internacional de eliminação deste em todas as regiões ainda afetadas por essa doença, através prioritariamente das vacinas e medicações já conhecidas e eficazes.

A fundação também entrevistou dois [cientistas africanos reconhecidos por suas lutas contra a malária](#) no continente. Tanto Abdoulaye Djimdé no Mali quanto Isabella Oyier no Kenya ponderam como é necessário que se crie infraestrutura e oportunidades para manter os cientistas africanos em território africano como também que a malária é um problema de saúde que envolve resistências sociais e biológicas para ser erradicada, e, portanto, necessita de um alto conhecimento local para ser devidamente tratada.

A *Aliança das Vacinas - GAVI* disponibiliza um artigo que informa que os meios de subsistência dos criadores de gado em Jammu e Kashmir na Índia estão sendo duramente atingidos pela rápida [disseminação de infecções](#), por doenças de pele entre as vacas.

Resistência antimicrobiana

A *Aliança das Vacinas - GAVI* relata que um estudo no Nepal revelou que 79 % das pessoas que responderam a pesquisa compram antibióticos diretamente na farmácia, sem

⁷³ <https://www.gavi.org/>

⁷⁴ <https://www.gatesfoundation.org/>

controle médico. Uma razão muito forte que explica o [surgimento de antimicrobianos resistentes no país](#).

Terapia genética

A *Aliança das Vacinas - GAVI* alerta, que precisamos acelerar o [acesso global da terapia genética](#), com o potencial de resolver causas de muitas doenças, porém alerta que “precisamos agir agora, para garantir a capacidade de acesso dos países mais pobres”.

Doenças crônicas degenerativas

A *Aliança das Vacinas - GAVI* salienta, que à medida que a população envelhece, o [Alzheimer e a demência](#) estão se tornando mais prevalentes, encontrar um tratamento eficaz está se tornando cada vez mais urgente.

Outros assuntos

Entre outros assuntos, a *Global Fund* destacou o apoio à testagem para TB e COVID-19 com tecnologias GeneXpert em [Bangladesh](#) para proteger os profissionais de saúde e alcançar comunidades marginalizadas. Foi destacado também o [relatório](#) Zero Gap Fund, que este ano destaca o progresso em saúde, igualdade de gênero, água potável e saneamento, redução das desigualdades, ação climática e vida na terra.

Foi informado pela Fundação Wellcome Trust, a indicação de um novo [primeiro-ministro](#) do Reino Unido após a renúncia de Liz Truss, assim como a importância dele priorizar a ciência centrada na saúde. Também reafirmou a participação na ação comunitária da equipe da Fundação Rockefeller no contexto da missão de *Georgetown Heritage*, que teve como objetivo restaurar e revitalizar os parques nacionais em Georgetown removendo o lixo do Canal, da trilha e da área circundante do parque, outros voluntários distribuíram cerca de 200 refeições para vizinhos com insegurança alimentar na *China town* de Nova York.

Eventos

Saúde e Direitos humanos

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global* realizará um webinar no dia 16 de novembro, intitulado “[Os impactos da guerra na saúde e nos direitos humanos](#)”. O que as universidades podem fazer para lidar com esses resultados adversos”.

Mudanças climáticas

O *Global Health Center* vai realizar, em 14 de novembro, um evento híbrido presencial e online, para discutir [a atenção à saúde e as mudanças climáticas](#). De acordo com a descrição do evento, se por um lado os sistemas de saúde estão na linha de frente desta crise, e oferecem tratamento às principais consequências dos desastres, por outro, o setor da saúde representa um dos maiores setores em países desenvolvidos e contribui de maneira significativa para as emissões de carbono.

Desafios da saúde global

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global* informa sobre a realização da [14ª Conferência Anual](#) 2023 de 14 à 16 de abril, com o tema: Saúde Global numa encruzilhada : equidade, mudança climática e ameaças microbianas.

Congresso mundial de hospitais

A *International Hospital Federation* (IHF) realizará o [45ª Congresso Mundial dos Hospitais](#), em Dubai nos dias 9 a 11 de novembro. Será uma grande oportunidade de estarem reunidos líderes e altos gestores de hospitais, de serviços de saúde e de empresas que atuam no segmento de saúde, o que propiciará um intercâmbio de conhecimentos, boas práticas e network.

Telemedicina

A *International Hospital Federation* (IHF) realizou no dia 21 de outubro um [webinar](#) sobre : O sucesso e sustentabilidade de iniciativas em telemedicina.

Migração e refúgio

A *International Hospital Federation* (IHF) na sua série de Podcast abordou um tema muito atual e necessário: Como organizações de saúde internacionais podem facilitar o [acesso dos refugiados aos serviços de assistência médica?](#)

Saúde mental

No dia 2 novembro, a *Mental Health Foundation* em parceria da Cardiovascular Research Trust realizaram um Webinar chamado [“Saúde Mental e Circulação: conexões próximas”](#). Neste foi explorada a relação entre saúde cardiovascular e saúde mental através de estudos científicos e reflexões sobre o que significa uma “boa saúde”.

Projetos de financiamento

No dia 23 de outubro ocorreu o encontro anual [Grand Challenges Annual Meeting](#) (GCAM) promovido pela *Gates Foundation*. Esse evento desde 2003 concedeu fundos a mais de 3.500 projetos de saúde e desenvolvimento em quase 120 países. Cientistas, pesquisadores e inovadores de todo o mundo se reuniram buscando financiamento para suas iniciativas de saúde.

Produção científica e pesquisa

No dia 1 de novembro A *InterAcademy Partnership*⁷⁵ (IAP) levou a cabo uma [conferência](#) na Universidade de Arizona que reuniu 140 membros acadêmicos locais, regionais e globais com jovens pesquisadores ao redor do mundo para discutir sobre o tema “Excelência Inclusiva: Aproveitando o Conhecimento para Sociedades Sustentáveis” que inclui o rol da pesquisa para enfrentar os desafios globais, debater como as estruturas e processos de pesquisa excluem vozes e sistemas de conhecimento, além de como tornar essas estruturas e processos mais equitativos e sustentáveis.

⁷⁵ <https://www.interacademies.org/>

No dia de 9 novembro, a *International Association of National Public Health Institutes*⁷⁶ (IANPHI) realizará um webinar intitulado “Institutos Nacionais de Saúde Pública: Exercendo [Independência Científica durante a Pandemia](#) do COVID-19”. O objetivo será analisar se os INSPs podem garantir uma produção e disseminação de conhecimento independente e robusta sem influência política e ao mesmo tempo trabalhar com as partes interessadas, incluindo os formuladores de políticas, a mídia e os serviços de saúde, para defender efetivamente o benefício coletivo de pareceres científicos independentes

Financiamento e ajuda humanitária

O *Center for Strategic and International Studies*⁷⁷ (CSIS) divulga a realização em novembro do [Fórum Humanitário de Washington 2022: fechando a lacuna](#). O Fórum apresentará uma mistura de painéis temáticos e baseados em países que analisam novos atores, narrativas em mudança e a competição por recursos entre a ação humanitária e outras prioridades de assistência externa.

O CSIS lançará no 10 de novembro, o novo [relatório](#) que discute os principais desafios e recomendações destinadas a fortalecer a liderança dos EUA e a ação global para garantir o desenvolvimento, o acesso e a adoção de terapias para a Covid-19 em todo o mundo.

O Grupo de Trabalho Multissetorial (MSWG) sobre Acesso Financeiro do CSIS lançará no dia 14 de novembro o novo relatório para promover [acesso financeiro](#) para organizações sem fins lucrativos que enfrentam dificuldades significativas na transferência de fundos para apoiar programas humanitários.

Semana do desarmamento

A *International Physicians for the Prevention of Nuclear War*⁷⁸ (IPPNW) participou ativamente da [Semana do Desarmamento](#), a qual teve início no dia 24 de outubro e foi organizada pela ONU. O evento buscou promover a conscientização e melhor compreensão das questões do desarmamento e a sua importância transversal em um mundo ameaçado por armas de destruição em massa, armas convencionais e guerra cibernética emergente. No evento foi apresentada uma nova agenda de desarmamento para salvar a humanidade, salvar vidas e garantir nosso futuro comum.

Considerações finais

A diversidade de problemas destacados pela sociedade civil nos mostra a necessidade de olhar para os desafios da saúde global desde uma perspectiva mais abrangente e não de maneira isolada. A interrelação entre a crise climática, a crise alimentar e a disseminação de doenças é um exemplo disso.

A crise climática agudiza a fome e prejudica os esforços levados a cabo para conter e erradicar a transmissão de doenças infecciosas. A presença desses riscos simultâneos e que interagem entre si estão revertendo os avanços em matéria de saúde pública e desenvolvimento

⁷⁶ <https://www.ianphi.org/>

⁷⁷ <https://www.csis.org/>

⁷⁸ <https://www.ippnw.org/>

sustentável, sobretudo nas populações mais vulneráveis em regiões como África, Ásia e América Latina.

Relatórios das principais organizações mundiais vêm alertando sobre o aumento dos efeitos da mudança climática na saúde humana, assim como os efeitos das respostas tardias e inconsistentes dos países à crise global.

Ante esse cenário, urge uma resposta coordenada dos países, além de um financiamento de recuperação adequado para enfrentar os principais agravos ambientais e à saúde. É preciso estabelecer uma agenda global que priorize a equidade e sustentabilidade econômica e ambiental. Nesta primeira quinzena de novembro, as atenções se voltam, com muito ceticismo, mas com alguma esperança para a COP27.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Sem destaques do UNOSSC no período

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁷⁹, Nairóbi (UNEP)⁸⁰, Paris (UNESCO)⁸¹, Roma (FAO/IFAD)⁸², Viena (UNIDO)⁸³ e Washington ((G-24)⁸⁴.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano. Em 2023 a presidência do G-77 estará a cargo da República de Cuba.

Entre os dias 06 e 24 de outubro de 2022, o G-77 e a China participaram de **6 reuniões da AGNU**.

New York, 31 de outubro de 2022

Declaração feita pela Sra Rabia Ijaz, segunda secretária da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 66 da agenda:

⁷⁹ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁸⁰ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁸¹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸² FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸³ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸⁴ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada, no 3º Comitê da AGNU, que trata das questões sociais, humanitárias e culturais.

O Grupo dos 77 e a China seguem preocupados e reiteram sua oposição ao alarmante ressurgimento de todos os flagelos do racismo em nossas sociedades. Nos últimos 50 anos, foram feitos muitos esforços para eliminar o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância, mas, lamentavelmente, formas históricas e novas de injustiças persistem em todas as esferas da vida. O preconceito e o ódio contra pessoas de outra raça, religião ou status social continuam a afligir nossas comunidades.

O Grupo reafirma que todas as formas de discriminação racial constituem graves violações dos direitos humanos, que devem ser rejeitadas por todos os meios políticos e legais.

O Grupo também manifesta grande preocupação com o crescente incitamento ao ódio e à intolerância, bem como a discriminação racial e os estereótipos negativos por qualquer motivo e contra quaisquer pessoas, e neste sentido, condena o uso indevido das tecnologias de comunicação e da Internet como abrigos seguros para os grupos que promovem superioridade racial, intolerância, discurso de ódio e incitação, permitindo-lhes disseminar tais ideologias maliciosas.

O G-77 e a China reiteram a necessidade de líderes políticos e religiosos e personalidades da mídia assumirem suas responsabilidades no combate ao discurso de ódio e estereótipos e adotarem posições claras, fortes e inequívocas contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. O G-77 e a China reconhecem que o Grupo de Peritos Independentes deva desempenhar seu papel da melhor forma possível para combater esta prática. O G-77 e a China também notam a falta de progresso na elaboração de normas complementares à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que visam preencher lacunas substantivas existentes.

O Grupo reafirma o papel crítico da educação no enfrentamento da disseminação de mensagens de racismo e discriminação racial, incluindo o desenvolvimento de campanhas de conscientização e educação. O foco deve ser desconstruir preconceitos e estereótipos, criar novos valores e atitudes e promover o diálogo inter-religioso e intercultural para a tolerância e a unidade, bem como aumentar a conscientização global sobre diferentes culturas e religiões, especialmente entre os jovens. Nesse sentido, o Grupo reitera a necessidade urgente de adotar e implementar medidas e políticas efetivas que encorajem todos os indivíduos e instituições a se posicionar contra a discriminação racial e passar da retórica à sua eliminação genuína.

O Grupo deseja reafirmar seu compromisso com o resultado abrangente, marcante e histórico da Conferência Mundial de 2001 contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância, a Declaração e Programa de Ação de Durban (DDPA). Esta declaração continua a ser uma base sólida e o único instrumento da Conferência Mundial, que descreve medidas abrangentes para combater todos os flagelos do racismo.

O Grupo reitera seu apoio aos mecanismos de acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban e enfatiza a necessidade de dotá-los de recursos adequados e sustentados. Além disso, a reativação do Fundo Fiduciário do Programa da Década de Ação de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial deve receber prioridade.

O Grupo ressalta o programa de atividades para a Implementação da Década Internacional dos Afrodescendentes, incluindo o estabelecimento de um fórum para servir como mecanismo consultivo, bem como a elaboração de um projeto de declaração da ONU sobre os direitos dos Afrodescendentes. descida.

Ao encerrar e seguir a prática das sessões anteriores, este ano o Grupo dos 77 e a China apresentarão novamente uma resolução sobre "Um apelo global para ações concretas para a eliminação do racismo e discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada e a implementação abrangente e acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban". Esperamos receber a valiosa contribuição e apoio dos Estados Membros. É uma importante oportunidade para a comunidade internacional reafirmar seu compromisso com a erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e incentivar os Estados e comunidades a se unirem a essa luta que afeta bilhões de pessoas em todo o mundo.

New York, 02 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jubran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2023: condições de serviço e remuneração de funcionários exceto o secretariado: membros do tribunal internacional de justiça e presidente e juízes do mecanismo residual internacional para tribunais criminais, no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da AGNU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China agradecem ao Secretário-Geral pelo relatório contido no documento A/77/346. O Grupo também agradece ao Presidente da ACABQ por apresentar o relatório A/77/7/Adendo 7.

O Grupo continua a valorizar o trabalho do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) e do Mecanismo Residual Internacional dos Tribunais Criminais. Acreditamos que essas entidades são essenciais para o trabalho da Organização e o cumprimento de seus mandatos dentro de um quadro de justiça, confiabilidade e imparcialidade é igualmente importante.

O Grupo destaca o relatório do Secretário-Geral sobre a revisão das condições de serviço que será submetido à AGNU nos termos da resolução 75/253B, pelo qual a Assembleia Geral decidiu solicitar ao Secretário-Geral que realize mais uma revisão do esquema de pensão para os membros do Tribunal Internacional de Justiça (ICJ), o Presidente e os juízes do Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais e suas opções e apresente durante a 77ª sessão da AGNU.

O Grupo observa que desde a última vez que este Comitê abordou este item da agenda, algumas mudanças foram implementadas, melhorando as condições gerais de serviço dos membros da ICJ e dos juízes do Mecanismo Residual Internacional. O Grupo destaca o esquema revisado de bolsas de educação continuada para funcionários nas categorias profissional e superior que foi estendido aos membros do ICJ e ao Presidente do Mecanismo Residual Internacional. Além disso, a AGNU deverá atualizar a linguagem dos regulamentos de viagem e estadia aplicáveis aos membros do Tribunal de Justiça e ao Presidente do Mecanismo Residual Internacional dos Tribunais Criminais, alinhando-os com o novo pacote de realocação de funcionários no Categorias profissionais e superiores.

Com relação à questão do plano de previdência, que agora está sendo submetida à apreciação da Assembleia Geral, estão sendo apresentados ao Comitê, quatro opções de benefícios de aposentadoria, incluindo a opção de consideração de compra de plano de anuidade no mercado aberto. O G-77 e a China observam que a atualização foi conduzida principalmente com especialistas internos, e aproveitamos esta oportunidade para enfatizar que valorizamos e incentivamos o recurso a especialistas internos sempre que possível.

Concluindo, o G-77 e a China gostariam de reafirmar seu apoio aos princípios fundamentais consagrados nos estatutos do ICJ e dos Tribunais de que o salário e os subsídios dos juizes serão fixados pela AGNU. Também somos da opinião de que a igualdade entre os juizes é um princípio básico do sistema de adjudicação internacional de disputas entre Estados.

New York, 02 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jubran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: Proposta de orçamento programa para 2023: projeto de mitigação e reforma do edifício norte na CEPAL em Santiago, Chile, no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da AGNU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo dos 77 e a China agradecem ao controlador e ao Secretário-Geral Adjunto por apresentarem o relatório de progresso A/77/315 e ao presidente do Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ), por apresentar o relatório A/77/7/ Adendo 8.

O G-77 e a China observam com satisfação o apoio contínuo do Governo do Chile, país anfitrião da CEPAL, ao trabalho da Comissão em Santiago e por facilitar a implementação deste projeto.

O Grupo reitera a importância de uma estreita cooperação entre a ONU e o país anfitrião e o grupo confia que o Secretário-Geral continuará a tomar medidas para envolver o Governo chileno para garantir o sucesso do projeto.

O Grupo enfatiza a relevância das cinco comissões regionais para a ONU. Mais especificamente, a CEPAL foi fundada em 1948 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe e está sediada em Santiago, Chile, desde 1965.

A CEPAL é responsável por promover o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável dos países desta região. É uma referência para a América Latina e o Caribe por ser um centro de coleta de informações, geração de ideias e cooperação multilateral em prol do desenvolvimento. A Comissão tem atuado incansavelmente em vários momentos políticos da região e tem sido um bastião para os países em desenvolvimento que lhe dão vida. Assim, a CEPAL não é apenas uma presença física traduzida em um edifício, mas também um significado histórico.

O Grupo toma nota do quarto relatório de progresso do Secretário-Geral sobre o projeto de mitigação sísmica e renovação do edifício. Saudamos a abordagem de sustentabilidade e eficiência energética da reforma planejada do edifício norte da CEPAL, que se transformará no

primeiro edifício “net-zero” dentro do sistema das Nações Unidas. Notamos que o novo edifício consumirá entre 41% a 48%, menos energia do que o edifício atual. Associado a isso e com as lições aprendidas em todos os aspectos do projeto, incentivamos o Secretário-Geral a continuar compartilhando o conhecimento entre outros projetos de construção das Nações Unidas.

O Grupo enfatiza a importância de uma governança, supervisão, controle interno e prestação de contas eficazes para garantir que o projeto seja implementado dentro do orçamento e cronograma aprovados. Congratulamo-nos com o fato de que os custos projetados e a qualidade das soluções propostas estão sendo monitorados continuamente pela equipe de gerenciamento de projetos, a fim de alcançar e cumprir os objetivos e padrões das Nações Unidas.

No entanto, o G-77 e a China destacariam os seguintes pontos adicionais:

O processo de construção, com início previsto para janeiro de 2022, está atrasado em relação ao cronograma original do projeto. Solicitamos ao Secretário-Geral que cumpra o escopo, orçamento e cronograma aprovados para a conclusão do projeto até o final de 2024.

A recente análise quantitativa de riscos realizada em maio de 2022 destaca uma diminuição do nível de confiança para que o projeto seja concluído dentro do orçamento aprovado.

Tomamos nota do cancelamento do concurso para o contrato de serviço de empreiteiro geral e do lançamento de uma nova licitação, sob a forma de um pedido de propostas em várias etapas e incentivamos o Secretário-Geral a manter todos os esforços para mitigar os riscos relacionados o processo em curso e a fase de planejamento da construção, com vista à conclusão do projeto até ao final de 2024.

New York, 02 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jubran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 145 da agenda: sistema comum das Nações Unidas – configuração jurisdicional no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª Sessão da AGNU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China agradecem o relatório A/77/222 do Secretário-Geral e também ao Comitê Consultivo por apresentar seu relatório A/77/531.

O Grupo registra com satisfação o trabalho da Comissão Internacional do Serviço Público (ICSC) e reitera o seu compromisso com um sistema único e unificado das Nações Unidas. Reafirma o papel crucial da Comissão para a regulação e coordenação das condições de serviço comum do sistema das Nações Unidas previsto no nº 1 do artigo 1º do seu estatuto.

Não é segredo que o sistema comum da ONU enfrenta hoje um grande desafio devido às sentenças do Tribunal Administrativo da OIT (ILO-AT). É desconcertante enfatizar que os grandes acordos 4134 a 4138 da ILO-AT, relativos à implementação do ajuste pós-ajuste, ameaçam a própria existência do sistema comum. O Grupo está perplexo com a forma como o acordo chegou a decisão de que a Comissão "não tinha o poder de decidir, por si só, o nível de ajustes de cargo para um posto de trabalho". Desde a sua criação em 1975, que o ICSC vem

estabelecendo multiplicadores de pós-ajuste para postos de trabalho em todo o mundo, de acordo com os artigos 10 e 11 de seu Estatuto.

O Grupo gostaria de reiterar sua posição de longa data e reafirmar o mandato da Comissão para continuar a estabelecer multiplicadores pós-ajuste nos termos do artigo 11 do estatuto. Ao mesmo tempo, o Grupo está pronto para se engajar construtivamente em qualquer discussão que forneça mais esclarecimentos e melhore o estatuto do ICSC para continuar a cumprir, com total independência, seu mandato.

New York, 02 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Embaixador Mohammad Aamir Khan, Representante permanente adjunto da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 36 da agenda: Necessidade de encerrar a crise econômica, comercial e financeira impostas pelos Estados Unidos da América contra Cuba. Agradecemos ao Secretário-Geral por seu relatório abrangente sobre o item que estamos discutindo hoje (A/76/405 e A/77/358).

O G-77 e a China lamentam que o embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba, por mais de seis décadas, permaneça ativo e continue sendo aplicado.

Nesse sentido, o Grupo relembra as medidas positivas tomadas pela Administração dos Estados Unidos entre 2015 e 2016, que não foram suficientes para acabar com o impacto do embargo, mas estavam caminhando na direção certa.

O G-77 e a China lamentam que, apesar da mudança de administração, a política estabelecida pela recente administração dos Estados Unidos reforça o embargo a Cuba. O Grupo acredita que isso é um obstáculo ao processo de normalização das relações entre os dois países.

O G-77 e a China seguem profundamente preocupados com a ampliação da natureza extraterritorial do embargo a Cuba, incluindo a plena implementação do Título III da [Lei Helms-Burton](#) e a inclusão injusta de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo.

Rejeitamos a insistência, por parte do Governo dos Estados Unidos, das medidas financeiras destinadas a reforçar o embargo.

O G-77 e a China reiteram seu compromisso com os propósitos, princípios e espírito da Carta das Nações Unidas, particularmente no que diz respeito à igualdade soberana dos Estados, à não intervenção e não ingerência nos assuntos internos e à liberdade de comércio internacional e navegação. É dever e responsabilidade de cada Estado Membro cumprir estritamente esses princípios, e que qualquer política ou ação que os despreze, neste caso, sanções unilaterais econômicas, comerciais e financeiras contra Cuba, devam ser imediatamente revogadas.

Entre agosto de 2021 e fevereiro de 2022, o embargo causou mais de US\$ 3,8 bilhões em perdas a Cuba.

O limitado investimento estrangeiro e a dificuldade de acesso a créditos de desenvolvimento se traduzem diretamente em dificuldades econômicas e sofrimento humanitário para o povo de Cuba.

O embargo também tem sido um sério obstáculo às reformas socioeconômicas do país. O G-77 e a China seguem preocupados com a possibilidade de que, se as sanções econômicas continuarem, o potencial de desenvolvimento de Cuba seja injustamente prejudicado, tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento humano, e que nesta situação, seja impossível para Cuba embarcar com sucesso no caminho para o desenvolvimento sustentável previsto na Agenda 2030 para que todos os Estados-Membros prometeram apoiar.

Cuba tem contribuído extensiva e consistentemente com a comunidade internacional por muitas décadas, particularmente por meio da cooperação Sul-Sul. Sua assistência a outros países no contexto da pandemia da doença por coronavírus é um ótimo exemplo.

Os membros do Grupo e a China reiteram seu firme apoio ao projeto de resolução A/77/L.5 e reiteram o apelo ao fim do embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba.

A urgência e a necessidade de terminar com o bloqueio fica ainda mais clara considerando que esta será a 30ª ocasião em que a Assembleia Geral aprovará uma resolução pedindo seu fim.

Por isso, apelamos à comunidade internacional para que intensifique os esforços para a eliminação do embargo, não apenas para melhorar as perspectivas de Cuba, mas para ajudar todos os membros da comunidade global em sua busca por alcançar plenamente seu desenvolvimento econômico e social.

New York, 07 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jubran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 138 da agenda: requerimento para subvenção do tribunal especial residual para Serra Leoa no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU, responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China agradecem ao controlador e ao Secretário-Geral Adjunto por apresentarem o relatório A/77/352 e ao presidente da Comissão Assessora de Questões Administrativas e Orçamentárias (ACABQ) por apresentar seus respectivos relatórios A/77/7/Adendo 9.

O Grupo expressa a sua sincera gratidão ao Governo da República da Serra Leoa pelo seu apoio e empenho contínuos no funcionamento do Tribunal, bem como a outros Estados Membros e parceiros pelo seu apoio inestimável ao trabalho do Tribunal Especial Residual para Serra Leoa.

O Grupo atribui grande importância ao bom funcionamento das instituições judiciais, particularmente o Tribunal Especial Residual para Serra Leoa (RSCSL). A este respeito, o Grupo está atento à preocupante situação financeira do Tribunal.

Na resolução 76/246, a Assembleia Geral autorizou o Secretário-Geral a se comprometer no valor não superior a US\$ 2.773.300 para complementar os recursos financeiros voluntários do Tribunal Especial Residual para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

O Grupo agradece o valor estimado de US\$ 2.773.300 a ser utilizado para 2023, no entendimento de que o valor final será relatado no contexto do relatório de desempenho financeiro do orçamento ordinário para 2023.

Com relação ao pedido de subvenção proposto para 2023, o Grupo apoia a proposta do Secretário-Geral relacionada ao valor total de US\$ 2.910.500. O Grupo observa que as premissas que formam a base do orçamento são derivadas das operações do Juizado Especial Residual e que os recursos propostos cobrirão as principais atividades relacionadas às funções judiciais e não judiciais que incluem: (1) a proteção de testemunhas e vítimas, (2) os processos judiciais e administrativos, (3) a supervisão da execução das penas, (4) a assistência às autoridades nacionais e a cooperação do Estado, (5) a manutenção dos arquivos e gestão dos tribunais; (6) a preservação do legado do Juizado Especial para Serra Leoa e (7) a divulgação destinada a aumentar a visibilidade do Juizado Especial Residual.

O Grupo dos 77 e a China elogiam as medidas de eficiência tomadas pelo Tribunal Especial Residual, incluindo a devolução do saldo não gasto e a limitação dos requisitos de viagem, entre outras eficiências operacionais.

Apesar do apoio dos Estados Membros e dos esforços de captação de recursos do Secretário-Geral e dos diretores do Tribunal e do Comitê de Supervisão, o Grupo está profundamente preocupado com o futuro financiamento do Tribunal Especial Residual. De fato, desde 2015, o Tribunal não recebe contribuições voluntárias suficientes para suas atividades e, conta somente com as subvenções da AGNU.

O Grupo observa que essa natureza imprevisível das contribuições voluntárias continua a representar sérios desafios à sustentabilidade do trabalho do tribunal e à implementação efetiva de seu mandato.

O G-77 e a China reiteram a necessidade de um mecanismo de financiamento sustentável de longo prazo para o Tribunal.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Destaques da Organização dos Jovens do MNA (NAMYO)

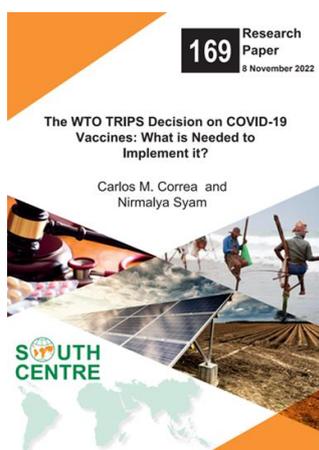
Para celebrar o próximo Dia Internacional da Tolerância no dia 16 de novembro, o NAMYO sediará um Fórum cultural reunindo os representantes dos Capítulos Nacionais, bem como o público jovem em geral.

O objetivo do evento é promover a tolerância e o respeito pela diversidade cultural entre os jovens. Paralelamente, o evento servirá de plataforma para que os jovens dos Estados Membros do MNA construam e fortaleçam as relações interculturais entre si.

O tema do Fórum será “Tolerância e Multiculturalismo nos Estados Membros do MNA”.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.



A decisão TRIPS da OMC sobre vacinas contra o Covid-19: o que é necessário para implementá-la?

Em 17 de junho de 2022, durante a 12ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) foi adotada uma Decisão Ministerial sobre o [Acordo TRIPS](#), encerrando, parcialmente, quase dois anos de longas discussões respondendo a uma proposta da Índia e da África do Sul sobre a isenção de certas obrigações sob o Acordo TRIPS para produtos de saúde e tecnologias para a prevenção, tratamento e contenção do Covid-19.

Carlos Correa e Nirmalya Syam apresentam este artigo de pesquisa para discussão.

A Decisão adotada apenas dispensa a obrigação prevista no artigo 31 (f) do Acordo TRIPS. Os países em desenvolvimento membros da OMC agora estão autorizados a exportar qualquer proporção de vacinas, incluindo ingredientes e processos, necessários para combater a pandemia do Covid-19 que são fabricadas sob licença compulsória ou autorização de uso do governo para outros países em desenvolvimento. Esta decisão também contém alguns esclarecimentos sobre disposições relevantes do TRIPS e introduz uma série de condicionalidades que não estão presentes no Acordo TRIPS.

O artigo examina o objeto e o alcance da decisão, os requisitos estabelecidos para seu uso e as ações necessárias a serem tomadas pelos membros da OMC para implementá-la. Para ler este artigo de pesquisa, [clique aqui](#)

**G20: Saúde rumo à Cúpula de Bali; G7: chanceleres reunidos;
OCDE: inflação, segurança alimentar e climática**

*Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

G7

Os ministros das relações exteriores das sete maiores economias do mundo se reuniram em 3 e 4 de novembro, em Münster, para discutir como será o apoio à Ucrânia diante dos ataques russos à infraestrutura de rede de energia elétrica do país e a chegada do inverno⁸⁵. Segundo a ministra das relações exteriores alemã, Annalena, cerca de 30% a 40% da rede elétrica ucraniana foi destruída, o que acende o alerta vermelho para o risco de pessoas morrerem de frio e fome. Ainda, segundo Baerbock: "Isto não significa apenas que não há luz nas escolas, nos hospitais, mas também que as usinas hidráulicas que funcionam com energia elétrica não podem bombear água" (tradução livre). A resposta alemã se deu com o envio de 100 geradores ao país, além de aquecedores, camas e cobertores, e outros itens para reduzir o impacto do frio. Outras pautas também foram as mudanças políticas na China e as novas relações a serem estabelecidas e os protestos no Irã. Por fim, a Alemanha convidou Gana, Quênia e a União Africana para participar da reunião do G7 sobre mudança climática, infraestrutura, democracia e resolução de conflitos e crises humanitárias⁸⁶.



Fonte: G7 Twitter.

Como resultado do encontro, foi emitido um comunicado conjunto sobre os tópicos discutidos⁸⁷. São eles: 1) Guerra da Ucrânia; 2) Consequências globais da guerra da Ucrânia, como insegurança alimentar, instabilidade econômica e energética e o que vêm sendo feito para solucionar, como o incentivo aos países produtores de petróleo a produzirem mais e a implementação do limite do preço do petróleo russo a ser concluída nas próximas semanas; 3) Questões globais, como o fortalecimento do controle de armas; 4) Questões diversas no Irã, com

⁸⁵ G7 to work together on winter aid for Ukraine, Germany says. REUTERS. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/g7-discuss-ukraine-support-after-attacks-energy-infrastructure-2022-11-03/>>. Acesso em 05/11/2022.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ G7 Foreign Ministers' Statement. G7 GERMANY. 2022. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/g7-foreign-ministers-statement/2561876>>. Acesso em 05/11/2022.

a condenação da morte da jovem “Jina” Mahsa Amini e a “polícia da moralidade” e cobrança do respeito aos direitos humanos pelas autoridades iranianas de acordo com o direito internacional. Além disso, houve a condenação do desenvolvimento nuclear do Irã e o desrespeito ao Tratado de Proliferação Não-Nuclear (TNP); 5) Questões da Coreia do Norte e a condenação ao lançamento dos mísseis balísticos pelo país, exortando o país a cumprir o TNP e abandonar o uso de armas nucleares; 6) Indo-pacífico livre e aberto; 7) Preocupação com as tensões e disputas dos mares do leste e do sul da China, especialmente com a situação em Taiwan; 8) China e uma cooperação construtiva e cobrança de resolução pacífica de disputas; 9) Aumento da cooperação com os países da Ásia Central; 10) África e a manutenção do compromisso no investimento de infraestrutura, capacidade de fabricação regional de vacinas e outros produtos médicos essenciais apoiados por mercados sustentáveis, entre outras questões; 11) Haiti e a preocupação com o agravamento da situação humanitária no país, particularmente com o aumento da propagação da cólera e o aprofundamento da crise de alimentos e combustíveis.

O encontro coincidiu com a visita de Olaf Scholz à China de Xi Jinping, sendo a primeira desde o início da pandemia de Covid-19. O objetivo do encontro foi reafirmar a responsabilidade de Pequim em pressionar a Rússia pelo fim da guerra da Ucrânia e em não usar armas nucleares⁸⁸.

G20: Lições aprendidas com a pandemia: o G20 avança nas pautas de saúde.

Durante os dias 26 a 28 de outubro de 2022, aconteceu em Bali, Indonésia, a Segunda Reunião Ministerial sobre Saúde do G20. O encontro contou com a participação de 190 delegados compostos por membros do grupo, países convidados e organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Aliança Mundial para Vacinas e Imunização (GAVI). O objetivo esperado ao final dos três dias era o de avançar nas pautas sobre a prevenção, preparação e resposta a futuros desafios globais, em direção a construção de uma arquitetura da saúde mais resiliente.

Em contraste com o fracasso do encontro de finanças, relatado no último Informe, foi possível alcançar consenso entre os membros e atingir essa meta – a reunião produziu um documento técnico que será submetido a considerações durante a Cúpula do G20 que acontece ainda neste mês de novembro. Embora as tensões geopolíticas tenham sido amplamente refletidas durante as discussões, o compromisso do G20 em trabalhar conjuntamente para encontrar soluções comuns aos problemas prevaleceu. Nas palavras do Ministro da Saúde da Indonésia, Budi Gunadi Sadikin: “apesar das diferenças, os Estados membros do G20 juntaram-se para falar uma mesma língua, a língua da humanidade e de uma saúde que não possui fronteiras”.⁸⁹

⁸⁸ G7 urges China to abstain from threats, use of force. REUTERS. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/we-cannot-put-china-level-with-russia-eu-top-diplomat-says-2022-11-04/>>. Acesso em: 05/12/2022.

⁸⁹ G20 Health Ministers Meeting Delivers Six Key Actions for the Upcoming Leaders’ Summit. G20. 28 out 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/g20-health-ministers-meeting-delivers-six-key-actions-for-the-upcoming-leaders-summit/>> Acesso em: 05 nov 2022.

Como resultado, então, a reunião divulgou cinco conquistas principais⁹⁰. Primeiro, o incentivo ao Fundo Intermediário Financeiro (FIF), aprovado em setembro deste ano com o auxílio do Banco Mundial. A criação do FIF é um dos avanços mais significados da presidência indonésia no setor, sobretudo pelo seu potencial em aumentar a capacidade global de prevenção, preparação e resposta para futuras pandemias. Em segundo e terceiro lugar, estabeleceram uma diretiva sobre a mobilização de recursos essenciais para a saúde e o fortalecimento de medidas de vigilância, incluindo a vigilância genômica, além do compromisso em fornecer orientações para uma plataforma colaborativa sobre patógenos para uma melhor preparação e tratamento de pandemias.

Em seguida, para facilitar a circulação de bens e pessoas, reforçaram a implementação de um sistema digital comum com variados documentos de saúde, como certificados de vacinação e resultados de diagnóstico. Tal medida é vista como um passo importante para a recuperação econômica e social em vários setores. Por fim, em quinta posição, está a expansão global de laboratórios e centros de produção para melhorar o acesso à vacinação, tratamentos e diagnósticos, em particular para os países de média e baixa renda.

À parte do encontro principal, outras ações concretas na agenda da saúde emergiram de eventos paralelos, como: o apelo para o aumento do financiamento para combater a tuberculose (TB), o compromisso para implementar a abordagem de Saúde Única (One Health); e o esforço para melhorar a capacidade de prevenção, detecção e resposta da resistência antimicrobiana (AMR, na sua sigla em inglês). Sobre este último ponto, desde agosto, o G20 tem promovido reuniões técnicas para discutir como implementar ações conjuntas para lidar com essa ameaça⁹¹.

A resistência antimicrobiana (AMR) está relacionada com o uso excessivo e inadequado de medicamentos antibióticos em pessoas, animais e plantas, de tal modo que tornam-se ineficazes e causam infecções resistentes. A AMR é considerada uma pandemia silenciosa e pode se propagar para além das fronteiras nacionais. Apenas em 2019, foi responsável pela morte de 1,27 milhões de pessoas no mundo.

Diante desse cenário de urgência, algumas recomendações notáveis que emergiram dessas discussões foram: (i) a criação de um Painel Independente de Evidências para Ação Contra a Resistência Antimicrobiana; (ii) o fortalecimento de sistemas de vigilância entre os países do G20 para garantir a coleta, análise e compartilhamento de dados mais precisos para que todos se beneficiem igualmente da informação; e (iii) o reforço na prevenção e controle de infecções (IPC, na sua sigla em inglês) para assegurar o uso responsável de medicamentos e melhorar a cobertura e a qualidade do diagnóstico de infecções e testes de resistência nos países.

Vale ressaltar, para além do âmbito do G20, outras deliberações que estão trabalhando com o assunto, como a Colaboração Quadripartite para Saúde Única, formada entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Programa das

⁹⁰ Five Achievements Led by Indonesian G20 Presidency. **G20**. Disponível em: <<https://www.g20.org/five-achievements-led-by-indonesian-g20-presidency/>> Acesso em: 05 nov 2022.

⁹¹ AMR at Health Ministers' meeting Oct 26-28 2022. **G20**. 24 out 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/amr-at-health-ministers-meeting-oct-26-28-2022/>> Acesso em: 05 nov 2022.

Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização Mundial da Saúde Animal (WOAH) e a OMS; e a iniciativa SECURE da OMS e da Parceria Global de Pesquisa e Desenvolvimento de Antibióticos (GARDP) para acelerar o desenvolvimento e fabricação de novos antibióticos com base nas necessidades de saúde pública.

Finalmente, no que tange a questão da tuberculose, em consulta com os integrantes do grupo e de organizações internacionais, a Presidência da Indonésia desenvolveu um documento que enfatiza a necessidade de financiamento para a resposta à doença⁹². Apesar de evitável e curável, a tuberculose é elencada como a segunda principal causa de morte por doenças infecciosas a nível mundial, após o coronavírus. De acordo com o último relatório publicado pela OMS, pela primeira vez em quase duas décadas o nível de incidência e mortalidade da TB aumentou.

Figura 1: Evento Paralelo sobre Tuberculose.



Fonte: G20, 2022.

Os investimentos para combater a doença estão 40% abaixo do que é necessário e o Plano Global para acabar com a doença estima que mais de 200 bilhões de dólares precisarão ser investidos, através de fontes diversas, para extingui-la até 2030. Dentre as novas infecções e mortes, 50% encontra-se nos países do G20, que possuem uma forte capacidade financeira para enfrentar esta epidemia.

O Chamado à Ação, portanto, exorta os membros do grupo a mobilizar recursos para assegurar tratamentos equitativos e de alta qualidade para uma resposta mais eficiente à tuberculose. Assim como desprender cuidados e serviços de apoio, os quais incluem a aceleração do desenvolvimento e disponibilidade de novos diagnósticos, medicamentos e vacinas; e o reforço nas atividades de prevenção e controle de infecções nos países.

Contudo, as ações do G20 não podem ser restritas apenas à mobilização de recursos. Como enfatiza, Nurul Luntungan, Diretor da Parceria Stop TB Indonesia (STPI), a resposta do grupo requer também uma abordagem multi-setorial para permitir o acesso universal à prevenção e tratamento da doença. Nas palavras do mesmo: "dado que a epidemia de TB é

⁹² Indonesian G20 Presidency Developed a Call to Action on Financing for Tuberculosis Response. **G20**. 28 out 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/indonesian-g20-presidency-developeda-call-to-action-on-financing-for-tuberculosis-response/>> Acesso em: 05 out 2022.

também impulsionada por determinantes socioeconômicos, o empenho e as ações dos líderes do G20 devem ser integrados com mecanismos de financiamento nacionais e internacionais para proteção social, assistência humanitária e preparação para pandemias”.

Como saldo da quinzena, o G20 parece vigorar nas ações que envolvem a agenda da saúde. Apesar das tensões e cisões que permanecem como constantes no grupo, o resultado foi visivelmente superior ao obtido no encontro de finanças. Talvez por conta dos efeitos da pandemia de coronavírus, ainda visíveis e sentidos por toda a comunidade internacional, especialmente por aqueles em maior vulnerabilidade, os países tenham compreendido como boas práticas que a cooperação nessa área não pode esperar a emergência de novas doenças ou fatalidades. A criação e a fortificação de iniciativas devem ocorrer constantemente como um esforço de profilaxia, para prevenir e mitigar os riscos eventuais.

OCDE: Agricultura, sistemas alimentares e precificação de gases de efeito estufa: a discussão da OCDE em meio à alta mundial da inflação

Sistemas agrícolas e alimentares enfrentam diversos desafios, como as preocupações em garantir a segurança alimentar para uma população global em crescimento, em proporcionar meios de subsistência ao longo da cadeia alimentar e em aumentar a sustentabilidade do setor e sua contribuição para a mitigação das mudanças climáticas. Sua situação, no entanto, foi agravada com a escalada do conflito russo-ucraniano neste ano, culminando nos altos preços dos alimentos e o aumento drástico no número de pessoas em risco de fome, desnutrição e pobreza extrema. Diante disso, soluções, compromissos e políticas transformadoras são urgentemente necessárias para solucionar os desafios enfrentados pela agricultura e os sistemas alimentares.

Com isso em mente, Ministros da Agricultura e representantes do governo de mais de 45 países se reuniram na sede da OCDE, em Paris, entre os dias 3 e 4 de novembro para discutir e estabelecer um roteiro para soluções transformadoras para enfrentar tais problemas compartilhados, além de debater uma visão conjunta do papel do setor agrícola e alimentar na discussão de mudanças climáticas e de como os países podem moldar a direção de políticas futuras para garantir que seus setores agrícolas contribuam para alcançar as metas climáticas⁹³.

O encontro, dessa forma, culminou na elaboração e posterior publicação do documento chamado “Declaration on Transformative OECD Legal Instruments Solutions for Sustainable Agriculture and Food Systems”⁹⁴. O instrumento legal visa destacar o papel fundamental no desenvolvimento de políticas transformadoras e inovadoras para sistemas agrícolas e alimentares mais sustentáveis e resilientes, além de articular uma visão comum para os governos sobre as ações necessárias para transformar a agricultura e os sistemas alimentares sob os temas de: (i) garantia da segurança alimentar e nutrição; (ii) fortalecimento da

⁹³ Media Advisory - Agriculture ministers from more than 45 countries to meet at OECD on 3-4 November 2022. OCDE. 27 out 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-agriculture-ministers-from-more-than-45-countries-to-meet-at-oecd-on-3-4-november-2022.htm>>. Acesso em: 04 nov 2022.

⁹⁴ OECD. Declaration on Transformative OECD Legal Instruments Solutions for Sustainable Agriculture and Food Systems. 04 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/homepage/en/OECD%20Agriculture%20Ministerial%20DECLARATION%20EN.pdf>>. Acesso em: 04 nov 2022.

sustentabilidade; e (iii) garantia de meios de subsistência inclusivos. Para tal, uma série de vias para o alcance de suas resoluções são promovidas, como, por exemplo, o desenvolvimento e implementação de pacotes de políticas, o aumento de investimento em pesquisa e desenvolvimento e infraestrutura, a melhora na colaboração em pesquisa e compartilhamento de conhecimento, o fortalecimento da cooperação internacional na área, entre outros.

Outra pauta de destaque foi a discussão sobre esforços para a redução das emissões de gases de efeitos estufa (GEE), mais especificamente no que diz respeito ao uso de instrumentos de taxaço e precificação de carbono e sistemas de comércio de emissões como medidas privilegiadas por países para mitigar as alterações climáticas globais e alcançar as metas climáticas⁹⁵. O relatório publicado nesta quinzena “Pricing Greenhouse Gas Emissions: Turning Climate Targets into Climate Action” analisa como instrumentos políticos que alteram diretamente o custo de emissão de GEE ou os preços da eletricidade, como os preços explícitos do carbono, os impostos sobre a energia e os subsídios, evoluíram entre os períodos de 2018 e 2021 em um recorte de 71 países, que juntos respondem por aproximadamente 80% das emissões globais de GEE e uso de energia⁹⁶. A partir de tal análise, são destacados elementos como o progresso nas estratégias para a mitigação climática com tais medidas, seus potenciais para melhorias, as diferenças entre os setores econômicos e as variações entre países.

Na esteira de tais eventos, a organização econômica ainda publicou seu levantamento referente ao período de setembro sobre a inflação nos países da OCDE, as economias do G7 e os membros do G20, medido e acompanhado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da OCDE⁹⁷. O resultado da pesquisa revelou a alta de 10,5% em setembro, marcando um aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao mês de agosto, com pressões inflacionárias se estendendo além de alimentos e energia na maioria dos países e o registro de inflação de dois dígitos em 19 dos 38 países da OCDE, com destaque para os casos da Estônia, Hungria, Lituânia e Turquia com taxas acima dos 20%.

Figura 1: Inflação na OCDE acompanhada pelo IPC desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2022.

⁹⁵ Share of emissions covered by carbon prices is rising, OECD data shows. **OCDE**. 03 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/share-of-emissions-covered-by-carbon-prices-is-rising.htm>>. Acesso em: 04 nov 2022.

⁹⁶ OCDE. **Pricing Greenhouse Gas Emissions: Turning Climate Targets into Climate Action**. Paris: OECD Publishing, 2022.

⁹⁷ Consumer Prices, OECD - Updated: 3 November 2022. **OCDE**. 03 nov 2022. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-3-november-2022.htm>>. Acesso em: 04 nov 2022.

Por fim, no que tange as atualizações sobre o processo da adesão brasileira ao grupo é interessante destacar o posicionamento da organização intergovernamental sobre sua avaliação para políticas socioambientais, reiterando que sua análise não se limita a existência de leis ambientais, mas principalmente como essas são implementadas, e que o início do processo de entrada do país latinoamericano ao grupo não significa a chancela às atuais políticas do país candidato⁹⁸. Ademais, a OCDE também indica que o novo governo empossado no ano que vem deve investir em transparência e participação social de modo a fortalecer a democracia e o crescimento inclusivo no país⁹⁹.

⁹⁸ CHADE, Jamil. OCDE diz que processo de adesão não é chancela às políticas de Bolsonaro. **UOL NOTÍCIAS**. 24 out 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/10/24/ocdediz-que-processo-de-adesao-nao-e-chancela-as-politicas-de-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 04 nov 2022.

⁹⁹ TREVISAN, Maria Carolina. Novo governo deve investir em transparência e participação social, diz OCDE. **FOLHA DE S. PAULO**. 28 out 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/10/novo-governo-deve-investir-em-transparencia-e-participacao-social-diz-ocde.shtml>>. Acesso em: 04 nov 2022.

Presidente eleito priorizará relações com AL, AS e Caribe, África e BRICS

Claudia Hoirisch

Em seu primeiro discurso¹⁰⁰ após a vitória, Lula falou sobre seus planos para a política externa brasileira. "O mundo sente saudade do Brasil soberano, que falava de igual para igual com os países mais ricos e poderosos e que, ao mesmo tempo, contribuía para o desenvolvimento dos países mais pobres".

"O Brasil que apoiou o desenvolvimento dos países africanos, que trabalhou pela integração da América Latina, da América do Sul e do Caribe, que fortaleceu o Mercosul e ajudou a criar o G20, a Unasul, a Celac e o BRICS. Hoje, nós estamos dizendo ao mundo que o Brasil está de volta, que o Brasil é grande demais para ser relegado ao triste papel de pária do mundo".

O foco na América Latina, nos processos de integração regional, na África e nos BRICS fica evidente no discurso de Lula e esse será o ponto central da agenda do novo governo.

O presidente eleito Lula não tem praticamente nenhum ponto de discordância quanto ao funcionamento do BRICS. Tudo indica que a imagem do Brasil na agenda do meio ambiente internacional será restaurada, em especial nas negociações sobre o clima; o país virá com uma agenda de reconstrução da relação com a China; poderá ajudar a solucionar as arestas que o BRICS acumula e se lançará para mediar o conflito entre Ucrânia e Rússia no âmbito dos BRICS, fazendo a transição para um novo momento de paz internacional.

A eleição movimentou a diplomacia global. Em menos de 24 horas da divulgação do resultado oficial, Lula recebeu a visita do presidente argentino Alberto Fernández e felicitações de todos os chefes de Estado e de governo da América Latina. Além do reconhecimento regional, os líderes das maiores potências econômicas mundiais também manifestaram sua disposição em trabalhar com o presidente eleito.

O mandatário chinês, Xi Jinping, que foi recém-eleito para assumir um terceiro mandato, disse que a China está pronta "para trabalhar com Lula para fortalecer conjuntamente a parceria estratégica global China-Brasil para um novo nível, de modo a beneficiar os dois países e dois povos"¹⁰¹.

O Primeiro Ministro Modi parabenizou Lula pela vitória nas eleições presidenciais, e disse "estar ansioso para trabalhar em conjunto para aprofundar e ampliar ainda mais as relações bilaterais entre os dois países"¹⁰².

Vladimir Putin também congratulou o presidente eleito e disse que espera garantir, através de esforços conjuntos, "o desenvolvimento de uma cooperação construtiva russo-brasileira em todas as áreas", publicou em comunicado na segunda-feira, 31/10.

¹⁰⁰ [Confira a íntegra do primeiro discurso de Lula após ser eleito presidente \(correio braziliense.com.br\)](http://correio braziliense.com.br)

¹⁰¹ [Xi Jinping parabeniza Lula e cita "parceria estratégica" entre China e Brasil \(cnnbrasil.com.br\)](http://cnnbrasil.com.br)

¹⁰² [Brazil poll: PM Modi congratulates Lula da Silva on winning Brazil poll - The Economic Times \(indiatimes.com\)](http://indiatimes.com)

Já o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, disse que “A África do Sul espera trabalhar com o governo do Brasil sob a liderança de Lula. Nossos dois países compartilham um número comum de desafios e aspirações, e nós cooperamos em diversos níveis, incluindo o BRICS e numerosas relações nacionais, inter-regionais e mecanismos globais”.

Com o alinhamento do Brasil, Rússia, Índia, China a África do Sul pode abrir-se um novo período de cooperação interna no BRICS, bloco criado em 2009, durante o segundo mandato de Lula.

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

A esquerda na América Latina em recessão¹⁰³

A vitória apertada neste de Luiz Inácio Lula da Silva sobre o atual presidente, Jair Bolsonaro, fechou um mapa que começou a ser traçado em julho de 2018 com a vitória no México de Andrés Manuel López Obrador e, em outubro de 2019, na Argentina, com Alberto Fernández e Cristina Fernández de Kirchner.

Eles foram seguidos por Pedro Castillo no Peru, que também derrotou Keiko Fujimori. Mais recentemente Gabriel Boric, no Chile, e Gustavo Petro, que em agosto passado se tornou o primeiro presidente de esquerda da Colômbia. Luis Arce na Bolívia, Xiomara Castro em Honduras e Laurentino Cortizo no Panamá se juntam a este movimento.

Pela primeira vez na história, as cinco principais economias latino-americanas serão governadas pela esquerda, que deve enfrentar um panorama macroeconômico muito diferente do da Maré Rosa no início do século, quando os preços das matérias-primas eram altos e a região não havia sofrido os estragos de uma pandemia e uma guerra no coração da Europa.

Mas esse avanço de opções progressistas tem pouca semelhança com o da Maré Rosa anterior, quando uma onda sucessiva de vitórias de candidatos de esquerda entre 1998 e 2005 retirou do poder governantes conservadores na Venezuela, Argentina, Chile, Brasil, Bolívia, Uruguai e Peru.

Duas décadas depois, esse novo impulso da esquerda regional enfrenta um panorama complicado devido a circunstâncias políticas que minam o Estado de Direito e provocam uma perda de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas devido à desigualdade social, pobreza, corrupção generalizada, ascensão do populismo e a presença do crime organizado, entre outros fatores.

“O que estamos vendo na América Latina são pessoas votando contra os que estão no poder, punindo-os e mandando-os para a oposição”, disse à EFE Patricio Navia, professor de estudos liberais da Universidade de Nova York.

Este é um fenômeno que afeta até mesmo presidentes recém-eleitos, como Boric, que se tornou presidente do Chile em março e cujo índice de aprovação é inferior a 30%. Além disso, em setembro passado, os eleitores rejeitaram amplamente o projeto da nova Constituição promovido pelo Governo.

Enquanto isso, o índice de aprovação do presidente colombiano Gustavo Petro - que assumiu o cargo em agosto passado - caiu 10 pontos, de 56% para 46%, em apenas dois meses e meio.

¹⁰³

https://www.swissinfo.ch/spa/latinoam%C3%A9rica-izquierda_la-izquierda-gobierna-am%C3%A9rica-latina--pero-esta-vez-en-recesi%C3%B3n/48023264

“As pessoas se decepcionam relativamente rápido com suas novas autoridades, porque a situação econômica é muito complicada, porque há inflação e não há crescimento suficiente. Isso significa que os governos terminam sua lua de mel em breve e enfrentam desafios muito complexos”, acrescenta o também professor da Universidade Diego Portales do Chile.

A desaceleração do crescimento econômico - com alguns países até em recessão -, a alta inflação e o aumento do desemprego estão gerando desconforto e impaciência entre os cidadãos, muitos dos quais passaram da classe média para a pobreza, mesmo com os gastos dos governos durante o período confinamento prolongado devido à pandemia, a fim de manter um nível mínimo de proteção social.

O FMI, a CEPAL e outras instituições econômicas reduziram as expectativas de crescimento para a maioria dos países da região, que em 2023 crescerá apenas 1,4%. Enquanto isso, os bancos centrais optaram por aumentar acentuadamente as taxas de juros para lidar com um dólar forte que atinge os mercados emergentes e conter a inflação, mesmo correndo o risco de desacelerar o crescimento econômico.

“Das vezes que os líderes da esquerda tiveram que estar no poder, esta será a mais difícil. A economia não vai crescer ou vai crescer muito pouco em 2023, as necessidades são muito grandes”, alerta Patricio Navia, que não acredita que os eleitores latino-americanos estejam votando na esquerda em conjunto.

“Não vejo isso como uma virada à esquerda, mas sim como um descontentamento com as autoridades, que será replicado com os novos governantes caso não apresentem soluções”, alerta.

“Embora sejam governos de esquerda, vão ter que aplicar políticas de direita, de austeridade. Eles vão ter que renegociar sua dívida com o Fundo Monetário Internacional e destinar mais recursos para quitar a dívida do que para programas sociais. Esse é um desafio muito complexo”, sustenta esse analista, que lembra que “quando Lula assumiu pela primeira vez, em 2003, a economia estava crescendo. Houve um boom de exportação e o governo tinha mais recursos.

Vivanco lembra que a vitória de Boric, Petro - e agora também de Lula - foi por uma margem muito estreita.

“É verdade, a região deu uma guinada para a esquerda, não há dúvida, mas seria um erro interpretá-la como da noite para o dia a América Latina se torna mais conservadora e quatro anos depois se torna esquerdista”, afirma o especialista. “O certo é um voto de punição. Nas últimas eleições, quase nenhum governante foi reeleito (...), mas as exigências geralmente não mudam. As pessoas estão frustradas e exaustas”, diz Vivanco.

“A democracia eleitoral é a única ferramenta que o povo tem para afirmar suas posições”, e acrescenta: “Lula ou Boric podem perfeitamente ser substituídos amanhã por um governo de cor ideológica oposta, na medida em que o povo sinta que as promessas de campanha foram não cumpridas.”

39ª Sessão da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): países da América Latina e do Caribe aprovam propostas para promover uma mudança no estilo de desenvolvimento da região¹⁰⁴

Entre os dias 24 de outubro a 26 de outubro foi realizada a 39ª Sessão da CEPAL, na qual autoridades latino-americanas reafirmaram a Comissão como promotora de um diálogo rigoroso e analítico onde convergem todas as vozes da região.

A trigésima nona sessão da Comissão, sua reunião bienal mais importante, terminou no em Buenos Aires com uma cerimônia presidida pela Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, Amina Mohammed, pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, e o Secretário Executivo da organização, José Manuel Salazar-Xirinachs. Representantes de governos de 33 países membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) participaram do encontro.

No total, participaram 630 participantes de governos, sistema das Nações Unidas, organizações intergovernamentais, academia e sociedade civil. Entre eles, 33 países membros (27 deles da região), 20 chanceleres de países da América Latina e Caribe e 14 representantes de agências, fundos e programas do sistema ONU.

Os países da América Latina e do Caribe aprovam propostas da CEPAL para promover uma mudança no estilo de desenvolvimento da região e promover ações transformadoras ambiciosas para uma recuperação sustentável, após a cascata de crises que a região sofreu nos últimos anos.

Como anfitrião, o encontro foi presidido por Santiago Cafiero, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, país que ocupa a Presidência da CEPAL. Intervieram José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão Regional das Nações Unidas, e Josep Borrell, Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia.

Ministros das Bahamas, Frederick Mitchell; Bolívia, Rogelio Mayta; Chile, Antonia Urrejola; Costa Rica, Arnoldo André Tinoco; Cuba, Rodrigo Malmierca; Equador, Juan Carlos Holguin; El Salvador, Alexandra Hill; Guatemala, Mario Bucaro; Honduras, Eduardo Enrique Reina; Jamaica, Kamina Johnson Smith; Nicarágua, Denis Moncada; Panamá, Janaina Tewaney; Paraguai, Júlio César Arriola; Peru, César Landa; São Vicente e Granadinas, Keisal Peters; Suriname, Albert Ramdin, e Venezuela, Carlos Faría Tortosa.

Falou também o Ministro dos Negócios Estrangeiros, União Europeia e Cooperação de Espanha, José Manuel Albares, além de nove Vice-Ministros e altos representantes dos países da região e fora dela.

Na reunião, o secretário-executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, afirmou:

✓ “A CEPAL foi e deve continuar sendo o lugar onde somos capazes de colocar na mesa conversas importantes e difíceis”, afirmou durante seu discurso.

¹⁰⁴ <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-america-latina-caribe-aprueban-propuestas-la-cepal-impulsar-un-cambio-estilo>

✓ “...devemos ser capazes de desenvolver diálogos multilaterais e multilaterais que nos permitam ouvir com atenção as diversas visões que coexistem na região e, a partir disso, construir um consenso regional que permita para lançarmos as bases de diagnósticos compartilhados e propostas de políticas públicas sustentáveis ao longo do tempo”.

✓ “Claro que devemos mitigar os danos, como o aumento da pobreza, da informalidade e da desigualdade, e enfrentar o apagão educacional, mas trata-se também de promover ações transformadoras para o desenvolvimento, é sobre os países da região avançarem, conseguirem sair da armadilha da renda média e realizar o sonho legítimo de ser países socialmente inclusivos com base em um crescimento dinâmico, sustentado, sustentável e inclusivo”.

O Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafiero, destacou:

✓ “A Argentina é um país de diálogo, que promove a palavra, promove o respeito e que sempre tem a capacidade de ouvir, porque ninguém se salva sozinho”

✓ “O diálogo que estamos a travar hoje não só enriquece o debate, mas fundamentalmente, as projeções para encontrar aquele caminho que faz o nosso continente passar pelo desenvolvimento humano e económico, com justiça social”, sublinhou o ministro.

✓ Acrescentou que o "roteiro" proposto pela CEPAL em seu documento de posicionamento intitulado *Para a transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade* "não poderia ser mais atual".

✓ “Os latino-americanos e caribenhos têm as ferramentas para superar essa situação. Temos ferramentas para gerar o conhecimento necessário para superar todos os altos e baixos do nosso continente. É por isso que parabenizo a tarefa que a CEPAL tem desempenhado historicamente. A CEPAL nunca foi um corpo tecnocrático, sempre teve vida, alma, espírito e se desafiou nas situações mais estressantes”

Josep Borrell, Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança da União Europeia e Vice-Presidente da Comissão Europeia, por sua vez, expressou:

✓ “Gostaria de deixar uma mensagem para vocês nestes tempos turbulentos, diante da geopolítica mundial seriamente alterada pela guerra da Rússia contra a Ucrânia: este é um momento apropriado para relançar mais do que nunca a relação entre a América Latina e o Caribe e a Europa União. Para a União Europeia, relançar e renovar esta relação é uma tarefa orçamental e prioritária”

A vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, indicou que serão necessárias formas renovadas de cooperação para mobilizar investimentos sustentáveis e desenvolver capacidades nos níveis nacional e regional: “A CEPAL pode contar com o apoio contínuo do Sistema ONU para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na América Latina e no Caribe”.

Sobre o posicionamento da CEPAL apresentado durante a reunião, *“Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade”*, foi amplamente acolhido pelas delegações presentes. Em um contexto regional e internacional de baixo crescimento, alta inflação e crescente desigualdade, os países da América Latina e do Caribe precisam focar suas políticas não apenas na reativação dos sistemas económicos e produtivos, mas também na reconstrução e transformação para

economias com baixas emissões de carbono e alto conteúdo tecnológico que permitem enfrentar as mudanças climáticas e reduzir as lacunas, heterogeneidades estruturais e dualismos históricos que as caracterizam. O documento de posicionamento da CEPAL enquadra-se neste contexto complexo com amplos desafios para acelerar o crescimento, enfrentar a aceleração da inflação e a crise do custo de vida, manter as transferências para as famílias mais vulneráveis e mitigar os custos sociais da crise e impulsionar o investimento.

Com essa perspectiva, seus capítulos analisam a dinâmica da globalização e os desafios das políticas para mudar a estrutura produtiva e avançar para o desenvolvimento sustentável. Estratégias para reduzir a desigualdade e avançar para sistemas de proteção universal e emprego decente em um mundo em mudança também são consideradas. De uma perspectiva de crescimento verde, nove setores estratégicos são examinados que devem criar um grande impulso para a sustentabilidade. O documento conclui com recomendações de políticas.

A cerimônia de encerramento foi precedida por uma reunião de Ministros das Relações Exteriores e altas autoridades dos países da América Latina e do Caribe, na qual concordaram sobre a urgência de consolidar os esforços e os espaços para avançar em direção a uma integração que permita à região chegar com uma voz única no cenário global e lançar as bases para uma reconstrução transformadora com vista a um novo estilo de desenvolvimento.

Durante seu discurso em vídeo, a vice-secretária-geral da ONU, Amina Mohammed, indicou que serão necessárias formas renovadas de cooperação para mobilizar investimentos sustentáveis e desenvolver capacidades nos níveis nacional e regional. “A CEPAL pode contar com o apoio contínuo do Sistema ONU para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na América Latina e no Caribe”, declarou.

O Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, expressou em seu discurso final que foram três dias de escuta atenta, de conhecimento mútuo, de identificação conjunta dos desafios que enfrentamos e das amplas possibilidades que temos para colaboração, cooperação e diálogo.

Sobre o posicionamento da CEPAL apresentado durante a reunião, Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade, e que foi amplamente aceito pelas delegações presentes, Salazar-Xirinachs indicou que “A lição que sua discussão nos deixa é que devemos redobrar os esforços tanto para navegar nas águas tensas no curto prazo, quanto para enfrentar o legado de lacunas e deficiências que nos caracterizavam antes da pandemia e da guerra na Ucrânia, e que foram exacerbadas por esses eventos.”

Ao final da trigésima nona sessão, os países aprovaram por unanimidade um projeto de documento de resolução reconhecendo o trabalho da CEPAL como centro de excelência responsável por colaborar com seus Estados membros na análise integral dos processos de desenvolvimento voltados para a formulação, acompanhamento elaboração e avaliação de políticas públicas e prestação de serviços operacionais nas áreas de informação especializada, assessoria, capacitação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional.

CEPAL: XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe^{105 106}

Entre os dias 7 e 11 de novembro, os governos da região latino-americana e caribenha, juntamente com organizações da sociedade civil, se reunirão na Argentina na XV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. O encontro vai abordar soluções para caminharmos em direção a “A sociedade do cuidado como horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero”.

A Conferência, que celebra seu 45º aniversário este ano, é o principal fórum regional intergovernamental das Nações Unidas sobre direitos da mulher e igualdade de gênero.

O impacto regional da desigualdade de gênero é notório. As mulheres gastam duas vezes mais tempo em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. Essa distribuição de papéis é produto da divisão sexual do trabalho, baseada na reprodução de estereótipos que afetam a vida de mulheres e meninas. Como contrapartida da distribuição dos cuidados no lar, as mulheres têm menos tempo e oportunidades para participar do mercado de trabalho, obter educação, participar da política e exercer outros direitos em igualdade de condições.

Esses obstáculos à autonomia das mulheres, ou seja, à capacidade e condições concretas de tomar livremente as decisões que afetam suas vidas, aprofundaram-se com a pandemia. O isolamento e a transferência da educação e do cuidado para o ambiente domiciliar produziram para eles uma sobrecarga de tarefas de cuidado que se somaram à perda massiva de emprego. Embora tenha havido uma recuperação em 2021, ela foi desigual e não conseguiu diminuir a diferença de gênero: 1 em cada 2 mulheres ainda está fora da força de trabalho, enquanto para os homens a proporção é de 1 em cada 4.

Os países que mediram a contribuição do trabalho doméstico e assistencial não remunerado para a economia descobriram que isso representaria entre 15,9% e 27,6% do Produto Interno Bruto (PIB), 70% dessa contribuição é feita por mulheres.

A distribuição sexual injusta do trabalho também coloca as mulheres como cuidadoras em serviços remunerados prestados pelo Estado ou pelo mercado. Na saúde, educação e trabalho doméstico, a maioria dos trabalhadores são mulheres. No entanto, na saúde e na educação há diferenças salariais marcantes em relação ao que os homens que participam do mesmo setor recebem. No caso dos trabalhadores domésticos, onde estão empregadas cerca de 10% das mulheres empregadas, os salários são inferiores aos de outros setores e 73% trabalham no e sem cobertura previdenciária.

Segundo a CEPAL, é urgente avançar para um estilo de desenvolvimento que não deixe ninguém de fora e faz-se um chamado para caminhar em direção a uma sociedade do cuidado, uma organização societária que coloque a sustentabilidade da vida no centro, que proteja o planeta e que garanta os direitos de quem precisa de cuidado, de quem cuida e também se considera autossuficiente. A sociedade do cuidado contraria a precariedade dos empregos de

¹⁰⁵ <https://www.cepal.org/es/notas/la-sociedad-cuidado-un-horizonte-recuperacion-sostenible-igualdad-genero>

¹⁰⁶ <https://www.cepal.org/es/noticias/argentina-acogera-la-xv-conferencia-regional-la-mujer-america-latina-caribe-que-se-centrara>

cuidado e torna visíveis os efeitos multiplicadores da economia do cuidado: não só produz mais bem-estar, mas também permite uma recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade.

A reunião será inaugurada na terça-feira, 8 de novembro, às 16h00 na Argentina (GMT-3) por Alberto Fernández, Presidente da Argentina, na qualidade de país anfitrião da XV Conferência Regional sobre a Mulher na América Latina e no Caribe; José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL; Ayelén Mazzina, Ministra da Mulher, Gênero e Diversidade da Argentina; Antonia Orellana, Ministra da Mulher e Equidade de Gênero do Chile; María-Noel Vaeza, Diretora Regional para as Américas e Caribe da ONU Mulheres; Claudia Mojica, Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas na Argentina; Amina J. Mohammed, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas (por vídeo); e Gabriel Boric, Presidente do Chile, na qualidade de país que detém a presidência cessante da Conferência Regional (por vídeo).

Na quarta-feira, 9, a CEPAL apresentará o documento de posicionamento *A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero*, que destaca a urgência de implementar uma mudança no estilo de desenvolvimento para avançar em direção a uma sociedade do cuidado que reconheça a interdependência entre as pessoas, bem como a interdependência entre os processos produtivos e a sociedade; uma sociedade solidária que coloque a sustentabilidade da vida humana e do planeta no centro do desenvolvimento.

Dois documentos serão divulgados na quinta-feira, 10: O financiamento de sistemas e políticas de atenção na América Latina e no Caribe: contribuições para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero, elaborado pela CEPAL e ONU Mulheres, e Rompendo o silêncio estatístico para alcançar a igualdade de gênero, 2030: aplicação do eixo sobre sistemas de informação da Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Marco do Desenvolvimento Sustentável até 2030, elaborado pela CEPAL no âmbito de dois órgãos subsidiários: a Conferência de Estatística e a Conferência Regional de Mulheres.

IX Fórum Empresarial do MERCOSUL¹⁰⁷

A Presidência Pro Témpore do Uruguai do Mercosul (PPTU) convocou o IX Fórum Empresarial com intuito de promover um espaço de intercâmbio entre os setores público e privado dos Estados partes, por meio do qual podem surgir recomendações e contribuições específicas para o processo de integração. Nesse sentido, PPTU propôs a realização de três mesas de discussão sobre os seguintes temas:

- a) Serviços audiovisuais (8/11)
- b) Agroecologia e desenvolvimento sustentável (11/11)
- c) Setor farmacêutico (a confirmar)

A realidade do setor cinematográfico e audiovisual está em constante mudança. No atual cenário de pós pandemia, propõe-se desenvolver novos padrões de produção, consumo e públicos no setor. O fórum visa a busca de novas oportunidades, considerando também a redução das barreiras territoriais e linguísticas. É por isso que surge a necessidade de enfrentar

¹⁰⁷ <https://www.mercosur.int/ix-foro-empresarial-del-mercosur/>

os desafios que esta nova realidade gera para o setor - nos níveis público e privado - bem como as possíveis respostas e adaptações que implicam modelos de produção e coprodução. Nesse sentido, o Fórum visa criar um espaço de intercâmbio entre os atores mais relevantes do setor audiovisual do bloco, no qual possam ser expostos os novos desafios da Indústria em todo o mundo, favorecendo pontos de encontro em nível regional.

A PPTU propõe a criação de um espaço para abordar a agroecologia e o desenvolvimento sustentável no âmbito do Mercosul. Considera-se que o bloco possui inúmeras experiências bem-sucedidas em termos de sustentabilidade agrícola. No entanto, até à data existe ainda um déficit em termos da sua divulgação. O Fórum considera que o MERCOSUL se caracteriza pela produção de alimentos de qualidade, atentando não só à segurança dos produtos, mas também aos padrões ambientais dos processos de produção. Nesse sentido, os sócios têm um histórico com destaque para a exportação de alimentos e cuidado com os recursos. Dessa forma, responde às demandas de consumidores cada vez mais exigentes em segmentos de produção diferenciados tanto em itens de exportação de grande porte, como carnes ou lã, quanto em itens de menor escala, como frutas e hortaliças.

Além disso, o IX Fórum reunirá os atores do Setor farmacêutico e da produção de vacinas, visando a produção regional. O contexto da pandemia mostrou a necessidade de avançar na geração de maiores capacidades na produção de vacinas em nível regional que permitam garantir a soberania do bloco na matéria, reduzindo assim sua dependência das cadeias globais de suprimentos para as indústrias farmacêuticas. Nesse sentido, o Fórum Empresarial apresenta-se como um espaço oportuno para dar continuidade às discussões sobre as capacidades produtivas, em especial, as tecnologias desenvolvidas e em processo, bem como os investimentos em inovação e pesquisa em nível regional.

O fórum já havia se reunido no primeiro semestre, durante a presidência pro tempore do Paraguai, com a participação da CEPAL e os representantes dos Estados partes e as Câmaras setoriais dos mesmos.

O Fórum Empresarial é um espaço de diálogo sobre integração regional e incentiva o desenvolvimento de empreendimentos conjuntos, em especial a integração regional do MERCOSUL. Resulta muito importante trabalhar no setor farmacêutico, com a participação do setor público, do setor privado e da CEPAL. Embora sejam uma oportunidade de diálogo entre os atores farmacêuticos e as autoridades sanitárias dos Estados parte, os eventos parecem exercer um caráter mais simbólico que operativo na implementação de projetos concretos.

XIV Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO) do MERCOSUL

No dia 4 de novembro foi realizada virtualmente a XIV Reunião de Ministros e Altas Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes (RAFRO) do MERCOSUL. A RAFRO foi criada em 2015, como órgão dependente do Conselho do Mercado Comum (CMC), com o objetivo de assessorar e propor medidas, políticas e ações de promoção da igualdade racial e combate ao racismo na região.

Na reunião participaram representantes das organizações da sociedade civil dos Estados parte do Mercosul convidadas pelos organizadores.

A Presidência Pro Tempore Uruguia do MERCOSUL, por meio da Área de Promoção Sociocultural do Ministério do Desenvolvimento Social, desenvolveu um Webinar: “A inclusão da variável étnico-racial afrodescendente no monitoramento das políticas públicas”. Nesse espaço, os países do MERCOSUL compartilharam as experiências de práticas de monitoramento pelo próprio Estado, academia e/ou sociedade civil.

Representantes dos Ministérios da Saúde participaram do encontro. Um dos temas abordados foi a inclusão da variável etnia racial, destacando um trabalho de abordagem em gestantes, meninos e meninas e capacitação para bolsistas e bolsistas do primeiro nível de atenção para conscientizar a perspectiva afrodescendente e acompanhar essa população no cuidado, promoção da saúde e prevenção de doenças.

A intenção é que os sistemas de saúde considerem a variável de etnias e as barreiras de acesso aos serviços de saúde, gerando evidências e informação sobre a diversidade étnica ou cultural.

LVII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho nº 11 - Saúde MERCOSUL

Entre os dias 26 e 28 de outubro, foi realizada a LVII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nro11- Saúde MERCOSUL, em Montevideo, com a participação de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O Subgrupo de Trabalho nº 11 – Saúde foi criado pela Resolução nº. 151/96 do GMC, é o órgão técnico deliberativo que centraliza o tratamento da harmonização da legislação nacional sobre regulação sanitária, além da compatibilidade dos sistemas de controle sanitário entre os Estados-partes.

O SGT N011 entende a saúde como bem ou serviço passível de troca no mercado, e que é preciso regular, harmonizando parâmetros e padrões de qualidade, promovendo mecanismos de controle sanitário dos Estados-partes com o objetivo de proteger a saúde da população eliminando as barreiras técnicas ao comércio e fortalecer a integração regional.

A harmonização das normas no SGT permite promover a integração dos sistemas e estruturas nacionais, promovendo a melhoria da qualidade e segurança dos produtos e serviços, reduzindo os riscos para a saúde dos cidadãos dos Estados-partes. A área de trabalho que tem se trabalhando muito no SGT é a área farmacêutica, esta reunião tem se avançado na aprovação da Farmacopeia Mercosul, e Regulamentos Técnicos para produtos domissanitários, Boas Práticas de Fabricados de Produtos Farmacêuticos e Regulamentos Técnicos MERCOSUL sobre classificação de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes. Mais também vem trabalhando em outras áreas como “Requisitos de Boas práticas para procura internacional de células hematopoiéticas”.

O SGT 11 trabalha vinculando a saúde com outras instancias no referente a “Localidades Fronteiriças Vinculada” propiciando o maior acesso da população destas cidades à saúde. Em relação a fronteiras, promoveram um III WORKSHOP de Saúde de Fronteiras no Mercosul, que vai ser realizado em Assunção, no Paraguai, de 10 a 12 de novembro. Os Estados partes tem acordada a necessidade de planejar e coordenar ações tendentes a formular e implementar um plano e medidas imediatas, sobre três temas prioritários:

I. Prevenção, vigilância e controle epidemiológico organizado e padronizado entre as localidades fronteiriças, para informação e ações comuns.

II. Assistência de urgência e emergência, para a estabilização de pacientes com coordenação na continuidade da atenção e, de ser necessário, o traslado sanitário.

III. Capacitação de Recursos Humanos nos dos pontos antes citados

No III Workshop pretende-se avançar no ponto I e III visando a padronização das informações epidemiológicas e uma maior celeridade da informação no nível central e as zonas de fronteiras, identificando necessidades e tipos de capacitações.

ORAS/CONHU propõe um trabalho multidisciplinar com abordagem de curso de vida para proteger a saúde ocular na região andina¹⁰⁸

Dada a crescente prevalência de doenças e afecções oculares na população da região andina, a Organização Andina de Saúde - Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) levantou a necessidade de promover um trabalho multidisciplinar, intersetorial com uma abordagem de curso de vida que fortaleça as intervenções de saúde para proteger a saúde ocular da população desde o nascimento.

Isso foi destacado pela Secretária Executiva do ORAS-CONHU, María del Carmen Calle Dávila, durante sua participação no Webinar especial *Cuidando da visão desde a infância: Prevenção da baixa visão e da cegueira com abordagem ao longo da vida*, realizado no marco do Dia Mundial da Visão, que é comemorado toda segunda quinta-feira de outubro e instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

María del Carmen Calle Dávila afirmou que a maior prevalência de cegueira e deficiência visual na América Latina está concentrada nas áreas mais pobres devido às desigualdades na distribuição dos serviços de saúde ocular e na distribuição e baixa disponibilidade de oftalmologistas, entre outros fatores.

Diante dessa realidade, Calle Dávila expressou a sua preocupação com a crescente prevalência da miopia, principalmente aquela relacionada ao modo de vida das crianças, como o uso intensivo da visão de perto aos equipamentos eletrônicos e o pouco tempo dedicado à recreação ao ar livre.

Nesse sentido, informou que o ORAS CONHU e os Ministros da Saúde dos países andinos buscam priorizar ações que tenham impacto na redução dos problemas de saúde ocular na população, para o qual foi possível realizar um estudo da atual situação das doenças oculares durante a vida, o reconhecimento das intervenções que estão sendo implementadas e os recursos disponíveis nos países andinos.

“Isso permitirá organizar a médio e longo prazo uma resposta conjunta aplicável e sustentável em políticas e alianças multisectoriais sobre fatores de risco e sobre determinantes sociodemográficos e econômicos”, destacou.

¹⁰⁸ <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-plantea-un-trabajo-multidisciplinario-y-con-enfoque-por-curso-de-vida-para-proteger-la>

Especialistas renomados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) participaram do Webinar número 146 do ORAS-CONHU para abordar a situação das diferentes doenças e condições visuais, os tratamentos existentes e as formas de prevenção precoce sob a abordagem do curso de vida.

A Assessora do Curso de Vida Saudável da OPAS - Washington DC, Carolina Hommes, disse que a América Latina e o Caribe são uma região em transição onde persiste uma grande lacuna na saúde ocular. "De acordo com uma publicação no Lancet, no ano passado foi relatado que pessoas com problemas de saúde visual têm um risco de mortalidade 2,6 vezes maior", alertou.

Diante disso, disse que é muito importante realizar a detecção precoce das deficiências visuais e sua correção oportuna, com maior ênfase nos países de baixa e média renda nos idosos e nas comunidades rurais.

Ele acrescentou que as principais causas de cegueira e deficiência visual moderada e grave em crianças são erros de refração não corrigidos, catarata, retinopatias da prematuridade, anomalias congênitas oculares, cicatrizes da córnea e deficiência visual cerebral.

"A Retinopatia da Prematuridade (ROP) é a principal causa de cegueira infantil evitável na América Latina. Apesar disso, existem investigações que têm como foco a incidência e o tratamento dessa afecção nos serviços de saúde.

Além disso, recomendou que os cuidados oftalmológicos integrados sejam implementados, monitorem tendências e avaliem o progresso para a implementação de cuidados oftalmológicos integrados e centrados na pessoa, e conscientizem e empoderem indivíduos e comunidades sobre as necessidades de cuidados oftalmológicos.

Por sua vez, o oftalmologista da OPAS-Brasil, João Marcello Furtado, destacou que é fundamental realizar uma intervenção educativa antes que a criança cresça para identificar os problemas congênitos e neonatais que poderá sofrer posteriormente.

"A retinopatia prematura não é um problema dos olhos, mas um problema de neonatologia e um problema de saúde pública em nossa região e infecções congênitas", especificou.

Ele também observou que o retinoblastoma é uma condição ocular altamente curável se diagnosticada rapidamente e tratada adequadamente. O tratamento pode ser local ou sistêmico com quimioterapia, radioterapia e se for o caso, permite manter a estrutura do olho, mas ainda dependemos da suspeita e diagnóstico precoce.

Por fim, Andreas Müller, consultor de Prevenção da Cegueira da OMS - Genebra, apresentou as ferramentas de sua organização, como guias e frameworks, que ajudarão os países na implementação de algumas intervenções para fortalecer a atenção oftalmológica integrado e centrado na pessoa.

Nesse sentido, ele destacou o Pacote de Intervenções de Cuidados Oculares, que foi desenvolvido para ajudar os países a priorizar doenças oculares e tratamentos para distúrbios visuais.

Ele também destacou as intervenções comunicacionais que buscam conscientizar os pais para que as crianças façam pausas regulares durante o trabalho em frente à tela, uma delas é a regra 20/20/20, ou seja, toda pessoa após 20 minutos de tempo de tela, você deve olhar para um objeto a pelo menos seis metros de distância por 20 segundos.

Lítio: a América Latina corre o risco de repetir o filme do extrativismo de seus minerais em troca de algumas moedas¹⁰⁹

O chamado ouro branco nos desertos e salinas da Argentina, Chile e Bolívia, o lítio desperta sonhos de riqueza e prosperidade em todo o continente. Com o mais leve dos metais - tão leve que pode flutuar na água - as baterias de lítio são feitas para carros elétricos e quase todos os dispositivos eletrônicos.

Esses três países concentram entre 60% e 80% das reservas mundiais desse mineral. Segundo Ernesto Picco, professor e pesquisador da Universidade Nacional de Santiago del Estero (UNSE), na Argentina, o preço do lítio no mundo se multiplicou por 18 nos últimos 10 anos, apoiando o interesse global em sua extração.

Precisamente por causa de seu preço e como é barato extraí-lo na América Latina graças ao baixo custo da mão de obra, baixa tributação para as empresas e a flexibilização das leis ambientais, muitas empresas dos Estados Unidos, Austrália, Canadá ou Coreia do Sul já operam nas salinas latino-americanas.

Mas há um risco, diz Picco, e não é outro senão o de “assistir a um filme que já vimos no passado” e repetir os mesmos erros, diz ele, referindo-se ao extrativismo dos recursos naturais na América Latina que alimentou o crescimento das economias do hemisfério norte deixando lucros escassos no sul.

Esses modelos de desenvolvimento nos países latino-americanos baseados na exploração e exportação de matérias-primas, sem valor agregado, repercutem na política e na sociedade, mas também nos ecossistemas e comunidades que os circundam.

O verdadeiro potencial desse mineral, que até recentemente era extraído do deserto sem muita pompa, foi descoberto no século 21. Mas já existem cientistas e organizações sociais que alertam que essa transformação econômica é uma fantasia, mas o desastre social e ambiental sim são uma verdade.

O novo plano de migração dos EUA e a situação dos venezuelanos retidos no México¹¹⁰

Segundo o novo plano de migração que os Estados Unidos anunciaram e lançaram em 12 de outubro, os venezuelanos que cruzam a fronteira sul irregularmente são devolvidos ao México.

1.768 pessoas já foram devolvidas apenas nos primeiros quatro dias da medida, segundo o governo mexicano, que não esclareceu se haverá um limite para o número que receberão. Até antes da nova política, os migrantes do país sul-americano gozavam de liberdade condicional humanitária nos EUA, o que lhes permitia permanecer lá para processar um pedido de asilo.

¹⁰⁹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-63465113>

¹¹⁰ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-63341334>

Mas a entrada imediata em vigor do novo plano surpreendeu milhares de venezuelanos em trânsito que ficaram praticamente retidos no México, incapazes de entrar no norte e na maioria dos casos sem dinheiro para retornar ao seu país.

Os migrantes passam os dias em frente aos escritórios da Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados (Comar, esperando receber informações sobre o que fazer agora. Alguns dormem no meio da rua embrulhados em cobertores oferecidos por alguns cidadãos e ONGs, que também lhes trazem comida.

A incerteza sobre quais medidas tomar para regularizar sua situação e poder trabalhar no México é palpável entre a maioria. Também entre os grupos de venezuelanos que hoje se concentram rodoviária da capital, onde muitos são deixados após a sua transferência da fronteira e que, segundo organizações sociais, pressagia o que pode ser uma grande crise para o México.

July Rodríguez, diretora no México da organização Apoio aos Migrantes Venezuelanos, que os assessora gratuitamente em assuntos jurídicos, afirma que a decisão foi tomada sem medir as consequências de um plano desumano e discriminatório. Segundo ela já se observa esta crise nas ruas do México e uma muito maior está chegando que nem o governo está vendo o que pode se tornar.

Que opções o México oferece a esses migrantes?

O novo plano foi anunciado por Washington como uma tentativa de conter a migração irregular de pessoas da Venezuela, que no ano fiscal de 2022 teve um aumento de chegadas na fronteira sul de 293% em relação ao período anterior.

Para incentivar a migração regular, os EUA prometeram admitir 24 mil venezuelanos, desde que cumpram uma série de requisitos por meio de um processo que pode ser feito online. No entanto, a verdade é que apenas em setembro passado, cerca de 33 mil venezuelanos chegaram à fronteira sul dos Estados Unidos.

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, reconheceu que as 24 mil autorizações não são suficientes. Mas, segundo ele, na medida em que forem concedidos e não forem suficientes, o governo dos EUA deverá expandir.

Uma das grandes questões agora é saber em que cenário ficarão essas pessoas que os EUA já começaram a retornar ao México. De acordo com organizações como o Apoio aos Migrantes Venezuelanos, o México está dando ordens para que deixem seu território por entre 15 e 20 dias. Após esse período, eles entrariam em uma situação irregular em que poderiam ser detidos ou deportados.

A opção mais viável para eles é solicitar o status de refugiado no México, que desde o momento do pedido os protege da deportação e concede um cartão de residência temporário para acessar os serviços públicos e poder trabalhar.

Segundo Andrés Ramírez, coordenador geral do Comar, a taxa de reconhecimento da condição de refugiado para os venezuelanos tem sido alta até agora, girando em torno de 94% dos casos positivos.

Até setembro deste ano, os 8.665 pedidos de refugiados recebidos pela Comar de venezuelanos já superaram o recorde histórico de todo o ano de 2019, quando foram registrados 7.600.

E depois de conhecer o novo plano dos EUA, Ramírez reconhece que desde a última segunda-feira houve um aumento no fluxo de venezuelanos que vêm a seus escritórios para solicitar informações, mas a maioria desiste.

Isso ocorre porque conseguir o status de refugiado no México fecharia as portas ao sonho de migrar legalmente para os EUA. Um solicitante de refúgio deve permanecer no estado em que solicita. Mas, acima de tudo, os EUA disseram que não permitirão que alguém que já tenha o status de refugiado em outro país solicite asilo.

Entrevistado pela BBC Mundo, o chefe da Comar reconhece que essa exigência deixa em uma situação muito difícil quem quer ou precisa ficar no México temporariamente, mas não quer abrir mão de entrar nos EUA no futuro. “Cria um conflito emocional terrível para eles terem que decidir se devem solicitar refúgio no México para poderem trabalhar, mas ao mesmo tempo esperando que não seja aprovado muito rapidamente para que possam ir para os EUA antes que isso aconteça”, diz Rodríguez.

Há também uma iminente crise sanitária uma vez que os venezuelanos não estão acostumados com o frio, não têm abrigo e alimentação mínima adequada e nem acesso à saúde.

67ª Conferência Anual de Pesquisa em Saúde CARPHA

A 67ª Conferência Anual de Pesquisa em Saúde CARPHA retornará à modalidade presencial em abril de 2023. O tema proposto para a 67ª Conferência para 2023 é “Saúde e Turismo do Caribe: Caminhos para a Recuperação e Resiliência”. Nesse sentido, fica aberta a convocatória para trabalhos de pesquisa de alta qualidade em áreas prioritárias de saúde regionais, incluindo:

- ✓ Economia
- ✓ Segurança Alimentar
- ✓ Doenças Transmissíveis
- ✓ Saúde da Família
- ✓ Economia da Saúde
- ✓ Política de Saúde
- ✓ Sistemas De Saúde
- ✓ Doenças Infecciosas
- ✓ Estudos de Implementação
- ✓ Doenças Não Transmissíveis e Nutrição
- ✓ Mudanças Climáticas e Saúde

Os trabalhos poderão ser encaminhados para submissão para: conference@carpha.org
O prazo para recebimento de trabalhos é até o dia 15 DE DEZEMBRO DE 2022.

Cumbre Mundial de la Salud¹¹¹

Adriana Alfonso

Durante el mes de octubre del presente año, se celebró la Cumbre Mundial de la Salud (por su nombre en inglés: World Health Summit) en la ciudad de Berlín, Alemania, organizada por primera vez en conjunto con la OMS.

La Cumbre Mundial de la Salud, es el único foro estratégico internacional para la salud mundial que se fundó en 2009 con motivo del 300 aniversario de Charité – Universitätsmedizin Berlin y tradicionalmente se lleva a cabo bajo el patrocinio del canciller alemán, el presidente francés, el presidente de la Comisión Europea y el director general de la Organización Mundial de la Salud (OMS).

Se celebra anualmente y reúne a distintos actores de la política, la ciencia, el sector privado y la sociedad civil de todo el mundo para establecer la agenda para un futuro más saludable al inspirar soluciones innovadoras para una mejor salud y bienestar para todos.

Dentro de los participantes y oradores se encuentran generalmente: Científicos y profesionales médicos destacados, ministros y funcionarios, Funcionarios de alto rango en organizaciones internacionales, CEOs de la industria y la sociedad civil y Jóvenes profesionales y estudiantes

Las principales metas que se persiguen en esta Cumbre son: Mejorar la salud en todo el mundo, encontrar respuestas a los desafíos de la salud guiado por la ciencia, reunir a las partes interesadas de todos los sectores y todas las regiones del mundo, facilitar el diálogo abierto, fortalecer las cooperaciones internacionales, establecer agendas de salud, fomentar el reconocimiento de la salud global como un tema político clave, promover el debate mundial sobre la salud en el espíritu de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de la ONU y reunir a las partes interesadas de todos los sectores

La metodología de la Cumbre Mundial de la Salud promueve un enfoque amplio y basado en la ciencia para el desarrollo de la salud mundial con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) en su núcleo bajo un enfoque interdisciplinario, basados en la ciencia, intersectoriales y concertados.

Durante este año los temas centrales fueron: cambio climático y salud, la preparación para pandemias, la seguridad alimentaria, la transformación digital, los sistemas de salud sostenibles, las inversiones en salud y bienestar, y el papel del G7 y el G20 en la salud mundial. Arquitectura para la preparación ante una pandemia, una nueva perspectiva sobre la inversión en salud y bienestar, Transformación digital para la salud, Invertir en un futuro libre de polio para sistemas de salud más resilientes, Tomar la decisión política por la salud entre otros, etc.

Como parte de la apertura del evento, se pudieron escuchar entre varios disertantes, las palabras de Olaf Scholz Canciller Federal de Alemania, Tedros Adhanom Ghebreyesus Director General de la Organización Mundial de la Salud (OMS), António Guterres Secretario General de las Naciones Unidas, Mark Suzman Director ejecutivo de la Fundación Bill y Melinda Gates de

¹¹¹ <https://www.worldhealthsummit.org/whs-2022.html>

Estados Unidos de América y Bill Gates Copresidente de la Fundación Bill y Melinda Gates de Estados Unidos de América.

Durante la conferencia de prensa de apertura el director de la OMS destacó que desde el inicio de esta Cumbre, ésta se ha consolidado siendo ahora uno de los eventos más importantes del calendario mundial en el ámbito de la salud, agregando que este año, por primera vez, la OMS es la coorganizadora oficial de la misma.

En los días en que se celebró la cumbre del 16 al 18 de octubre, varios de representantes de la salud pública, autoridades sanitarias de gobierno, sociedad civil, el sector académico, jóvenes, el sector industrial y los parlamentos se reunieron para debatir las cuestiones más apremiantes de la salud mundial en los temas priorizados.

Dentro de los hechos más destacables en lo que respecta a los compromisos globales hacia la mejora de la salud mundial se resalta el aporte de US\$2540 millones para poner fin a la poliomielitis tras el rebrote de la enfermedad en un acto dedicado a las promesas de contribuciones coorganizado por el Ministerio Federal de Cooperación Económica y Desarrollo (BMZ) de Alemania en la Cumbre Mundial de la Salud, en Berlín.

La financiación se destinará a apoyar las actividades mundiales para allanar los últimos obstáculos en la erradicación de la poliomielitis, vacunar a 370 millones de niños cada año en próximo lustro y mantener la vigilancia de esta enfermedad en 50 países.

La Iniciativa de Erradicación Mundial de la Poliomielitis es una alianza público-privada dirigida por gobiernos nacionales que cuenta con seis asociados principales: Rotary International, la Organización Mundial de la Salud (OMS), los Centros para el Control y la Prevención de Enfermedades (CDC) de los Estados Unidos, el UNICEF, la Fundación Bill y Melinda Gates y Gavi, la Alianza para las Vacunas.

El acto dedicado a las promesas de contribuciones celebrado en Berlín ha sido la primera gran oportunidad de comprometer apoyos hacia el logro de los US\$ 4800 millones necesarios para aplicar plenamente la Estrategia 2022-2026. Si la Estrategia se financia en su totalidad y se logra la erradicación, se estima que ello daría lugar a US\$ 33 100 millones en ahorros en costos de salud.

Como continuación a este evento, se destaca la próxima Reunión Regional de la Cumbre Mundial de la Salud, a celebrarse durante el 2023 en Washington D.C, en alianza con la Conferencia Anual del Consorcio de Universidades para la Salud Global (CUGH) y el Foro de Innovación Global organizado por la Asociación de Centros Académicos de Salud Internacional (AAHCI). Esta actividad se llevará a cabo bajo el lema "Reducir la brecha entre la ciencia y la política: oportunidades para el mundo académico" para resaltar el papel esencial de la ciencia basada en la evidencia para el desarrollo de políticas de salud global.

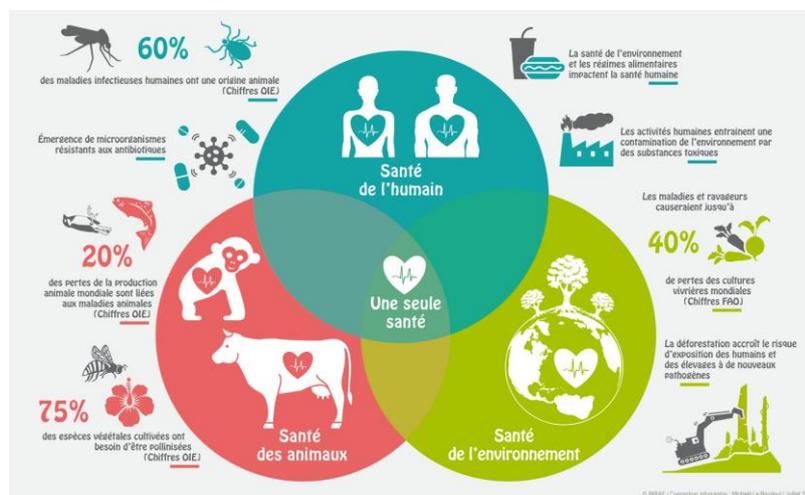
Reflexiones sobre “One Health” y la participación de Costa Rica en iniciativas para su implementación

Montserrat Vargas Solorzano

El concepto “One Health” surge en inicio del siglo, luego de un aumento importante en la emergencia de enfermedades infecciosas, posiblemente relacionadas con la globalización y el aumento de intercambios comerciales, la movilidad, entre otros. **El principio es que la protección de la salud humana depende de la salud animal y sus interacciones en el medio ambiente.** Así, se analizan las íntimas relaciones e impactos entre la salud vegetal, animal, humana y el ambiente; aunque podría decirse, que este enfoque retoma la noción de biosfera, que se nos enseñaba en la escuela en los años 80, pero ahora nos centramos más en la salud.

Un ejemplo de esas interacciones, concretamente, que al tratar con antibióticos a los animales de crianza para el consumo humano, se pueden generar resistencias microbianas transmisibles por la ingesta; situación similar puede ocurrir por la utilización de insecticidas, lo que no solo acaba con plagas, sino que puede contaminar suelo y agua, exponiendo a humanos y animales a moléculas dañinas para la salud.

Instituciones alrededor del mundo, como el Instituto Pasteur, el Instituto Nacional de Investigación sobre Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente de Francia (INRAE), realizan investigación interdisciplinaria donde la biología, la ecología, las matemáticas, la economía, y las ciencias sociales estudian nuevos sistemas, respetuosos de todas las dimensiones de la salud, incluido el ambiente.



Infograma del INRAE. 2021. <https://www.inrae.fr/alimentation-sante-globale/one-health-seule-sante>

Las interacciones entre la salud humana y el ambiente son complejas y demuestran que, aunque la biodiversidad constituye, por un lado, un reservorio de enfermedades y vectores de transmisión, por otro lado, es fuente de moléculas activas puesta a disposición del bienestar humano. La evidencia demuestra que la humanidad presiona la biodiversidad, generando relaciones inhabituales hace algunas décadas.

La opinión 125 del Consejo Nacional Consultivo de Ética de Francia¹¹² lanza una reflexión sobre las relaciones entre la humanidad y la biodiversidad, recordando que la primera hace parte de la segunda, y su acción impacta directa e irremediablemente a esta. Desde la ética, es necesario profundizar sobre las causas de la pobreza, el hambre, los problemas de salud y estos respecto del aumento de la población, los flujos migratorios y el “progreso”.

Es claro que existe una responsabilidad a tomar en cuenta, máxime ante una realidad en que la biotecnología, con particular atención a la transformación del genoma, es cada vez más eficaz y accesible, provocando alteraciones en la biodiversidad. Todos los días escuchamos de la desaparición de especies y ha habido escándalos mundiales por los monocultivos que afectan la biodiversidad y empobrecen los suelos, generando, además, contaminación de especies¹¹³.

Debemos comprender que la naturaleza no puede solo estar al servicio de la humanidad, es necesario establecer procesos dinámicos con los ecosistemas a todos los niveles, locales, regionales y global.

La movilización mundial y las políticas públicas relativas a los retos de las interacciones entre salud y biodiversidad son recientes. En 2010 la OMS, la FAO y la OIE declararon que debíamos ser *“un mundo capaz de prevenir, detectar, eliminar y responder a los riesgos para la salud animal y humana, provenientes de las zoonosis y las enfermedades de origen animal con impacto en la seguridad alimentaria”*. Esta misma reflexión fue desarrollada en la conferencia de Rio + 20.

Los ejemplos de zoonosis son diversos, pues, a pesar del éxito contra la tuberculosis o la brucelosis, existen numerosas enfermedades que afectan a la sociedad: Sida, encefalitis espongiiforme, síndrome respiratorio agudo severo, gripe aviar, Chikungunya, dengue, virus del Nilo oeste, entre otros. El aumento de enfermedades emergentes humanas, se relaciona frecuentemente con la crianza intensiva, las alteraciones a la biodiversidad favoreciendo vectores de enfermedades, y alteración de condiciones ambientales, como la transferencia de vectores debido a la mundialización y a la explotación de medios naturales, propiciando el contacto de poblaciones con especies salvajes.

Otro elemento importante de estudio dentro de la filosofía de *“One Health”* es el microbiota humana, pues está constituida por diez veces más microorganismos que las células humanas. En ese sentido, se investiga sobre como el uso inapropiado o excesivo de antibióticos para humanos y animales puede producir desequilibrios en este ecosistema bacteriano que se encuentra en nuestro intestino.

La interacción entre los patógenos y las enfermedades se sustenta en una evidencia a veces olvidada, pero que nos recuerda el biólogo francés Claude Combes, *“que los seres vivos somos todos parientes, como lo demuestra la universalidad del código genético y las similitudes de las vías metabólicas o los procesos biofísicos. Por lo tanto, las señales pueden intercambiarse entre organismos cuyo ancestro común se remonta a miles de millones de años. Por lo tanto, el patógeno puede usar y manipular los procesos bioquímicos de su huésped en su beneficio. Lo que*

¹¹²https://www.ccne-ethique.fr/sites/default/files/2021-02/rapport_125_ethique_et_biodiversite_rapport_vf.pdf

¹¹³<https://issuu.com/mxsinogm/docs/name09d454>

ha cambiado a lo largo de la evolución es la complejidad de los organismos, no la base de su funcionamiento, y especialmente no la naturaleza de las señales moleculares. Las reflexiones sobre la evolución de la complejidad muestran cómo los patógenos, incluso aquellos que parecen los más simples, se encuentran en un nivel de complejidad peligrosamente cercano al de los humanos”¹¹⁴.

Las enfermedades infecciosas son el resultado de la confrontación de los humanos con la imprevisibilidad que caracteriza la evolución biológica de la vida. Esta imprevisibilidad exige humildad y mente abierta para comprender la reactividad ambiental y la emergencia y re-emergencia de enfermedades de cara a estos retos y las consecuencias del cambio climático.

En el delicado equilibrio de nuestra interpretación vemos como fenómenos o iniciativas concebidas en busca del bienestar de las poblaciones urbanas y la ecología, pueden tener consecuencias contrarias. El desarrollo de espacios verdes en las ciudades ha generado un aumento de alergias por polen. Por otro lado, los daños a la biodiversidad, como la disminución de los insectos polinizadores, el aumento de especies invasoras, la contaminación del aire, especialmente en las grandes urbes, alteran las condiciones de vida. La preservación de la biodiversidad es un imperativo y estar "sano" no solo está vinculado a éxitos médicos, pues la esperanza de salud también está vinculada al placer de observar y sentirse parte de la vida. Este enfoque global de la salud humana y su relación con los demás organismos vivos desarrolla nuevos enfoques de prevención, respecto también de enfermedades no transmisibles como las cardiopatías, la obesidad o la salud mental.

El contexto de la pandemia por COVID-19 y ante la preocupación latente de vivir a futuro otras crisis sanitarias de orden mundial, se han propuesto múltiples iniciativas para trabajar para estar preparados, lo que, sin duda tiene aspectos positivos, pero también puede generar una sobresaturación de los equipos y recursos de salud, ya de por sí escasos.

A continuación, se presentan algunas iniciativas de las más amplias y a las que Costa Rica viene dando seguimiento:

C-TAP

Costa Rica presentó en 2020, conjunto con la OMS, el repositorio común denominado C-TAP, por sus siglas en inglés, o (Acceso Mancomunado a Tecnología contra la COVID-19), que es una plataforma de intercambio de información, conocimiento y propiedad intelectual sobre pruebas, tratamientos, vacunas y tecnologías creadas para luchar contra el COVID-19, con el fin de que sean accesibles para todos los habitantes del planeta. Actualmente, la iniciativa ha sido apoyada por más de 40 países, así como por: ONUSIDA, el PNUD y UNITAID y varias organizaciones no gubernamentales. Costa Rica participa en las discusiones para institucionalizar esta iniciativa en el mediano y largo plazo. Se considera que C-TAP podría servir como una sombrilla para apoyar las acciones de los Estados ante futuras pandemias como el rotavirus, analizando elementos como: la importancia e impacto social de la Transferencia de Tecnología (TT) y la ampliación de la producción con *Know-how*, entre otros. Reiteramos el llamado a todos los Estados Miembros a unirse a esta propuesta y realizar sus aportes. La primera oferta oficial fue realizada por el Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)

¹¹⁴ <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1051/978-2-7598-0154-1.c009/html?lang=de>

español, que anunció que compartirá la tecnología de un test de anticuerpos que ha diseñado, con el objetivo de que se pueda fabricar en otros países libremente. Actualmente, el principal problema es que algunos miembros desearían reducir la propuesta exclusivamente a vacunas COVID-19, como ha pasado en la OMC, lo que mataría la iniciativa.

Preventing Zoonotic Disease Emergence -PREZODE

La iniciativa PREZODE¹¹⁵ una iniciativa tiene como objetivo prevenir los riesgos de emergencias zoonóticas y pandemias, a partir de la cooperación existente entre las regiones del mundo que corren mayor riesgo de aparición zoonótica. La iniciativa busca apoyar la integración y el fortalecimiento de redes de salud humana, animal y ambiental, en línea con el concepto "One Health", para evaluar y detectar las amenazas de surgimiento de enfermedades zoonóticas y desarrollar acciones de prevención para proteger a los seres humanos, el planeta, los ecosistemas sociales y reducir así el riesgo de pandemias.

En noviembre 2020 al anunciar la iniciativa, se indicó que la gobernanza estará en manos de un consejo de expertos de alto nivel «One Health». En esa oportunidad, el Director General de la FAO, Qu Dongyu indicó que: *"Acogemos con satisfacción el programa PREZODE, que inicia un esfuerzo de cooperación mundial que podría desempeñar un papel de liderazgo en la ciencia que guía nuestras decisiones y acciones a todos los niveles. Apoyamos plenamente a PREZODE y creemos que puede proporcionar la orientación basada en la evidencia que necesitamos sobre las prioridades para el trabajo interinstitucional sobre One Health, particularmente con respecto a la integridad de los ecosistemas, la biodiversidad y las actividades de salud"*. PREZODE responde, también, a las recomendaciones del informe sobre biodiversidad y pandemias de IPBES de octubre de 2020¹¹⁶.

GLACIER¹¹⁷

El proyecto internacional Germano-Latinoamericano "Center for Infection and Epidemiology Research and Training" (GLACIER) tuvo su primera sesión presencial de trabajo en la UNAM, donde expertos de muy diversas entidades de esta casa de estudios, así como de las universidades de La Habana y de Costa Rica se reunieron con sus contrapartes alemanas.

GLACIER nació en 2021, con el propósito de colaborar en la formación de recursos humanos, la investigación y prevención de enfermedades infecciosas y futuras pandemias; por lo que sus primeras actividades se realizaron en línea o de forma híbrida. El objetivo es trabajar en pro de "Una sola salud", desde la interacción entre medio ambiente, medicina veterinaria y humana. Los equipos trabajan para monitorear patógenos y enfermedades emergentes, así como, con la búsqueda y caracterización de la fauna silvestre.

¹¹⁵ Desde sus inicios, PREZODE ha logrado establecer una dinámica global de múltiples actores. A partir del 2 de septiembre, la comunidad de la iniciativa reúne a más de 160 miembros signatarios de universidades y ONG de más de 50 países y 23 organizaciones internacionales o regionales. Hoy 11 países son miembros como tales: Bélgica, Camboya, Costa Rica, Commonwealth de Dominica, Francia, Haití, México, Senegal, Vietnam, Uruguay y Zimbabue. La Iniciativa tiene como objetivo mejorar su dinámica a través de la inscripción de nuevos miembros, involucrando y asegurando así una cooperación eficiente e internacional. Mas información: <https://prezode.org/>

¹¹⁶ <https://ipbes.net/global-assessment>

¹¹⁷ <https://www.gaceta.unam.mx/reunion-en-la-unam-del-proyecto-glacier/>

GAP

Esta iniciativa fue propuesta por Estados Unidos y Japón quienes organizaron una primera reunión el 15 de junio y una segunda organizada conjuntamente el 19 de julio, para impulsar la acción internacional, medir el progreso de los esfuerzos globales y delinear los pasos necesarios para controlar COVID-19 y fortalecer la seguridad sanitaria mundial.

El Plan de Acción Global por la pandemia de COVID-19 (GAP), se base en seis líneas: (1) Inoculación; (2) reforzar la resiliencia de la cadena de suministro; (3) Abordar las brechas de información; (4) Apoyar a los Trabajadores de la Salud; (5) Otras herramientas terapéuticas (Prueba y tratamiento); y (6) Fortalecimiento de la infraestructura sanitaria global.

PPPR

Muchos países como Brasil (líder en la negociación) consideran que este instrumento debería ser vinculante, definiendo acciones concretas y claras, que recentren la acción global. Se espera incluya mecanismos de financiamiento, donde se tomen decisiones respecto de los mecanismos existentes versus nuevas propuestas que respalden la innovación, la I+D y la TT, en pro de la manufactura sostenible. Este análisis debería tener relación directa con las acciones y negociaciones de los Waiver de la OMC.

La negociación del PPPR debería tomar en cuenta los siguientes temas: condiciones estructurales, formularse tomando en cuenta los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), desde el enfoque y el lenguaje de los derechos humanos, contar con una perspectiva de género y enfatizar la relación de la salud con el respeto por el medio ambiente¹¹⁸.

Desde un punto de vista preventivo, el contar con un lenguaje claro sobre la conservación y protección de la biodiversidad y sobre el derecho a un ambiente sano, saludable y sostenible, representan elementos fundamentales para abordar las causas fundamentales de la aparición de patógenos zoonóticos, su propagación y mutación en la fuente.

Reflexiones finales

El término biosfera o biósfera¹¹⁹, es una expresión acuñada por el geólogo Eduard Suess, en el año 1975 y el físico ruso Vladimir Vernadsky. La palabra como tal tiene origen griego, compuesta por bio que significa “vida” y sphaira que expresa “esfera o globo”, ambos términos son aceptados por el Diccionario de la Real Academia Española.

La biosfera es el espacio donde se encuentra la vida. Es la capa más extensa de la corteza terrestre donde prevalece el sol, el aire, el agua, la luz, los alimentos y los seres vivos; se puede decir que está formada por factores bióticos y abióticos que interactúan entre sí con la ayuda de la energía, estos elementos son indispensables para establecer las condiciones necesarias para el desenvolvimiento de la vida.

Como vemos este es un concepto que precede la noción de “Una Salud”, pero que entendía ya desde el siglo pasado al globo como un ecosistema compuesto y con interacciones

¹¹⁸ Nota conceptual DGPE-018-2022: Instrumento Internacional de la OMS sobre prevención, preparación y respuesta frente a pandemias (CAII -convention, agreement or other international instrument-)

¹¹⁹ <https://www.significados.com/biosfera/>

que generan impactos en unos y otros de sus componentes, aunque es posible que la novedad en la visión actual sea el poner en el centro de la ecuación a la salud.

Dentro de todas las iniciativas que hemos analizado es claro que los Estados y el Multilateralismo ha tomado conciencia de la necesidad e una visión integral de nuestro entorno y nuestras interacciones; así por ejemplo, el Plan de Investigación y Desarrollo de la OMS está trabajando para aplicar las lecciones científicas aprendidas durante la pandemia mundial de SARS-CoV-2 y otros brotes recientes para abordar las necesidades de investigación de agentes desconocidos capaces de futuras pandemias, llamada: el patógeno X. Con estos trabajos se busca, que la investigación avance hacia el desarrollo de herramientas terapias seguras y efectivas, analizando pandemias anteriores y mapeando la información y las estrategias con que contábamos, para fortalecer la vigilancia continua y responder adecuadamente ante patógenos emergentes y reemergentes.

La propuesta de “Una Salud” resurge debido a las interacciones entre personas, animales, plantas y el medio ambiente, en general, pues en los últimos años, el crecimiento de la población humana y su expansión, “colonizando” nuevas áreas geográficas, ha propiciado el contacto con animales salvajes y domésticos. Este mayor contacto hace que las enfermedades de animales muten adaptándose para transitar a las personas. Según la Organización Mundial de Sanidad Animal (OIE), un 60% de las enfermedades infecciosas humanas conocidas son de origen animal (animales domésticos o salvajes), al igual que un 75% de los agentes patógenos de las enfermedades infecciosas emergentes del ser humano¹²⁰.

En ese mismo orden de ideas, nuestra sociedad vive las secuelas del cambio climático debido al uso extensivo de la tierra y el agua, la deforestación, el incrementando la ganadería intensiva y el exponencial aumento de los viajes internacionales en las últimas décadas. Todo lo cual ha facilitado la circulación de las enfermedades y los vectores de transmisión a través de las fronteras a nivel mundial, de lo cual, el COVID-19 es sin duda nuestro mejor y más reciente ejemplo, aunque a lo largo de la historia hemos tenido otros casos como los brotes de peste.

Es por todo lo anterior que es importante, conocer de los esfuerzos mundiales que se hacen para trabajar juntos en estrategias de “Una Salud”, pero con la conciencia de que parte del compromiso es la solidaridad y la eficiencia, evitando la multiplicidad de acciones paralelas con el mismo objetivo.

¹²⁰ [one-health-joint-plan-of-action-final.pdf \(woah.org\)](#)

Informe sobre el Mercosur Salud

Juan Carlos Coronel

Presentación

El Sector Salud abarca un conjunto variado de instituciones, actividades y conocimientos centrales para el desarrollo humano y social para la formación y preservación del capital humano y el bienestar social. Incluye desde la producción de medicamentos, equipamientos, insumos, inmunobiológicos y otros productos de uno no exclusivo de la salud hasta las actividades de promoción, prevención y prestación de servicios de salud. Envuelve en su producción, instituciones públicas, privadas y filantrópicas, incluyendo parte relevante del sector informal del mercado de trabajo.

Por lo antes expuesto, es imposible pensar un proceso de integración subregional como el MERCOSUR, que no tenga en sus bases el desarrollo del sector salud.

En el presente informe, se hace una referencia a la institucionalidad del MERCOSUR Salud y seguidamente se analiza lo actuado durante los últimos quince días en el MERCOSUR Salud.

Introducción

El proceso de integración en el MERCOSUR ha sido un proceso lento y desequilibrado. En el área salud, se debe destacar que se registran importantes avances en el área de regulación sanitaria, política de medicamentos y otras. No obstante, se puede afirmar que hay un espacio a potenciar en cuanto a la cooperación y la integración de políticas para el sector salud como un todo.

El MERCOSUR en Salud abarca dos foros de carácter deliberativo: el Subgrupo de Trabajo N°11 Salud, que depende del Grupo Mercado Común (GMC) y las Reuniones de Ministros de Salud del MERCOSUR y Estados Asociados que depende del Consejo Mercado Común –CMC.

El Subgrupo de Trabajo N°11- Salud tiene como objetivo tender a armonizar la normativa ya existente entre los Estados Parte, de manera de hacerla compatible o similar. Desde el punto de vista comercial se podría decir que su fin último es el reconocimiento mutuo, es decir, que un producto de salud que se comercializa en cualquier estado parte, no deba sufrir controles sanitarios en cada uno de ellos, sino que lo que se verifica en uno sea válido para todos. Este foro suele reunirse una vez por semestre durante cada Presidencia Pro Témpore.

Actualmente se cuenta con tres Comisiones:

- I. Comisión de Productos para la Salud (COPROSAL) con competencia en el área Farmacéutica, Sicotrópicos y Estupefacientes, Sangre y Hemoderivados; Productos Médicos; Reactivos para Diagnósticos de Uso “in Vitro”; Cosméticos Domisanitarios
- II. Comisión de Vigilancia en Salud (COVIGSAL) - Cuenta con una Subcomisión de Control Sanitario de Puertos, Aeropuertos, Terminales y Puntos de Frontera.
- III. Comisión de Servicios de Atención a la Salud (COSERATS)

Con la Subcomisión de Servicios de Salud; Subcomisión de Desarrollo y Ejercicio Profesional; Subcomisión de Evaluación y Uso de Tecnologías en Servicios de Salud

El Subgrupo avanza de acuerdo con una Pauta Negociadora que ha sido consensuada por los Estados Partes y aprobada por Resolución GMC Nº 06/05. Dicha Pauta Negociadora indica los temas en los cuales se hace un trabajo de identificación de las legislaciones de cada Estado para posteriormente buscar la armonización mediante la propuesta de una norma común a todos.

El proceso legislativo en el ámbito del proceso de integración es complejo e implica la posterior incorporación de la norma aprobada a los ordenamientos jurídicos nacionales de cada Estado de manera que la vigencia de las Normas MERCOSUR no es automática (Ver Protocolo de Ouro Preto Art. 40).

Lvii reunión ordinaria del subgrupo de trabajo (sgt) nº 11 “salud”

En la reciente LVII Reunión Ordinaria del Subgrupo de trabajo nº 11 realizada del 24 al 28 de octubre de 2022, en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de Uruguay (PPTU), tuvieron lugar las preparatorias y la LVII Reunión Ordinaria del Subgrupo de Trabajo (SGT) Nº 11 “Salud” con la realización de reuniones de las Comisiones, Subcomisiones y Grupos de Trabajos (GT) conforme al siguiente detalle:

La Comisión de Vigilancia en Salud (COVIGSAL), se reunió del 24 al 27 de octubre, en forma presencial, en Montevideo

a) Sub comisión de Control Sanitario de Puertos, Aeropuertos, Terminales y Puntos de Frontera (SCOCONTS)

La Comisión de Productos para la Salud (COPROSAL), se reunió en forma virtual, propiciando el trabajo de:

a) Subcomisión Cosméticos (SCOCOSME).

b) Subcomisión Psicotrópicos y Estupefacientes (SCOSICO).

c) Subcomisión Productos Médicos (SCOPROME)

d) Subcomisión Domisanitarios (SCODOMI).

e) Subcomisión del Área Farmacéutica (SCOARFAR)

f) Subcomisión de Farmacopea (SCOFAR)

g) Grupo de Trabajo de Investigaciones Clínicas (GTINVCLI)

La Comisión de Servicios de Atención a la Salud (COSERATS) se reunió en forma virtual, así como su Sub comisión de Desarrollo y Ejercicio Profesional (SCOEJER).

Los proyectos de norma elevados al Grupo Mercado Común (GMC), corresponden a los temas de: Farmacopea MERCOSUR, Regulación de Productos Domisanitarios, y otro proyecto de Resolución sobre Buenas Prácticas para el Diagnóstico de Muerte Encefálica. Es de señalar que la documentación emanada del SGT Nº 11 tiene la expectativa de constituirse en normativa regional de aplicación en el Mercado Común, como se ha señalado, las normas entran en

vigencia MERCOSUR, posterior a que el último Estado Parte comunique la incorporación a su Ordenamiento Jurídico Nacional.

La pandemia afectó el funcionamiento del MERCOSUR Salud, por lo que se ha optado por las reuniones virtuales. El escenario de constricción presupuestaria de los países plantea que se mantenga una modalidad de trabajo mixta y se use la presencialidad de las reuniones, cuando permita el avance en las discusiones técnicas para los temas de agendas de las Comisiones, Subcomisiones y grupos subsidiarios de la estructura del SGT N° 11.

El Comité de Coordinadores Nacionales es la instancia política entre estas Comisiones y las instancias institucionales del MERCOSUR y las propias autoridades de los Ministerios de Salud. En tal sentido, toda comunicación hacia fuera del MERCOSUR Salud, se hace a través de este Comité.

En la última reunión, se decidió avanzar en un mapeo de los requerimientos en cooperación técnica existente en las diferentes instancias de MERCOSUR Salud a fin de detectar oportunidades que pudieran brindarse para su desarrollo. Asimismo, el MERCOSUR “salud” mantiene una línea de cooperación con la Organización Panamericana de la Salud mediante el Memorándum de Entendimiento “MOU OPS/OMS MERCOSUR”, en este marco, existen propuestas de proyectos en materia de Donación y Trasplantes, VIH/SIDA/CIVIH, Salud de Fronteras y, en el área de productos para la Salud, se mantiene reuniones con la representación del Programa Subregional de la OPS para América del Sur para conocer la disposición de llevar adelante las propuestas.

Como dinámica de trabajo habitual, en la Comisión de Vigilancia de la Salud, los Estados Partes realizan la presentación sobre eventos sanitarios priorizados y su situación actual en la región. En tal sentido, se hace el seguimiento de la situación de COVID-19 y otros virus respiratorios, o eventos como la situación epidemiológica de viruela símica. Los estados parte, intercambiar los “Planes de contingencia para agentes con potencial pandémico” a fin de contar con herramientas para fortalecer la comunicación de riesgo a poblaciones claves (sanitario-no sanitario) sobre eventos de importancia de salud pública”.

Otro aspecto que vienen trabajando es el de la Resistencia Antimicrobiana (RAM), donde se plantea la necesidad de avanzar en la generación de espacios que permitan armonizar y promover estrategias regionales y acciones en conjunto.

También se está impulsando un Proyecto de Resolución P. Res. N° 03/18 “Lineamientos de orientación frente a Eventos de Salud Pública para el personal de vigilancia y control sanitario en puntos de entrada y medios de transporte internacional del MERCOSUR”, que fue considerado como un documento de gran importancia como referencia para las capacitaciones y orientaciones al personal sanitario y no sanitario en puntos de entrada en las fronteras de los Estados Parte.

La Comisión de Servicios de Atención a la Salud está trabajando Las Delegaciones tomaron nota y acordaron coordinar una reunión con COSERATS en “Requisitos de Buenas Prácticas de obtención, procesamiento, distribución y uso de Plasma Sanguíneo Humano Excedente en el MERCOSUR”. Los Estados parte del MERCOSUR cuentan con capacidad de producción de Plasma y Hemoderivados que podría tener proyección más allá de las necesidades

de los mismos pudiendo constituir una oportunidad de integración importante que impacta en sus poblaciones.

El tema de avanzar en el reconocimiento y homologación de títulos de los profesionales de la salud, implica trabajar en forma conjunta con las instancias educativas del MERCOSUR. En tal sentido, se está analizando temas como la educación a distancia para profesionales del sector Salud. Procurando abordar temas como el trabajo temporal de los profesionales de salud en las fronteras, se está trabajando con otras instancias institucionales del MERCOSUR para establecer reuniones conjuntas.

El ejercicio profesional en zonas de fronteras, reviste un particular importancia y en tal sentido se desarrollará una investigación sobre el ejercicio profesional de los recursos humanos en salud en zonas de frontera para lo cual se solicitó a la COSERATS que presente los términos de referencia a fin de explorar fuentes de financiamiento.

Es de destacar que, en el ámbito del MERCOSUR, en el Consejo de Mercado Común se firmó la Dec. CMC Nº 13/19 "Acuerdo sobre Localidades fronterizas vinculadas", se recordó a la COSERATS identificar temas de interés con relación al Acuerdo.

La Comisión de Productos para la Salud (COPROSAL), es una de las comisiones que coordina el mayor volumen de proyectos de reglamentos técnicos, el grupo de trabajo de Investigación Clínica, que culminó uno de los proyectos de resolución que por su extensión y complejidad se presentó como un gran reto para el MERCOSUR salud. Otro de los temas tratados fue de reimpulsar lo relacionado a la construcción de la Farmacopea MERCOSUR y que tendrá una especial atención durante la Presidencia Pro Tempore Argentina.

Comisión intergubernamental de reglamento sanitario internacional (RMS)

El MERCOSUR fue una de las pocas iniciativas de integración que presentó una propuesta regional cuando se aprobó el Reglamento Sanitario Internacional. Esta postura luego fue consensuada con los países andinos y con el resto de los países de la región, constituyendo una posición de las Américas para la Asamblea Mundial de la Salud.

En tal sentido, el MERCOSUR Salud cuenta con una Comisión Intergubernamental de Implementación del Reglamento Sanitario Internacional (CIRSI), preparatoria para la I Reunión de Ministros de Salud, que se reúne cada semestre haciendo el seguimiento y monitoreo de los obstáculos para la implementación del RSI en los países del bloque.

Durante el presente semestre, uno de los temas principales fue el seguimiento de las recomendaciones efectuadas por el Grupo de Trabajo sobre RSI (WGPR), la última Asamblea Mundial de la Salud de la OMS y se abordó el tema de revisión de puntos principales del proceso de enmienda del Reglamento Sanitario Internacional (RSI 2005). En este sentido las delegaciones agradecieron y destacaron la presentación de la postura de bloque MERCOSUR realizada por la Presidencia Pro tempore de Uruguay en Ginebra sobre las primeras consideraciones en el referido proceso de enmienda.

Una propuesta del MERCOSUR es que el Comité de Examen realice una nueva participación/evaluaciones unas veces finalizadas las intervenciones del grupo de trabajo, y que su primera intervención sea solo preparatoria y de análisis. De esta manera, como se puede

observar, el nivel subregional actúa sinergizando los esfuerzos regionales y complementado el nivel global en el tema de RSI.

También en esta Comisión se plantean proyectos de investigación y capacitación. En tal sentido, en este semestre, Brasil presentó un folleto con las propuestas de capacitación de los cursos sobre epidemiología de campo, ESPII y emergencias que tienen abiertos para el próximo año, informó sobre la posibilidad de una reunión el próximo 12 de diciembre en la cual se expondrá la oferta académica según los resultados de la identificación de las necesidades que se realizaron durante el taller que tuvo lugar en Brasilia para que los países consideren en su planificación 2023.

La Comisión Intergubernamental de RSI hace seguimiento y analiza los indicadores para la evaluación de capacidades básicas nacionales. Frene a la incorporación de cambios por la OPS, que está actualizando el SPAR para la región con el objetivo de generar una herramienta evaluadora que facilite el cruce de los datos y cumpla la función de evaluación externa (SPAR+), en reemplazo de la JEE (para la región de las Américas).

Con relación a los avances en los temas de la mesa de negociación intergubernamental (INB) (Tratado para dar Respuestas a las Pandemias) Brasil compartió una actualización del estado de situación y que se espera que a mitad del mes de noviembre el INB presente el "Draft 0" con los insumos presentados por todos los Estados Miembros, las audiencias públicas y el trabajo intersectorial. En este sentido, el MERCOSUR salud constituye un ámbito para la diseminación de información y la adopción de posiciones conjuntas para actuar en la diplomacia global de la salud.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

Lançamento de Quadros de Referência Continentais sobre Redução do Risco de Desastres e Recuperação pós Covid-19

Foram lançados [dois quadros de referência continentais](#) aprovados na 35ª Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana que teve lugar em fevereiro de 2022. Estes quadros de referência incluem:

- ❖ O Quadro Institucional e Operacional para os Sistemas de Alerta Precoce de Riscos Múltiplos e Ação Precoce;

- ❖ O Quadro de Recuperação Covid-19 para África.

A cerimónia de lançamento foi presidida pelo Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, que é também líder da União Africana para a Gestão de Risco de Desastres. O evento teve lugar durante as celebrações do Dia Internacional para a Redução do Risco de Desastres que teve lugar em Maputo, a 13 de outubro. O evento foi organizado conjuntamente pela Comissão da União Africana e pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes (UNDRR - *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*).

No seu discurso, o Presidente Nyusi apelou a todos os interessados para trabalharem juntos e combaterem os desastres induzidos pelo clima. Ele também frisou que Moçambique contribuiu muito pouco para a poluição do ar e dos oceanos. Por isso, a África, precisa de ter uma voz unida sobre como abordar coletivamente o impacto das mudanças climáticas. Ele assinalou que enquanto a África contribui pouco para as mudanças climáticas, ela é a mais duramente atingida pelos seus efeitos, destacando a sua participação na próxima Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP27) no Egito.

Falando no evento, Josefa Leonel Correia Sacko, a Comissária angolana da União Africana para a Agricultura, Desenvolvimento Rural, Economia Azul e Ambiente Sustentável (ARBE) declarou que "*o continente africano é o mais vulnerável ao risco de desastres*". Ela enfatizou que desde 2015, o continente registou mais de 700 eventos de desastres, que afetaram mais de 80 milhões de pessoas e mataram mais de 66.000 pessoas em todo o continente. Devido a vulnerabilidade do continente ao risco de desastres, a Comissão desenvolveu o seu Quadro institucional *Multi-Hazard Early Warning and Early Action* no âmbito do programa *The Africa Multi-hazard Early Warning and Early Action System* (AMHEWAS).

A Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres, senhora Mami Mizutori levantou a preocupação de que os países com cobertura limitada de aviso prévio têm uma mortalidade de desastres que é oito vezes maior do que os países com ampla cobertura. E em África, infelizmente, somente cerca de 40% dos países têm um sistema de aviso prévio. Contudo, ela expressou optimismo e sublinhou a importância do programa AMHEWAS como sendo instrumental no fortalecimento das capacidades continentais, regionais e nacionais para recolher e analisar dados de risco.

O Quadro Institucional Africano de Alerta e Ação Precoces foi desenvolvido com o apoio da Suécia e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) através do Projecto de Resiliência do Sahel (*Sahel Resilience Project*). A operacionalização do programa AMHEWAS é apoiada pelo governo da Itália e o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR) com o apoio técnico da Fundação de Pesquisa CIMA ([Centro Internazionale in Monitoraggio Ambientale](#)). E o Quadro de Recuperação da Covid-19 foi desenvolvido num processo codirigido pela Comissão da União Africana e pelo PNUD.

Os doadores e parceiros expressaram o seu apoio aos esforços contínuos para fortalecer a recuperação de desastres e o investimento na preparação para desastres. Mensagens chave de solidariedade foram entregues por Ahuna Eziakonwa, Director de Gabinete Regional do PNUD para África, Riccardo Mosca, Chefe Adjunto da Delegação da União Europeia na União Africana, o Embaixador italiano na União Africana, Alberto Bertoni, Prof. Petteri Taalas, Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM), Jagan Chapagain, Secretário-Geral da Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC) e Amanda Högberg, Encarregada de Negócios, Embaixada da Suécia em Moçambique.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, senhora Verónica Nataniel Macamo Dlhovo resumiu as discussões e deliberações do dia afirmando que "os desafios são muitos". A chave, entre os múltiplos desafios, inclui o aumento da natureza do risco de desastres caracterizado por alta vulnerabilidade, e aumento da exposição ao risco e baixa capacidade de resposta entre os Estados Membros da União Africana. Estes desafios são transfronteiriços e requerem uma solidariedade pan-africana e global para apoiar as comunidades afetadas. Isto requer uma ação urgente para apoiar a implementação do Quadro de Sendai em África ([The Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030](#)), bem como a rápida implementação do programa AMHEWAS e o Quadro de Recuperação da Covid-19 para África.

Recorde-se que o Dia Internacional para a Redução de Riscos de Desastres é celebrado anualmente a 13 de outubro. O tema para 2022 girou em torno de Meta G do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. A meta visa "*aumentar substancialmente a disponibilidade e acesso a sistemas de aviso prévio multirrisco e informação e avaliações de risco de desastres para as pessoas até 2030*". Os esforços são também destinados a acelerar o progresso para alcançar a Agenda 2063 da União Africana. O fortalecimento da preparação para desastres ajuda no desenvolvimento sustentável protegendo os ganhos e também contribui para a visão de uma África forte e resiliente.

CDC ÁFRICA

Negociações para acesso a vacinas contra a *Monkeypox*

Foi anunciado a 27 de outubro, que o CDC África está na [fase final das negociações](#) para que o continente receba vacinas para prevenir o vírus *Monkeypox*. "*As negociações são com parceiros que têm uma reserva e estamos a negociar o acesso a essa reserva para que possamos utilizar as vacinas no continente*", disse Ahmed Ogwel, diretor interino, numa conferência de imprensa virtual. Ogwel esclareceu que o acordo não é para "*comprar*" os fármacos, mas para ter acesso às doses armazenadas, contudo não revelou quem é o parceiro ou quantas unidades esperam receber, enquanto se aguarda pelo fim das conversações. Acrescentou que esperam

concluir as negociações nos próximos dias. Precisam distribuir imediatamente entre 80.000 e 100.000 doses.

Países desenvolvidos como os Estados Unidos da América (EUA) e os membros da União Europeia (UE) têm vindo a adquirir as vacinas até agora recomendadas para imunizar contra a também conhecida como varíola dos macacos, que foi declarada uma emergência sanitária internacional, em julho, pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Estas incluem a vacina Imnavex, autorizada pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e pela Food and Drug Administration (FDA) dos EUA - onde é comercializada sob o nome de Jynneos - contra a varíola e a Monkeypox. Existe também a vacina Acam2000, aprovada pela FDA contra a varíola.

Ogwell advertiu em julho, que as razões pelas quais estes medicamentos ainda não chegaram a África *"são as mesmas razões que explicam o atraso na obtenção de vacinas da Covid-19 ou tratamento do HIV há cerca de 20 anos"*: a propriedade intelectual destes produtos e a falta de fundos para os adquirir. *"As vacinas estão nas mãos daqueles que têm mais capacidade ou onde esses produtos estão a ser fabricados"*, alertou, referindo-se ao monopólio de vacinas contra a Covid-19 detido pelos países mais ricos durante o primeiro ano de pandemia.

Uma situação que se traduziu num atraso considerável de África no acesso aos medicamentos em relação às nações do norte global. Outro agravante para as nações africanas foram as patentes, que as empresas farmacêuticas se recusaram a divulgar, bem como a baixa capacidade do setor de produção de vacinas do continente, que importa 99% das vacinas que consome. Desde o início do ano, foram registados cerca de 6.890 casos de Monkeypox em 13 países africanos - embora a grande maioria seja provável e não confirmada devido à falta inicial de laboratórios com formação - e 173 mortes, deixando uma taxa de mortalidade de 2,5%, de acordo com o CDC África.

Por outro lado, todos os países onde a doença é endémica são africanos: Benim, Camarões, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Gabão, Costa do Marfim, Libéria, Nigéria, República do Congo, Serra Leoa, Sudão do Sul e Gana (locais onde só foi identificada em animais).

UNECA

Melhor informação estatística em África para guiar decisões políticas

A Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) defendeu no dia 25 de outubro que a recolha de dados e estatísticas *"nunca foram tão importantes como agora"* para guiar as decisões políticas que conduzam ao desenvolvimento económico do continente.

"Os dados e as estatísticas nunca foram tão importantes como agora, já que são necessários para influenciar as políticas e a medição do progresso necessário para atingir a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e a Agenda da União Africana para 2063", afirmou o Diretor do Centro Africano de Estatísticas da UNECA.

Falando na 8ª Reunião da Comissão Estatística para África (STATCOM), Oliver Chinganya salientou a importância de modernização do sistema estatístico africano para facilitar a integração regional e para *"melhorar a precisão e a eficiência da tomada de decisões em apoio*

a uma integração regional mais forte no continente", argumentando ainda que "as barreiras ao progresso económico só podem ser superadas através de um ecossistema de dados fiáveis".

Citado num comunicado da UNECA sobre a reunião, Chinganya desafiou ainda os países africanos a *"participarem em métodos criativos e inovadores para resolver alguns dos principais objetivos dos Institutos Nacionais de Estatísticas (INE), como o financiamento limitado, a insuficiência de pessoal, a desadequada infraestrutura de tecnologias de informação e de enquadramento legislativo"*.

De acordo com a UNECA, os participantes no encontro, incluindo o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia, [Demeke Mekonnen](#), e o Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação de Uganda, [Chris Baryomunsi](#), salientaram a necessidade de ter estatísticas fiáveis para o processo de decisão política, apresentando como exemplo a falta de dados fiáveis sobre a evolução da pandemia de Covid-19.

"É uma pena que África continue a ter a mais alta proporção de nascimentos e mortes não registadas no mundo", disse o Vice-Primeiro-Ministro, concluindo que durante a pandemia só um punhado de países conseguem ser capazes de produzir estatísticas fiáveis relativamente à mortalidade e causas de morte para guiar o processo de decisão política.

O Ministro de Uganda foi mais longe, afirmando que é um *"escândalo de proporções imensas que, na viragem do terceiro milénio, poucos países em África têm sistemas completos de registo civil. Este escândalo tem tido sérias implicações para as estatísticas vitais, direitos humanos e constitucionais, política e desenvolvimento nacional"*.

AUDA-NEPAD (Agência de Desenvolvimento da União Africana)

Oficina de capacitação em biotecnologia e novas tecnologias emergentes para a Rede Africana de Comunicação de Biossegurança

A NEPAD realizou [uma oficina de capacitação em biotecnologia](#), edição de genes, condução genética e biologia sintética dirigida aos membros da Rede Africana de Comunicação de Biossegurança, que teve lugar na capital do Gana, Acra, de 25 a 26 de outubro.

"Lidar com domínios complexos como a biotecnologia e tecnologias emergentes afins é um grande desafio, em particular quando essas tecnologias parecem estar além da compreensão do leigo. Os especialistas de comunicação social desempenham um papel fundamental para ajudar a preencher a lacuna de conhecimento com informações bem equilibradas e baseadas em factos", disse Eric Okoree, CEO da Autoridade Nacional de Biossegurança do Gana e presidente da reunião. Ele deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu à AUDA-NEPAD pela iniciativa de capacitação.

Por sua vez, o Dr. Jeremy T. Ouedraogo, Chefe do Programa AUDA-NEPAD ABNE ([African Biosafety Network of Expertise Project](#)), também destacou a importância da comunicação para o sucesso das atividades do programa. *"Estou contente por esta iniciativa de capacitação estar a decorrer, pois ajudará a envolver plenamente os profissionais da comunicação para que apoiem adequadamente a implementação das atividades no terreno"*, disse ele.

Durante os dois dias, os participantes puderam ouvir especialistas em fundamentos da biotecnologia, edição de genomas e princípios de condução de genes, bem como fundamentos

da biologia sintética. Eles também se beneficiaram de uma introdução à abordagem de comunicação de biossegurança, bem como de abordagens propostas na comunicação de tecnologias genéticas emergentes.

Os participantes incluíam 16 peritos em comunicação de 13 países africanos. Eles discutiram as diferentes questões enfrentadas pela Rede Africana de Comunicação sobre Biossegurança e fizeram recomendações. Entre as recomendações, destacaram a necessidade de reforçar a componente de comunicação dos programas de biotecnologia e biossegurança, em particular com um financiamento adequado, uma vez que uma comunicação eficaz comporta custos. Os esforços de comunicação sobre biossegurança nos países devem ser especificamente apoiados para uma maior compreensão pública dos conceitos complexos da biotecnologia e da biossegurança. Os participantes também recomendaram a realização de reuniões periódicas dos membros da rede de comunicação virtualmente, bem como em formato presencial, e a diversificação das plataformas de comunicação, acrescentando, por exemplo, um canal de TV on-line que mostrasse a maioria das realizações no campo.

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

USTDA e Mobihealth fazem acordo sobre infraestrutura africana de Telessaúde

A Agência de Comércio e Desenvolvimento dos EUA ([USTDA](#) - *The U.S. Trade and Development Agency*) anunciou hoje que concedeu uma subvenção à *Mobihealthcare Limited* (Mobihealth) da Nigéria para um estudo de viabilidade para apoiar a expansão dos seus serviços de telessaúde para a Costa do Marfim, Gana, Quênia e Egito. Este esforço de colaboração ajudará a expandir o acesso aos cuidados de saúde para 100.000 pessoas por ano em toda a África.

"Ao estabelecer uma parceria com a Mobihealth, o nosso objetivo é transformar a maneira de prestar cuidados de saúde a comunidades mal servidas em toda a África, utilizando a melhor tecnologia que a indústria norte-americana tem para oferecer", disse Enoch T. Ebong, Diretora da USTDA. *"É também gratificante ver empresas lideradas por mulheres, como a Mobihealth, a liderar o desenvolvimento de infraestruturas críticas no continente"*, acrescentou.

O estudo da USTDA incluirá uma avaliação detalhada do mercado, análise financeira, e avaliação legal e regulamentar para cada um dos quatro países. [O Fórum Africano de Investimento](#) (AIF - *Africa Investment Forum*) está a colaborar com a USTDA para facilitar o desenvolvimento e financiamento do projeto da *Mobihealth*.

A CEO da Mobihealth, Funmi Adewara, afirmou: *"A subvenção da USTDA chega num momento oportuno e permitir-nos-á expandir o âmbito dos nossos serviços integrados de Telessaúde, registos médicos eletrônicos e digitalização para vários outros mercados africanos ao longo dos próximos anos. As empresárias africanas têm muito mais dificuldade em angariar fundos, pelo que este apoio da USTDA, tornado possível através do AIF, será inestimável. O impacto que este projeto terá em todo o sistema de saúde africano não pode ser excessivamente enfatizado"*.

Chinelo Anohu, Diretora Sénior do AIF, afirmou: *"A atribuição da subvenção à Mobihealthcare é uma manifestação bem-vinda do [Memorando de Entendimento](#) assinado entre a USTDA e o AIF há um ano para fornecer soluções infraestruturais de alta qualidade à*

África subsaariana. Precisamos agora de aplicar as nossas capacidades coletivas para assegurar o financiamento total da expansão regional do seu serviço de telessaúde".

O AIF é uma iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento e de sete instituições parceiras para acelerar as transações e atrair investidores para colmatar as lacunas do investimento em África.

O anúncio da USTDA de financiamento de subvenções para o estudo de viabilidade da *Mobihealth* teve lugar na Embaixada dos EUA em Abuja, onde a Agência anunciou um total de três novas atividades de subvenções para fazer avançar o acesso aos cuidados de saúde na Nigéria e em toda a África.

O Ministro da Saúde nigeriano, Dr. Osagie Ehanire, comentou: "*[Os bolsistas da USTDA] estarão equipados com mais ferramentas para desenvolver os seus programas, como centros de tratamento de cancro de primeira linha, ou outros serviços afins, que respondam a necessidades urgentes de cuidados de saúde no nosso país. Uma relação mais estreita com a USTDA também permitirá às organizações beneficiárias recorrer à experiência altamente valorizada dos EUA em cuidados de saúde e construir parcerias duradouras que melhorem a saúde nacional e global*".

A assistência da USTDA à *Mobihealth* faz avançar um dos pilares fundamentais da Parceria para Infraestruturas e Investimentos Globais do Governo Biden-Harris, que visa reforçar a segurança sanitária global através de investimentos em serviços de saúde centrados no doente. O projeto também faz avançar a iniciativa África Próspera ('Prosper Africa') do governo dos EUA para aumentar substancialmente o comércio e investimento nos dois sentidos entre os Estados Unidos e África.

KEIZAI DOYUKAI e Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) assinam Memorando para reforçar a cooperação e os laços comerciais entre Japão e África

A KEIZAI DOYUKAI, uma Associação Japonesa de Empresários, assinou um [Memorando](#) com o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento para promover uma colaboração mais estreita e reforçar os laços comerciais entre o Japão e África. A assinatura teve lugar à margem dos 'Market Days' do Fórum Africano de Investimento 2022, que tiveram lugar em Abidjan, na Costa do Marfim.

A DOYUKAI, uma organização privada, sem fins lucrativos e não partidária de líderes empresariais japoneses, prevê a criação de um "*Fundo de Impacto*" para construir um ecossistema de investimento de impacto em África. O fundo, que será gerido por uma empresa operacional independente lançada até ao início do próximo ano, irá alavancar a rede da DOYUKAI com empresas e instituições japonesas dos setores privado e público. As áreas de foco do Fundo proposto são a *tecnologia financeira* – fintech (incluindo financiamento incorporado), *cuidados de saúde*, *segurança alimentar* e sustentabilidade.

Ken Shibusawa, chefe da delegação da DOYUKAI e o Vice-Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento para o Setor Privado, Infraestruturas e Industrialização, Solomon Quaynor, assinaram em nome das suas respetivas instituições numa breve cerimónia moderada pelo senhor Takashi Hanajiri, Chefe do Gabinete de Representação Externa da Ásia para o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento. O senhor Shibusawa foi acompanhado por uma delegação da KEIZAI DOYUKAI.



A assinatura foi precedida por um painel intitulado "*Caos Controlado: Proteger os interesses de África numa tempestade geopolítica global*". Durante a sessão, o senhor Shibusawa expressou a sua opinião sobre a potencial contribuição que as empresas japonesas poderiam trazer para o continente africano. Referiu-se à filosofia de um dos seus antepassados bem conhecidos, Eiichi Shibusawa, cuja influência na evolução do capitalismo moderno japonês é, ainda hoje, profunda. O senhor Shibusawa descreveu também a sua participação no Fórum Africano de Investimento como valendo a longa viagem e uma boa combinação em termos de interesses. "*A nossa missão é proporcionar investimento de impacto em África...estamos a desenvolver esta cooperação*", disse.

Quaynor disse que se tratava de construir uma relação de longo prazo. "*Nós, no Banco Africano de Desenvolvimento, estamos a tentar criar parcerias. Um aspeto será a criação conjunta de um fundo de impacto, mas haverá mais*", afirmou.

Os '*Market Days*' do Fórum Africano de Investimento, que se realizam anualmente, apresentam oportunidades de investimento transformadoras em todo o continente africano. Reúnem patrocinadores de negócios, corretores de negócios e negociadores de todo o mundo. Esta é a primeira reunião presencial desde 2019. A plataforma é uma iniciativa do Banco Africano de Desenvolvimento e de 7 (sete) outras instituições de desenvolvimento:

- ❖ Africa 50
- ❖ Corporação Financeira Africana
- ❖ Banco Africano de Exportações e Importações
- ❖ Banco de Desenvolvimento da África Austral
- ❖ Banco de Comércio e Desenvolvimento
- ❖ Banco Europeu de Investimento
- ❖ Banco Islâmico de Desenvolvimento

CEDEAO

Oficina regional sobre harmonização e melhoria dos dados estatísticos na África ocidental

"Operacionalização dos Comitês Nacionais para a produção de dados estatísticos setoriais na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)": é o tema de

uma oficina que teve início em 24 de outubro, em Lagos, Nigéria. [A oficina foi organizada](#) pela Comissão da CEDEAO com a assistência financeira do Banco Mundial com o foco em 7 Estados Membros, nomeadamente Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Libéria, Serra Leoa e Togo.

O principal objetivo da oficina foi reunir peritos regionais dos Estados Membros da CEDEAO e algumas das principais direções da Comissão da CEDEAO para analisar, discutir e validar devidamente as orientações e quadros de indicadores estatísticos setoriais, tal como preparados pela Diretoria de Pesquisa e Estatística da Comissão da CEDEAO.

Espera-se que os quadros permitam a recolha de dados estatísticos de qualidade nos Estados-Membros, comparáveis a nível regional e internacional. As estatísticas abrangerão os setores de educação, saúde, agricultura, população, ambiente, comunicação, transportes, turismo, registo civil, género, indústria, energia e infraestrutura.

Os resultados de oficina servirão de referência para um questionário a ser utilizado pelos respectivos Institutos Nacionais de Estatística (NIS) e pela Direção de Pesquisa e Estatística da Comissão da CEDEAO, a fim de atualizar os anuários estatísticos regionais.

A Comissão da CEDEAO recebeu uma subvenção do Banco Mundial para implementar o Projecto de Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental ([HISWA - Harmonising and Improving Statistics in West Africa](#)). O projeto apoia os Sistemas Estatísticos Nacionais (NSS) e o Sistema Estatístico Regional da CEDEAO (RSS) para gerar estatísticas atualizadas, fiáveis e harmonizadas, principalmente sobre dados económicos e sociais.

Em março de 2020, a Diretoria do Banco Mundial aprovou o projeto *Harmonização e Melhoria das Estatísticas na África Ocidental* (HISWA) para fortalecer os sistemas estatísticos dos 7 Estados Membros acima referidos e também para apoiar a União Africana (UA) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

O investimento em fundos da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), num total de **379 milhões de dólares americanos** em créditos e subsídios, reconhece que os dados são essenciais para enfrentar os desafios do desenvolvimento socioeconómico e são fundamentais para informar o processo de tomada de decisões.

Como consta da ficha deste mega projeto, a Guiné-Bissau não foi contemplada neste grande crédito do Banco Mundial. Provavelmente a componente de Cabo Verde esteja associada à iniciativa de cooperação técnica com AUDA-União Africana, ABC, Fiocruz e DFID do Reino Unido.

OMS AFRO

A maior crise de saúde relacionada com o clima no Corno de África agrava-se com o surto de doenças

Nova análise da Organização Mundial de Saúde (OMS) descobriu que o número de [surto de doenças e emergências de saúde relacionadas com o clima no Corno de África](#) atingiu o seu nível mais alto de sempre neste século, aprofundando uma crise de saúde numa região onde 47 milhões de pessoas já estão enfrentando uma fome aguda. A maior parte da região está

lutando contra a pior seca em pelo menos 40 anos, com um fracasso sem precedentes na quinta estação chuvosa agora prevista, enquanto outras partes enfrentam inundações e conflitos.

“As alterações climáticas estão a ter um impacto aqui e agora na saúde dos africanos no grande Corno de África. O fracasso de quatro estações chuvosas consecutivas queimou a terra e empurrou as pessoas para fora de suas casas em busca de alimentos e água”, afirmou a Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para a África. “É fundamental que os líderes mundiais cheguem a um acordo para conter o aumento das temperaturas na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), que está ocorrendo muito apropriadamente na África. Como continente, somos os menos responsáveis pelo aquecimento global, mas entre os primeiros a experimentar o seu trágico impacto”.

A análise dos sete países do grande Corno de África - Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda - registou 39 surtos registados, inundações e outros eventos de saúde pública agudos entre 1 de janeiro e 30 de outubro de 2022. Este já é o maior número reportado anualmente desde 2000, com dois meses restantes no ano. Surtos de antraz, sarampo, cólera, febre amarela, chikungunya, meningite e outras doenças infecciosas são responsáveis por mais de 80% dos eventos agudos de saúde pública relatados, com secas, enchentes e outros desastres representando 18%. Estima-se que milhões de crianças com menos de 5 anos de idade estejam enfrentando desnutrição aguda, aumentando o risco não só de fome, mas também de desfechos graves durante um surto de doença devido à imunidade enfraquecida. Crianças desnutridas são mais susceptíveis a doenças infantis comuns. A nível global, 45% das mortes de menores de 5 anos estão associadas à desnutrição.

A Diretora Regional acrescentou que *“nos últimos quatro anos, o número de pessoas que passaram fome aguda no grande Corno de África mais do que duplicou. Temos de pôr um fim a este aumento exponencial da miséria. Entre a desnutrição e a morte há muitas vezes a doença. As condições terríveis no Grande Corno de África são uma tempestade perfeita para surtos, que, a menos que ajamos rapidamente, se manifestarão com intensidade crescente”.* *“E para uma resposta de emergência eficaz à crise à nossa porta, precisamos de US\$ 124 milhões, mas até o momento só recebemos 34% do nosso pedido”.*

A cobertura vacinal na região das vacinas infantis que salvam vidas está bem abaixo do limiar necessário para evitar surtos de doenças. Na maioria dos países da região, a cobertura vacinal contra o sarampo é demasiado baixa para prevenir casos e todos os países do Corno de África maiores tiveram de lidar com surtos de sarampo em 2022.

A seca não é o único evento climático extremo que a região está a combater. O Sul do Sudão vive o seu quarto ano consecutivo de inundações, com 40% do país debaixo de água. Chuvas fortes e cheias repentinas continuam a afetar dezenas de milhares de pessoas em todo o vizinho Sudão. As inundações destruíram ou danificaram milhares de casas e dezenas de instalações de saúde, fontes de água e latrinas em 15 estados. Além disso, o gado e uma ampla área de terras agrícolas foram afetados pelas inundações, que contribuem para a insegurança alimentar.

A insegurança alimentar, resultante das inundações e da seca, juntamente com os conflitos, as consequências da pandemia de Covid-19 e os elevados preços dos alimentos e dos combustíveis, forçaram as pessoas a fugir de suas casas e a região tem agora 4,5 milhões de

refugiados e requerentes de asilo, bem como 12,7 milhões de pessoas deslocadas internamente. O deslocamento de pessoas muitas vezes significa que elas perderão os cuidados de saúde de que necessitam, incluindo cuidados preventivos. Abrigos temporários lotados com más condições de água e saneamento podem contribuir para um aumento do risco de surtos.

Em resposta ao aprofundamento da crise de saúde, a OMS está focada em garantir que as populações vulneráveis, especialmente as crianças, tenham acesso aos serviços essenciais de saúde, protegendo as populações de doenças através de campanhas de imunização, detectando e respondendo a surtos e fornecendo tratamento para desnutrição aguda grave, entre outras ações.

A OMS já mobilizou mais de US\$7 milhões em suprimentos e equipamentos para o grande Corno de África, incluindo US\$3 milhões em kits para desnutrição grave, ou doenças como cólera e sarampo. A Organização também treinou milhares de profissionais de saúde em toda a região sobre a gestão da desnutrição aguda.

"A OMS precisa urgentemente de parceiros que se reúnam para apoiar a resposta à insegurança alimentar na região", diz o Dr. Egmond Evers, Gestor da OMS. "Temos de assegurar uma resposta de saúde forte para prevenir a doença e a morte por riscos de saúde relacionados com a insegurança alimentar. Precisamos de mais equipamentos e suprimentos médicos essenciais, vacinas, medicamentos e kits para apoiar os serviços de saúde essenciais. Devemos intensificar ações críticas como vacinas e melhorar a vigilância para evitar que os surtos fiquem fora de controle. Não podemos adiar mais. Temos de agir agora".

SADC

Melhoria na diversificação da economia com estratégia e roteiro de industrialização 2015-2063¹²¹

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), registra melhoria nos aspectos relacionados ao comércio interno na ordem de 23%, em relação ao registro obtido em 2021 segundo dados do [Relatório de Integração Regional da União Africana](#) (UA). O relatório aponta que a melhoria registrada reflete o impacto dos esforços em curso na implementação de vários Protocolos da SADC sobre o comércio, incluindo a implementação de acordos comerciais simplificados que permitiram um aumento do comércio informal transfronteiriço abrangendo produtos agrícolas e não agrícolas.

Para tal, o Secretariado da SADC continua a monitorizar o progresso nos níveis de industrialização e comércio na região para assegurar a diversificação económica regional. Várias atividades e resultados intermediários foram alcançados, mas pouca mudança foi observada nos indicadores de impacto. A percentagem do valor acrescentado da indústria transformadora (MVA) no Produto Interno Bruto (PIB) ainda está abaixo de 12% em comparação com uma meta de 30% até 2030 e 40% até 2050. A maioria dos Estados Membros da SADC ainda depende de *commodities* agrícolas e na exploração de recursos minerais em termos de contribuição para o PIB.

¹²¹<https://www.sadc.int/latest-news/intra-sadc-trade-rises-23-percent-region-diversifies-economy-through-implementation>

A Região está também a desenvolver atividades a nível regional para melhorar a diversificação e reestruturação da base industrial, de modo a apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor para melhorar sua base de industrialização, produtividade e aumentar a participação da Região nas cadeias de valor globais e da região em particular. Isso está sendo feito no contexto das seis (6) áreas prioritárias, a saber:

- ❖ agro-processamento
- ❖ investimentos na indústria de minerais
- ❖ potencializar a indústria farmacêutica
- ❖ investimento no setor de bens de consumo
- ❖ investimento em bens de capital
- ❖ serviços

Além disso, está sendo realizado mapeamento e análise regional detalhado das cadeias de valor do algodão, arroz, soja e trigo, com o objetivo principal de identificar oportunidades para o aprimoramento das cadeias de valor, resultando no aumento de produção regional e do comércio intrarregional.

É preciso compreender que, as economias dos Estados Membros da SADC estão em diferentes estágios de desenvolvimento e, como resultado, a saúde das indústrias varia entre regiões e países. Em muitos Estados Membros, a agricultura desempenha um papel significativo na economia, empregando quase metade da população. No entanto, grande parte dessa agricultura é de subsistência, em vez de culturas de alto valor em larga escala. A indústria de mineração emprega apenas 5% da população, mas contribui com 60 por cento para as receitas em divisas e 10 por cento do PIB da Região da SADC.

Através da estratégia de industrialização, a SADC tem maior hipótese de melhorar o ambiente de negócios para o comércio de mercadorias e serviços, atraindo novos e produtivos investimentos privados. Isso provavelmente exigirá melhorias significativas na infraestrutura e nos processos que facilitam o comércio internacional e reformas nos principais setores de insumos, como energia e tecnologias de comunicação da informação.

A diversificação económica pode ser explorada para diversificar os sectores, nomeadamente diversificação do PIB, das exportações e fiscal. A seleção de um desses aspectos em detrimento de outros depende das características estruturais de um país incluindo, mas não se limitando à dotação de recursos, a capacidade institucional e/ou capital humano. No entanto, embora a SADC precise de continuar a diversificar a sua base económica longe da agricultura através da expansão dos sectores de serviços e manufatura, irá exigir um maior investimento nestes sectores e as infraestruturas necessárias para competir globalmente no comércio de mercadorias e serviços.

Redução de tempo de tramitação transfronteiriça no COMESA¹²²

O Ministério do Comércio e Indústria da Zâmbia divulgou no dia 3 de novembro as conclusões e recomendações dos [Estudos de Liberação de Tempo](https://www.comesa.int/zambia-launches-time-release-study-for-mwami-and-nakonde-borders/) realizados no Posto

¹²² <https://www.comesa.int/zambia-launches-time-release-study-for-mwami-and-nakonde-borders/>

Fronteira Única de Nakonde (OSBP) e Postos Fronteiriços Mwami. O estudo foi financiado pelo Projeto de Melhoria dos Postos Fronteiriços da Zâmbia com apoio do Programa de Facilitação do Comércio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) do Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA).

O projeto [Time Release Study](#) (TRS) foi incluído nos planos de melhoria das fronteiras para Mwami e Nakonde para fornecer uma linha de base contra a qual seriam avaliadas as mudanças nos tempos de desembarço para importações, exportações e carga em trânsito.

O representante da Autoridade Tributária da Zâmbia, o Sr. Moses Shuko, disse que os estudos corresponderam às expectativas tanto da comunidade nacional como internacional na fiabilidade dos resultados, considerando que os peritos seguiram a metodologia certa e os resultados foram validados exaustivamente por várias partes interessadas e autoridades aduaneiras. Por seu turno, o representante da WCO, Sr. Stephen Muller, disse que o TRS é amplamente aceite como uma metodologia objetiva e baseada em evidências para avaliar os tempos de liberação.

A gestora do programa do EDF, Secretária do COMESA, Mshuka Kamwela, disse que parte da motivação para melhorar a eficiência operacional nos postos fronteiriços visados foi que vários estudos realizados na região concluíram que os postos fronteiriços nos principais corredores comerciais da região COMESA eram caracterizados por procedimentos de desembarço fronteiriço.

Em tempos de COP, a Europa prega a redução, mas aumenta seu consumo de carvão

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Aconteceu na quinzena, em Buenos Aires, o terceiro encontro de Ministros de Relações Exteriores de países membros da UE e da Celac (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos), sob o tema “Renovando a parceria bi regional para fortalecer a paz e o desenvolvimento sustentável”. O segundo encontro, aconteceu em julho de 2018. Quatro anos depois, os laços estão foram renovados, com discussões em áreas como:

- ✓ recuperação econômica pós-pandemia inclusiva, equitativa e sustentável;
- ✓ inovação, luta contra as mudanças climáticas, gestão de risco de desastres e agenda digital;
- ✓ multilateralismo, cooperação no domínio da segurança e governança e promoção e proteção dos direitos humanos

[O comunicado fruto da reunião](#), traz um resumo do que foi discutido e enfatizado pelos Ministros. O compromisso que ele traz é o de se organizar uma série de eventos de alto nível sobre prioridades temáticas partilhadas, incluindo uma Cimeira birregional de Chefes de Estado e de Governo em 2023, endossando uma intensa [agenda de eventos](#). Apesar do comunicado não trazer grandes compromissos, a agenda está repleta, com diferentes eventos, em diferentes temáticas, em 2022 e 2023. De acordo com o comunicado, esses eventos abrirão o caminho para um salto no compromisso birregional apoiado por reuniões ministeriais regulares da EUCELAC e de Chefes de Estado e de Governo.

Os encontros setoriais de maior interesse contemplados na agenda, todos previstos para 2023, com agenda a definir são: Pesquisa e inovação; rede de mulheres; fundo para a adaptação climática; meio ambiente e mudanças climáticas; Na área da saúde, a agenda é sobre a auto-suficiência na produção de vacinas, medicamentos e suprimentos médicos estratégicos, e propõe envolver companhias farmacêuticas e agências regulatórias de ambas regiões.

A quinzena contou com 2 pronunciamentos da OMS Europa, feitos por seu diretor, Hans Kluge. No Fórum Tirana, Kluge falou sobre a perspectiva de inserção dos jovens nos processos decisórios de saúde, no âmbito do [Youth4Health. Este programa, visa o engajamento dos jovens](#), visto como essencial para a construção de um futuro mais inclusivo e sustentável, emponderando-os para seu desenvolvimento e dando-lhes voz em todos os níveis de processo decisório. Sob os esforços para se criar espaços para o engajamento jovem, a OMS Europa organizou um Fórum na mais nova capital europeia, Tirana, na Albânia, em parceria com o Ministério da Saúde da Albânia, a UNFPA e outros. O evento congregou os jovens com especialistas em saúde pública e outros parceiros.

No seu discurso, Kluge pede que os 53 países membros endossem a iniciativa na próxima reunião do Comitê Regional em 2023, de forma a pavimentar o caminho para uma representação mais forte e sustentável dos jovens nos processos políticos de negociação e tomada de decisão. Ele [promete trabalhar com a rede Youth4Health para identificar oportunidades regionais para a representação dos jovens e incluir consulta aos jovens desde o início das principais iniciativas](#) da Organização. Anuncia que a rede Youth4Health se reunirá pessoalmente a cada 2 anos, a partir desta edição inaugural. Ele encerra dizendo que a OMS Europa não tem todas as respostas, e que para uma genuína inserção, será necessário que os

próprios jovens ajudem a achar o caminho. Para ele, o sucesso da iniciativa virá com as ideias concretas de como os jovens podem contribuir para políticas de saúde que lhes afetam.

Em outro fórum, [Hans Kluge discursa propondo que abordagem dual track que ele prega como estratégia de enfrentamento à novas pandemias, também se aplique à crise energética](#). A resposta às necessidades imediatas de uma crise, deve vir acompanhada da garantia de continuidade de serviços essenciais e de planejamento para melhor se preparar para futuras crises. Ele vê que a crise energética tem na saúde um elemento crítico. Então a primeira faixa seria se antecipar às emergências invernais, com ênfase em salvar e proteger vidas. Isto inclui assegurar fornecimento ininterrupto de energia para manter serviços sociais essenciais – como a saúde – e proteção aos mais vulneráveis aos impactos da pobreza energética sobre a saúde. Ele alerta sobre a necessidade dos sistemas se prepararem para um aumento das admissões em hospitais, das demandas nos departamentos de cirurgia, acidentes e emergência e nos serviços de cuidados sociais. Tudo isso, enquanto se mira na segunda faixa, que corre em paralelo, que é acelerar a transição para uma matriz energética limpa e renovável.

O discurso aconteceu por ocasião da Cúpula para os países do Balcãs, que aconteceu em Berlim, ocasião na qual o diretor-regional agradeceu o lugar de proeminência que a saúde recebeu na agenda. Considero importante esta fala, neste momento em que a Europa vai para a COP27, [retrocedendo sua matriz energética de gás para carvão](#), num grande golpe ao Pacto Ecológico Europeu e à Agenda 2030.

A UE é considerada uma importante defensora da transição verde, adotando políticas de longo alcance e convertendo em leis, as metas de neutralidade climática para 2050. No entanto, os líderes europeus viajam para a COP27, em meio a uma grave crise de energia, que ameaça paralisar indústrias e famílias. Perante a ameaças de apagões e racionamentos, muitos países fizeram da segurança do abastecimento, a sua principal prioridade. Com o abandono do gás russo, vários Estados-membros, [voltaram a recorrer ao carvão, combustível fóssil mais poluente](#). Alemanha, Áustria, Itália, Países Baixos, Grécia e Hungria [anunciaram planos](#) para estender a vida útil das centrais a carvão, reabrir as que foram fechadas ou aumentar o limite de horas para queimar carvão.

[Em relatório, a Agência Internacional de Energia \(AIE\), estima que o consumo de carvão da UE aumentou 10% nos primeiros seis meses de 2022](#), e que seguirá aumentando à medida que o inverno se aproxima. Este aumento no consumo, leva a patamares recordes registrados em 2013, mas não para por aqui. Espera-se que o consumo de carvão na União Europeia ainda aumente em 7% em 2022 (além do salto de 14% registrado no ano passado). Isso está sendo impulsionado pela demanda do setor de eletricidade, onde o carvão está sendo cada vez mais usado para substituir o gás, que está em falta e experimentou grandes picos de preços após a invasão da Ucrânia pela Rússia. No entanto, a Europa representa apenas cerca de 5% do consumo global de carvão.

Segundo o relatório, a demanda global por carvão vem sendo impulsionada pelo aumento dos preços do gás natural, que intensificou a troca de gás para carvão em muitos países, e pelo crescimento econômico na Índia, onde a forte demanda de 2022, deve aumentar em 7%. Na China, estima-se que a demanda de carvão tenha diminuído 3% no primeiro semestre de 2022, mas há previsão de aumento do consumo no segundo semestre, trazendo o consumo de carvão para os mesmos níveis do ano passado. A China e a Índia juntas consomem o dobro

da quantidade de carvão que o resto do mundo combinado, com a China sozinha respondendo por mais da metade da demanda mundial.

Não foi só o consumo de carvão que aumentou. Os preços também aumentaram. À medida que os preços crescentes do gás natural tornaram o carvão mais competitivo em muitos mercados, os preços internacionais do carvão aumentaram, atingindo três picos históricos entre outubro de 2021 e maio de 2022. A crise é, portanto, anterior à guerra. As sanções e proibições ao carvão russo após a invasão da Ucrânia pela Rússia interromperam os mercados, e problemas em outros grandes exportadores contribuíram para a escassez de oferta. Com outros produtores de carvão enfrentando restrições para substituir a produção russa, os preços nos mercados futuros de carvão indicam que as condições de mercado apertadas devem continuar no próximo ano e além.

Além de lamentável, é contraditório ver a União Europeia, liderança na corrida ambiental, aumentando sua queima de carvão. O [mandato negociador da UE para a COP27](#), traz a [redução do uso do carvão como uma prioridade](#), de forma a "fechar o capítulo inabalável sobre carvão, através de uma redução gradual e do fim dos subsídios ineficientes para os combustíveis fósseis." Como visto acima, a demanda por carvão aumentou na Europa, levando ao aumento dos preços. Então fica a pergunta: a quem cabe reduzir o uso do carvão? Aos outros, claro!

Faz tempo que a transição ecológica é tema da agenda da UE. Sua liderança no campo ambiental é incontestável, e fruto de investimento. Contudo, novamente, assim como na pandemia, os fatos atropelaram os planos. As mudanças necessárias na matriz energética não aconteceram a tempo. A crise energética, anunciada e aprofundada com a guerra, leva à mudança de prioridade: transição ecológica ou segurança energética?

Os países em desenvolvimento, frequentemente, apontam a hipocrisia da agenda verde dos países ricos, argumentando que eles têm um papel maior a desempenhar, em função de sua responsabilidade histórica na liberação de emissão de gases de efeito estufa e no aquecimento do planeta durante as revoluções industriais passadas. A Comissão Europeia, alega que a situação se deve à instrumentalização do fornecimento de energia pela Rússia e estima que essa mudança da matriz, do gás para o carvão, possa durar até três invernos. Três anos, que a UE promete recompensar com outras medidas de redução e mitigação.

Em tempos de mudanças climáticas e guerra, segurança alimentar requer mudança de hábitos

Lúcia Marques

"O que deu errado foi a tentativa americana de imposição de seu modelo democrático liberal pela força em regiões no Norte da África, Oriente Médio, Ásia Central e outros, e a presunção de que os valores ocidentais seriam 'universais' e, portanto, deveriam ser aceitos sem resistência pelo resto do globo, o que obviamente ignora as especificidades de diferentes civilizações". Valdir Bezerra¹²³

Mudança de estilo de vida deve acompanhar as ações de combate às mudanças climáticas. A frase dita pelo Primeiro-Ministro da Índia, Narendra Modi, na Cúpula da Terra, em abril de 2021,¹²⁴ ganhou urgência diante da crise alimentar, consequência do agravamento dos eventos climáticos e da guerra russo-ucraniana. Escassez de água e falta de financiamento são entraves. Por isso, mudar hábitos alimentares entrou para a pauta de alguns governos, para evitar o desperdício e para uma alimentação mais diversificada e saudável. Além disso, sistemas de alimentação precisam ser transformados para melhorar sua resiliência, sustentabilidade e contribuição para saúde das pessoas, das economias e do planeta.

A segurança alimentar nas regiões do **Oriente Médio e Norte da África (MENA), incluindo o Sahel, e da Ásia Pacífico e Central** já era um desafio persistente, com milhões de pessoas sofrendo graves efeitos da fome e desnutrição, seja pelos conflitos e violências, pelas características geográficas de clima, hidrografia e solo, pela perda de mão de obra em função das migrações ou deslocamentos da zona rural para áreas urbanas, pela deficiência de infraestrutura de logística (irrigação, armazenamento e transporte), ou pela incapacidade técnica e/ou financeira dos governos de investirem em soluções para suprir a demanda alimentar e reduzir a importação de alimentos.

A guerra eclodiu após dois anos dolorosos de uma pandemia que destruiu meios de subsistência em todo o mundo, prejudicou recursos financeiros e esvaziou carteiras, especialmente em países pobres. Às dificuldades fiscais e à inflação juntaram-se condições meteorológicas extremas na forma de inundações e secas que aumentaram o já considerável estresse sobre a economia mundial, dificultando a recuperação e impedindo o avanço para a Agenda 2030. Pelo contrário, provocaram retrocessos em países mais pobres, menos desenvolvidos (MENA e Ásia Pacífico). As três crises escancararam fragilidades e desigualdades.

Um **levantamento** produzido pela Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental (e região árabe) da ONU (ESCWA) rastreou a situação dos 22 países árabes membros e fornece uma visão geral da situação nos países: recursos naturais, contextos socioeconômicos e

¹²³ Mestre em relações internacionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo e membro do Grupo de Estudos sobre Ásia (Geasia) do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (Nupri-USP) e do Grupo de Estudos sobre os BRICS da Universidade de São Paulo (Gebrits/USP). Em <https://sputniknewsbrasil.com.br/20221104/aproximacao-com-paises-do-sul-global-reforca-carater-anti-hegemonico-do-brics-diz-especialista-25759098.html>

¹²⁴ **Marques, L.** Consolidado Ásia Pacífico e Oriente Médio: Período de 03 de dezembro de 2020 a 30 de novembro de 2021, [Informe 7-2021, p. 83](#)

determinantes; disponibilidade e acesso no que tange à agricultura e segurança alimentar; apresenta dados, tendências e algumas áreas de ação. A análise também examina a situação da pandemia Covid-19 em seus estágios iniciais e as ações tomadas pelos governos para mitigar seu impacto na segurança alimentar.¹²⁵

Jordânia lidera projeto de segurança alimentar para a região

A Jordânia está liderando um projeto regional para aumentar a segurança alimentar¹²⁶ e vem buscando doadores e credores internacionais para garantir financiamento para o projeto. O financiamento e a água continuam a ser dois problemas a serem enfrentados, apesar da Jordânia anunciar um conjunto de procedimentos técnicos e burocráticos que constituem os fundamentos de um projeto de melhoria da segurança alimentar, que vai desde uso de tecnologia, novos grãos resistentes ao calor e escassez de água, e conscientização de novos hábitos alimentares. O projeto envolve Síria, Iraque e Líbano.

O plano criou um conselho de segurança alimentar que ajudará a mitigar a vulnerabilidade do país às crises alimentares globais e às mudanças climáticas, como parte da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar 2021-2030. O projeto também envolve o estabelecimento do Observatório do Levante para a segurança alimentar, proposto pelo Programa Mundial de Alimentos, que tem como objetivo "monitorar variáveis relacionadas à segurança alimentar e acompanhar questões relacionadas às mudanças climáticas, produções locais e comércio." Segundo o PMA, o observatório com sede na Jordânia também "fornecerá uma análise precisa apoiada por inteligência artificial que permitirá aos formuladores de políticas nos países do Levante formular estratégias relacionadas à segurança alimentar". A estratégia lista uma série de procedimentos e projetos que, se implementados, podem ajudar a Jordânia e muitos outros países a alcançar a segurança alimentar, incluindo o lançamento de campanhas de conscientização sobre racionalização do consumo de alimentos.

Mudança de hábitos

Na Jordânia, aumentam os apelos para que o público mude seus hábitos de consumo à luz do desafio global para a segurança alimentar. Cerca de 34% dos alimentos na Jordânia são desperdiçados, por isso há uma necessidade terrível de ajustar os hábitos de consumo de alimentos, considerando as condições globais atuais, disse o ministro da Agricultura Khaled Huneifat em uma declaração recente.¹²⁷ Há um desperdício. A maioria das sobras acabam no lixo. "Para combater o desperdício de alimentos, precisamos mudar nossos hábitos sociais de fazer grandes e luxuosos banquetes em muitas ocasiões sociais. Há muitas famílias que precisam desse alimento." "Países em todo o mundo estão atualmente intensificando os esforços para garantir a segurança alimentar e sustentar o fornecimento de alimentos para seus cidadãos. Portanto, desperdiçar um terço da comida da Jordânia é uma grande perda econômica", disse Sarah Hamed, editora de notícias econômicas da Jordan Press Foundation

¹²⁵ Marques, L. Insegurança alimentar nas Regiões Mena e Ásia Pacífico se agrava com a guerra. [Informe 6-2022, p. 135.](#)

¹²⁶ [Jordan leads regional project to enhance food security \(arabnews.com\)](#)

¹²⁷ [Roundup: Pedidos para mudar hábitos de consumo de alimentos aumentam na Jordânia em meio à crise alimentar global -Xinhua \(news.cn\)](#)

Cerca de 53% dos jordanianos são vulneráveis à insegurança alimentar, enquanto cerca de 3% das famílias jordanianas são inseguras em relação à alimentação, de acordo com um [relatório de política da ONU](#) publicado em fevereiro. O capítulo "Para a implementação da Estratégia de Segurança Alimentar da Jordânia" apontou que 55% dos alimentos consumidos na Jordânia, principalmente alimentos básicos, como trigo e grãos de leguminosas, são importados. A taxa de pobreza no país ficou em 24,1% em junho, de acordo com um comunicado do Ministério do Planejamento e Cooperação Internacional da Jordânia.

Na China, plano de ação para evitar desperdício de alimentos entrou em vigor em 2021

Evitar desperdício em todos os níveis virou palavra de ordem na China. Seguindo essa linha, a China lançou em novembro de 2021 um [plano de ação](#) (está em Mandarim, mas o Google traduz) para conservação de alimentos, para evitar desperdício de alimentos e aumentar a segurança alimentar. As várias ações propostas se alinham para evitar o desperdício energético (secagem de alimentos) nos vários níveis, reduzindo de perdas de todos os elos de toda a cadeia da indústria alimentícia: desde ações individuais, com criação da cultura anti-desperdício em restaurantes, casas e escolas (), até a cadeia da indústria de grãos, passando pela agricultura, transporte e conservação. O documento traz diretrizes para reduzir o desperdício de alimentos domésticos e pessoais, como fortalecer a educação familiar e cultivar os bons hábitos alimentares dos alunos de serem diligentes e econômicos e eliminarem o desperdício; fortalecer a publicidade do público sobre o conhecimento científico da nutrição e da dieta; defender hábitos alimentares nutricionalmente equilibrados, científicos e civilizados; incentivar as famílias a formular cientificamente planos de refeição, comprar alimentos de acordo com a demanda e fazer uso pleno dos ingredientes e defende o uso de métodos de cozimento pequenos, diversos e nutritivos; promover a utilização de recursos do lixo da cozinha. Além de orientar os governos locais a estabelecer sistemas para coleta, entrega, transporte e tratamento de resíduos alimentares e promover a redução da fonte.

O plano visa criar base sólida para acelerar a construção de um sistema nacional de segurança alimentar de alto nível, de maior qualidade, mais eficiente e sustentável até 2025. E, de quebra, reduzir a dependência de importações de alimentos.

Uma oportunidade para transformações

Segurança alimentar, segurança hídrica, segurança ambiental e segurança de subsistência são todos afetados pelas mudanças climáticas e podem influenciar padrões de mobilidade. Em 2022, testemunhamos os impactos combinados das mudanças climáticas e da insegurança alimentar, e a proliferação de situações agudas em todo o mundo, levando à interrupção da cadeia de fornecimento de alimentos e ao aumento dos preços de grãos, fertilizantes e energia. Isso resultou em riscos agravados para comunidades já sob forte estresse, especialmente em países de baixa renda, e levou a deslocamentos prolongados e aumento das necessidades humanitárias. Essas situações exigem políticas de desenvolvimento, adaptação e redução de riscos de desastres a longo prazo para evitar e minimizar o deslocamento, fortalecer

a resiliência de migrantes e comunidades e promover sociedades e meios de subsistência sustentáveis.¹²⁸

As crises recentes podem ser uma oportunidade para transformações estruturais (e corajosas!) para alcançarmos mais sustentabilidade e menos desigualdades? Transformados, os sistemas de alimentação podem se tornar pedra angular do desenvolvimento verde, resiliente e inclusivo, contribuindo para a saúde das pessoas, das economias e do planeta? A pandemia e a guerra russo-ucraniana nos mostraram que o mundo está completamente interligado e escancararam as fragilidades e distorções que precisamos mudar. Vamos conseguir cooperar e avançar? O mundo está transgredindo as principais fronteiras planetárias, ainda há tempo?

A ministra de mudanças climáticas e meio ambiente dos Emirados Árabes Unidos, Mariam Almheiri, disse que, embora os sistemas alimentares sejam responsáveis por até um terço das emissões de gases de efeito estufa, eles podem também ajudar a resolver o problema. “Mais de dois bilhões de pessoas estão diretamente conectadas ao setor de sistemas alimentares, por isso precisamos tornar os sistemas alimentares mais eficientes, descarbonizar e garantir a subsistência das pessoas dependentes do setor”, disse ela.¹²⁹

Além disso, a adaptação dos sistemas alimentares pode desempenhar um papel central no impulso global em direção ao desenvolvimento sustentável. E é uma tarefa urgente. A transformação envolverá a adoção de tecnologias emergentes como nanotecnologia, inteligência artificial, robótica, sensores e drones. Garantir o financiamento agora é fundamental. A FAO acaba de lançar o programa estratégico para digitalização dos sistemas agroalimentares, principalmente para a região da Ásia Pacífico.¹³⁰ Os Emirados Árabes também lançaram sua iniciativa, com apoio dos EUA, para investimento em agricultura inteligente em termos climáticos, reunindo 140 parceiros globais dos setores públicos, privados e de organização sem fins lucrativos, para investir em soluções baseadas em evidência para uso de alta tecnologia na agricultura, visando descarbonização e sustentabilidade: nanotecnologia, inteligência artificial, robótica, sensores e drones, na região da MENA.¹³¹

Assim como a pandemia e os eventos climáticos desafiaram o planeta a olhar para as oportunidades, a crise alimentar agravada pela guerra na Ucrânia pode ser uma excelente ocasião – já que a crise está instalada – para as nações avançarem em práticas mais sustentáveis de uso da terra, na produção de alimentos mais diversos e nutritivos para uma população em crescimento, com menos água e fertilizantes, ao mesmo tempo em que limita as emissões de gases. Afinal, a segurança alimentar e suas cadeias produtivas fazem interface com a saúde no acesso a alimentos seguros e nutritivos; com a segurança, paz e estabilidade – onde há falta de comida e água, há conflito; com a redução da pobreza e acesso a oportunidades; com o combate às mudanças climáticas; com a educação – bem nutridas, as crianças podem ter um futuro; com

¹²⁸ [Diálogo Internacional sobre migração 2022 – Sobreposição de crises globais: os impactos da insegurança alimentar e das mudanças climáticas na migração e deslocamento | Organização Internacional para migração \(iom.int\)](#)

¹²⁹ <https://www.arabnews.com/node/2057441/middle-east>

¹³⁰ No [fórum sobre Inovação, Ciência e Digitalização: Transformando sistemas agroalimentares na Ásia e região do Pacífico](#), evento paralelo da 36ª [Conferência Regional Ásia-Pacífico](#) ¹³⁰ da FAO,

¹³¹ <https://www.arabnews.com/node/2057441/middle-east>

a inclusão, igualdade de gênero e desenvolvimento do trabalho – mulheres, jovens e refugiados podem contribuir para a revolução verde.

DIÁLOGO MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MIGRAÇÃO NA REGIÃO ÁRABE

Uma coisa é certa: a mudança climática afeta a todos nós. É uma ameaça ao bem-estar humano e à saúde do planeta. As implicações da mobilidade humana da crise climática são profundas. Somente em 2021, os desastres levaram a 23,7 milhões de deslocamentos internos.

Dado o potencial das mudanças para amplificar os fatores preexistentes de migração forçada e deslocamento interno, pode ser difícil isolar os impactos climáticos de outros fatores que contribuem para a mobilidade humana, uma vez que estresses e pressões, como falta de água ou de terras cultiváveis, podem ser o *start* de disputas e competição por esses recursos.

E a região árabe, especialmente, está testemunhando padrões complexos de migração, incluindo migração internacional, deslocamento interno e mobilidade rural para urbana. Esses padrões e tendências de migração afetam a vida de milhões de pessoas. Em 2020, ano inicial da pandemia, os países árabes receberam quase 15% dos migrantes e refugiados em todo o mundo, com 12 dos países árabes hospedando 14% dos trabalhadores migrantes do mundo. No mesmo ano, havia cerca de 2 milhões de novos deslocados internos devido a desastres naturais. Cada vez mais a mudança climática é um motor potente da migração.

Essas questões foram o mote do [Diálogo Regional sobre as mudanças climáticas e o nexó migratório na região árabe](#), organizado pela a Coalizão Baseada em Questões sobre migração na região árabe (IBC/M¹³²), em parceria com a [ESCWA](#) – Escritório Econômico e Social da Ásia Ocidental/ONU, Organização Internacional para Migrações (OIM), Liga dos Estados Árabes (LAS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), organizou nos dias 24 e 25 de outubro um diálogo regional. Os participantes discutiram as repercussões das mudanças climáticas sobre padrões e tendências migratórias de e para a região árabe, e exploraram seus impactos sobre diferentes grupos de migrantes, incluindo solicitantes de asilo e refugiados, pessoas deslocadas internamente e trabalhadores migrantes, com uma atenção especial às vulnerabilidades específicas das mulheres migrantes e crianças em movimento. Eles também discutiram práticas promissoras de governança da migração induzida pelo clima e a colaboração trans regional relevante.

Embora os países tenham experiências e desafios únicos, as mudanças climáticas ameaçam todos os países da região. Entre os desastres naturais que desencadeiam o deslocamento na região, as inundações contribuíram para 58% do total de pessoas deslocadas por desastres entre 2010 e 2019. Esse número cresceu de lá para cá em função do agravamento dos eventos climáticos cada vez mais extremos.

73ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PACÍFICO OCIDENTAL

De 24 a 28 de outubro, ministros da Saúde e altos funcionários de 37 países e áreas da Ásia e do Pacífico estiveram reunidos – presencial e virtualmente - em Manila, Filipinas, para a [73ª Sessão do Comitê Regional da OMS Pacífico Ocidental](#), com o objetivo de abordar as

¹³² FAO, OHCHR, UNAIDS, UNDP, UNECA, UNEP, UNESCO, UNFPA, UNHABITAT, UNHCR, UNICEF, UNODC, UNOPS, UNRWA, UN WOMEN, WFP and WHO.

principais questões e prioridades de saúde e avançar na implementação da visão *Para o Futuro: Rumo à Região Mais Saudável e Mais Segura* – Prioridades 2020-2025 –, que guiará o trabalho da regional com os Estados Membros e parceiros no Pacífico Ocidental.

A Região do Pacífico Ocidental da OMS abriga mais de 1,9 bilhão de pessoas. A [agenda](#) refletiu as questões-chaves e a gama de desafios vividos pelos países, que vão além dos impostos pela pandemia da Covid-19: emergências e desastres naturais; [saúde mental](#); doenças tropicais; [prevenção e controle de doenças não transmissíveis](#); [DCNT e envelhecimento](#); [atenção primária à saúde](#); sistemas de saúde resilientes; [mudanças climáticas, meio ambiente e saúde](#); [segurança sanitária e resistência antimicrobiana](#); [alcançar os não alcançados](#); cobertura universal e atenção primária.

O Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Ghebreyesus, abriu a sessão. Em seu [discurso](#), celebrou o fato da reunião ser presencial, lembrando que “vislumbramos a luz no fim do túnel”, mas que ainda estamos no túnel. E que portanto, vacinação, vigilância, testes e sequenciamento ainda são importantes para conhecer e conter a Covid-19, que está sempre evoluindo. Ele recomendou que usem os resumos das políticas com ações essenciais que podem ser adotadas para reduzir a transmissão. Tedros exortou os Estados Membros desta região a se envolverem ativamente nessas negociações de um novo instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. “É do seu próprio interesse certificar-se de que o instrumento final reflita as suas circunstâncias e necessidades, como Estados-Membros individuais e como região. Este instrumento é uma parte vital da nova arquitetura de emergência sanitária, mas não a única.”

O diretor da OMS destacou que os ministérios da saúde estão lidando com as consequências de dietas não saudáveis, ambientes poluídos, estradas e locais de trabalho inseguros, alfabetização inadequada em saúde e o marketing agressivo de produtos que prejudicam a saúde. Por isso, relembrou as cinco prioridades delineadas para os próximos cinco anos, apresentadas na Assembleia Mundial da Saúde: promoção da saúde, com mudanças de paradigmas; prestação de saúde, com foco na atenção primária e cobertura universal; proteção à saúde para preparação de respostas; uso da ciência, pesquisa, inovação, de dados e tecnologias digitais para impulsionar a saúde; parcerias e financiamentos.

Tedros finalizou o discurso parabenizando Vanuatu pela eliminação da segunda doença tropical negligenciada, o tracoma¹³³ – a primeira foi filariose linfática, em 2016. E lembrou que as doenças não se eliminam sozinhas. “Eliminar a doença em um arquipélago de 83 ilhas é fruto da determinação do governo e seus parceiros, cujo sucesso foi resultado de uma estratégia abrangente, que envolveu desde tratamento à melhoria ambiental.”

A diretoria da regional apresentou o [relatório](#) que cobre o período de julho de 2021 a junho de 2022. A *timeline*, na página 29, listou os principais eventos que impactaram a saúde

¹³³ O tracoma é uma doença inflamatória ocular, uma conjuntivite, causada pela bactéria *Chlamydia trachomatis* que ocorre em áreas de maior concentração de pobreza, deficientes condições de saneamento básico e acesso à água. É a principal causa de cegueira infecciosa e é responsável por prejuízos visuais em 1,9 milhões de pessoas, das quais 450 mil apresentam cegueira irreversível. Estima-se que 190,2 milhões de pessoas vivem em áreas endêmicas com risco de cegueira por tracoma. O tracoma é um problema de saúde pública em muitos países em desenvolvimento e em áreas remotas de 43 países da África, Ásia, América Central e do Sul e Oriente Médio.

pública nos países da região: a Covid-19, as Olimpíadas de Tóquio e as Olimpíadas de Inverno, em Pequim, tufões, inundações e erupções vulcânicas, Monkeypox, cólera, etc.

Ao apresentar o relatório, a diretora destacou o apoio da OMS aos países e áreas da região na resposta à COVID-19, principalmente quando os casos aumentaram no início de 2022. Esse papel, desde o início da pandemia foi crucial, principalmente com logística, pois muitos países são arquipélagos, com vastas florestas, que dificultam o deslocamento não só das equipes médicas, como de vacinas e medicamentos. Atuação foi focada no gerenciamento sustentável da COVID-19, usando cinco ferramentas principais: vacinas; medidas sociais e de saúde pública; fortalecimento da capacidade de atenção à saúde otimizando as vias de atenção à saúde; foco contínuo na detecção precoce e resposta direcionada; e medidas de fronteira internacional, adequadas aos contextos.

As atividades também focaram nos desafios além da Covid-19, como combate a doenças não transmissíveis, alcançando grupos vulneráveis, marginalizados e de difícil acesso visando a eliminação e controle de doenças, fortalecendo os sistemas de saúde e ajudando a mitigar os impactos da mudança climática na saúde. Avanços no controle do tabaco, nutrição e implementação do inovador Quadro Regional sobre saúde escolar aprovado no ano passado pelo Comitê Regional também foram prioridades. Houve o trabalho de documentação de algumas das principais lições identificadas durante a pandemia para melhora da capacidade e preparação para responder a emergências sanitárias e outras ameaças à segurança sanitária no futuro.

Seguindo a agenda, o destaque é sobre o aumento das **doenças crônicas não comunicáveis (DNTs)**, em consequência do envelhecimento populacional, como doenças cardíacas, derrame, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas.

A região do Pacífico Ocidental tem uma das maiores e mais rápidas populações idosas do mundo. Existem mais de 245 milhões de pessoas com 65 anos ou mais na região e calcula-se que esse número dobre até 2050. Atualmente, 86% das mortes na região são por DNT. O envelhecimento populacional tem implicações sociais significativas, incluindo um aumento na carga de DNTs, bem como uma população crescente de pessoas com diversas debilidades funcionais. Portanto, a transformação do sistema de saúde é necessária para acompanhar as pessoas ao longo da vida, dando maior ênfase à saúde preventiva e abordando os determinantes sociais da saúde. As comunidades também precisam ser fortalecidas para fornecer serviços e apoios integrados aos idosos que sejam adaptados às necessidades individuais.

A regional da OMS apoiará os países a: medir e analisar mudanças nos padrões de doenças e estilos de vida; reduzir os fatores de risco que podem levar a DCNTs, como tabaco, consumo excessivo de álcool e dietas pouco saudáveis; orientar os sistemas de saúde para serviços centrados nas pessoas, visando o acompanhamento ao longo da sua vida. Ações que envolvem saúde mental e serviços sociais. O documento [For the Future](#) apresenta sugestões para enfrentar esses desafios.

Sobre **segurança sanitária e resistência antimicrobiana (RAM)**, a prioridade da regional é apoiar os países a: preparar para pandemias, emergências de saúde e surtos e construir sistemas de saúde resilientes que previnam epidemias e RAM e combater a ameaça da resistência antimicrobiana por meio da plena implementação da estrutura regional de RAM.

Segundo os dados da OMS, todos os países da região do Pacífico Ocidental enfrentam ameaças significativas à segurança da saúde. O próximo surto de doença infecciosa pode ocorrer a qualquer momento, embora já tenham experiência em lidar com surtos, como SARS, MERS, H5N1, H1N1. “Queremos garantir uma Região onde os países tenham sistemas de saúde fortes e resilientes, preparados para detectar e responder a emergências de saúde pública e ameaças à segurança da saúde – para que todos estejam seguros durante surtos e desastres naturais e protegidos dos riscos de RAM.” Ao mesmo tempo, desastres naturais, como enchentes, ciclones e tempestades, aumentaram em frequência e gravidade nas últimas décadas e pessoas estão adoecendo por causa de alimentos inseguros, assim como a resistência antimicrobiana está tornando muitos antibióticos ineficazes no tratamento de infecções comuns.

Sobre **mudanças climáticas e saúde**, a meta é apoiar os países a: avançar na compreensão sobre a relação entre mudança climática, degradação ambiental e saúde, incluindo para o argumento econômico para ações de mudança climática que protejam a saúde; monitorar os impactos na saúde das mudanças climáticas e ambientais na saúde; priorizar a resiliência do setor da saúde às mudanças climáticas e ambientais nas estratégias e planos de ação. Mudanças nos padrões de chuva, seca e aumento do nível do mar causarão insegurança alimentar e desnutrição. Doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, aumentarão em áreas de inundação devido a mais locais de reprodução de insetos. A saúde mental das pessoas será afetada, tanto como resultado direto de traumas relacionados a eventos climáticos extremos quanto indiretamente por meio de perturbações sociais, econômicas e ambientais. Para as ilhas do Pacífico, a mudança climática é muito mais do que uma questão científica ou política abstrata: o aumento do nível do mar ameaça erodir ilhas e atóis inteiros, e com eles os únicos lares que muitas pessoas já conheceram.

Durante o último dia da septuagésima terceira sessão do Comitê Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o Pacífico Ocidental, os delegados endossaram estruturas que visam alcançar os não alcançados (vulneráveis). Como resultado das desigualdades, muitas pessoas ainda não conseguem acessar serviços de saúde de boa qualidade e experimentam resultados de saúde ruins. A pandemia também mostrou como os sistemas que não conseguem alcançar com eficiência os mais vulneráveis, as respostas de saúde ficam comprometidas em todos os níveis.

69ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL OMS MEDITERRÂNEO ORIENTAL

A 69ª sessão do Comitê Regional da OMS EMRO foi convocada sob o tema “Alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na era pós-COVID-19: acelerar a cobertura universal de saúde e a segurança sanitária – Saúde para todos por todos”. Para o diretor da Regional da OMS, Ahmed Al-Mandhari, o tema resume a necessidade urgente de mobilizar todas as capacidades, vontades e força para alcançar os ODS relacionados à saúde aplicando as lições que foram aprendidas durante a pandemia.¹³⁴

Na ocasião, o diretor apresentou seu [relatório](#) anual, focado no avanço da cobertura universal, emergências em saúde e promoção da saúde.

¹³⁴<https://www.emro.who.int/media/news/regional-directors-statement-for-the-rc-69-press-conference.html>

Foram [quatro dias de reuniões](#) (10 a 13 de outubro) que envolveram intensos debates, deliberações, trocas de pontos de vista e experiências, com ministros da saúde, representantes dos Estados-Membros, organizações parceiras e especialistas da OMS.

Durante o encontro, foram analisadas a situação da saúde em toda a Região e maneiras de avançar na era pós-COVID-19; foram discutidos a importância de investir em sistemas de saúde mais resilientes, a necessidade de priorizar a preparação para emergências, melhorar a [saúde digital](#) e tomar medidas mais ousadas para garantir a equidade à medida que adotamos a abordagem [One Health](#).

As discussões resultaram em [várias resoluções](#) que visam traduzir as palavras em políticas e ações concretas. Os Estados Membros também foram instados a cumprir seus compromissos sob a Visão 2023 - Saúde para Todos por Todos, para implementar a estratégia de eliminação do câncer do colo do útero, garantir a inclusão do acesso à saúde para refugiados e migrantes, atualizar as estratégias nacionais sobre HIV, hepatite e infecções sexualmente transmissíveis, e acelerar sua implementação para alcançar as metas de 2030.

O Comitê endossou uma estrutura estratégica para coordenar e integrar o apoio da Gavi, da Vaccine Alliance e do Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária e instou os Estados Membros a tomar todas as medidas necessárias para acelerar a prevenção, controle e eliminação de doenças transmissíveis e aumentar alocações de financiamento público doméstico para programas de HIV, tuberculose, malária e imunização.

Preocupado com o fato de que cerca de 75% das doenças infecciosas emergentes entre humanos são de origem zoonótica, e ciente dos crescentes riscos à saúde pública representados por surtos de doenças zoonóticas emergentes e reemergentes e seu potencial pandêmico, o Comitê Regional emitiu uma resolução para estabelecer um Quadripartite regional Um Mecanismo de Coordenação de Saúde composto por representação de alto nível do Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental e escritórios regionais da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a Organização Mundial de Saúde Animal e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para supervisionar e gerenciar One Health -atividades relacionadas na Região.

Para o diretor, “combinadas, as resoluções aprovadas pela 69ª sessão do Comitê Regional representam um claro ponto de partida para nosso trabalho nos próximos anos. Vamos nos esforçar para sua implementação ideal para garantir que eles alcancem os resultados desejados e nos levem a um futuro mais saudável e sustentável.”¹³⁵ O Comitê solicitou ao Director Regional que propusesse um roteiro para orientar os Estados Membros na implementação da agenda para melhorar a saúde e o bem-estar na Região.

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Despertando interesse de jovens pelo espaço sideral e se preparando para a próxima disputa geopolítica

¹³⁵<https://www.emro.who.int/media/news/regional-directors-statement-for-the-rc-69-press-conference.html>

China avança a passos galopantes (ou seria em asas de dragão?) na ciência espacial. Em poucos anos já colocou missão dupla em Marte – uma em terra e outra envolta do planeta vermelho -, missão e base no lado oculto da Lua e chega em fase final de construção da Estação espacial em órbita da Terra, com laboratórios e com tripulação permanente.

Ao mesmo tempo, investe em comunicação e popularização da ciência espacial para despertar o interesse dos jovens estudantes, não só da China, mas do continente africano e do Sudeste asiático. E de quebra, acena com parcerias de tecnologia de futuro. O dragão vermelho tem promovido encontro entre os astronautas chineses – os taikonautas –, que estão em órbita na estação espacial Shenzhou, com os jovens de vários países. O primeiro encontro via satélite foi com os estudantes de oito países africanos, em parceria com a União Africana (da Argélia, Egito, Etiópia, Namíbia, Nigéria, Senegal, Somália e África do Sul)¹³⁶. Agora foi a vez da juventude da ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático¹³⁷ de conversar com os taikonautas.

Centenas de estudantes de todos os países do Sudeste Asiático assistiram uma aula ao vivo entregue na estação espacial da China e conversaram com taikonautas chineses através de link de vídeo, para incentivar o sonho espacial, com conhecimento em primeira mão sobre ciência espacial e exploração espacial.¹³⁸

O trio de taikonautas respondeu a várias perguntas dos estudantes e compartilhou com os jovens asiáticos sua vida e trabalho científico na estação espacial desde o início de junho, quando a nave espacial Shenzhou-14 foi lançada com sucesso. Um dia antes, a China lançou uma nave de carga, que levou o módulo de laboratório para a estação espacial Tiangong, em fase final de construção. A estação Tiangong tem um laboratório espacial nacional com três módulos e é o esforço de três décadas da China para avançar seu programa espacial tripulado.

Durante a palestra ao vivo, a primeira-dama das Filipinas, Louise Araneta-Marcos, disse que o diálogo com os taikonautas chineses proporcionou "uma oportunidade para nossa geração mais jovem aprender mais sobre engenharia espacial". "Esperamos que essa troca estimule ainda mais a curiosidade de nossa juventude filipina em relação ao espaço e à maior fronteira lá fora", acrescentou. A vice-diretora-geral da Agência Espacial das Filipinas, Gay Jane Perez, elogiou o avanço da China no espaço e destacou a contribuição da China para compartilhar e promover tecnologias espaciais. "As mentes jovens são curiosas e imaginativas, e o espaço oferece possibilidade ilimitada de ultrapassar o limite do conhecimento, explorar o desconhecido e criar novas tecnologias e inovações", disse Perez.

¹³⁶ [Astronautas chineses conversam do espaço com jovens africanos : China Hoje](#)

¹³⁷ Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietnã.

¹³⁸ [Conversar com taikonautas chineses inspira sonho espacial da juventude da ASEAN-Xinhua \(news.cn\)](#)

O embaixador chinês nas Filipinas Huang Xilian disse que o espaço sideral é a "riqueza comum da humanidade" e deve ser explorado, desenvolvido e utilizado pacificamente. "A China defende esforços conjuntos com nações ao redor do mundo para construir uma



Os astronautas, Chen Dong, Liu Yang e Cai Xuzhe na estação espacial Tiangong, Agência de Notícias Xinhua (Foto por Sun Fengxiao)

comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e melhorar o intercâmbio internacional e a cooperação no espaço sideral com base na igualdade, benefício mútuo, uso pacífico e desenvolvimento inclusivo", disse o enviado chinês. Ele acrescentou que *a China está disposta a compartilhar as conquistas do desenvolvimento aeroespacial com as Filipinas de várias formas e discutir o fortalecimento do intercâmbio e da cooperação no campo da ciência e tecnologia aeroespacial para que o poder da ciência e tecnologia beneficie as pessoas de ambos os países.*

Essa é a estratégia *Soft Power* da China. Em contraste com a estratégia dos EUA para a região, cujas promessas de cooperação sempre vêm acompanhadas de uma estratégia militar. No caso específico das Filipinas, que disputa com a China e outros países o Mar Meridional da China, os EUA propuseram hospedar permanentemente sistemas de mísseis para garantir liberdade dos mares, para **“convencer a China a adotar a definição dos EUA/Ocidente em relação à liberdade dos mares”**¹³⁹ (página 2, da análise [“Competição Estratégica EUA-China no Sul e Mares da China Oriental: Antecedentes e Questões para o Congresso](#), de janeiro de 2022)¹⁴⁰.

31ª Cúpula da Liga Árabe: divisões em torno da solução para a questão palestina

A reunião preparatória realizada três dias antes, já sinalizava que a agenda iria ser dominada pela crise palestina. A região está se recuperando dos impactos de crises severas e transformações rápidas que complicaram ainda mais a situação, ameaçando a segurança nacional árabe e a estabilidade de toda a região, exigindo solidariedade e cooperação para resolver e alcançar a prosperidade. Em meio a crescentes questões globais e um estado de polarização aguda, seria uma ocasião "para reafirmar o apoio à causa palestina, como causa

¹³⁹ Lembrando que uso dos mares não é definido pelos EUA. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982 é quem regula os Direitos do Mar e o aproveitamento dos recursos naturais, de solo e subsolo; define mar territorial, zona contígua, zona econômica exclusiva, plataforma continental; e declara que os recursos minerais da área internacional dos oceanos são patrimônio comum da humanidade. **EUA não é signatário da CNUDM.**

¹⁴⁰ Leia mais sobre as estratégias dos EUA para o Indo Pacífico no cadernos CRIS-Fiocruz [Informe 3-2022, p. 114](#); [Informe 8-2022, p. 169](#); [Informe 9-2022, p. 166](#).

árabe central, enfatizando a posição árabe comum representada na Iniciativa Árabe de Paz, que é o quadro que garante a proteção dos direitos legítimos do povo palestino".¹⁴¹

E, apesar dos esforços do presidente argelino para convencer líderes árabes, incluindo reis e chefes de Estado, a participar da cúpula, a cimeira aconteceu sem a presença do vizinho Marrocos e de muitos dirigentes do Golfo. A organização, vive momentos de divisão, nomeadamente em torno da questão Israel-palestina. Para o especialista do mundo árabe e professor nos Emirados Árabes, Ivo Sobral, *obviamente há algumas ausências que vão existir nesta conferência ao mais alto nível. Em particular, por parte da Arábia Saudita, assim como de outros países do Golfo que não vão estar com a representação completa na Argélia. Obviamente é uma clara indicação que a Argélia tem uma agenda que inclui seguramente a causa palestina, o que pode causar algum mal-estar em capitais como Rabat, Riad e Abu Dhabi.*¹⁴²

Ainda segundo o especialista, essa divisão sinaliza que a Liga dos Estados Árabes pode estar se tornando obsoleta; ela reflete o mundo árabe tradicional, que teve seu apogeu nos anos 1970 do século passado. Os países do Golfo seguem uma trajetória de integração e mais flexível com relação às relações com Israel.

O Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, que participou da Cúpula, ressaltou a parceria entre as duas organizações e pediu coesão entre os integrantes do bloco em meio a crescentes divisões geopolíticas.¹⁴³ Guterres advertiu que a divisão abre a porta para a interferência estrangeira, o terrorismo, a manipulação e os conflitos sectários. Ele defendeu que a liderança regional seja coesa para aproveitar ao máximo o potencial que existe. O chefe da ONU dedicou grande parte do pronunciamento às expectativas com a COP27, que teve início em Sharm el-Sheikh, Egito. Para ele, a ação sobre perdas e danos é um imperativo moral que deve ser proeminente no evento.

Para o príncipe herdeiro da Jordânia o plano de paz baseado em solução de dois Estados continua sendo uma opção estratégica. A Jordânia é guardiã dos locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém, e como afirmou o príncipe herdeiro, continuará a desempenhar seu papel histórico na salvaguarda dos locais em colaboração com a Autoridade Nacional Palestina. Seu discurso também focou no comércio árabe e a segurança regional.¹⁴⁴ Para ele, uma vez que a segurança alimentar e a melhoria das fontes de água e energia subiram ao topo dos desafios mundiais, a cúpula seria uma boa oportunidade para avançar no comércio, investimento, indústria, turismo e agricultura. Ele destacou o enorme potencial do mundo árabe, citando seus recursos naturais, localização estratégica, acordos comerciais com outros países e juventude.

Sobre segurança regional, considera que apenas a ação coletiva poderia fornecer uma solução política que salvaguardasse a soberania e a integridade territorial da Síria, - a Jordânia abriga mais de 1,3 milhão de refugiados sírios -, ao mesmo tempo em que assegura o retorno voluntário e seguro dos refugiados. O mesmo para o Yémen, Líbia, Palestina, Líbano e Iraque. O príncipe herdeiro do Kuwait, reiterou apelo para o estabelecimento de um estado palestino independente de acordo com o direito internacional e a Iniciativa árabe de Paz. Ele também

¹⁴¹ [Palestine expected to top agenda of Arab Summit in Algeria \(arabnews.com\)](https://arabnews.com/news/palestine-expected-to-top-agenda-of-arab-summit-in-algeria)

¹⁴² [Argélia acolhe cimeira inédita da Liga árabe \(rfi.fr\)](https://rfi.fr/fr/actualites/argelie-accueil-cimeira-inedita-da-liga-arabe)

¹⁴³ [ONU pede coesão do mundo árabe diante de crescentes divisões geopolíticas | 1ONU News](https://www.un.org/pt/news/story/2022/07/22-07-2022-01)

¹⁴⁴ [Jordan's crown prince highlights Palestinian cause, regional trade at Arab Summit \(arabnews.com\)](https://arabnews.com/news/jordan-crown-prince-highlights-palestinian-cause-regional-trade-at-arab-summit)

condenou ataque *houthi* ao porto petrolífero do Yémen e destacou que seu país dedica esforços para combater o terrorismo e o extremismo.¹⁴⁵

O último dia da cúpula girou em busca de um terreno comum sobre várias questões que dividiram os países da região. Embora a questão palestina tenha dominado a agenda, como o estabelecimento de laços diplomáticos entre Israel e quatro países árabes, a reunião teve como pano de fundo o aumento da inflação, escassez de alimentos e energia, seca e aumento do custo de vida em todo o Oriente Médio e na África.¹⁴⁶

Sobre a questão palestina e o retorno da extrema direita ao poder em Israel

A Liga Árabe elogiou o [relatório da ONU](#) que observa que as políticas e práticas de Israel nos territórios palestinos ocupados são crimes sob o direito penal internacional.¹⁴⁷ A Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre os territórios palestinos ocupados apontou que a transferência de parte de população civil israelense para os territórios ocupados equivale a um crime de guerra. A expulsão forçada de famílias palestinas é um crime contra a humanidade. De acordo com o secretário-geral adjunto da Liga Árabe para Assuntos da Palestina e Territórios Árabes Ocupados, Said Abu Ali, o relatório é uma adição importante à crescente lista de documentos emitidos pela ONU e organizações internacionais de direitos humanos. Ele pediu à comunidade internacional que tome medidas para proteger os direitos do povo palestino e trabalhe pela justiça para que eles cumpram seus direitos legítimos e acabem com a ocupação de suas terras.

Vitória da direita em Israel levará a mais deslocamentos de palestinos

A vitória de Benjamin Netanyahu significa que as perspectivas de paz ou de chegar a um acordo são cada vez menores. Mesmo antes das eleições, os líderes de Israel mostraram pouca boa vontade. Apesar do discurso conciliador e da postura de Lapid na ONU, a expansão dos assentamentos continuou inabalável. Sua vitória é resultado do crescente extremismo na sociedade israelense, e terá um efeito negativo na resolução do conflito palestino-israelense na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.¹⁴⁸

A vitória da extrema direita sedimentada numa plataforma de ódio contra os palestinos, marca uma perigosa virada para o país. Israel tornou-se mais polarizado, com a extrema direita cada vez mais vocal e ganhando uma posição mais forte na sociedade. As normas democráticas, ou o que restou delas, foram ainda mais erodidas. E agora, talvez sem surpresas, os aliados de Bibi, como é conhecido, estão falando em mudar a lei para bloquear seu julgamento de corrupção.

O retorno do ex Primeiro-ministro israelense, com a participação de partidos religiosos de direita, é perigoso e levará ao deslocamento dos palestinos dentro de Israel para a Cisjordânia

¹⁴⁵ [Príncipe herdeiro do Kuwait fala de paz, combate ao terror na Cúpula Árabe | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

¹⁴⁶ [Líderes se reúnem na Argélia para o último dia da cúpula da Liga Árabe | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

¹⁴⁷ <https://www.monitordo Oriente.com/20221024-liga-arabe-elogia-relatorio-da-onu-que-criminaliza-agressao-israelense/>

¹⁴⁸ [Israel teeters à beira do abismo | Notícias árabes \(arabnews.com\)](#)

e da Cisjordânia para o exterior", disse Hani Al-Masri, diretor do Centro Palestino de Pesquisa e Estudos Estratégicos.¹⁴⁹

Manifestações crescem no Irã, apesar da resposta cada vez mais agressiva do governo iraniano

Os protestos que começaram em setembro, depois da morte da jovem curda Masha Amini, de 22 anos, sob custódia da polícia da moralidade iraniana¹⁵⁰, se transformaram em uma revolta popular, envolvendo todas as camadas da sociedade, representando um dos desafios mais ousados para a liderança clerical desde a revolução de 1979.

Não é mais uma manifestação contra o hijab. É uma revolta contra a repressão social, o desespero econômico e o isolamento global — crises que cortaram as ambições da geração jovem e educada do Irã. E, apesar da repressão violenta, o movimento antigoverno cresceu com a adesão da Universidade de Tecnologia de Sharif, potência científica, na luta contra a repressão à liberdade e direitos.

Conhecida como "M.I.T." do Irã, a escola de elite tem sido um ímã para as mentes mais brilhantes do país, com um registro de elevar seus alunos aos mais altos alcances da sociedade - milhares de ex-alunos da Universidade Sharif alimentam as indústrias mais sensíveis do Irã, incluindo energia nuclear e aeroespacial. E agora, surge como um centro de protestos, alimentando o movimento. "Nos tornamos politicamente ativos porque não há nada a perder", disse um estudante e ativista de engenharia. "Do jeito que as coisas estão agora no Irã, você tem que emigrar e deixar sua família e amigos ou ficar e lutar por seus direitos."¹⁵¹

As manifestações aumentaram depois que as forças de segurança reprimiram violentamente, resultando em impasse de horas entre estudantes e policiais que provocou um protesto internacional e chocou o país. Os estudantes exigem o fim da República Islâmica.

Fórum Diálogo de Bahrein

Sob o tema: "Diálogo Leste-Oeste para a Coexistência Humana", o fórum, organizado pelo Conselho dos Sábios Muçulmanos e pelo Conselho Supremo para assuntos islâmicos do Bahrein, reuniu mais de 700 participantes, entre figuras proeminentes do Islã, líderes, intelectuais, jornalistas e representantes de religiões de todo o mundo. Entre esses, o Papa Francisco.

Foram dois dias de encontro (3 e 4 de novembro) que buscou construir e melhorar o diálogo cultural inter-religioso entre o Ocidente e o Oriente, visando promover oportunidades de convivência pacífica entre as pessoas e consolidar os princípios de tolerância, solidariedade e convivência.

O Secretário-Geral da Organização para Cooperação Islâmica, Hissein Brahim Taha, disse que o Diálogo é uma oportunidade auspiciosa para enviar uma forte mensagem condenando

¹⁴⁹ [Análise de Notícias: Vitória eleitoral de direita descarta solução seria para conflito palestino-israelense-Xinhua \(news.cn\)](#)

¹⁵⁰ [Marques, L. A raiva contra a repressão ganhou um rosto e o mundo. In. Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 18-2022, p. 197.](#)

¹⁵¹ [Universidade técnica de elite do Irã surge como centro de protestos | AP Notícia \(apnews.com\)](#)

todas as formas de extremismo, ódio e racismo e para a construção de pontes de comunicação, diálogo e propiciação de um ambiente intelectual e cultural promissor que auxiliará na formulação de respostas inovadoras aos inúmeros desafios enfrentados pelo mundo contemporâneo. Para ele, é preciso difundir noções de justiça, tolerância, solidariedade, sinergia; e evitar violência, desprezo pelos outros e intolerância a um determinado gênero, cor ou religião.¹⁵²

Papa Francisco no Diálogo de Bahrein

Falando a autoridades governamentais e diplomatas, Papa Francisco elogiou a tradição de tolerância do Bahrein e citou a constituição do país, que proíbe a discriminação com base na religião, como um compromisso declarado que precisa ser colocado em prática.

Em seu encontro com o Rei do Bahrein, Hamad bin Isa Khalifa, o Papa pediu renúncia da pena capital (o país tem pena morte) e instou a nação árabe a garantir os direitos das minorias xiitas. Instou o Reino a ser um farol na região para a promoção de direitos iguais e melhores condições para trabalhadores, mulheres e jovens, ao mesmo tempo em que garante respeito e preocupação para todos aqueles que se sentem mais à margem da sociedade, como imigrantes e prisioneiros. O país, como outros estados árabes do Golfo, conta com trabalhadores de nações asiáticas como Índia e Paquistão que podem enfrentar condições terríveis por poucos salários.

O Bahrein abriga a mais antiga Igreja Católica do Golfo, a paróquia Sagrado Coração, inaugurada em 1939, assim como sua maior, a Catedral de Nossa Senhora da Arábia. Com capacidade para 2.300 pessoas, a catedral foi inaugurada no ano passado, em Awali, terra presenteada à igreja pelo rei. "A liberdade religiosa dentro do Bahrein é talvez a melhor do mundo árabe", disse o bispo Paul Hinder, administrador apostólico do Bahrein e de outros países do Golfo.¹⁵³

Guerra civil na Etiópia entra em cessação permanente das hostilidades

Depois de dois anos de guerra sangrenta, que matou milhares, deslocou milhões e deixou centenas de milhares enfrentando a fome, o governo etíope e as forças regionais de Tigray concordaram em cessar as hostilidades, um "dramático" avanço diplomático dois anos depois de uma guerra.¹⁵⁴

As negociações formais de paz foram mediadas pela União Africana, quando, depois de uma semana de negociações, os delegados de ambos os lados assinaram um acordo sobre uma "cessação permanente das hostilidades" e com o desarmamento sistemático. A catástrofe humanitária foi o grande motivador da negociação para paz.

A paz na região é muito frágil. Embora o acordo tenha vindo rápido, o caminho definitivo não será fácil, uma vez que não estão resolvidas as animosidades que deflagraram a guerra civil. As divergências políticas vêm carregadas de ódios étnicos e são de longa data. Haja vista a

¹⁵² [No Fórum do Bahrein, secretário-geral revisa a proximidade das iniciativas de civilizações da OIC \(oic-oci.org\)](#)

¹⁵³ [Papa pede fim da pena de morte ao chegar ao Bahrein | AP Notícia \(apnews.com\)](#)

¹⁵⁴ [Combatentes na guerra tigray da Etiópia concordam em parar de lutar | Reuters](#)

oposição do governo etíope à reeleição do Diretor Geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, argumentando que por ser da região do Tigray, Tedros não era imparcial.¹⁵⁵

Aumento da tensão na península coreana

Quem provocou quem? Os exercícios militares dos EUA e da Coreia do Sul no mar regional – os maiores em décadas - provocaram resposta imediata da Coreia do Norte, que lançou uma série de mísseis de cruzeiro e balísticos ao longo de apenas 48 horas, que teriam caído no mar perto das águas territoriais sul coreanas. Por seu lado, Seul acionou 80 caças após detectar a movimentação de mais de 180 aeronaves militares norte-coreanas próximo da fronteira entre os dois países.¹⁵⁶

O chefe da ONU, Antonio Guterres, expressou profunda preocupação com o nível global de tensão na Península Coreana entre norte e sul, e com o aumento da retórica de confronto. Guterres instou fortemente a Coreia do Norte a retornar imediatamente à mesa de negociações e pediu às partes envolvidas que retomassem seus esforços diplomáticos com o objetivo de alcançar uma paz sustentável e uma desnuclearização completa e verificável da Península Coreana. A onda de lançamentos de mísseis e exercícios militares contribui para um ciclo negativo de reação de ação. Para diminuir o risco de erro de cálculo e reduzir as tensões na região é fundamental que os canais de comunicação sejam reforçados, incluindo intercoreanos e militares para militares.¹⁵⁷

Quando assumiu o governo, em maio deste ano, o novo presidente sul coreano, Yoon Suk-yeol, se aproximou ainda mais de seu aliado, os EUA, e avisou que seria firme com Pyongyang. De lá para cá, aceitou o convite do presidente americano para integrar o Quad – quadrilátero de perfil militar, formado por EUA, Japão, Índia e Austrália.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte do mundo se esforça em criar e estabelecer conexões para o diálogo, uma vez que ficou claro que pandemias, mudanças climáticas ou guerras afetam a todos e que é preciso ações conjuntas e de cooperação para superação dos desafios. E diante da tentativa de imposição de um modelo de democracia liberal de maneira uniforme, pelos EUA e seus aliados, sem levar em conta as particularidades existentes em cada região, os países do Sul Global se aproximam, construindo novas parcerias. A COP27, que começou nesta semana, vai acontecer nesse ambiente anti hegemônico. E nessa seara, a China sai na frente, quando defende um mundo multipolar.

¹⁵⁵ Lei mais sobre o conflito nos [Cadernos CRIS-Fiocruz, Informe 4-2022, p. 161 \(154 – 162\)](#)

¹⁵⁶ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20221104/forca-aerea-da-coreia-do-sul-e-acionada-apos-deteccao-de-180-cacas-da-coreia-do-norte-25745549.html>

¹⁵⁷ [Mais recente lançamento de mísseis DA COREIA corre o risco de aumentar as tensões, o Conselho de Segurança ouviu | 1UN notícia](#)

卢拉拉 (Lúlálá)

André Costa Lobato

A vitória do presidente Lula no domingo foi um dos assuntos mais comentados na China na segunda-feira. O termo “Lula vence eleição presidencial do Brasil de 2022” foi o nono mais buscado do WeChat¹⁵⁸. “Como desenhar a bandeira brasileira” estava entre os itens recomendados pelo buscador Baidu.

O MRE da China publicou duas notas sobre a eleição do Lula em seu portal em chinês. Primeiro, uma nota¹⁵⁹ sobre a ligação do presidente Xi Jinping a Lula. Abaixo, a nota traduzida por computador:

“Em 31 de outubro de 2022, o presidente Xi Jinping ligou para Luiz Inácio Lula da Silva para parabenizá-lo por sua eleição como presidente da República Federativa do Brasil.

Xi Jinping apontou que a China e o Brasil são grandes países em desenvolvimento e importantes países de mercados emergentes com uma ampla gama de interesses e responsabilidades comuns. Nos últimos 48 anos desde o estabelecimento de relações diplomáticas, com os esforços conjuntos de sucessivos governos dos dois países e todas as esferas da vida, as relações China-Brasil fizeram grandes progressos e a cooperação em vários campos alcançou resultados frutíferos. A amizade de longo prazo entre a China e o Brasil e o aprofundamento da cooperação mutuamente benéfica são do interesse fundamental dos dois países e povos, conducentes à manutenção da paz e estabilidade regionais e mundiais e à promoção do desenvolvimento e prosperidade comuns. Atribuo grande importância ao desenvolvimento das relações sino-brasileira e estou disposto a trabalhar com o presidente eleito Lula para planejar e promover conjuntamente a parceria estratégica abrangente entre China e Brasil a um novo nível a partir de alto nível estratégico e de uma perspectiva de longo prazo em benefício dos dois países e povos.”

A segunda nota redirecionava para o vídeo do porta-voz da chancelaria Qu Lijian, no qual ele posiciona Brasil e China como dois grandes países em desenvolvimento. Uma transcrição da nota¹⁶⁰:

“O Sr. Lula foi reeleito presidente do Brasil, China e Brasil são países em desenvolvimento e importantes países emergentes misturados a parceiros estratégicos abrangentes, e a China sempre viu o desenvolvimento a partir de um patamar estratégico e da perspectiva geral, e promoveu a parceria estratégica abrangente China-Brasil a um novo patamar, juntamente com o novo governo brasileiro liderado pelo Sr. Lula”.

O jornal Global Times publicou um editorial “Parabéns a Lula, ansioso por mais desenvolvimento dos laços China-Brasil: editorial do Global Times”¹⁶¹. O texto considera os espaços de aproximação entre Brasil e China no contexto geral das oportunidades e dificuldades

¹⁵⁸ <https://www.gingerriver.com/p/top-searches-space-module-mengtian>

¹⁵⁹ https://www.mfa.gov.cn/web/zyxw/202210/t20221031_10794547.shtml

¹⁶⁰ https://www.mfa.gov.cn/web/sp_683685/wjbfyrlxjzh_683691/202210/t20221031_10794697.shtml

¹⁶¹ <https://www.globaltimes.cn/page/202211/1278421.shtml>

das alianças estratégicas entre países em desenvolvimento. O jornal é publicado pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês.

Segundo o editorial, “a identidade de Lula como um “velho amigo do povo chinês” tem sido objeto de algumas interpretações com segundas intenções no atual ambiente da opinião pública nos EUA e no Ocidente”. Nos últimos anos, diz o jornal, “Washington tentou o que pode para forçar os fatores desarmoniosos nas relações China-Brasil e ampliá-los, mas, como todos veem, sem o efeito desejado”. Para o jornal, trata-se de um desrespeito ao Brasil como uma potência emergente. O aprofundamento da relação, diz o editorial, não será facilmente alterado “por um único evento”. O texto afirma que “embora tenha havido alguns ruídos em tempos bilaterais sob Bolsonaro, o comércio China-Brasil ainda bateu o recorde de cerca de US\$ 164 bilhões em 2021, apesar da pandemia”.

O editorial menciona que o plano de governo de Lula “pode encontrar muitos fundamentos comuns com a Iniciativa de Desenvolvimento Global e a Iniciativa de Segurança Global propostas pela China”. O jornal lembra ainda que, durante os governos Lula, “o Brasil criou três “primeiros” em seus laços com a China: o primeiro país em desenvolvimento a estabelecer parceria estratégica com a China; o primeiro país latino-americano a estabelecer uma parceria estratégica abrangente com a China; e o primeiro país latino-americano cujo volume comercial bilateral com a China quebrou a marca de US\$ 100 bilhões”.

Um outro artigo de opinião publicado pelo ex-embaixador do Chile na China, Jorge Heine¹⁶², diz que “Lula está pronto para restaurar o lugar de direito do Brasil nos assuntos mundiais”.

Lula assumiu a presidência pela primeira vez há duas décadas, Xi Jinping, há uma. Ambos estarão em seus terceiros mandatos. São líderes de dois partidos ‘terceiromundistas’ que são cobrados por seu “desalinhamento”. Ambos são razoavelmente respeitados na esfera pública global e objeto da clássica crítica colonizadora: um é corrupto, o outro, autoritário. É possível que bons projetos da relação bilateral entre os dois países sejam alvo de críticas do tipo. Muito do planejado pelo governo Lula para o âmbito multilateral foi enfraquecido durante os 580 dias em que ele ficou preso numa delegacia em Curitiba. Há um consenso nacional de que o país está hoje mais isolado do que estava há seis anos.

Apesar dos alvoroços, dramas e reviravoltas, houve manutenção de ritos diplomáticos, como na Cosban e nos Brics. Marcelo Queiroga¹⁶³ e Marcos Pontes¹⁶⁴ estiveram nas subcomissões de saúde e ciência e tecnologia, respectivamente. Em outra circunstância, Pontes anunciou uma parceria com a Huawei nos âmbitos de 5G e inteligência artificial^{165,166}. Como

¹⁶² <https://www.globaltimes.cn/page/202211/1278701.shtml>

¹⁶³ http://en.nhc.gov.cn/2022-05/20/c_85967.htm

¹⁶⁴ <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/brasil-e-china-buscam-fortalecer-cooperacao-em-ciencia-e-tecnologia/>

¹⁶⁵ <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/03/01/apos-polemica-com-5g-brasil-faz-as-pazes-com-huawei-e-anuncia-parceria.htm>

¹⁶⁶ <https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/huaweisomos-parceiros-do-brasil-ha-mais-de-22-anos-24801835>

outros ministros, Pontes e Queiroga também manifestaram uma visão estratégica da relevância bilateral para a inovação nos sistemas de saúde, ciência e tecnologia do Brasil. A necessidade de monitoramento satelital da Amazônia, com a esperada reativação do CBERS, e a produção de ingredientes farmacêuticos ativos foram evidenciadas nos últimos anos. O próprio Pontes foi ao espaço numa nave russa e ficou oito dias na Estação Espacial Internacional. Poderia o Centro de Lançamento de Alcântara ser parte da cooperação espacial com a China?

Sendo um pouco mais pé no chão, não faltam acordos para fundamentar as demandas no âmbito multilateral, com Brics e Agenda 2030, quanto no bilateral, com os planos “Estratégico 2022-2031” e “Executivo 2022-2026”. Este último menciona: “discutir avanços na criação do Centro Brasil-China de Pesquisa e Prevenção de Doenças Infecciosas”. Como a pandemia deixou claro, pesquisas sobre doenças infectocontagiosas são portadoras de várias técnicas, tradicionais e modernas, que atendem aos serviços públicos de saúde e capacitam para novas abordagens em testes, diagnósticos, tratamentos e vacinas.

A exportação de capacidade tecnológica chinesa tem enfrentado resistência de seu maior competidor. Exemplo claro é a Huawei, que foi ‘excomungada’ dos mercados globais de telefones celulares na primeira fase da guerra comercial lançada pela Casa Branca. É difícil saber o quanto isso influenciou as políticas para telecomunicações no Brasil e qual curso o novo governo dará. Se depender da mídia americana, não haverá muito avanço. Entretanto, nem tudo é publicidade e propaganda. Seguirá a demanda por melhor georreferenciamento global, menor latência e alta velocidade digital, portos automatizados, ferrovias eficientes, ampla malha metroviária, transição energética, propriedade intelectual a preços acessíveis etc.

O mundo se beneficiaria de um engajamento coordenado entre China e Brasil para aprimorar a segurança alimentar global, por exemplo com o desenvolvimento binacional de sementes e constante aumento de produtividade e sustentabilidade na agricultura. Durante a campanha, o presidente eleito pleiteou a reorganização da agenda industrial nacional, mencionando diretamente itens importados da China que poderiam ser produzidos no Brasil¹⁶⁷. Em quase todos os setores tecnológicos há preço e qualidade no vasto mercado chinês, o que muitas vezes está associado a uma produtividade de difícil competição. Porém, há, por parte da China, a apresentação das necessidades dos países em desenvolvimento como um elemento central da cooperação internacional. Dessa forma, e especialmente em saúde pública, podemos pensar na formulação de modelos de cooperação, que levem em consideração as condições reais dos países.

Outro desafio será aproveitar a mudança estrutural da economia chinesa, cujo consumo interno está ainda mais evidente para o reaquecimento da economia mundial e será disputado por países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Palco da tensão será a cidade de Bali, na Indonésia, durante as reuniões do G20 dias 15 e 16 de novembro. É possível que não haja chefe-de-estado brasileiro no encontro, mas pode ser uma boa oportunidade para monitorar e avaliar o cenário internacional e preparar o próximo governo para as oportunidades e dificuldades do ano que começa.

¹⁶⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=9RykR9Sjebw>

EUA, saúde global e diplomacia da saúde

Guto Galvão

EUA na COP27

Sob a liderança do presidente Biden os EUA nos últimos 2 anos desenvolveram uma grande quantidade de iniciativas para enfrentar a crise climática, impulsionar a indústria americana e implantar tecnologias de energia limpa com corte nos seus custos, alinhando o país com as metas de limitar o aquecimento global a 1,5 °C em parceria com outros governos e parceiros do setor privado,

Na COP27 os Estados Unidos trabalharão para aumentar a ambição global de acelerar o crescimento da economia de energia limpa, evitar os impactos mais catastróficos das mudanças climáticas e ajudar os países de baixa e média renda a construir resiliência aos impactos climáticos. O presidente busca aumentar a contribuição internacional dos EUA para mais de US\$ 11 bilhões por ano, fazendo dos Estados Unidos o maior contribuinte do financiamento de ações sobre o clima. Essas ações são fundamentais para fortalecer a segurança global – incluindo energia, água, alimentos e segurança sanitária – que se tornou ainda mais urgente após a guerra da Rússia contra a Ucrânia que interrompeu os mercados de energia.

Os Estados Unidos também encorajarão a comunidade internacional a acelerar a capacidade dos países vulneráveis de implementar esforços de adaptação, através do Plano de Emergência do Presidente para Adaptação e Resiliência que deve ajudar mais de meio bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento a se adaptarem e gerenciarem os impactos das mudanças climáticas.

Em 11 de novembro, o presidente Biden estará na COP27 e participará servindo de exemplo pelo o que se tem feito ao nível doméstico e as atividades que os Estados Unidos estão liderando no exterior. O [site da Casa Branca elenca as seguintes iniciativas](#):

Liderança doméstica com as ações climáticas mais ambiciosas da história dos EUA

O presidente está cumprindo sua promessa de alcançar as ambiciosas metas de redução de emissões 50-52% abaixo dos níveis de 2005 em 2030 e de zero líquido até 2050 com ações sem precedentes.

1. **A Lei de Redução da Inflação** - US\$ 370 bilhões para a construção de uma economia de energia limpa, combate à crise climática, avanço da justiça ambiental e aumento da resiliência climática.
2. **A Lei Bipartidária de Infraestrutura (BIL)** fornece apoio recorde para atualizar a rede elétrica para transmitir mais energia limpa e resistir ao clima extremo.
3. **Ratificação bipartidária do Senado da Emenda Kigali ao Protocolo de Montreal**, ajudando a reduzir gradualmente a produção global e o consumo de hidrofluorcarbonos (HFCs), produtos químicos super poluentes, centenas a milhares de vezes mais poderosos que o dióxido de carbono.
4. **Combater super poluentes como** o metano através da implementação do abrangente Plano de Ação de Redução de Emissões de Metano dos EUA.

5. **Liderando por exemplo através do Plano Federal de Sustentabilidade** para reduzir as emissões em 300.000 edifícios, 600.000 veículos e US\$ 650 bilhões em poder aquisitivo anual.
6. **Abordar o Risco Financeiro Relacionado** ao Clima ao governo federal, à economia real e ao sistema financeiro.
7. **Medidas decisivas para descarbonizar todos os setores-chave** – incluindo energia, transporte, edifícios, indústria e terras e águas:
8. **Garantir a transição energética limpa beneficia comunidades desfavorecidas**, implementando a Iniciativa Justice40 para fornecer 40% dos benefícios globais dos investimentos federais em clima e energia limpa para comunidades desfavorecidas que são marginalizadas, carentes e sobrecarregadas pela poluição.
9. **Investindo na revitalização econômica das comunidades de carvão**, criando o Grupo de Trabalho Interagências sobre Comunidades de Carvão e Usinas e Revitalização Econômica.
10. **Estimulando a inovação e apoiando uma nova era de fabricação americana limpa**, usando a política comercial e as ações da Buy Clean para incentivar a produção de baixo carbono de materiais-chave como o aço.

Apoiar países vulneráveis na construção da resiliência aos impactos climáticos atuais e futuros

Através da implementação do Plano de Emergência do Presidente para adaptação e resiliência (PREPARE) que tem como objetivo acelerar a capacidade dos países em desenvolvimento de se adaptarem e gerenciarem os impactos das mudanças climáticas.

1. **Aumentando as finanças públicas dos EUA para adaptação climática e resiliência**, avançando o compromisso do presidente Biden de aumentar as finanças internacionais de adaptação climática dos EUA para US\$ 3 bilhões por ano até 2024.

Ajudar mais de meio bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento a se adaptarem e gerenciarem os impactos das mudanças climáticas através de esforços ambiciosos delineados em um plano de ação de preparação de todo o governo por:

- i. Resposta ao apelo do Secretário-Geral da ONU para aumentar a coprodução e o uso de informações climáticas;
- ii. Equipar os tomadores de decisão de hoje e de amanhã com as habilidades, conhecimentos, redes e perspectivas necessárias para se adaptar aos impactos climáticos;
- iii. Construindo capacidade de adaptação em políticas, programas e orçamentos e para apoiar a adaptação liderada localmente;
- iv. Melhorar a capacidade dos governos parceiros de avaliar, planejar e implementar programas que aumentem a resiliência aos impactos das mudanças climáticas na segurança alimentar, água, saúde e infraestrutura;
- v. Aumentar a quantidade e a qualidade das finanças que aceleram a adaptação climática e a resiliência e apoiam a adaptação local com enfoque de gênero;

- vi. Auxiliar os governos parceiros a avaliar, planejar e orçar para custos de adaptação e ampliar o financiamento em todos os setores;
- vii. Facilitar o aumento do investimento dos setores filantrópico e privado para promover a adaptação e a resiliência nos países parceiros vulneráveis ao clima; e
- viii. Aumentando e aumentando o uso e a eficácia das ferramentas de financiamento de riscos de desastres para apoiar a resiliência climática.

Liderança nos esforços globais para manter a meta de 1,5 °C

Implementação de iniciativas do Presidente para acelerar a ação climática global

1. **Execução do Plano do Presidente para conservar florestas globais** lançado na COP26 e que prevê o apoio a esforços globais para deter e reverter o desmatamento, aproveitando uma série de ações diplomáticas, políticas, e de financiamento.

2. **Inovar para implantar rapidamente soluções de energia limpa**, incluindo a reunião da comunidade global no primeiro Fórum Global de Ação de Energia Limpa em Pittsburgh em setembro passado, quando 34 países e partes interessadas de todo o ecossistema energético do governo, empresas, inovadores, sociedade civil e jovens em todo o mundo se reuniram para agir sobre a energia limpa.

3. **Aumentar as finanças climáticas**, avançar o compromisso do presidente Biden na Assembleia Geral da ONU em 2021 de trabalhar com o Congresso para aumentar as finanças climáticas internacionais dos EUA para mais de US\$ 11 bilhões por ano, solicitando os fundos e autoridades necessários para alcançar esse objetivo em seu Pedido orçamentário do ano fiscal de 2023.

4. **Avançando o Global Methane Pledge (GMP)** construindo uma coalizão que agora inclui mais de 130 países comprometidos em reduzir as emissões globais de metano antropogênicos em pelo menos 30% abaixo dos níveis de 2020 até 2030.

5. **Acelerar a implantação do Veículo de Emissões Zero (ZEV)** construindo uma coalizão crescente de países comprometidos com uma meta coletiva de ZEVs para 2030, que compreende 50% das vendas de novos veículos leves até 2030.

6. **Avançar a Missão de Inovação agrícola para o Clima (AIM for Climate)**, lançada na COP26 pelos Estados Unidos e emirados Árabes Unidos. A AIM for Climate e sua crescente rede de mais de 275 parceiros buscam impulsionar ações climáticas mais rápidas e transformadoras, aumentando o investimento e o apoio à inovação da agricultura e dos sistemas alimentares. Os Estados Unidos também anunciaram planos para sediar a Cúpula do Clima de 8 a 10 de maio de 2023 em Washington, DC.

7. **Demonstração de tecnologias de energia limpa**, reunindo dezesseis países parceiros para mobilizar coletivamente US\$ 94 bilhões em financiamento público para construir projetos de demonstração em escala comercial que a AIE diz serem necessários nesta década para alcançar emissões líquidas zero até 2050.

8. **Reforço da Segurança de alimentos (Climate & Food Security)**, através do anúncio do presidente Biden em setembro de 2022 na UNGA de mais de US\$ 2,9 bilhões em novas

assistências dos EUA para enfrentar a insegurança alimentar global decorrente das mudanças climáticas, o COVID-19 e a guerra não provocada e contínua da Rússia contra a Ucrânia, que se baseia nos US\$ 6,9 bilhões nos EUA.

Lançamento do Desafio de Transporte Verde na COP27

Também na COP27 os EUA vão lançar, em conjunto com a Noruega o "Desafio de Transporte Verde" (Green Shipping Challenge). O Desafio tem o apoio de governos, portos e empresas para se prepararem a assumir os compromissos e estimular a transição para o transporte verde. O lançamento feito no dia 7 de novembro pelo enviado presidencial especial para o clima John Kerry, durante a Cúpula de Líderes Mundiais da COP27 contou com a declaração de mais de 40 anúncios de iniciativas pelos países, portos e empresas sobre questões como inovações para navios, expansão em combustíveis de baixa ou zero emissões e políticas para ajudar a promover a absorção de embarcações de última geração.

Eleições de meio-termo

Uma pergunta que está em todos os lugares nas últimas semanas é sobre quem ganhará a batalha pelo Congresso Americano? Segundo [Nate Cohn](#) do New York Times, ainda existe uma indefinição grande e podemos esperar qualquer cenário. Ele elencou em uma matéria quatro possibilidades.

Citando as últimas pesquisas do Times que sugerem que os eleitores preferiam o controle republicano do Congresso e desaprovavam o desempenho do presidente Biden, ele sugere a possibilidade de uma vitória do partido republicano evidente.

Outra possibilidade é que ainda que o partido democrata não ganhe, o partido republicano ganhe poucos assentos o que pode representar um sentido de vitória democrata em relação as previsões das tendências das pesquisas das últimas semanas. Essa sensação de vitória significa que os democratas manteriam o controle do Senado.

Outro cenário possível é que as pesquisas tenham subestimado os republicanos e que o resultado seja uma vitória massiva dos republicanos. Uma "onda vermelha" (cor do partido republicano) não seria uma surpresa, nem seria difícil explicar, já que os índices de aprovação do presidente Biden se comparam a outras eleições quando o partido fora do poder ganhou até 40 assentos na Câmara.

A última possibilidade seria uma surpreendente noite de vitória democrata. Ainda que difícil, essa opção continua a figurar como algo possível de acontecer, ainda que nenhum presidente com um índice de aprovação abaixo de 50% viu seu partido ganhar uma eleição de meio-termo.

Ainda que os resultados podem levar algum tempo, os resultados do Senado na Carolina do Norte, Wisconsin e Ohio serão decididos na noite da eleição darão uma ideia das tendências.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador senior, Cris/Fiocruz

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Danielle Keylla Alencar Cruz - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá, pesquisadora sênior do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luis Fiori - Professor emérito de Economia Política Internacional da UFRJ, coordenador do GP do CNPq “Poder Global e Geopolítica do Capitalismo” e do Laboratório de “Ética e Poder Global”, do NUBEIA/ UFRJ; pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo, Gás e

Biocombustíveis (INEEP); colaborador dos Cadernos CRIS sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Juan Carlos Coronel Zarate - Jefe del Departamento de MERCOSUR SLAUD de la Dirección General de Relaciones Internacionales del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Karinne Marieta Carvalho – Doutora em Ciências pela UFRJ. Membro da Coordenação de Pesquisa do IFF/Fiocruz

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz, pesquisadora sênior do Cris Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Montserrat Vargas Solórzano – Advogada, Mestre em Bioética e Direito. Oficial da diplomacia científica, tecnológica e de inovação do Ministério das Relações Exteriores da Costa Rica

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, pesquisador sênior do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já **são 58 Informes** quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram **realizados 18 seminários** avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 21/2022

Período de 25 de outubro a 07 de novembro de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2022

203 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.